

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CRISTIANA MAGLIA

**NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NO BRASIL (1990-2018):**  
IDEOLOGIA, ESTRUTURA INSTITUCIONAL E MERCADO ELEITORAL

PORTO ALEGRE

2020

CRISTIANA MAGLIA

**NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NO BRASIL (1990-2018):  
IDEOLOGIA, ESTRUTURA INSTITUCIONAL E MERCADO ELEITORAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como requisito parcial para a obtenção do título  
de Doutora em Ciência Política.

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO SÉRGIO PERES

PORTO ALEGRE  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Maglia, Cristiana  
NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NO BRASIL (1990-2018):  
IDEOLOGIA, ESTRUTURA INSTITUCIONAL E MERCADO ELEITORAL  
/ Cristiana Maglia. -- 2020.  
227 f.  
Orientador: Paulo Peres.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Novos partidos brasileiros. 2. Ideologia  
partidária. 3. Mercado eleitoral. 4.  
Multipartidarismo. 5. Elites partidárias. I. Peres,  
Paulo, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Cristiana Maglia

**NOVOS PARTIDOS DE DIREITA NO BRASIL (1990-2018):**  
IDEOLOGIA, ESTRUTURA INSTITUCIONAL E MERCADO ELEITORAL

Tese de doutorado defendida para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data da defesa: 31 de agosto de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (Orientador) – PPGCP/UFRGS

Prof. Dra. Silvana Krause – PPGCP/UFRGS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Prof. Dr. Timothy J Power – University of Oxford

PORTO ALEGRE

2020

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de uma longa trajetória profissional, mas também pessoal. Meu privilégio foi contar com o suporte e apoio de muitas pessoas incríveis, às quais devo toda minha gratidão. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, minha casa pelos últimos 11 anos, que me faz acreditar sempre no ensino público de qualidade como ação transformadora do indivíduo e da sociedade. Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professores, técnicos e funcionários. Ao Prof. Paulo Peres, fica minha gratidão pelo constante apoio na minha formação intelectual desde o mestrado, bem como pela orientação desta tese, e, claro, pela amizade. Agradeço ainda aos professores que ajudaram ao longo da minha trajetória acadêmica, Silvana Krause e Rafael Madeira, que estiveram na minha banca de qualificação, e ainda a Carlos Arturi, Helgio Trindade, Izabel Noll, Helio Alves, Rodrigo Stumpf, Henrique Castro, Sonia Ranishesk e Marco Cepik.

Agradeço ainda ao Prof. Timothy Power, que me recebeu no período sanduíche na Universidade de Oxford, que foi essencial para que eu refinasse meu problema de pesquisa. Estendo ainda meus agradecimentos aos professores do Latin American Centre, em especial à professora Andreza Aruska, e aos colegas Virgínia Rocha, Bernardo Medeiros e Leonardo Correa pelo apoio e pela leitura atenta do meu trabalho. Não posso deixar de agradecer o apoio institucional e o financiamento que recebi da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço ainda aos colegas do PPG, em especial, Alexandre Spohr e Vinicius Lara.

Nesses anos de doutorado eu tive ainda o apoio incondicional da minha família e de muitos amigos. De pessoas que acho que nem imaginam o quanto foram importantes em cada momento que compartilhamos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Teresinha e João Batista, pela guarida, pelo amor e por formar a minha base sólida. A vocês, agradeço o exemplo de caráter e perseverança e os ensinamentos diários. Agradeço também aos meus irmãos Marcelo e Alexandre, minhas sobrinhas Jennifer e Giulia, e à Jô e à Maileisys, pelo carinho. Ainda, gostaria de agradecer a minha outra família, à Clarice, à vó Suely e o nosso Nestor, pelo acolhimento.

A chance de ser injusta é grande, e de esquecer de alguém, também. Mas não posso deixar de agradecer aos meus grandes amigos, aos de sempre e aos de agora, aos de longe e aos de perto, das Relações Internacionais, da academia e da vida, pelas risadas e pelos afagos. Sem a amizade das minhas pessoas preferidas do mundo, Alessandra, Bruna, Dennis, Felício,

Hayane e Phillip, Isadora, Joana, Kanter, Karen, Laura, Liziane, Luigia, as Luisas – Dornelles, Andriotti e Olmedo –, Ludmila, Márcia, Mariana, Marina, Melina, Palma, Paulo, Pedro, Spohr, Rayssa, Rennan, Roberto, Tiago, meus Vinis – Fernandes, Lara e Luz –, essa trajetória teria sido ainda mais difícil. Obrigada!

Por fim, agradeço ao Lucas, pela nossa caminhada até aqui, pelo apoio constante nos momentos mais complicados desta tese e pelas pequenas e grandes alegrias que seguiremos celebrando. Este trabalho é fruto de todas as nossas conversas, desabafos, andanças por aí, trocas, revisões, palpites diários e sorte a minha de te ter junto. Tu sabe, sem ti, não teria dado!

## RESUMO

Entre 1990 e 2018, foram criadas 25 novas legendas no sistema partidário brasileiro. Destes novos partidos, dezoito são de direita e apenas sete são de esquerda, apesar dos incentivos institucionais serem os mesmos ao longo do espectro ideológico. Diante disso, esta tese buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: por que foram criados mais partidos de direita do que de esquerda nesse período? Para isso, examinei o perfil ideológico das novas legendas e a estrutura do mercado eleitoral brasileiro. Por mercado eleitoral entendo o padrão de relação que se estabelece a partir da dinâmica interativa da demanda dos eleitores com a oferta dos partidos políticos. Minha hipótese é que o surgimento de mais partidos de direita decorreu do cálculo sobre os custos e ganhos advindos da entrada no sistema partidário, com base na configuração da estrutura do mercado de votos em cada nicho ideológico. Essa decisão dependeu (1) da distribuição das preferências eleitorais nos espaço esquerda-direita, ou seja, da concentração dos votos em cada segmento do mercado e (2) dos interesses conjunturais dos fundadores das novas siglas. A análise dos dados foi processada por meio de um enquadramento teórico que propôs uma abordagem integrada do fenômeno, articulando as principais explicações da literatura que examina a criação de partidos. Desse modo, variáveis sociais, como a estrutura de clivagens ideológicas, variáveis institucionais, referentes à legislação eleitoral-partidária, e variáveis racional-instrumentais, relativas à estrutura de decisão das elites políticas, são incluídas no modelo explicativo do caso brasileiro. Os resultados da análise mostram que a direita e a esquerda possuem padrões de competição distintos no Brasil, oferecendo oportunidades e constrangimentos distintos à entrada de novas legendas, uma vez que isso impõe custos e ganhos assimétricos. Na esquerda, há uma maior concentração do mercado eleitoral, o que aponta para um ambiente menos propício para a criação de novos partidos, enquanto na direita, a menor concentração eleitoral sinaliza um maior potencial de sucesso eleitoral para novas legendas, exacerbando os incentivos institucionais para sua criação.

**Palavras-chave:** Novos partidos brasileiros, ideologia partidária, mercado eleitoral, multipartidarismo, elites partidárias.

## ABSTRACT

Between 1990 and 2018, 25 new political parties were created in Brazil. Among these, eighteen are positioned on the right and only seven on the left, despite the institutional incentives being the same across the ideological spectrum. Given this fact, this thesis sought to answer the following research problem: why were more right-wing parties than left-wing parties created in that period? To that end, I examined the ideological profile of the new parties and the structure of the Brazilian electoral market. The electoral market was conceived as the patterns of emerging from the interaction between voter demand and the supply political agendas by political parties. My hypothesis is that the more prolific emergence right-wing parties can be explained as grounded on a cost-benefit calculation by political realities based on the configuration of the structure of the voting market in each ideological segment. This decision depended on (1) the distribution of electoral preferences in the left-right spectrum, that is, the concentration of votes in each market segment and (2) the more contingent interests of the founders of the new parties. The analysis based on a theoretical framework articulating the main explanations of the literature that examines the creation of parties. In this way, social variables, such as the structure of ideological cleavages, institutional variables, pertaining to electoral-party legislation, and rational-instrumental variables, related to the decision structure of political elites, are combined into an integrated explanatory model of the Brazilian case. The results of the analysis show that the right and the left have different competition patterns in Brazil, offering different opportunities and constraints to the entry of new parties, with asymmetric costs and benefits. On the left, the electoral market is more concentrated, which points to a less favorable environment for the creation of new parties, while on the right, the lower electoral concentration signals a higher potential for electoral success for new parties, exacerbating institutional incentives for their creation.

**Keywords:** New Brazilian political parties, party ideology, electoral market, multiparty system, party elites.



## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos.....	83
Gráfico 2 - Posicionamento de todos os partidos a partir da PLB, todas as ondas.....	89
Gráfico 3 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos e os dados da PLB (primeira onda de cada partido) .....	92
Gráfico 4 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos e os dados da PLB (onda 2017) .....	92
Gráfico 5 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos e os dados da PLB17 – média .....	93
Gráfico 6 - Frequência do posicionamento dos partidos na escala de -10 a +10 .....	94
Gráfico 7 - Posicionamento dos 35 partidos brasileiros de acordo com os manifestos*, os dados da PLB17 e a média .....	98
Gráfico 8 - Representatividade dos partidos segundo eleitores, em porcentagem .....	102
Gráfico 9 - Auto posicionamento na escala esquerda-centro-direita (1995-2018), em porcentagem.....	105
Gráfico 10 - Em acordo com implementação de políticas públicas para reduzir desigualdade, em porcentagem.....	108
Gráfico 11 - Em acordo com o Estado como proprietário de indústrias importantes, em porcentagem.....	108
Gráfico 12 - Em acordo com casamento entre homossexuais, em porcentagem .....	109
Gráfico 13 - Justificativa para aborto, em porcentagem.....	109
Gráfico 14 - Confiança nas Forças armadas (1995-2018), em porcentagem .....	110
Gráfico 15 - Confiança na Polícia (1995-2018), em porcentagem.....	111
Gráfico 16 - Participação em protestos não autorizados, em porcentagem.....	112
Gráfico 17 - Participação em protestos autorizados, em porcentagem.....	112
Gráfico 18 - Identificação partidária (1989 – 2018).....	116
Gráfico 19 - Identificação partidária, partidos conforme espectro ideológico (2002 – 2018), considerando com e sem preferência .....	119
Gráfico 20 - Número absoluto de Partidos concorrendo nas eleições, Número absoluto de Partidos eleitos e Número Efetivo de Partidos Eleitoral e Parlamentar (1982-2018) .....	126
Gráfico 21 - Porcentagem cumulativa de votação para a Câmara conforme o tamanho dos partidos (1990-2018) .....	128
Gráfico 22 - Porcentagem cumulativa de votação para a Câmara conforme a data de registro do partido (1990-2018).....	129
Gráfico 23 - Votações dos partidos de direita e dos de esquerda para a Câmara dos Deputados (1982-2018).....	131
Gráfico 24 - Número Efetivo Partidos na Direita e na Esquerda (1982-2018) .....	133
Gráfico 25 - Curvas de concentração dos votos para Câmara dos Deputados (1982-2018) ..	134
Gráfico 26 - Volatilidade eleitoral no Brasil (1982-2018) .....	137
Gráfico 27 - Volatilidade eleitoral conforme blocos ideológicos de direita e de esquerda (1982-2018).....	138
Gráfico 28 - Volatilidade eleitoral – Partidos de direita (1982-2018).....	139
Gráfico 29 - Volatilidade eleitoral – Partidos de esquerda (1982-2018).....	140

Gráfico 30 - Partidos por posicionamento e tipo de origem.....	170
Gráfico 31 - Densidade de frequência: partidos por posicionamento e tipo de origem .....	170
Quadro 1 - Registros dos Partidos Brasileiros (1979 – 2018).....	47
Quadro 2 - Possibilidades de medição da escala direita-esquerda .....	68
Quadro 3 - Posicionamento dos partidos brasileiros na escala direita-esquerda, conforme a literatura.....	72
Quadro 4 - Domínios, categorias e códigos da metodologia do MARPOR.....	76
Quadro 5 - Categorias da escala RILE (direita-esquerda) de acordo com o MARPOR .....	78
Quadro 6 - Porcentagem da votação para a Câmara dos Deputados dos principais partidos conforme o espectro ideológico (1982-2018).....	132
Quadro 7 - Os entrevistados .....	144
Tabela 1 - Porcentagens dos manifestos dos partidos conforme os domínios.....	77
Tabela 2 - Porcentagens dos manifestos dos partidos conforme as categorias indicativas de direita.....	80
Tabela 3 - Porcentagens dos manifestos dos partidos conforme as categorias indicativas de esquerda.....	81
Tabela 4 - Porcentagens dos manifestos dos partidos e Índice RILE, na escala de -10 a +10.....	82
Tabela 5 - Identificação partidária e auto posicionamento .....	121
Figura 1 - Genealogia dos partidos brasileiros .....	53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS.....</b>	<b>20</b>
1.1 MUDANÇAS SOCIOESTRUTURAIS .....	21
1.2 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS.....	26
1.3 CÁLCULO DAS ELITES PARTIDÁRIAS.....	33
1.4 UMA TEORIA INTEGRADA SOBRE O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS NO BRASIL.....	38
<b>2 O PERFIL IDEOLÓGICO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>45</b>
2.1 A GENEALOGIA DOS PARTIDOS NO BRASIL.....	45
2.2 IDEOLOGIA: DIREITA E ESQUERDA .....	59
2.3 POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS BRASILEIROS .....	66
2.3.1 Posicionamento dos partidos por meio do MARPOR.....	75
2.3.2 Posicionamento dos partidos por meio dos dados da PLB .....	85
2.3.3 Comparações e síntese entre as estratégias de posicionamento .....	90
<b>3 O MERCADO ELEITORAL .....</b>	<b>95</b>
3.1 A OFERTA.....	95
3.2 A DEMANDA.....	100
3.2.1 Clivagens socioeconômicas e os partidos no Brasil.....	100
3.2.2 As mudanças na demanda no Brasil.....	104
3.2.3 A identificação partidária e a flexibilidade da demanda .....	113
3.3 ONDE A OFERTA E A DEMANDA SE ENCONTRAM: O VOTO.....	124
<b>4 AS ELITES PARTIDÁRIAS NA CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS .....</b>	<b>142</b>
4.1 LÓGICAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS: A VISÃO DAS ELITES PARTIDÁRIAS.....	146
4.1.1 Partidos de Herança .....	146
4.1.2 Lógica pragmática .....	148
4.1.3 Lógica ideológica.....	161

4.2 O MERCADO ELEITORAL E O CÁLCULO DAS ELITES .....	168
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>182</b>
<b>APÊNDICE 1 – Biografia dos entrevistados e dos presidentes de partidos.....</b>	<b>204</b>
<b>APÊNDICE 2 – Questionário base.....</b>	<b>214</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>220</b>

## INTRODUÇÃO

Entre 1990 e 2018, foram criadas 25 novas legendas no sistema partidário brasileiro. Porém, apesar dos incentivos institucionais serem os mesmos, surgiu um número muito maior de partidos de centro-direita e de direita do que de centro-esquerda e de esquerda. Se juntarmos todas as legendas de direita em um único grupo, teremos um total de dezoito partidos, contra apenas sete que surgiram na esquerda do espaço político. Isso significa que, do ponto de vista ideológico, a criação de partidos não evoluiu de maneira uniforme; significa, também, que esse perfil não pode ser explicado pelo sistema eleitoral e pela legislação partidária, cujos incentivos, em princípio, são homogêneos. Portanto, o surgimento assimétrico de novas siglas no espaço ideológico da direita deve ser explicado por outra variável cujo efeito deve ser independente ou interveniente. Diante disso, a pergunta central desta tese é: *por que, entre 1990 e 2018, foram criados mais partidos de direita do que de esquerda no Brasil?* Para responder a essa questão, analiso a evolução do sistema partidário desde 1990, período em que se implementou, de maneira efetiva, o multipartidarismo (PERES, 2005).

Em termos analíticos, este estudo se divide em duas partes: uma descritiva e outra explicativa. Na descritiva, examino a evolução do sistema partidário brasileiro nesse período e situo as legendas no espaço direita-esquerda. Isso permitirá a identificação do perfil ideológico predominante na dispersão da representação e, desse modo, a confirmação de que foram criados mais partidos de direita. Na parte explicativa, considerando-se os efeitos uniformes do desenho institucional, investigo a atuação de uma variável não-institucional, que, conforme procuro argumentar, está associada à proliferação mais elevada de legendas de direita. Essa variável é a *estrutura do mercado eleitoral*, algo ainda não considerado pela literatura que investiga a fragmentação partidária e nem pelos especialistas na abordagem de novos partidos.

Por *estrutura do mercado eleitoral* entendo o padrão de relação que se estabelece entre a demanda dos eleitores por determinadas políticas e discursos, e a oferta partidária, sinalizada pelos posicionamentos das legendas – uma perspectiva mais próxima da teoria econômica do processo político (DOWNS, 1999). Em troca dos seus votos, os eleitores demandam que suas preferências e seus interesses sejam representados pelos partidos; em busca desses votos, os partidos políticos ofertam, por intermédio de seus discursos – programas e atuação governamental –, um conjunto de políticas públicas voltadas a nichos de mercado específicos. Tais nichos são delineados por contornos ideológicos, de modo que, no nicho da esquerda, situam-se eleitores que convergem numa dada visão de mundo e demandam um conjunto de

políticas condizentes; em oposição a essas políticas, posicionam-se os eleitores que se situam no nicho de mercado da direita.

Fundamentalmente, o mercado eleitoral tem uma estrutura que, por um lado, varia conforme o tamanho de cada nicho ideológico, algo que, por sua vez, depende da distribuição das preferências eleitorais. Essas estruturam o mercado de votos na medida em que se convertem em escolhas vinculadas às legendas que representam, o mais próximo possível, os seus interesses e os seus valores morais. Por outro lado, essa estrutura também expressa a variação da oferta partidária, que se manifesta nas posições relativas dos partidos políticos nesse espaço de competição ideológico. Sendo assim, é da confluência da oferta com a demanda que emerge o mercado eleitoral, cuja estrutura pode variar ao longo do tempo de acordo com as oscilações do comportamento dos eleitores e das lideranças políticas em um processo de retroalimentação: a demanda afeta a oferta que, de maneira interativa, afeta a demanda, e assim continuamente.

Portanto, assumida a racionalidade dos atores, novos partidos são criados quando a estrutura do mercado eleitoral é propícia a tal empreendimento. Para “entrar” nesse mercado, as lideranças políticas, que sempre procuram maximizar os seus interesses, devem levar em consideração, acima de tudo, os padrões de competição delineados pelas condições de demanda eleitoral e de oferta partidária pré-existentes. Isso não depende apenas das regras que regulam esse mercado – o arranjo institucional – mas também dos constrangimentos e oportunidades inerentes à estrutura da competição em cada momento. Se a legislação partidária e o sistema eleitoral afetam os custos/ganhos de “entrada” dos nichos de esquerda e de direita de forma igual, os incentivos institucionais funcionam como uma constante, e não uma variável. Isso quer dizer que a estrutura do mercado eleitoral é uma variável crucial no cálculo a ser feito para se tomar a decisão de fundar um novo partido em contextos caracterizados por desenhos institucionais constantes.

No caso brasileiro, como mostrarei, o mercado eleitoral se caracteriza pela maior presença de eleitores que se situam à direita do espaço ideológico. Não decorre disso, porém, que o tamanho desse nicho do mercado eleitoral seja, sozinho, o incentivo para a proliferação mais acentuada de partidos de direita. Afinal, enquanto a proporção das preferências de direita se manteve relativamente estável ao longo desse período, o número de partidos com essa orientação ideológica aumentou. Em princípio, poderia até ter ocorrido o inverso, ou seja, mesmo com um nicho de mercado menor, a esquerda brasileira poderia ter apresentado uma dinâmica de proliferação partidária maior do que a direita. Logo, o tamanho do mercado

eleitoral é um fator relevante, mas não resulta, por si mesmo, em qualquer estímulo para a criação de novos partidos.

De fato, o tamanho do mercado torna-se um incentivo à proliferação partidária quando os seus eleitores são suscetíveis a mudar o seu voto de uma eleição para a outra para apoiar as legendas que entraram no mercado há pouco tempo. Se os eleitores de um segmento do mercado fossem fiéis às legendas mais antigas, não haveria estímulos para a criação de novos partidos, uma vez que suas chances de se estabelecer seriam reduzidas. A quantidade de eleitores vinculados a um nicho ideológico, então, é um potencial de mercado que somente se torna atrativo quando sua fidelidade às legendas tradicionais não é inquebrantável. Se a identificação partidária for baixa, os eleitores serão mais voláteis; se a racionalidade instrumental apontar para maiores ganhos quando o voto é dado a um novo partido, os eleitores também serão voláteis. Ou seja, tanto em modelos explicativos sociológicos (identificação partidária) como em modelos explicativos econômicos (voto racional), eleitores voláteis são um indicativo da maior abertura à entrada de novos partidos em determinados nichos de mercado.

Desse modo, a variação nos níveis de concentração dos votos em cada nicho ideológico confere oportunidades e constrangimentos distintos à entrada de novas legendas, uma vez que isso impõe custos e ganhos assimétricos. Segue-se daí que a dispersão dos votos nos partidos já estabelecidos é uma variável crucial do cálculo a ser feito pelas elites partidárias quando avaliam se estão dadas as condições adequadas à formação de um novo partido – mercados eleitorais em que os votos estão concentrados inibem a criação de partidos; inversamente, mercados com maior dispersão dos votos e volatilidade eleitoral são potenciais espaços para novos empreendimentos partidários. Por isso, as decisões para cada segmento do mercado eleitoral são distintas e resultam em dinâmicas díspares de criação de novas legendas, mesmo em um quadro institucional que incentiva a proliferação partidária indiscriminada.

É nesse sentido que a “demanda” eleitoral dialoga com a “oferta” partidária no caso brasileiro. Além de mais numeroso, o segmento de mercado da direita se diferencia do nicho de mercado da esquerda pela baixa identificação partidária dos seus eleitores e, principalmente, por sua maior disponibilidade perante a oferta de novas siglas. Por isso, novos partidos de direita tendem a povoar esse espaço ideológico com maior volume do que o observado no nicho da esquerda. Mesmo os grandes partidos de direita não concentram um montante expressivo de votos nas eleições para o legislativo nacional, embora suas votações para os cargos majoritários sejam expressivas – nomeadamente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MDB), o Partido Progressista (PDS/PPR/PPB/PP), o Partido da Frente Liberal

(PFL/Democratas) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Já na esquerda, inversamente o Partido dos Trabalhadores (PT) se tornou predominante, concentrando os votos da esquerda e a maior parcela da identificação partidária. Devido a essa *estrutura de competição*, o mercado ficou mais fechado à entrada de novas siglas.

Não obstante, a *estrutura do mercado eleitoral* não pode ser tomada como a variável causal da criação de novos partidos. Como já mencionado, ela oferece incentivos e constrangimentos, que são assimétricos para os segmentos de direita e esquerda. Isso significa que a estrutura do mercado é uma das variáveis contidas num conjunto de elementos que devem ser considerados no processo decisório envolvendo a criação de um novo partido. Tal decisão também depende dos conflitos entre as lideranças que buscam espaços políticos, sejam eles de natureza ideológica ou pragmática. Vários partidos foram criados por cisões de legendas consolidadas, mas outras vezes, devido a rearranjos de forças políticas visando às disputas eleitorais; alguns partidos surgiram por fusões de legendas que perderam espaços políticos ou que eram pequenas demais para serem competitivas, o que indica um movimento estratégico visando ao fortalecimento desses grupos políticos no mercado eleitoral ou nos espaços de governo.

Enfim, criar um partido, por cisão, por fusão ou pela fundação de uma organização realmente nova depende dos incentivos institucionais, que agem de maneira uniforme, mas também da *estrutura do mercado*, variável em cada nicho ideológico, e dos aspectos conjunturais envolvendo os interesses e as disputas das lideranças políticas. Sendo assim, mesmo que existam as condições objetivas colocadas pelo arranjo institucional, e mesmo que estejam presentes as condições subjetivas entre as elites para a formação de um novo partido, a efetivação desse projeto dependerá da *estrutura do mercado eleitoral*. É claro que se houver uma *estrutura de mercado* favorável ao lançamento de uma nova sigla em um dado nicho ideológico, mas não houver interesse por parte das elites na criação de um novo partido, isso não ocorrerá. No entanto, também é lógico que mesmo que as elites tenham interesse em criar uma legenda, esse empreendimento não será realizado de maneira bem-sucedida se não houver uma estrutura de oportunidades para sua entrada no nicho eleitoral específico – esquerda ou direita. Podemos depreender disso que todos esses fatores são relevantes, mas que a *estrutura do mercado eleitoral* é especialmente sensível nesse cálculo.

Segui esse raciocínio na pesquisa que resultou nesta tese, tendo como ponto de partida a hipótese de que o surgimento de mais partidos de direita pode ser explicado pelo cálculo de “entrada” no sistema partidário. Esse cálculo depende das seguintes variáveis: (1) a distribuição



das preferências eleitorais em termos ideológicos, (2) a concentração dos votos em cada segmento desse mercado e (3) os interesses conjunturais dos fundadores das novas siglas. Para conferir a validade dessa hipótese, o texto está estruturado da seguinte forma. O próximo capítulo articula a proposta teórica aqui apresentada com o debate na literatura sobre a criação de partidos. A literatura explica a criação de novos partidos com base em três abordagens principais: mudanças socioestruturais, condições institucionais e dinâmicas das elites partidárias (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013). Na perspectiva adotada neste trabalho, que é a econômica, a interação da primeira explicação com a última é fundamental, já que o aspecto institucional atua homogeneamente na esquerda e na direita. Com efeito, toma as clivagens sociais como a manifestação persistente das preferências ideológicas, responsáveis pela estruturação da demanda do mercado eleitoral (NORRIS, 2005a). Proponho, sobretudo, que a decisão das lideranças visando à criação de um partido leva em conta essa estrutura; mas não apenas isso, uma vez que o posicionamento dos partidos já consolidados também é essencial (DOWNS, 1999). Em sua interface com a oferta, essa estrutura impacta a escolha das elites, seja pela identificação partidária dos eleitores, seja pela concentração dos votos em legendas específicas. Assim, mediante a concepção de mercado eleitoral, articulo as três perspectivas teóricas em uma “teoria integrada”.

No capítulo 2, apresento a contextualização do problema, considerando a evolução do sistema partidário desde 1990. Faço a genealogia dos partidos brasileiros, considerando-a em paralelo às mudanças institucionais do sistema eleitoral e da legislação partidária. Como evidencia o debate sobre o presidencialismo de coalizão, esses aspectos afetam sobremaneira o multipartidarismo brasileiro. Ainda neste segundo capítulo identifico o posicionamento ideológico dos 25 partidos criados desde 1990. Para isso, combino duas técnicas difundidas na literatura, a do *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR) e a que utiliza os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira. Com esses dados descritivos, demonstro que, de fato, a maioria dos novos partidos é ideologicamente de direita.

O capítulo 3 inicia a parte explicativa da tese, discutindo, em primeiro lugar, o posicionamento dos partidos como elemento da estruturação do mercado eleitoral. Assim, a primeira seção discute a oferta partidária, apresentando as políticas públicas ofertadas pelos partidos conforme sua posição no eixo direita-esquerda. Considerando que cada partido ocupa uma posição nesse espaço, vemos que novos entrantes não respondem às possíveis oportunidades espaciais da competição no sistema partidário brasileiro (ZUCCO JR; POWER, 2019). Ao contrário, os partidos se sobrepõem em posições ideológicas similares na centro-

direita, mesmo quando há espaços disponíveis na esquerda e na extrema-direita. A segunda seção discute a demanda, mediante a análise de pesquisas de opinião sobre as preferências ideológicas dos eleitores. Como mostrarei, a demanda, por si só, tampouco consegue explicar por que surgiram mais partidos de direita, apesar de ser uma variável relevante no cálculo das elites quando elas decidem fundar uma legenda. Por outro lado, quando análise recai sobre a relação entre a demanda e a oferta, sua importância se torna mais demarcada. Por fim, a análise da identificação partidária indica uma diferença substancial entre os segmentos do mercado – na esquerda, ela é mais alta, e com um predomínio do PT; na direita, ela não só é mais baixa como não há um partido que se sobressaia.

O foco da terceira seção do capítulo é a estrutura do mercado eleitoral. O propósito é apresentar subsídios que sustentam a hipótese de que a decisão de criar um partido depende da relação oferta-demanda no âmbito da estrutura do mercado eleitoral nos nichos ideológicos de direita e de esquerda. Utilizando os dados sobre as votações, examino a fragmentação do eleitoral nesses segmentos do mercado, bem como a volatilidade eleitoral dos partidos no interior desses dois blocos. Os resultados permitem demonstrar que existem oportunidades e constrangimentos assimétricos que afetam as elites partidárias de cada nicho ideológico de maneiras distintas.

Por certo, houve novos partidos, bem-sucedidos eleitoralmente, que surgiram defendendo pautas até então não ofertadas de maneira consistente, como são os casos do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Republicano Brasileiro (PRB/Republicanos), ambos conectados às igrejas neopentecostais, do Partido Verde (PV), associado às questões ambientais, e também do NOVO, um partido identificado explicitamente com o discurso liberal-econômico. Por outro lado, também há a casos em que os novos partidos não emergiram como ofertas a demandas específicas ainda não contempladas. Alguns deles foram criados para que seus fundadores – lideranças minoritárias de partidos pré-existentes – conseguissem obter mais recursos do Estado (POWER; RODRIGUES-SILVEIRA, 2018), como, por exemplo, o Partido Social Democrático (PSD) e o Solidariedade. De todos os modos, o fato de que essa estratégia tenha sido adotada pelas elites da direita, mas não pelas elites da esquerda, reforça a validação do mecanismo explicativo; ou seja, de que os cálculos realizados para criar um partido não dependem isoladamente nem do arranjo institucional e nem das demandas inerentes às clivagens ideológicas, mas da integração desses fatores com algo essencial, o grau de abertura de cada nicho do mercado eleitoral.

O quarto e último capítulo analisa a percepção das elites partidárias acerca dos fatores motivacionais que levam à decisão de criar um partido. Por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças e presidentes fundadores dos 25 partidos lançados desde 1990, mostro que as variáveis *estrutura do mercado eleitoral*, oferta-demanda, clivagens ideológicas, legislação partidária e eleitoral estão presentes, de alguma forma, na avaliação do ambiente político dessas lideranças quando o lançamento de uma nova legenda é percebido como uma ação estratégica racional para trazer ganhos em termos de votos, cargos e verbas.

Nas conclusões, destaco as contribuições deste estudo. Em primeiro lugar, de maneira mais geral, seus achados contribuem para a agenda de pesquisas sobre novos partidos no Brasil, em especial, por meio do seu enquadramento ideológico. Em termos empíricos, essa contribuição consiste na proposta de classificação ideológica de todos os partidos criados no Brasil desde 1990. Essa é uma contribuição original porque várias dessas legendas, que vêm alcançando uma proporção cada vez maior de votos e o acesso aos recursos estatais, receberam pouca atenção da literatura. Em termos metodológicos, a contribuição da tese para a agenda de pesquisas sobre esse tema é recorrer à combinação de métodos e dados distintos para testar a validade de sua hipótese – legislação, dados eleitorais, *survey*, análise de programas, entrevistas com lideranças e cálculo de índices de desempenho do sistema partidário.

Em termos teóricos, a contribuição maior é reforçar a necessidade de abordagens integradas que articulem as explicações convencionais num modelo unificado. Além disso, esta tese articula dois temas caros à Ciência Política: novos partidos e ideologia. No Brasil, são poucas as investigações sobre as agremiações que entraram no sistema partidário nas últimas duas décadas<sup>1</sup>, e menos ainda os estudos sobre o seu perfil ideológico<sup>2</sup>. Nesse caso, o déficit de análises, em alguma medida, deve-se às dificuldades para se definir e operacionalizar esse conceito – é preciso, antes de qualquer proposição, definir direita e esquerda como uma escala unidimensional que traga respostas consistentes sobre a ideologia. Essa não é uma tarefa fácil porque os parâmetros dos posicionamentos nessa escala mudam no espaço e no tempo (BOBBIO, 1995; GIDDENS, 1996). Contudo, no Brasil, direita e esquerda ainda são rótulos

<sup>1</sup> Conferir Krause, Schaefer e Barbosa (2018).

<sup>2</sup> De fato, é crescente a literatura sobre a nova direita no Brasil, ainda na década de 1980 (CAMPELLO DE SOUZA, 1992; PIERUCCI, 1987), retomada nos últimos cinco anos (CEPÊDA, 2018; CODATO; BERLATO; BOLOGNESI, 2018; CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015; MESSENBURG, 2017; ORTELLADO; SOLANO, 2016; PINHEIRO-MACHADO; DE FREIXO, 2019; ROCHA, 2019; SANTOS; TANSCHKEIT, 2019; TELLES, 2015; VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). A maioria desses trabalhos, porém, discute os desdobramentos da emergência da direita no Brasil nos últimos anos, especialmente quanto ao pensamento de suas lideranças políticas. Mais especificamente sobre o sistema partidário, Codato, Bolognesi e Roeder (2015) discutem como os partidos de direita, divididos em “novos” e “velhos”, vêm se comportado eleitoralmente.

que recorrentemente posicionam movimentos sociais, políticas públicas e partidos no nosso sistema político, delineando a disputa política. Essa sinalização é feita por analistas, jornalistas e também acadêmicos, e de certa forma, entendida pelos eleitores e cidadãos brasileiros.

## **1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Partidos políticos são uma instituição central para compreender as dinâmicas democráticas. Como aponta Schattschneider (1942, p. 1), “os partidos políticos criaram a democracia moderna e a democracia é impensável, exceto em termos de partidos”. Eles formam uma condição necessária para a democracia liberal e representativa, por serem, como aponta Sartori (1976, p. ix), “a estrutura central de intermediação entre sociedade e governo”. Esse reconhecimento resultou em uma literatura com mais de um século de história, sendo uma das mais prolíficas da disciplina de Ciência Política. Para se ter uma ideia, Caramani e Hug (1998), em uma análise bibliométrica sobre partidos e sistemas partidários na Europa, encontraram mais de onze mil trabalhos somente entre 1945 e 1998. Com isso em mente, este capítulo tem como objetivo revisar a literatura sobre partidos, com foco nas abordagens teóricas sobre as explicações para o surgimento de novas legendas.

Harmel e Robertson (1985) destacam três conjuntos de fatores diferentes que atuam sobre a criação de partidos: sociais (novas clivagens ou pautas), estruturais (tipo de sistema eleitoral, centralização governamental, tipo de governo – parlamentar ou presidencial) e políticos (ideológico, comportamento partidário e de líderes). De maneira similar, Kestler, Krause e Lucca (2013) destacam três componentes explicativos principais sobre a origem de novos partidos: mudanças estruturais e sociais, condições institucionais e cálculo dos atores políticos. Neste capítulo, busco destacar pontos específicos sobre a criação de partidos e, a partir desse panorama, defendendo que o surgimento de partidos é um produto da interação desses três aspectos.

Nas próximas três seções discuto cada uma dessas três abordagens. Assim, é possível discutir as valências de cada uma das perspectivas frente às particularidades do caso brasileiro e propor uma teoria integrativa capaz de explicar o problema de pesquisa desta tese, o fato de a maioria de novos partidos serem estarem à direita do espectro político ideológico. Proponho que o surgimento de mais partidos de direita no sistema partidário brasileiro em comparação com os de esquerda demanda associar as distintas teorias explicativas em um quadro analítico integrado, que apresento na última seção. Conforme já mencionado, minha proposta reinterpreta essas três abordagens como estruturantes de um mercado eleitoral que condiciona o cálculo pelo qual elites políticas decidem criar uma agremiação.

## 1.1 MUDANÇAS SOCIOESTRUTURAIIS

A primeira abordagem teórica sobre a criação de novos partidos trata esse fenômeno como uma resposta ao surgimento de novos grupos sociais carentes de representação, a partir de mudanças estruturais na sociedade. Essa perspectiva tem sua origem relacionada com o surgimento dos sistemas partidários europeus e a sobrevivência de partidos em geral. Os primeiros trabalhos sobre partidos políticos, publicados no início do século XX, como os de Ostrogorski (2008) e Michels (1978), já destacavam a importância da ampliação do sufrágio para a criação dessas organizações. De tal expansão, grupos políticos passaram a demandar representação e encontraram resposta na criação de novos partidos. Na década de 1950, Neumann (1956) também dá ênfase à inclusão de eleitores no escrutínio para classificar partidos como os de integração democrática, criados para dar contate dessas transformações a partir de organizações robustas, como sindicatos.

De maneira mais acentuada, Duverger (1987), em sua clássica “teoria geral”, realça a criação de dois tipos de formações partidárias modernas com origens sociais distintas: os partidos de quadros e os partidos de massas. O primeiro surgiu a partir de grupos de quadros parlamentares, e o segundo a partir da entrada de novos grupos externos competitivos graças ao sufrágio ampliado. As legendas surgem para desempenhar o papel de base organizacional tanto para a elite (para competir entre si) quanto para novos competidores (para reivindicar o poder), a partir do acesso ao voto para uma parcela maior da população. Historicamente, enquanto partidos de quadros foram criados por membros prévios da vida política parlamentar para estruturar a competição entre os notáveis, o partido de massas surgiu a partir do final do século XIX, imbuído no processo que levou as massas à competição eleitoral. A origem deste último está ligada aos movimentos sociais organizados, como sindicatos e grupos socialistas, que optaram pela criação de comitês eleitorais para disputar o parlamento, onde não estavam presentes até então.

Enfocando a construção dos sistemas partidários, LaPalombara e Weiner (1972) apresentam três visões sobre a origem dos partidos: uma focada na necessidade de acomodar a ampliação do sufrágio; outra como parte do processo contínuo de modernização<sup>3</sup>; e a principal, como resultado de crises históricas. Essas crises, por sua vez, podem ser de legitimidade, de

---

<sup>3</sup> Para os autores, ainda, a origem dos partidos, profundamente associada aos contextos históricos de crise, também está intimamente ligada com o processo de modernização: “embora as crises históricas possam ser um catalisador para a organização dos partidos, parece claro que eles não se materializarão, a menos que já tenha ocorrido uma medida de modernização” (LAPALOMBARA; WEINER, 1972, p. 21).

integração e de participação<sup>4</sup>. Na visão dos autores, tais crises colocaram uma “carga” sobre o sistema tradicional que resultou na emergência dos primeiros partidos; mas, mais do que isso, também foram fatores críticos na determinação dos padrões de evolução partidária na sequência (ibid. p. 14). A proposta dos autores é de que existiram momentos oportunos para que os partidos surgissem, como crises e mudanças estruturais que abriram espaço político.

Nessa abordagem, ainda há uma literatura que analisa os partidos como um reflexo não apenas de expansão de bases sociais, mas também de explicitamente do surgimento de grupos específicos que demandavam representação (WEBER, 2014). Dessa forma, as legendas são formadas a partir de setores sociais que buscavam representação formal, para responder às suas demandas específicas e traduzir a realidade social em realidade política. Essa perspectiva sociológica dos partidos fica ainda mais em voga a partir da obra de Lipset e Rokkan (1967), que elaboraram a clássica conexão entre clivagens sociais e partidos políticos. Os autores teorizaram que os sistemas partidários europeus são reflexos das divisões na sociedade europeia, frutos de revoluções sociais, e que encontram paralelo em outras sociedades ocidentais. São quatro as clivagens estruturantes dos sistemas partidários ocidentais: religiosa (Igreja *versus* Estado), centro-periferia (elites nacionais *versus* elites periféricas), rural-urbano (proprietários de terra *versus* indústria) e classe (patrões *versus* trabalhadores). Enquanto as duas primeiras divisões sociais são decorrentes da construção dos Estados-nação, as duas últimas são reflexo da revolução industrial. Ou seja, essas fraturas resultaram em clivagens que se politizaram e criaram partidos políticos. Conforme a perspectiva dos autores, os sistemas partidários se definiram a partir dessas clivagens até alcançar o nível de congelamento: “os sistemas partidários da década de 1960 refletem, com poucas exceções, mesmo que significativas, as estruturas de clivagem dos anos 1920” (LIPSET; ROKKAN, 1967).

Seus conceitos continuam sendo utilizados não apenas para tratar do surgimento dos partidos modernos e dos sistemas partidários europeus, como também ao discutir mudanças nos sistemas partidários das democracias consolidadas e o desenvolvimento das de terceira onda.

---

<sup>4</sup> LaPalombara e Weiner (1972) argumentam que, historicamente, as crises de legitimidade foram centrais na formação de partidos quando a estrutura política e a autoridade de governo estavam desgastadas. Resultariam em movimentos de massa que desafiam os líderes, como os nacionalistas que buscavam mudar o sistema de governo. As crises de integração estariam relacionadas ao contexto europeu, como na Alemanha e na Itália, mas também aos partidos nacionalistas asiáticos e africanos e os partidos separatistas. Esse tipo de crise pode ocorrer com a criação de partidos preocupados com o estabelecimento de organizações locais de suporte, com o intuito de acomodar demandas negligenciadas pelo poder local. Por fim, os autores apontam que as crises de participação, com grandes transformações econômicas e sociais, foram os principais gatilhos para a criação dos partidos políticos modernos. Essas crises envolveram uma mudança subjetiva no relacionamento entre o indivíduo e a autoridade, sendo acompanhadas por demandas de representação política frente à elite tradicional, como monarquia, chefes coloniais e tribais.

Pode-se afirmar que a contribuição mais valiosa dos autores foi a proposição dos termos para uma análise sociológica do surgimento de partidos, ao considerar que características sociais (como classe, religião, região e tradição política no caso europeu) determinariam os sistemas partidários.

Essa perspectiva sociológica, baseada em clivagens está presente na análise de Lijphart (2008), sobre modelos consensuais, nos quais religião, classe e língua têm papel central. Inglehart (1990) analisa o choque intergeracional entre a agenda tradicional dos partidos políticos, voltada para o crescimento econômico e segurança social, e a agenda das gerações mais jovens, que teriam valores mais preocupados com questões sociais não econômicas. Para o autor, entre as gerações em análise, houve uma mudança de valores materialistas para pós-materialistas, o que impacta em mudança de clivagens e, por decorrência, no sistema partidário, com o declínio de legendas tradicionais e a criação de novas. Isso fica mais claro nos trabalhos sobre a ascensão de partidos da nova esquerda (KITSCHOLT, 1994; MÜLLER-ROMMEL, 1985; POGUNTKE, 1987) e da extrema-direita (IGNAZI, 1996; KITSCHOLT, 1995; NORRIS, 2005a, 2005b).

Essas novas legendas com novas pautas, no entanto, ajudaram justamente a questionar a tese do congelamento dos sistemas partidários europeus. Novas legendas estavam participando de eleições e ganhando representação, fragmentando os sistemas e as identidades coletivas. As transformações nas preferências individuais progressivamente impactaram nas normas e comportamentos participativos especialmente nas sociedades industriais e avançadas, segundo essa perspectiva sociológica. As demandas por questões sociais não econômicas – como igualdade de gênero e raça, direitos dos grupos LGBTQ+, desarmamento, políticas antinucleares e meio ambiente –, somada à agenda de estado de bem-estar social já estabelecida, afetaram a divisão dessas sociedades. Kitschelt (1994) afirma que essas mudanças de valores afetaram as estruturas de oportunidade, ou seja, as condições socioeconômicas que incentivam a população a ser receptiva a bandeiras da “nova esquerda” na década de 1960.

O impacto desse realinhamento nos partidos mostrou que os tradicionais muitas vezes não conseguiram responder às novas demandas sem arriscar sua base de apoio, o que fez com que “novos partidos políticos devem ser claramente identificáveis como um produto desse conflito sobre o paradigma político dominante e o estilo político” (POGUNTKE, 1987, p. 81). Um exemplo importante dessa dinâmica é o dos partidos Verdes europeus. O Partido Verde alemão, por exemplo, passou a defender questões antes negligenciadas por partidos estabelecidos, tanto no governo como na oposição e com isso ganhou espaço eleitoral



(MÜLLER-ROMMEL, 1985). O surgimento de partidos, nessa concepção, está relacionado a uma falha de mercado eleitoral (LAGO; MARTÍNEZ, 2011), já que a população estava demandando políticas não ofertadas.

Pode-se afirmar ainda que houve uma mudança importante no sistema partidário. Os partidos de massa já vinham ampliando suas bases com o intuito de garantir mais votos. O maior reflexo desse processo é o surgimento de partidos catch-all, conceituado por Kirchheimer (2012). Esses partidos passaram por uma redução drástica da bagagem ideológica, focando em profissionalização das campanhas e no recrutamento de uma parcela maior e mais difusa da população. Se antes os analistas políticos tentavam prever o comportamento eleitoral a partir de características sociológicas estáveis e amplamente utilizadas (CAMPBELL *et al.*, 1980; LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944), agora isso ficaria mais difícil<sup>5</sup>. Conforme os partidos se afastaram de suas bases, em um processo crescente de desalinhamento (DALTON; WATTENBERG, 2002; SCARROW, 2015), novas pautas de participação cidadã foram colocadas de maneira definitiva para que as divisões sociais clássicas, especialmente as de classe, fossem substituídas pelas de valores na criação de novos partidos.

Contudo, é essencial salientar que a classe não deixou de ser balizadora desses fluxos. Houve, de fato, mudanças. De um lado, a classe média relativamente distante do processo de produção, os profissionais mais instruídos e os jovens passaram a apoiar a agenda social mais liberal da nova esquerda. Do outro, a classe baixa se viu cada vez menos identificada com os objetivos políticos não materialistas que começavam a ser incorporadas pelos partidos de

---

<sup>5</sup> Há uma grande literatura sobre como os partidos entraram em crise a partir deste processo. Kirchheimer (2012) destaca que os partidos tradicionais estavam passando por transformações profundas: a partir de seu trabalho, a noção de que os partidos eram representantes pré-definidos de setores da sociedade foi desafiada. Se antes estavam próximos de seus representados, eles passaram a ter estratégias para a ampliação de sua base para alcançar um eleitorado maior. Cada vez mais distantes de seus grupos sociais, a legitimidade das agremiações como atores de representação dos cidadãos junto ao governo passou a ser inclusive questionada, com os *surveys* de opinião pública indicando que a confiança nessas instituições e a identificação partidária caíam progressivamente. A volatilidade eleitoral crescente também mostrava que as clivagens tradicionais já não correspondiam aos alinhamentos partidários anteriores (DALTON; WATTENBERG, 2002) e que, talvez, o sistema não estivesse congelado. As segmentações sociais tradicionais deixam de ser essenciais para a relação entre o Estado e a sociedade, o que impacta nos partidos enquanto canalizadores das preferências dos cidadãos. Com a comunicação em massa, por meio da televisão, as cúpulas dos partidos (e seus profissionais de marketing) puderam levar a mensagem para mais eleitores em potencial, com os recursos humanos dos militantes deixando de ser necessários (MAIR; VAN BIEZEN, 2001; SCARROW, 2015; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). Ainda, a exclusividade dos partidos como agentes únicos de representação também foi questionada (LAWSON; MERKL, 1988). Movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos, federações de empresas e grupos de pressão estão assumindo o papel de interlocutores junto ao governo e podem estar mais bem preparados para lidar com a realidade que se impõe. Porém, há uma outra literatura que aponta que esses fenômenos não necessariamente são sintomas de declínio dos partidos. São, sim, novos desafios aos quais estão se adaptando e respondendo. Esse ponto é extenso nas contribuições de Katz e Mair (1995, 1996, 2009). De acordo com os autores, essa crise se abate apenas em uma das faces dessas organizações: justamente na relação com a sociedade. A face governamental, por outro lado, se adaptou ao ambiente e está cada vez mais fortalecida..

esquerda tradicionais. A mudança de valores e a crise de legitimidade da sociedade ocidental resultaram, então, além da “nova esquerda”, uma “nova direita”, que emergiu nas décadas de 1970 e 1980 e arrebanhou antigos eleitores à esquerda que passaram a questionar o *establishment*. Esse movimento pode ser visto também como reação à sociedade pós-industrial, mas de maneira oposta à tratada pela esquerda, com mais atomização, alienação, voltada à tradição e às pautas de segurança (neoconservadorismo autoritário) (IGNAZI, 1996).

Nesse contexto, Kitschelt (1995) aponta que novos partidos de direita surgiram porque a clivagem direita-esquerda estava desgastada e outra tomou o seu lugar: a liberal-autoritária. Esses novos partidos têm seu sucesso associado a capacidade de combinar os dois lados dessa clivagem. Nas suas pautas de costumes, essas agremiações eram conservadoras, exigindo mais ordem, respeito à autoridade e à identidade nacional, em particular como forma de se posicionar contra movimentos migratórios. No lado da economia, no entanto, eles passaram a questionar a intervenção do Estado e as políticas de bem-estar social, próximos de um ideal liberal. Os exemplos desses novos partidos são vários na Europa Ocidental: Movimento Sociale Italiano (MSI), de 1994; o austríaco Freiheitliche Partei Österreichs (FPÖ), refundado em 1986; o suíço Schweizerische Volkspartei (SVP), de 1971; o dinamarquês Dansk Folkeparti (DFP), de 1995; o norueguês Fremskrittspartiet e Framstegspartiet (FrP), de 1973; o belga-flamengo Vlaams Belang, de 2004; a francesa Front National, de 1972 (NORRIS, 2005b).

Ainda assim, apesar do crescimento constante das votações desses partidos, eles não podem ser considerados plenamente relevantes na competição partidária desses países. Não há dúvidas que todo esse processo resultou em uma ressignificação da direita e esquerda na sociedade, o que afetou inclusive os índices de volatilidade eleitoral e ameaçou a hegemonia eleitoral e governamental dos partidos do *mainstream* (MEGUID, 2005). Portanto, as abordagens sociológicas encontram obstáculos diante dos inúmeros partidos de direita radical e verdes que atraem pouco apoio sob circunstâncias propícias e significativas.

Em todo caso, como apontam Bartolini e Mair (2007), é importante enfatizar que os cidadãos, no geral, continuam se identificando com as mesmas famílias políticas. O índice de volatilidade eleitoral nas democracias europeias pode ter aumentado ao longo das décadas, porém, considerando os partidos em blocos ideológicos, essa mudança não é expressiva. Pode-se dizer que, apesar dos novos partidos criados, os tradicionais também conseguiram absorver boa parte das agendas pós-materialistas, se adaptando aos novos desafios impostos. Como aponta Mair (1993), ainda há uma certa estabilidade nos sistemas eleitorais europeus, com

alinhamentos relativamente mantidos, nos quais os partidos antigos ainda permanecem. É preciso destacar que novas legendas ainda são minoria nos sistemas antigos.

Em resumo, a abordagem teórica de mudança socioestrutural para explicar o surgimento de partidos considera alterações nas estruturas sociais, derivadas tanto de grandes eventos históricos (como a ampliação do sufrágio), quanto de mudanças das clivagens sociais que transformam identidades sociais em políticas. Essas teorias atestam que os sistemas partidários e os partidos mudam quando há uma mudança saliente nas clivagens, explicando tendências de longo prazo; mas não conseguem explicar ajustes e mudanças mais conjunturais. A vertente sociológica, por natureza, dá menos atenção à agência tanto dos eleitores quanto dos partidos. Isso porque pressupõe que eleitores incluídos em uma clivagem terão os mesmos objetivos que os partidos que os representam, como um reflexo automático e imediato (PANEBIANCO, 2005). Do mesmo modo, partidos são vistos apenas como um canal de conexão entre cidadãos e o governo e não como organizações guiadas por interesses múltiplos. Vale destacar que partidos não criaram crenças religiosas, diferenças entre classes, ou clivagens regionais; porém, suas lideranças fundadoras escolheram politizar e canalizar algumas dessas agendas em vez de outras em seus partidos. Assim, rupturas socioestruturais não se traduzem automaticamente em legendas, o que torna necessário considerar os canais e oportunidades do sistema na criação de partidos (MAIR, 2006).

## 1.2 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Nesta seção, busco revisar a literatura que discute como as instituições políticas impactam os partidos. Essa literatura busca explicar dois fenômenos que são distintos ainda que profundamente relacionados: a criação de novos partidos e a fragmentação do sistema. O primeiro tem impacto direto no segundo, conforme novos partidos passam a ter sucesso eleitoral. Como abordo ao longo da tese, a fragmentação, por sua vez, também ajuda a estruturar o mercado eleitoral para que elites partidárias decidam ou não entrar na disputa política. Pela sua proximidade, esses dois fenômenos são usualmente analisados a partir de variáveis institucionais similares: o sistema eleitoral e a legislação partidária. Como exposto, a literatura internacional aponta como as variáveis institucionais afetam a criação e a fragmentação partidária em uma série de sistemas políticos distintos. Com o objetivo de focar no caso brasileiro, aqui apresento ainda a literatura sobre os determinantes da fragmentação no caso brasileiro.

A perspectiva seminal de Duverger (1987) oferece um ponto de partida para a análise dessas variáveis institucionais. Além das características socioeconômicas e dos fatores ideológicos, Duverger destaca a importância das regras eleitorais em um sistema partidário: em três hipóteses, sugere causalidade entre fórmulas eleitorais e o número de partidos. Suas proposições básicas, que ficaram conhecidas como “Leis de Duverger”, estão divididas em três enunciados:

1. a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis;
2. o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis;
3. o escrutínio majoritário de turno único tende a um sistema dualista, com alternância de grandes partidos independentes (DUVERGER, 1987, p. 241).

A existência de representação proporcional ou majoritária é crucial para que um sistema seja multipartidário ou bipartidário. Rae (1967) e Riker (1986) questionam a causalidade que as Leis de Duverger apresentam entre o sistema eleitoral e o número de partidos, para além da correlação existente, quanto ao caráter determinístico ou probabilístico desses enunciados. Em um exercício lógico e metodológico para dar conta dessas críticas, Sartori (1986, p. 64) apresenta duas proposições de tendências para lidar com as exceções às tais Leis: 1. Fórmulas de maioria simples facilitam (são condições facilitadoras de) um formato de dois partidos e, inversamente, obstruem (são condições obstrutivas do) o multipartidarismo, 2. Fórmulas de representação proporcional favorecem o multipartidarismo e, inversamente, dificilmente produzem o bipartidarismo<sup>6</sup>.

A abordagem institucionalista para a análise dos sistemas partidários também é adotada por Lijphart (1990), que constata uma alta correlação entre sistemas majoritários e bipartidarismo, e entre sistemas proporcionais e multipartidarismo. Seu trabalho evidencia que sistemas de representação proporcional colocam barreiras menores à obtenção de cadeiras no Legislativo do que sistemas de representação majoritária. Lijphart (1990) destaca ainda que a magnitude eleitoral é uma componente explicativa relevante na variação do número de partidos em sistemas proporcionais: quanto maior a magnitude eleitoral, maior a proporcionalidade do voto e mais favoráveis são as condições para pequenos partidos para eleger candidatos.

---

<sup>6</sup> Entretanto, como também aponta Sartori (1982), não basta apenas contar nominalmente os partidos para entender como funciona o sistema partidário: diferentes partidos têm diferentes pesos nas eleições, na competição partidária e no processo decisório. A partir dessa perspectiva é que se convencionou a tratar de sistemas partidários com base do cálculo do Número Efetivo de Partidos (NEP). Um dos indicadores mais utilizados é o desenvolvido por Laakso e Taguepera (1979), que permite definir a fragmentação do sistema partidário, a partir do tamanho relativo de cada partido, em votos e em representação no parlamento.

Outra forma de entender essa tendência é atentar para o que Duverger (1987) chama de efeitos mecânico e psicológico dos sistemas eleitorais. Pelo efeito mecânico, sistemas eleitorais afetam a capacidade de a pluralidade de preferências, manifestadas em voto, se manifestar proporcionalmente em pluralidade de representação e no número de partidos do sistema. O efeito psicológico deriva da antecipação que os eleitores fazem desse fenômeno, o voto útil. Segundo Lijphart (1990), ambos os efeitos são mediados pela proporcionalidade do sistema, que, por sua vez, é função da magnitude eleitoral. Em distritos uninominais, os eleitores precisam pensar em uma estratégia de voto, considerando os candidatos com maiores chances e por vezes abdicando de eleger seu candidato e partido de preferência. Nos distritos plurinominais, quanto maior for a magnitude eleitoral, maiores as chances de os eleitores conseguirem votar na sua primeira escolha de preferência, fazendo com que pequenos partidos possam ter chances de eleger candidatos quando há mais vagas em disputa e há mais proporcionalidade entre votos e cadeiras. Desse modo, em sistemas eleitorais nos quais a magnitude do distrito é alta, tanto o efeito mecânico quanto o efeito psicológico têm impacto menor.

Esse nexos entre sistemas eleitorais possui robusta sustentação empírica. Para além dos achados de Lijphart, Amorim Neto e Cox (1997) destacam isso em uma análise compreensiva de 54 sistemas eleitorais, afirmando que além das clivagens sociais existentes, a permissividade do sistema eleitoral desponta como fator essencial para a fragmentação dos sistemas. Portanto, pode-se afirmar que criou-se um consenso entre os analistas de que o sistema eleitoral que dita as regras sobre a disputa legislativa tem um impacto significativo no sistema partidário e no número de partidos (NICOLAU, 2012).

Ainda assim, mesmo que ambientes institucionais sejam permissivos para a existência de um maior número de partidos, eles podem oferecer distintos incentivos para que essa maior fragmentação se manifeste na criação de novos partidos. As mesmas causas institucionais da fragmentação partidárias possibilitam que novos partidos consigam eleger parlamentares e, portanto, funcionam como um incentivo para sua criação. Ainda assim, a fragmentação pode se manter e até mesmo aumentar sem a criação de novas legendas. Em outras palavras, mesmo que certos sistemas eleitorais com tendência à fragmentação partidária possam ser condição necessária para uma maior proliferação de partidos, esse aspecto sozinho não dá conta de explicar por que certos sistemas induzem a criação de novos partidos e outros menos. Há uma literatura que se debruça sobre as potenciais causas institucionais dessa diferença.

Um dos primeiros estudos que avaliam como os aspectos institucionais influenciavam especificamente nesse processo de fundação é o de Harmel e Robertson (1985). Apesar dos autores destacarem a heterogeneidade social em sua análise compreensiva, perceberam que as variáveis políticas e estruturais<sup>7</sup> também eram relevantes para promover ou inibir a criação e o sucesso eleitoral de novos partidos. Segundo eles, tamanho da população, pluralidade, heterogeneidade e segregação social influenciam na formação de um grande número de partidos (e também em seu sucesso eleitoral), conversando com a literatura mais ligada à vertente sociológica. Contudo, seu estudo foca no impacto das variáveis do sistema eleitoral: segundo seus dados, a representação proporcional está diretamente relacionada ao êxito eleitoral de novos partidos. Ainda assim, a formação de novos partidos, independente de seu sucesso eleitoral, é mais comum em sistemas majoritários, indo contra a hipótese postulada pelos autores<sup>8</sup>. Todavia, segundo eles, por mais que os fatores políticos estruturais impactem no sucesso eleitoral, não é possível afirmar que eles chegam a inibir a formação de partidos. Hug (2000), questiona a seleção dos casos de Harmel e Robertson (1985) – ao manter em um mesmo conjunto de países com novos partidos fracos, e países sem novos partidos – o que se refletiu em resultados contra intuitivos. De acordo com Hug (2000), fatores institucionais, como leis de representação, custos de registros partidários e as formas de financiamento público são condições causais para a formação dos partidos, mesmo que não para seu sucesso eleitoral.

Willey (1998) testa novas variáveis institucionais que impactam nas conquistas eleitorais de novos partidos. Os resultados do autor a partir da análise de 365 partidos em 18 democracias indicam que sistemas eleitorais têm efeito no sucesso dos novos partidos. Além disso, o tamanho do distrito influencia diretamente na ausência de novos partidos: os novos partidos formados sob distritos de magnitude pequena têm menor probabilidade de sucesso em comparação com os que são formados em grandes distritos. No entanto, contrariando algumas de suas próprias suposições, federalismo e forma de governo (presidencialismo) não mostraram grande significância no sucesso eleitoral de novos partidos.

---

<sup>7</sup> O teste de hipóteses contou com 233 novos partidos em 19 países da Europa e na América anglo-saxã. Foram analisados tamanho da população, pluralidade da sociedade, heterogeneidade religiosa e linguística, segregação, desigualdade social, percepção de temas pós-materiais, número efetivo de partidos, número efetivo de dimensões no sistema partidário existente, facilidade de acesso ao pleito, sistema eleitoral (majoritário ou proporcional), sistema de governo (presidencial ou parlamentar) e federalismo.

<sup>8</sup> Os autores afirmam que essa relação pode ser espúria: “Consistent with Hauss and Rayside's earlier findings (1978:54), none of the political or structural explanations for variant numbers of new parties is supported by our findings. Only the type of electoral system is strongly associated with the number of new parties, and the direction of that association runs contrary to hypothesis 11. This would appear to be a spurious relationship, resulting from the fact that many of the countries with plurality/majority systems also have large, diverse populations” (HARMEI; ROBERTSON, 1985, p. 516).

Essa abordagem institucional enfoca a comparação entre sistemas de diferentes países para identificar e testar variáveis específicas que expliquem melhor como as instituições influenciam na criação e no sucesso eleitoral de novos partidos. De fato, ainda que a tendência fragmentária de sistemas eleitorais de representação proporcional e maior magnitude distrital seja permissiva para criação de novos partidos, outros fatores institucionais parecem explicar as condições nas quais essa permissividade se efetiva. Ainda assim, o foco comparativo da análise na busca por elementos causais gerais pode deixar de perceber aspectos específicos das instituições de cada país. A análise de variação do sistema eleitoral e a legislação partidária dentro de um mesmo sistema permite ver de maneira mais contundente como essas regras estruturam incentivos e constrangimentos gerais para a criação de partidos. No caso do sistema partidário brasileiro, a permissividade eleitoral e da legislação partidária são levantadas pela literatura para explicar como o sistema partidário alcançou a marca de mais fragmentado do mundo.

A literatura institucionalista sobre a redemocratização no Brasil manifestava evidente o pessimismo em relação ao arranjo institucional escolhido, justamente pela forma como ele afeta os partidos. A institucionalização do sistema partidário e a governabilidade brasileiras são o centro dos questionamentos. A junção de presidencialismo, um sistema eleitoral permissivo, o personalismo propiciado pelo sistema, e federalismo (que garante a regionalização do voto) resultaria em políticos autônomos fisiologistas e em partidos fracos (AMES, 2003; MAINWARING, 2002)<sup>9</sup>. O sistema partidário brasileiro foi visto como caótico, com políticos indisciplinados e partidos subdesenvolvidos, permeado por relações clientelistas (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986). Em suma, os partidos brasileiros são fracos e o sistema partidário é instável<sup>10</sup>, abrindo espaço para novas legendas sem relação com a

---

<sup>9</sup> Isso fica mais claro na análise de Mainwaring (2002) sobre sistema político, na qual são apresentados quatro fatores para sua baixa institucionalização: a constância dos principais partidos (medida pela volatilidade e sobrevivência de cada legenda), as raízes na sociedade (identificação partidária), a legitimidade dos partidos e das eleições (integridade eleitoral) e o grau de organização dos partidos. No caso brasileiro, tanto as medidas sistêmicas quanto as de caráter partidário, resultariam em uma frágil institucionalização. Em novo trabalho, Mainwaring (em coautoria com Bizzarro e Power), admite, seguindo a literatura, que houve um processo de institucionalização no Brasil, em comparação com a América Latina, mas que ainda há um desalinhamento entre partidos e eleitores: “We largely agree that Brazilian parties do not have deep roots in society; to put it conversely, most voters do not have strong attachments to parties” (MAINWARING; POWER; BIZZARRO, 2018, p. 181).

<sup>10</sup> Esses movimentos são atestados pelos índices de alta volatilidade eleitoral (mesmo que estabilizada ao longo do tempo), baixa confiança nos partidos, baixa identificação partidária, constante migração partidária e fragmentação crescente, permanecendo a governabilidade brasileira em cheque. Essa percepção é herdeira do viés sociológico apresentado na seção anterior, como aponta Peres (2013) ao analisar a utilização do índice de volatilidade eleitoral, porque entende os partidos a partir da ideia de enraizamento social e de formação de identificação partidária. Quando verificamos esses índices de relação com a sociedade, de fato, a maioria dos partidos brasileiros da redemocratização parece não ter construído laços a partir das clivagens, o que dificulta serem vistos como entes representativos.

sociedade, utilizadas apenas como um canal para alcançar os objetivos personalistas de seus líderes, como votos e participação no governo (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007; KITSCHOLT *et al.*, 2010; LEVITSKY *et al.*, 2016).

Condizente com o consenso da perspectiva institucional, o sistema de representação proporcional leva a uma fragmentação do poder de maneira que mais partidos tenham poder de veto, o que poderia levar a uma paralisia institucional. Vale notar que, no entanto, a regra proporcional brasileira não é tão permissiva quanto essa literatura aponta. No Brasil, o cálculo do quociente eleitoral para a distribuição de cadeiras vigente desde a redemocratização prevê que cada partido precisa alcançar uma cota fixa para eleger um representante. A divisão das sobras é feita a partir das maiores médias entre os partidos que atingiram o QE. Assim, se um partido não alcança o QE, não consegue nenhuma cadeira. Essa fórmula acaba favorecendo os partidos maiores, pois o cálculo das sobras, além de excluir os votos dos que não alcançaram o QE, garante uma representatividade maior daqueles que mais obtiveram votos, o que por si só seria contrário à fragmentação da representação parlamentar no país (NICOLAU; SCHMITT, 1995)<sup>11</sup>. O quociente eleitoral aparece, portanto, como uma cláusula de barreira implícita da fórmula eleitoral, desestimulando a criação de novos partidos e a fragmentação partidária.

Porém, o cálculo do QE é feito a partir das coligações eleitorais para as eleições proporcionais. Assim, legendas menores são compensadas ao conseguir eleger candidatos com votação inferior ao QE, utilizando as alianças eleitorais como forma de contornar a barreira eleitoral implícita na legislação. As siglas mantêm sua autonomia organizacional, apresentando uma lista própria de candidatos, mas veem seus votos agregados aos demais partidos da coalizão eleitoral. Essa peculiaridade das eleições proporcionais faz com que as coligações para a Câmara dos Deputados sejam vistas pela literatura como uma das causas da alta fragmentação partidária no Brasil (BORGES, 2019; CALVO; GUARNIERI; LIMONGI, 2015; DALMORO; FLEISCHER, 2005; DANTAS; PRAÇA, 2010; LIMONGI; VASSELAI, 2018; MACHADO, 2005; NICOLAU, 1996). Para essa literatura neoinstitucionalista mais otimista, os partidos brasileiros são mais racionais do que o esperado, disciplinados e previsíveis nas relações entre o Executivo e o Legislativo<sup>12</sup> (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Essa perspectiva está mais

---

<sup>11</sup> Até 1998, os votos brancos deixaram de fazer parte da contagem de votos válidos, o que aumentava ainda mais o quociente eleitoral, desfavorecendo pequenos partidos.

<sup>12</sup> Ao analisar as votações nominais, se observou que o plenário da Câmara é bastante previsível, seguindo a liderança (em 84,9% das vezes), e, em muitos casos, com um componente ideológico. Figueiredo e Limongi enfatizam ainda uma “forte e marcante preponderância do Executivo [pelo seu poder de iniciar legislação e forçar a apreciação de matérias] sobre um Congresso que se dispõe a cooperar e vota de maneira disciplinada” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 20).



ligada ao entendimento de que os novos partidos são resultado de reorganizações de grupos políticos que respondem ao ambiente permissivo e propício, e que voltam a se agrupar em coalizões na Câmara (AMORIM NETO, 2000). Além disso, há uma linha de trabalhos que defende que o sistema partidário não é fragmentado nas eleições majoritárias, pelo contrário, é concentrado no PT e PSDB, tornando o sistema antes inteligível do que pouco institucionalizado (LIMONGI; CORTEZ, 2010; LIMONGI; VASSELAI, 2018; MELO, 2010; MELO; CÂMARA, 2012). Portanto, a fragmentação é mais nominal do que um atestado de instabilidade do sistema de representação.

Em suma, o desenho institucional brasileiro, de fato, possibilita que pequenos partidos consigam eleger candidatos quando coligados. Com essa facilidade em entrar na Câmara, aumentam os incentivos para que novos competidores tentem ingressar no mercado eleitoral. Desde 1981, 164 partidos pediram o registro no Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, as vantagens para pequenos partidos sobreviverem eleitoralmente ainda que condutora da fragmentação eleitoral como um todo, não explicam por que ela se expande por meio da criação de novos partidos. Isso porque o desenho constitucional escolhido no início da redemocratização – presidencialismo, representação proporcional de lista aberta, distritos formados pelos estados – continua o mesmo, mas houve um aumento progressivo do número efetivo de partidos ao longo dos últimos 30 anos, com a criação de 25 partidos desde 1990.

Assim, é importante destacar o que, de fato, mudou ao longo da reabertura democrática: a legislação sobre a criação de partidos e outras normas – como financiamento e fidelidade partidária. Vale notar que houve incentivos para a criação de partidos, pelo menos até 1995, quando do endurecimento da burocracia para a criação com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Mesmo assim, o número efetivo de partidos continuou crescendo a cada eleição. A atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como legislador nas questões de fidelidade partidária, repartição do fundo e cláusula de barreira foi incentivadora para a criação de novas legendas, com foco em possibilitar que minorias conseguissem representação partidária e recursos públicos. Contudo, a partir da legislação de 2015, houve uma inclinação mais evidente da legislação para tornar esse processo mais burocrático. As consequências do prazo mais delimitado para a coleta de assinaturas e, principalmente, do fim das coligações para eleições proporcionais ainda serão sentidas ao longo dos próximos anos.

Essa revisão da literatura internacional e brasileira sobre como as instituições afetam a criação de novos partidos demonstrou como essa é uma condição necessária, porém não suficiente para a explicação desse fenômeno. No caso brasileiro, a permissividade da legislação

possibilita que os partidos sejam criados a partir de demandas especiais e nichos reduzidos. Portanto, vale enfatizar que por mais que o ambiente institucional seja permissivo, os partidos não são criados espontaneamente. Essa abordagem não explica por que em sistemas semelhantes observa-se variação no número de novos partidos, ou até mesmo porque em um mesmo país pode haver variação sob uma legislação constante. Esse último ponto é especialmente importante para esta tese. As instituições são constantes para explicar por que foram criados mais partidos de direita do que de esquerda, já que a legislação não oferece incentivos específicos para quaisquer lados do espectro ideológico, atuando de maneira homogênea sobre as elites partidárias de direita e de esquerda.

### 1.3 CÁLCULO DAS ELITES PARTIDÁRIAS

As abordagens anteriores têm como foco a integração dos partidos com o ambiente, tanto social quanto institucional, destacando como eles são criados a partir das estruturas dadas. Essas perspectivas estão próximas de um argumento que dá mais ênfase à importância do sistema antes da agenda individual dos atores políticos (SCARROW; WEBB; POGUNTKE, 2017). Assim, a terceira abordagem proposta aqui foca nos agentes formadores de partidos políticos, cuja interação com a sociedade possui objetivos contingentes e uma racionalidade limitada.

O principal trabalho desse enfoque é o de Downs (1999). Além de desenvolver uma das obras mais relevantes sobre a teoria da escolha racional, o autor a aplicou diretamente aos partidos: seu o principal objetivo é maximizar votos para alcançar representação e cargos. Mais que isso, partidos são definidos por esse objetivo:

um partido político é uma equipe de homens que buscam controlar o aparato de governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída. Por aparato de governo, entendemos o equipamento físico, legal e institucional que o governo usa para cumprir seu papel especializado na divisão do trabalho. Por equipe, entendemos uma coalizão cujos membros concorram sobre todas as suas metas, em vez de apenas parte delas (DOWNS, 1999, p. 47).

Dois pontos se sobressaem aqui: a ganhar a eleição seguinte é o principal objetivo de um partido, e isso está unificado dentre todos os membros, elite e filiados. A premissa fundamental do modelo do autor é de que os “partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (ibid, p. 50). Considerando que todos os políticos são motivados pelas benesses dos cargos, a função social das legendas – a de formular e

executar políticas públicas –, só é uma forma de alcançar e permanecer no governo. Isso seria reflexo da prevalência do interesse pessoal na ação humana (ibid, p. 56)<sup>13</sup>.

Portanto, essa abordagem enfatiza a importância do cálculo estratégico para os dirigentes na criação de uma nova legenda. Tendo nos partidos o nível de análise, não nos países ou sistemas partidários, esses estudos possuem uma aplicação que pode ser útil na medida em que não desconsideram o ambiente que fomenta a criação de partidos (por fatores no plano macro, sejam eles sociológicos ou institucionais), mas destacam também a agência das elites partidárias.

A teoria advoga um modelo de proximidade espacial, no qual os partidos mobilizam assuntos politicamente e autonomamente. Longe de serem agentes de setores sociais pré-fixados, os partidos modelam ideologias a partir da análise da distribuição da opinião pública e das posições relativas de outros partidos como forma de entender o mercado político e assim desenvolver um cálculo para maximizar seus votos. Ideologias são então vistas como instrumentos, armas na disputa de poder (ibid., p. 117). A posição ideológica tem que estar perto daquela dos eleitores e distante dos demais partidos: sua localização no espectro político vai depender, então, tanto de onde os demais estão, quanto de onde estão posicionados os eleitores (ibid., p. 149). Eleitores, por sua vez, utilizam as ideologias como ferramentas úteis para concentrar as diferenças entre uma legenda e outra. Elas servem como um atalho informacional em um mundo de incertezas e de informação limitada e assimétrica, no qual o eleitor não investirá tempo pesquisando uma ampla gama de questões para definir seu voto. Isso provê aos eleitores previsões a respeito do comportamento de seus representantes, tanto no governo quanto na oposição.

Dessa maneira, ao posicionar em um eixo direita-esquerda, os partidos adentram o mercado e se posicionam até que o número de partidos chegue ao equilíbrio, em uma congruência ideológica. Nos EUA, por exemplo, os eleitores e os partidos Republicano e Democrata estão próximos do centro ideológico, onde conseguiram adaptar suas plataformas ao longo do tempo para maximizar o número de votos. Em um sistema multipartidário, no entanto, as agremiações buscariam, de acordo com Downs, permanecer ideologicamente

---

<sup>13</sup> Esse egoísmo também prevalece entre os eleitores. Diferentemente da vertente sociológica, Downs afirma que os eleitores não necessariamente votam a partir de seus vínculos afetivos, programáticos ou de pertencimento a uma classe, religião, etnia, região. Esses aspectos sociais não constituem, nessa perspectiva, identidades políticas automáticas. Nesse sentido, o autor enfoca na preferência dos cidadãos para desenvolver ligações com um determinado partido porque acreditam que esse vai defender melhor seus interesses imediatos. Assim, as preferências políticas passam a ser mais definitivas do que a identificação social.

distintas umas das outras, como forma de equilibrar e corresponder o número de partidos às suas posições ideológicas (ibid., p. 143). Entretanto, esse cálculo de posicionamento relativo pode ser mais complexo em sistemas igualmente mais complexos. Por exemplo, para entendermos a realidade brasileira, é preciso ainda levar em consideração que diferentemente do que propõe Downs, não há uma mesma distância entre cada partido e seus vizinhos imediatamente adjacentes (ibid, p. 147). Grofman (2004) destaca que os modelos de competição multipartidária não encontraram esse equilíbrio entre número esperado e localizações de partidos: para cada partido encontrado, há outro na próximo de sua localização ideológica, como no caso brasileiro, no qual há mais legendas à direita do centro do que à esquerda, a maioria acumuladas próximo do centro.

Com foco na criação de legendas, Downs aponta que partidos novos podem ter mais sucesso quando lançados após alguma mudança na distribuição de ideologias entre os eleitores, o que aproxima o autor da primeira abordagem sobre surgimento de partidos apresentada aqui<sup>14</sup>. Isso porque não seria possível criar agremiações bem-sucedidas para além do limite polimodal<sup>15</sup> já colocado, ou seja o número de nichos existentes na distribuição de preferências do eleitorado (cf. DOWNS, 1999, p. 143). Essa delimitação no número de partidos é estimada pela relação entre a oferta dos partidos existentes e a distribuição de preferências dos eleitores, porque, uma legenda nunca seria fundada por dirigentes que pensam que não vão obter votos ou conquistar quaisquer cargos<sup>16</sup>. Quando ocorre uma mudança na distribuição dos eleitores, os partidos tradicionais demoram mais para responder e se movimentar no eixo direita-esquerda, porque têm inércia organizacional (HOPKIN; PAOLUCCI, 1999). Não estando associados a um eleitorado prévio, novos partidos têm mais flexibilidade para reagir a mudanças nas preferências dos eleitores, podendo selecionar o ponto mais oportuno na escala para se posicionar e, a partir daí, modelar seu programa. Ou seja, partidos novos podem entrar no sistema onde quer que seja mais vantajoso em termos ideológicos. Assim, na teoria de Downs, o cálculo estratégico das lideranças para a criação de novos partidos passa pela percepção de

---

<sup>14</sup> Como o sufrágio universal, um enfraquecimento das perspectivas tradicionais por eventos importantes como a Segunda Guerra, ou uma revolução social como a industrial (DOWNS, 1999, p. 151)

<sup>15</sup> Em referência, ao número de pontos modais da distribuição. Distribuições com várias modas teriam maior espaço para diferenciação.

<sup>16</sup> Downs (1999, p. 148) apresenta a distinção entre dois tipos de novos partidos: “o primeiro é projetado para ganhar eleições. Seus criadores sentem que ele pode se localizar de modo a representar um grande número de eleitores cujos pontos de vista não estão sendo expressos por qualquer partido existente. O segundo tipo é projetado para influenciar partidos já existentes a mudar suas políticas, ou a não mudá-las; não visa primordialmente a ganhar eleições”. Porém, destaca que esse segundo tipo está muito mais relacionado aos regimes bipartidários, como nos Estados Unidos, como forma de novas demandas serem incluídas na pauta dos dois grandes partidos, mais como “ameaças a outros partidos e não instrumentos de conquista imediata de poder ou prestígio” (ibidem).

um desequilíbrio entre a distribuição de preferências do eleitorado e a estrutura de posicionamento na qual os existentes já estão situados: “sua localização depende tanto de onde estão os outros partidos quanto de onde estão os eleitores” (DOWNS, 1999, p. 149).

No entanto, a realidade do mercado eleitoral brasileiro por vezes desafia sua teoria racional de duas maneiras centrais. Em primeiro lugar, de maneira mais intuitiva, a teoria não dá conta de abarcar os constrangimentos institucionais que afetam a decisão das elites em criar agremiações, para além da existência de nichos eleitorais desocupados. Em segundo lugar, e de maneira mais relevante para essa tese, ela assume um equilíbrio entre a distribuição de preferências dos eleitores e as posições relativas dos partidos políticos.

Ao longo do desenvolvimento das teorias de escolha racional, ficou perceptível que nem todos os partidos teriam o mesmo comportamento competitivo e seguiriam um só objetivo, de maximizar votos (WOLINEZ, 2002). Às escolhas políticas coletivas foram somados os constrangimentos institucionais, a partir da reconsideração do impacto das regras no comportamento dos atores. A teoria de escolha racional ortodoxa se transformou balizada pelo neoinstitucionalismo que passou a discutir a decisão coletiva a partir da agregação de preferências (HALL; TAYLOR, 2003; MARCH; OLSEN, 2008). Segundo essa teoria heterodoxa da escolha racional, os atores ainda buscam maximizar sua satisfação, mas levam em consideração as regras estabelecidas por instituições (PERES, 2008). Assim, passou a ficar em voga como as elites partidárias tomam decisões estratégicas com base em cálculos políticos (COX; MCCUBBINS, 1993; HARMEL, 2002; STRØM, 1990; STRØM; MÜLLER, 1999). Tais escolhas são demarcadas por contextos internos (estrutura rígidas) e também externos à organização partidária, como, por exemplo, as instituições do sistema político (especialmente o eleitoral) de determinado país, a localização ideológica dos demais partidos, e até mesmo crises, em estruturas de constrangimento e oportunidade. Criar um partido passa justamente por um esforço de ação coletiva novo ou a partir da separação de um já existente. A racionalidade dos dirigentes partidários de novas legendas depende, dessa forma, da observação sobre o cenário político partidário e socioeconômico.

De fato, autores institucionalistas já admitiam que era necessário um cálculo dos efeitos do contexto institucional, especialmente quanto à probabilidade de sucesso eleitoral no sistema, na decisão de criar um partido (WILLEY, 1998). O rearranjo de forças partidárias foi discutido por autores como por Harmel e Robertson (1985) e Harmel (1985). Em um contexto institucional permissivo que permitiria fusões e dissidências, partidos com ideologias mais centristas, substancialmente semelhantes às legendas antigas em termos de motivação,

organização e papel no sistema partidário<sup>17</sup> tinham mais sucesso eleitoral do que aqueles que foram criados “naturalmente”<sup>18</sup>. Considerando essa literatura, a aproximação entre a escolha racional e o neoinstitucionalismo apresenta uma resposta mais próxima sobre como se dá a dinâmica das elites na criação de uma nova agremiação.

Lucardie (2000) enxerga as exigências legais – a dificuldade do registro partidário, o financiamento público, o tempo de televisão e as regras para alcançar uma cadeira no sistema eleitoral – como incentivos ou constrangimentos institucionais presentes no cálculo estratégico das elites. O autor afirma que a criação e o sucesso eleitoral de um novo partido podem ser atribuídos a três fatores: 1) projeto político que considere problemas urgentes para parte do eleitorado; 2) recursos (pessoal e financeiro, além de estratégia de campanha e exposição na mídia); e 3) estrutura de oportunidade política (condições institucionais, socioeconômicas e culturais e posicionamento de outros partidos relevantes). A intencionalidade das lideranças do novo partido ao avaliar esses três aspectos compõe o cálculo estratégico.

Seguindo os apontamentos de Cox (1997) sobre a teoria da entrada estratégica, Tavits (2006, 2008) afirma que é mais provável que um novo partido entre no mercado eleitoral quando a elite partidária avalia o custo de entrada como baixo (tanto em relação ao registro quanto às regras eleitorais de acesso a cargos eletivos), e o benefício de participar do governo e a viabilidade eleitoral como altos. A autora combina variáveis institucionais e de escolha racional dos atores políticos, considerando o partido como nível de análise. Os recursos públicos, por exemplo, não são vistos por Tavits (2006) como um incentivo para a entrada de partidos. Isso porque no contexto europeu que ela estuda, a maioria dos sistemas condiciona o acesso ao recurso público à obtenção de cadeiras no Parlamento. Segundo a autora, por si só, essa não é uma variável que reduza custos para o cálculo de criação de um partido: o elemento fundamental é a chance de sucesso eleitoral. Van Biezen e Rashkova (2014) também reforçam que a existência de financiamento público não afeta o número de partidos nos países europeus. Como já manifestado, esses trabalhos estudam o caso europeu, no qual o acesso à verba pública é mais restrito. No caso brasileiro, os partidos conseguem tanto uma parcela, mesmo que pequena, do fundo partidário, quanto tempo de propaganda a partir do registro.

De qualquer forma, esses incentivos e constrangimentos institucionais fazem parte do cálculo estratégico das elites para a criação de novos partidos, assim como a distribuição das

---

<sup>17</sup> Harmel (1985) destaca que partidos verdes e ecológicos apresentam importantes diferenças com relação aos novos “issues”, sendo necessária uma comparação mais sistemática entre partidos novos e antigos.

<sup>18</sup> Harmel e Robertson (1985) consideraram as características internas às agremiações, tais como circunstância de formação (fusão, dissidência ou natural), propósito (apresentação de novas bandeiras, alternativas para assuntos antigos ou razões práticas) e ideologia para analisar novas legendas.

preferências dos eleitores e as posições relativas dos demais partidos. Como sumarizado por Tavits (2006), instituições influenciam os custos e os benefícios da criação de novos partidos e, portanto, mediam a capacidade de novas ocuparem espaços desocupados como teorizados por Downs. De todo modo, não é apenas a variação institucional que modula essa capacidade. Como veremos ao longo dessa tese, no caso brasileiro, a legislação permissiva (com baixos custos e alto retorno para novas legendas) produziu novos partidos em um mesmo espaço do espectro político partidário. Para explicar tal diferença é necessária uma abordagem integrada sobre o cálculo das elites, que incorpore o posicionamento relativo de partidos e eleitores, e sua intersecção no voto.

#### 1.4 UMA TEORIA INTEGRADA SOBRE O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS NO BRASIL

Nesta última seção, busco dialogar com essas três abordagens para definir uma proposta teórica integrada do mercado eleitoral brasileiro, capaz de explicar por que foram criados mais partidos de direita do que de esquerda no Brasil. Por meio de uma analogia a teorias de competição em mercados econômicos busco integrar particularmente a primeira e a última abordagens, considerando que as instituições, ainda que essenciais para explicar a fragmentação do sistema partidário, atuam de maneira igual nos dois segmentos ideológicos, conforme já abordado. Minha proposta é de que a entrada de novos partidos no sistema depende, em última medida, do cálculo feito por cada elite partidária. Esse cálculo, por sua vez, considera os constrangimentos e oportunidades de um mercado eleitoral, formado por estruturas de oferta e de demanda, dadas as instituições que as regem.

Por certo, a analogia entre mercado econômico e político-eleitoral não é nova tampouco insignificante. Weber (2014) e Schumpeter (2016) já viam os partidos como agentes de interesse privado de empreendedores políticos que buscam ocupar posições na administração pública. Downs (1999, p. 50), destaca a troca mercadológica entre eleitores e eleitos em torno de políticas públicas. Hopkin e Paolucci (1999, p. 311) argumentam que o partido “em vez de ser uma organização voluntária com objetivos essencialmente sociais, torna-se uma espécie de ‘empresa comercial’, na qual os bens públicos produzidos são incidentais aos objetivos reais daqueles que os lideram”<sup>19</sup>. Norris (2005a) constrói um *framework* de mercado político

---

<sup>19</sup> Hopkin e Paolucci (1999) criam a tipologia de partidos de empresa de negócios, ao analisar a Unión de Centro Democrático da Espanha e a Forza Italia (partido de Berlusconi), para discutir até que ponto um partido pode seguir uma tendência empresarial de sucesso. Ao focar em apenas nesses dois partidos, porém, os autores não fazem uma análise sistêmica de partidos como firmas. Barndt (2016), Carty (2004) e Mazzoleni e Voerman

regulado, distinguindo entre “demanda” pública e “oferta” partidária, operando dentro das regras eleitorais. Ao analisar o impacto de partidos de direita radical, a autora enfatiza três aspectos importantes: a demanda como estrutura, a oferta como agência e as regras como a instituição na criação desse tipo de partido. Peres (2013, p. 25), propõe observar o fenômeno da volatilidade eleitoral por uma perspectiva econômica, apontando que o sistema partidário pode ser visto como um mercado eleitoral, “no qual o grau de restrições (regras e recursos) tem peso significativo na dinâmica da ‘oferta’ (partidos disponíveis e políticas oferecidas e/ou executadas) e da ‘demanda’ (eleitores individuais, classes econômicas, grupos étnicos, linguísticos ou religiosos e todo o tipo de clivagens sociais)”. Bolleyer e Bytzeck (2013) e Krouwel e Lucardie (2008) utilizam a ideia de “partidos empreendedores” para diferenciar partidos novos. Ainda, Lago e Martínez (2011) apresentam a ideia de falha do mercado eleitoral para discutir a entrada de novas agremiações.

Nesse sentido, diferentemente de Norris, argumento que tanto a demanda quanto a oferta estruturam a criação de novos partidos nesse mercado. Não são apenas as clivagens da sociedade e as regras eleitorais que guiam as escolhas de um empreendedor político ao posicionar-se ideologicamente quando criam um partido, mas também a estrutura da competição prévia entre os partidos já consolidados, considerando as dimensões à esquerda ou à direita. A interação no sistema é fundamental para entender a agência das elites partidárias na formação de uma nova legenda e o mercado eleitoral servem como uma forma de capturar isso.

Minha proposta discute a figura do mercado eleitoral para entender como a estrutura prévia do sistema partidário baliza a agência dos fundadores de partido. Assim, o modelo que proponho compreende os partidos políticos em analogia a firmas, sendo as políticas públicas os produtos oferecidos pelos partidos em troca de votos, tal qual as empresas trocam mercadorias por pagamento. Partidos competem pelos votos dos eleitores que, por sua vez, são direcionados por suas preferências por determinadas agendas e políticas públicas. Assumida a racionalidade contextual dos atores, novos partidos políticos são criados de forma a maximizar os interesses de seus fundadores frente às regras (instituições) do mercado e suas condições, ou seja, a demanda dos eleitores (clivagens), bem como a oferta dada pelos partidos que já estão competindo no sistema (posicionamento).

As regras do sistema eleitoral e partidário brasileiro foram, na maior parte do tempo, permissivas para a entrada de novos partidos. Com baixos custos de entrada, novos partidos

---

(2017) também utilizam tipologias pró-mercado, mas da mesma forma que Hopkin e Paolucci, as aplicam a casos específicos, e não ao sistema partidário como um todo.



entraram no mercado tanto para oferecer concepções e políticas públicas alternativas às estabelecidas pelas agremiações tradicionais sobre agendas já consolidadas quanto para ocupar um nicho de mercado com valores específicos negligenciados cuja demanda ainda não seja suprida. Conforme já tratado, o sistema eleitoral e a legislação partidária são essenciais para discutir os custos de entrada, mas não conseguem responder à pergunta de pesquisa aqui levantada. Isso porque atuam de forma uniforme tanto na esquerda quanto na direita. Isso quer dizer que as regras institucionais afetam o cálculo para a criação de novos partidos, mas não explicam sua relação com a ideologia dos novos partidos, ao ser uma constante para as elites partidárias de direita e de esquerda. É a dinâmica de oferta e demanda que ajuda no cálculo, diminuindo a incerteza dos fundadores ao estruturar a agência quanto à entrada de um novo partido.

Na demanda, está a distribuição das preferências dos eleitores brasileiros em temas ideológicos. Argumento que essas preferências ajudam a estruturar o mercado eleitoral, na medida em que se convertem em preferências por partidos políticos. Essa análise se aproxima da abordagem sociológica sobre a criação de novos partidos. Na oferta, em contraste, estão as posições relativas dos partidos políticos em seu espaço de competição no espectro político ideológico. Por sua vez, essa análise utiliza uma visão mais próxima da teoria racional. Conforme a proposta de uma teoria integrada, ambas partes são essenciais para entender o mercado eleitoral, mas é a confluência entre elas que impacta no cálculo das elites partidárias para formar uma nova legenda.

Ao considerar a demanda, fica evidente que há mais eleitores brasileiros à direita do espectro, de modo que há mais votos disponíveis para disputa partidária na direita do que na esquerda. O público é maior na direita para novos empreendimentos partidários. Contudo, conforme argumentei na introdução, as preferências ideológicas por si só não conseguem responder porque há mais agremiações que representem esses cidadãos. Isso porque, em conforme tratado no próximo capítulo, as preferências se mantiveram, enquanto o número de partidos aumentou. Ainda que necessárias para a decisão das elites, as preferências ideológicas dos eleitores não são suficientes para explicar o problema em questão. Quando a demanda interage com a oferta, porém, há mais um elemento fundamental para entender como se dá o cálculo: a identificação partidária. A direita se diferencia da esquerda pela sua baixa taxa de partidatismo. Desse modo, não apenas maior, a direita oferece um mercado mais flexível quanto às preferências partidárias dos eleitores e, portanto, com maior potencial eleitoral para novos entrantes.

No lado da oferta, de acordo com a teoria racional, os novos entrantes tenderiam a se basear no espaço de competição ofertado no sistema partidário para se posicionar e ocupar espaços vagos (DOWNS, 1999). Em contraste, no caso brasileiro, novos partidos tendem a ocupar um espaço ideológico semelhante, na centro-direita, pouco se diferenciando uns dos outros. As legendas se acumulam em um espaço ideológico próximo, mesmo havendo posições vagas na esquerda e na extrema-direita. Isso sugere um antiintuitivo ciclo de proliferação de partidos em um espaço restrito do espectro político e ideológico.

Conforme já destacado, é na intersecção entre a oferta e a demanda que se encontram respostas mais claras sobre a assimetria entre direita e esquerda quanto ao número de novos partidos em cada segmento do mercado. Nesse sentido, advogo que o mercado eleitoral afeta o cálculo das elites partidárias para a criação de partidos de maneira distinta. Isso fica evidente quando analisamos a fragmentação do voto nos partidos colocados em cada um dos lados. Argumento que mercados eleitorais mais concentrados inibem a criação de novas legendas – como é o caso do segmento à esquerda –, enquanto mercados eleitorais mais fragmentados sinalizam maior potencial para elites políticas empreenderem por meio de novos partidos – como é o caso do segmento à direita. A fidelidade dos eleitores também afeta as potencialidades dos segmentos. Com uma identificação partidária mais baixa, a volatilidade de um lado é mais alta que em outro, dando mais um indicativo da maior abertura para partidos à direita do que à esquerda.

Na perspectiva aqui apresentada, a estrutura de partidos já consolidados e as fatias do eleitorado que essas legendas angariam nas eleições formam o componente central do processo de decisão das elites partidárias para entrar no sistema. Portanto, direita e esquerda se colocam como segmentos do mercado, com oportunidades e constrangimentos distintos para a criação de novas agremiações.

Assim, de acordo com a teoria integrada defendida aqui, a relativa concentração-fragmentação das votações dos segmentos de mercado de esquerda e direita forma a estrutura que orienta as elites na criação de novos partidos. Por certo, a proliferação de legendas na direita, combinada com seu sucesso eleitoral, está associada ao crescimento da fragmentação do mercado eleitoral à direita. Não há dúvidas de que o sucesso eleitoral de novos partidos impacta na fragmentação e isso torna difícil isolar os dois fenômenos. Ainda assim, argumento que a fragmentação é o mecanismo pelo qual esse ciclo se reproduz. A perspectiva de sucesso de novos partidos na direita forma um incentivo para que lideranças políticas empreendam em sua criação, enquanto a efetivação desse sucesso reproduz a fragmentação desse sistema.

Logicamente, a estrutura do mercado eleitoral não produz a agência específica de criação de novas agremiações, seja na direita ou na esquerda. Ela apenas oferece incentivos e constrangimentos latentes, assimétricos entre direita e esquerda, que só adquirem causalidade por meio das contingências do cálculo político das elites partidárias. Essa decisão para criar um partido também depende de diversos contingentes como conflitos internos, sejam ideológicos ou de rearranjo de forças.

A partir do que foi discutido, minha proposta é analisar a oferta, a demanda, a confluência das duas partes, e a agência das lideranças para a construção dos partidos brasileiros. Essa análise se desdobra em quatro eixos, cada um mobilizando distintas estratégias empíricas e metodológicas. O primeiro eixo foca a estrutura oferta do sistema, mapeado e analisando o posicionamento relativo de partidos no espectro político-ideológico. O segundo eixo discute as componentes da demanda eleitoral, por meio da análise das preferências do eleitorado brasileiro. O terceiro eixo observa o mercado em si, na intersecção de oferta e demanda, por meio da distribuição relativa de votos por partido. Esses três eixos, compõem o mercado eleitoral e por meio deles é possível analisar os incentivos assimétricos entre os segmentos da direita da esquerda conforme teorizado aqui. A concretização desses incentivos na criação de novas legendas precisa ser rastreada, ainda, pelo cálculo das elites partidárias, que compõem o quarto e último eixo de análise.

A estratégia empírica e metodológica para mapear a estrutura de oferta do mercado eleitoral se baseia, por sua vez, na combinação de dois conjuntos de dados. O primeiro deles é utilizado a partir da técnica difundida pelo Manifesto Research on Political Representation (MARPOR) para analisar 25 manifestos dos partidos políticos criados desde 1990. Os programas partidários registrados foram coletados da publicação do Senado Federal<sup>20</sup>, de 2014, e nos sites dos partidos criados a partir de então<sup>21</sup>. Essas fontes primárias são documentos públicos referendados pelos partidos, de fácil acesso ao eleitor, e dispõem informações sobre seus posicionamentos em uma série de temas. A partir do procedimento do MARPOR (BUDGE *et al.*, 2001; BUDGE; MEYER, 2013; KLINGEMANN *et al.*, 2006), codifiquei os manifestos por meio do *software* Nvivo para analisar a relevância de determinadas temáticas para cada partido, permitindo posicioná-los em uma escala direita-esquerda.

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508139>.

<sup>21</sup> Os programas da REDE e do PMB foram coletados nos respectivos sites dos partidos. No caso do NOVO, foi utilizada a seção “Quem somos” para a análise. A coleta foi feita em dezembro de 2017.

O segundo conjunto de dados é o disponibilizado na Pesquisa Legislativa Brasileira, *survey* que afere as percepções ideológicas dos parlamentares brasileiros e seus partidos. A PLB é conduzida pelos professores Timothy Power e Cesar Zucco Jr., e foi realizada por oito ondas, entre 1990 e 2017. A partir das respostas de mais de mil deputados e senadores, os autores conseguiram produzir estimativas das posições dos partidos brasileiros, pelo redimensionamento das respostas dos congressistas a questões que demandam que eles posicionem a si próprios e todos os principais partidos – que não o seu próprio – em uma escala ideológica (POWER; ZUCCO JR, 2009, 2012; ZUCCO JR; POWER, 2019). Esses dados estão disponíveis no banco de dados da PLB<sup>22</sup>. Dessa forma, esses dois primeiros conjuntos de dados permitem identificar o perfil ideológico da evolução da fragmentação partidária brasileira no período proposto, confirmando que foram criadas mais legendas à direita do que à esquerda. Esses dados também subsidiam a análise da oferta partidária.

O segundo eixo de análise mobiliza um terceiro conjunto de dados, formado pelas pesquisas de opinião pública que tratam das preferências dos eleitores sobre temáticas políticas específicas. Utilizo as ondas disponibilizadas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), pelo Latinobarómetro, pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e Instituto Datafolha para averiguar as preferências ideológicas do eleitorado brasileiro, considerando temáticas como manutenção da ordem (confiança nas forças armadas e na política, participação em protestos), tamanho do Estado de bem-estar social e interferência do Estado na economia (redução de desigualdade e propriedade estatal), conservadorismo (casamento igualitário e aborto), além de representatividade dos partidos e identificação partidária, para discutir aspectos da demanda eleitoral.

Para analisar o terceiro eixo explicativo, sobre a distribuição de votos entre os partidos à direita e à esquerda do centro, foco nos dados eleitorais, referentes às votações para a Câmara dos Deputados, no período entre 1982 e 2018, totalizando 10 eleições. Esses dados foram retirados do Tribunal Superior Eleitoral e da base de dados disponibilizada por Jairo Nicolau<sup>23</sup>. Com esses dados, calculo o Número Efetivo de Partidos (GALLAGHER, *[s. d.]*; LAAKSO; TAAGEPERA, 1979), a volatilidade eleitoral (BARTOLINI; MAIR, 2007; PEDERSEN, 1979; PERES, 2005) e a concentração de votos à direita e à esquerda, considerando as ideologias partidárias de maneira dicotômica.

---

<sup>22</sup> Disponível em <https://dataverse.harvard.edu/dataverse/bls>.

<sup>23</sup> Disponível em <https://jaironicolau.github.io>.

Por fim, para compreender o efeito do mercado na estruturação do cálculo das elites partidárias, realizei entrevistas com 22 lideranças e presidentes fundadores dos partidos políticos brasileiros criados desde 1990. O questionário base, formulado de maneira original para a pesquisa (disponível no apêndice 2), foi estruturado em três eixos: o primeiro sobre a criação das legendas, considerando se eram dissidências de outros partidos e como foi o processo burocrático para conseguir o registro junto ao TSE; o segundo, sobre ideologia, como forma de validar o posicionamento de cada partido conforme trabalhado no capítulo 2; e o terceiro, sobre a competição eleitoral e como essas novas legendas se posicionaram nos pleitos ao longo de suas trajetórias.

Dessa forma, é possível encaixar e analisar o fenômeno da criação de partidos no Brasil a partir da associação das três abordagens teóricas sobre novos partidos apresentadas em um quadro analítico coerente. A primeira abordagem – mudanças sociais – corresponde à análise da demanda e suas mudanças (capítulo 3, primeira seção). A segunda abordagem – das instituições – já foi apresentada no presente capítulo como uma constante para a pesquisa. A terceira abordagem – de cálculo das elites – é baseada tanto na dinâmica de oferta e demanda observada, ou seja, como está dada a competição antes da entrada de um novo ator partidário (capítulo 3, segunda seção), quanto da agência própria das elites frente a esse mercado (capítulo 4). A partir desse diálogo que a presente tese prossegue.

## 2 O PERFIL IDEOLÓGICO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Neste capítulo, discuto em maior detalhe o problema de pesquisa dessa tese: a mais prolífica criação de partidos na direita do que na esquerda do sistema partidário brasileiro. Esse exercício se divide em duas etapas. Em primeiro lugar, busco compreender de maneira breve o contexto de criação de cada agremiação e a forma como elas foram alterando o relevo do sistema partidário brasileiro. Em segundo lugar, busco estudar esse relevo em si, o perfil ideológico desses novos partidos.

O primeiro esforço trata-se de uma genealogia partidária dos partidos políticos que foram criados desde a redemocratização no Brasil. Conforme tratado no capítulo anterior, a literatura brasileira discute o sistema partidário a partir de uma abordagem institucionalista, destacando o multipartidarismo exacerbado como reflexo do sistema eleitoral e da legislação partidária. Neste capítulo, apresento o sistema partidário a partir de sua origem específica, como forma de compreender a cronologia da criação dos partidos em paralelo aos incentivos comuns das instituições. A primeira seção deste capítulo foca nisso.

De maneira mais relevante, em sua segunda seção, este capítulo descreve a fundação empírica do problema de pesquisa. Para isso, ofereço uma metodologia original para posicionar os 25 partidos criados desde 1990 conforme sua ideologia no espectro direita-esquerda, tornando possível confirmar que foram criadas mais legendas à direita do que à esquerda do centro. Na segunda seção, apresento o estado da arte sobre posicionamento de partidos políticos brasileiros e minha contribuição para o debate, em que posiciono os partidos políticos brasileiros a partir da combinação duas técnicas presentes na literatura: a do Manifesto Research on Political Representation (MARPOR) e a que utiliza os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira. Esse esforço de mapeamento me permite confirmar a afirmativa presente no meu problema de pesquisa, de que os novos partidos criados no Brasil tendem a se posicionar mais à direita do que à esquerda, abrindo o caminho para a investigação das causas desse fenômeno na sequência do trabalho. Dessa forma, este capítulo corresponde à parte descritiva da tese, apresentando o perfil ideológico dos partidos criados.

### 2.1 A GENEALOGIA DOS PARTIDOS NO BRASIL

Como frequentemente destacado pela literatura de política comparada, o sistema partidário brasileiro possui o número efetivo de partidos mais elevado dentre as democracias contemporâneas (GALLAGHER, [s. d.]; GALLAGHER; MITCHELL, 2008). Essa

característica se reflete na elevada fragmentação da representação partidária no Legislativo e nos problemas de governabilidade decorrentes – quando o montante das cadeiras parlamentares passa a ser dividido por um número cada vez maior de pequenos e médios partidos, formar governos de coalizão majoritária é mais custoso e, a sua gestão, mais difícil (AMES, 2003; MAINWARING, 2002; TSEBELIS, 1999). Esse é o contexto no qual esta pesquisa se insere.

Porém, é importante separar o fenômeno da fragmentação partidária, em geral, da proliferação de novas legendas, em específico. Apesar de serem temas profundamente relacionados, e serem explicadas por variáveis institucionais independentes semelhantes, eles não são a mesma coisa. O número de partidos registrados, por si só, pode não ter qualquer relação com a fragmentação. Esse é o caso de sistemas partidários como o norte-americano, que conta com dezenas de organizações recebendo votos em eleições federais<sup>24</sup>, mas seu número efetivo de partidos permanece ao redor de 2 há quase 40 eleições (GALLAGHER, [s. d.]). Esse foi o caso ainda do Brasil na eleição de 1986: apesar de 29 partidos terem lançado candidatos à Câmara, o resultado foi uma fragmentação baixa. A criação de partidos não leva, necessariamente, a um aumento da fragmentação. Ainda que o número absoluto de partidos seja indicativo da diversidade de opções de partidos, a fragmentação representa a distribuição dos votos entre esses partidos no sistema. No caso brasileiro, vemos que cada vez mais, a fragmentação é paralela à criação de partidos que tem conseguido conquistar votos e representação. Esse processo, porém, não é simétrico do ponto de vista ideológico. Conforme discutido na introdução desta tese, e como será detalhado ao longo deste capítulo, a maior parte desses novos partidos é criada à direita do centro. Ao longo dos próximos capítulos, apresento os dados que evidenciam a explicação deste fenômeno.

A crescente oferta de partidos começa já a partir da abertura democrática, não propriamente em função da demanda do eleitorado, mas do próprio processo de redemocratização e do rearranjo permanente dos diversos grupos e lideranças políticas num ambiente social e institucional complexo. Desde 1980, o TSE analisou os requerimentos de 167 agremiações – atualmente, mais de 70 novas organizações estão em processo de formação. Esse número, entretanto, não cresceu de forma linear, como podemos depreender do quadro 1, no qual podemos observar as datas de criação dos partidos políticos no Brasil, considerando seus registros provisórios, permitidos pela legislação até 1995, e definitivos<sup>25</sup>. Este quadro permite,

---

<sup>24</sup> Lista de siglas de partidos ou organizações que apareceram em pleitos para a Presidência e o Congresso dos Estados Unidos em 2016 disponível em <https://www.fec.gov/resources/cms-content/documents/federalelections2016.pdf>.

<sup>25</sup> Ainda, no Anexo 2, apresento dois quadros completos das siglas, (5A e 5B), e informações sobre fusões, incorporações e extinções.

ainda, a visualização da quantidade de agremiações atuantes no cenário político brasileiro desde a década de 1980 e, desse modo, nos ajuda a compreender o cenário da competição vislumbrada pelas lideranças dos novos partidos no momento de sua fundação.

Perceba-se que, entre 1979, quando do retorno do multipartidarismo, até 2018, 167 partidos entraram com pedido de registro junto ao TSE. Destes, 90 conseguiram o registro provisório, e apenas 48 obtiveram o permanente – 34% do total. Desse modo, a maioria das legendas que derem início ao processo de fundação não teve uma existência duradoura, embora tenham participado de algumas eleições. No período mais restrito de 1979 a 1984, os anos iniciais do atual sistema, foram criados 7 partidos, dos quais apenas um não obteve o registro definitivo. Entre 1985 e 1995, foram fundadas 85 agremiações e, destas, 55 conseguiram apenas o registro provisório. De fato, esse foi um período de elevada liberdade para o empreendimento partidário, sem a distinção de registros permanentes e provisórios, ou mesmo habilitações para participar das eleições. De certa forma, essa movimentação foi um reflexo das mudanças nas instituições que regulavam o processo eleitoral-partidário do período autoritário, as quais vedavam a criação de novos partidos. Além de ter sido uma das jogadas estratégicas do governo civil-militar no momento da abertura democrática, visando à fragmentar a oposição, a proliferação de partidos também expressou a “reação à camisa de força instaurada pelo bipartidarismo compulsório do regime militar” (LIMONGI; CORTEZ, 2010).

Quadro 1 - Registros dos Partidos Brasileiros (1979 – 2018)

Mandato	Ano	Pedido de Registro	Registro Provisório Deferido	Registro Definitivo Deferido
1979-1983	1980	PTB, PDS, PDT, PMDB, PT, PP (6)	PTB, PDS, PDT, PMDB, PT, PP (6)	
	1981	PDR (1)	PDR (1)	PTB, PDS, PDT, PMDB, PT, PP (6)
Total legislatura	1979-1982	7	7	6
1983-1986	1985	PMB*, PPB*, PCB/PPS*, PST*, PDC*, PFL/DEM*, PMN*, PH*, PSC*, PSB*, PCdoB*, PND*, PASART*, PLB*, PDI*, PTN*, PJ/PRN/PTC*, PRT*, PTR*, PL*, PMC*, PS*, PEB, PNSC, PRP* (Renovador), PNR*, PCN*, PRN*, PSD* (antigo), PDR*, PVDA, PRB (32)	PFL/DEM (1)	
	1986	PPSEPS, PSP (2)		PFL/DEM (1)
Total legislatura	1983-1986	34	1	1



	1987	PHB (1)	PMB, PPB, PCB/PPS, PST, PDC, PSC, PSB, PCdoB, PJ/PRN/PTC, PTR, PL, PSD, PSP (13)	
	1988	PRP, PTN/Podemos, PD, PV, PTC, PAS, PNA, PDdoB, PHN, PNAB, PCS, PSDB, PLP (13)	PMN, PH, PND, PASART, PMC, PS, PCN, PTN/Podemos, PNA, PHN, PNAB, PSDB (12)	PDC, PSB, PCdoB, PL (4)
1987-1990	1989	PdP, PMUT, PCP, PDN, PFN, PDCdoB, PRONA, PHB, PRM, PTS, PLP, PRTC, PTdoB/Avante, PEdoB, PMIB, PUB, PJB, PdoSL, PNE, PAN, PFSP, PVT, PdosE (23)	PRP, PV, PAS, PCS, PLP, PdP, PMUT, PDN, PDCdoB, PRONA, PTS, PTdoB/Avante, PdoSL (13)	PSD, PSDB (2)
	1990	PUDN, PRS, PMJP, PNdosT, PSU, PBM, PR, PLH, PAP, PEB, PEN, PMR, PRM (13)	PD, PUDN, PRS, PNdosT, PSU, PBM, PLH, PAP, PEB, PMR (10)	PCB/PPS, PST, PMN, PSC, PJ/PRN/PTC, PTR, PRONA (7)
Total legislatura	1987-1990	50	48	13
	1991	PCDN, PNTB, PSdoB, PLT (4)	PCP, PMJP, PEN, PCDN, PNTB, PSdoB, PLT (7)	PRP (1)
	1992	PMSD, PES, PUNE, PRNB, PLC, PPN, PC, PTC, PFS, PAB (10)	PMSD, PCDN, PES, PLC, PPN, PC, PTC, PFS (8)	
1991-1994	1993	PCB, PST, PTR, PRT/PSTU, PBDDM, PGT, PP (fusão PSR e PTR), PDE, PJP, PPR (fusão PDS e PDC), PDC, PPDB, PTRB (13)	PST, PTR, PRT/PSTU, PBDDM, PGT, PP (fusão PSR e PTR), PJP, PPR (fusão PDS e PDC), PDC, PPDB, PTRB (11)	PV, PP (fusão PST e PTR), PPR (fusão PDS e PDC) (3)
	1994	PST, PSL (2)	PST, PSL (2)	PTdoB/Avante (1)
Total legislatura	1991-1994	29	28	5
	1995	PPB/PP (fusão PPR e PP), PRTB, PDC/PSDC, PCO, PSN/PHS, PAN, PRTEH (7)	PPB/PP (fusão PPR e PP), PRTB, PDC/PSDC, PCO, PSN/PHS, PAN (6)	PRT/PSTU, PGT, PPB/PP (fusão PPR e PP) (3)
1995-1998	1996	PUNE, PNC, PDTdoB (3)		PST, PCB, PRTB (3)
	1997	PRB, PFNC, PNE (3)		PTN/Podemos, PDC/PSDC, PCO, PSN/PHS (4)
	1998			PSL, PAN (2)
Total legislatura	1995-1998	13	6	12
	1999	PSI (1)		
1999-2002	2000	PCN (1)		
	2002	PMDC (1)		
Total legislatura	1999-2002	3		
2003-2006	2003	PPB (1)		
	2004	PNTB, PE (2)		

	2005	PSOL, PMR/PRB, PUDB (3)	PSOL, PMR/PRB (2)
	2006	PR (fusão PL e PRONA) (1)	PR (fusão PL e PRONA) (1)
Total legislatura	2003- 2006	7	3
	2008	PF, PDN (2)	
2007-2010	2009	PMB (1)	
Total legislatura	2007- 2010	3	
	2011	PSD, PDVS, PPL, PSPB, PEN, PC (6)	PSD, PPL, PEN (3)
2011-2014	2013	PLB, PROS, SD, REDE, ARENA, PC (6)	PROS, SD (2)
	2014	PDP, FSB (2)	PMB (1)
Total legislatura	2011- 2014	14	6
2015-2018	2015	NOVO, PL, PSPP, PAIS, PNC, PMB, PI (7)	REDE, NOVO (2)
Total legislatura	2015- 2018	7	2

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponíveis em <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/partido-politico> (consultado em outubro de 2019); do TSE de Minas Gerais, disponíveis em <http://www.tre-mg.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos> (consultado em outubro de 2019); do CPDOC, em site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> (consultado em outubro de 2019) e de Gomes (2016).

**\*Nota explicativa:** Partidos que conseguiram Habilitação para participar de eleições em 1985, antes de seu registro provisório.

Tendo como marco a Lei Falcão, editada em 1979, alguns dos principais partidos brasileiros da atualidade foram fundados naquele momento. Mais adiante, esses mesmos partidos dariam origem a outras legendas em decorrência de cisões internas, contribuindo sobremaneira para fragmentar o sistema. Esses foram os casos do PDS, do PMDB e do PP [incorporado ao PMDB no ano seguinte]. Além disso, tais partidos herdaram apoiadores e votos do período autoritário e, alguns deles, à semelhança do que havia ocorrido com o sistema partidário de 1945-64 (CAMPELLO DE SOUZA, 1983), foram herdeiros de legendas criadas em simbiose com o Estado<sup>26</sup>. Isso significa que PDS e PMDB – assim como seus partidos posteriormente “derivados”, PFL/DEM, PP e PSDB – teriam vantagens competitivas que lhes propiciariam maior capacidade de controle de fatias mais amplas do mercado eleitoral. O PTB, o PDT e o PT também conseguiram seus registros provisórios em 1981, e participaram das

<sup>26</sup> Aqui vale uma observação. Enquanto Katz e Mair (KATZ; MAIR, 1995, 1996) propõem que os partidos na Europa deixaram de ser conexões representativas entre a sociedade civil e o Estado, para se voltar apenas à extração de recursos estatais, no Brasil, as agremiações já nasceram agentes acoplados no Estado. O PT foi o único partido discrepante desse padrão, uma vez que, enquanto uma organização de origem societária, o partido entrou no sistema representando uma coalizão de setores sociais que não estavam representados nas estruturas estatais.

eleições de 1982. O Partido Democrático Republicano (PDR) também recebeu o seu registro provisório, mas foi extinto no mesmo ano.

Portanto, esses partidos aumentam a oferta de partidos, embora isso ainda não se traduzisse em multipartidarismo efetivo (PERES, 2005). Na prática, esse pleito deu continuidade ao formato bipartidário, assegurado tanto pelo Pacote de Novembro<sup>27</sup> como pela vigência do regime militar enquanto o condutor da transição “lenta e gradual”. Mas a proliferação de partidos recrudescia e, no ano de 1985, houve um incremento expressivo no montante de pedidos de registro junto ao TSE (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008; NICOLAU, 1996). Provavelmente, esse *boom* foi incentivado pela primeira eleição de um Presidente da República civil, depois de 20 anos de regime militar, e pela Emenda Constitucional n. 25, que permitia que partidos que haviam sido cassados fossem habilitados a concorrer nas eleições.

Nada menos do que 32 pedidos de registros provisórios foram recebidos pela Justiça Eleitoral num único ano – as exigências burocráticas para o registro permanentes eram maiores, o que desestimulou a adesão inicial a essa modalidade. Inclusive, partidos que tinham sido cassados e registros indeferidos, como o PCB, o PCdoB e o PSB, submeteram novos pedidos ao TSE. Outra legenda importante fundada nesse ano foi o PFL (atual DEM), uma dissidência do PDS provocada pelo apoio a Tancredo Neves na eleição Presidencial pelo Colégio Eleitoral (TAROUCO, 1999). Por já ter parlamentares, o PFL conseguiu o seu registro provisório no mesmo ano e, o definitivo, no ano seguinte, num processo que tramitou mais rapidamente. Em suma, essa Legislatura foi marcada por muitos pedidos de criação de partidos, embora apenas um registro provisório e um registro permanente tenham sido concedidos. Mesmo assim, 29 legendas participaram da eleição à Assembleia Constituinte de 1986.

Na Legislatura de 1987-1990, a criação de partidos seguiu em ritmo acelerado, totalizando 50 solicitações. Some-se a isso o fato de que o TSE ter emitido sua decisão acerca não apenas desses pedidos, mas também daqueles que haviam sido protocolados no período anterior – foram aprovados, em caráter provisório, 48 novos partidos, o número mais alto desde sempre. Havia, portanto, uma inércia de proliferação de partidos que, ao invés de freios, recebeu incentivos adicionais oriundos da Constituição Federal que havia sido recentemente

---

<sup>27</sup> Lei n. 6978, de autoria do Executivo, que estabelecia o voto vinculado, que anulava os votos de eleitores que não votassem em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa na eleição de 1982 (vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador e governador) (BRASIL, 1982).

promulgada. Na Carta, ratificaram-se os partidos como figuras autônomas e o seu direito ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita nos meios de comunicação que operam por meio de concessão pública.

A oferta partidária crescente, e incentivada, manifestou-se na primeira eleição presidencial direta, em 1989, quando 22 candidatos disputaram o cargo. Sendo uma eleição “descasada” das demais e tendo esse caráter de ineditismo, era de se esperar uma baixa coordenação eleitoral, pois os partidos queriam testar suas forças nesse recente mercado eleitoral. Mas esse número de candidaturas não teria sido tão elevado se a quantidade de partidos não fosse tão alta logo nos primeiros anos de implantação do sistema partidário. Nas eleições presidenciais subsequentes, esse número se reduziria, inclusive o número efetivo de candidaturas sempre esteve em torno de 3 forças competitivas, pois as eleições passaram a ser “casadas” com as demais disputas regionais e as lideranças partidárias perceberam a necessidade de investir em estratégias de coordenação eleitoral.

Todavia, a competição para a Câmara dos Deputados, seguindo a regra proporcional, com votos pessoais em listas abertas, continuou a incentivar a proliferação de legendas, diversas delas de breve duração e reduzida expressão. Na eleição de 1990, para Deputado Federal, 33 partidos lançaram-se na disputa,<sup>28</sup> num sistema multipartidário que já contava com 12 partidos competitivos e que aguardava dezenas de solicitações de novos registros. Contudo, uma parcela significativa dessas siglas foi extinta ainda naquela década. De fato, pouco mais de um quarto dos partidos permaneceram; ademais, diversos partidos foram capitaneados por anônimos e sequer chegaram a ter alguma relevância eleitoral. Entre 1991 e 1994, o número de pedidos permaneceu alto, totalizando 29.

No que se refere ao reconhecimento oficial dessas diversas legendas, podemos observar que, na primeira década da redemocratização, somente aqueles partidos que se tornariam as principais agremiações do atual sistema partidário conseguiram o seu registro definitivo. Além do PSDB, foram registrados o PSB, o PCdoB, o PL, o PSD (incorporado ao PTB, em 2003) e o PDC (incorporado ao PDS, em 1993, formando o PPR)<sup>29</sup>. De qualquer maneira, observa-se que até esta primeira década da redemocratização, apenas os que vieram a

---

<sup>28</sup> Os dados dispostos no Quadro 5A, Anexo 2, permitem avaliar essa dinâmica.

<sup>29</sup> Como observa Gomes(2016), porém, não é possível falar em taxa de sucesso porque os pedidos e os deferimentos de registros não coincidem com as legislaturas. Na verdade, os processos variam muito conforme o tempo. Por exemplo, o PSDB, um dos mais importantes partidos criados nesse momento, pediu o seu registro em 1988, mesmo ano em que obteve o documento provisório, obtendo o seu registro definitivo no ano seguinte; já o PTN/Podemos, que também conseguiu o seu registro provisório em 1988, só obteve o definitivo em 1997.

se tornar os principais partidos do sistema partidário brasileiro conseguiram o registro definitivo. Além do PSDB, foram registrados o PSB, PCdoB, PL, PSD (incorporado ao PTB em 2003) e PDC (incorporado ao PDS em 1993, para formar o PPR) até 1989. Entendo os partidos criados até este momento como os formadores do sistema. São siglas herdeiras dos sistemas políticos anteriores, e são uma constante na competição política (mesmo que suas elites tenham sido reincorporadas em outros partidos, por meio de cisões e fusões), e que continuam elegendo representantes.

Em um sistema já multipartidário, com 12 atores consolidados, mas com dezenas de solicitações, o TSE continuou aprovando a permanência de outros partidos. Esses são os partidos analisados por essa tese. Quando já passada a euforia da retomada da democracia, pela abertura do mercado político antes represado (KINZO, 2004), elites políticas continuaram solicitando registros partidários. Em 1990, sete partidos conseguiram o registro definitivo. O lastro com os regimes políticos anteriores e com os partidos formadores do sistema ainda era claro, bem como suas posições ideológicas tomada a partir da oferta já dada. Primeiro, o PPS foi reinstituído na esteira da retomada dos direitos políticos renegados aos grupos comunistas, o que incluía o PCB, criado em 1922. Ainda na esquerda, o PMN foi fundado a partir de um grupo liderado pelo senador Celso Brant, como uma dissidência do PTB antigo.



Na direita, o PSC foi criado como continuidade do antigo PDR. O Partido da Juventude, que mudou de nomenclatura na eleição de 1989 para PRN, e depois para PTC, esteve muito conectado com as pautas liberais levantadas na disputa presidencial. O PRONA foi alicerçado na figura conservadora de Enéas Carneiro. PTR e PST tiveram uma existência curta, ao se fundir para formar o PP em 1993. O número de partidos criados na direita foi mais que na esquerda, mesmo com pouca representação na Câmara. Exceção disso foi o PRN, que emplacou a Presidência da República, na figura de Collor.

Na figura 2, apresento a árvore genealógica dos partidos brasileiros como forma de ilustrar a estrutura de competição partidária e essa movimentação. A genealogia dos partidos no Brasil mostra que boa parte deles tem conexões com outras legendas na criação. Em amarelo, apresento os partidos que se passaram por fusões, em azul, as incorporações. Em vermelho, destaco grupos partidários que formaram dissidências e a partir da cisão, fundaram uma nova legenda. O tracejado indica partidos que foram criados por políticos que estavam anteriormente filiados a outros partidos, mas que não foram formados a partir daqueles. Um exemplo disso é o PEN/Patriota: Adilson Barroso, presidente da legenda, havia passado por cinco partidos antes, sendo que em 2010, foi candidato a deputado estadual pelo PSL. Esse é o mesmo caso do PSL, no qual o fundador, Luciano Bivar estava filiado ao PL até 1994. Essas informações sobre os partidos fundados a partir de 1990 estão dispostas no capítulo 4, no qual analiso as entrevistas com seus fundadores.

Voltando para a análise cronológica das legislaturas, vemos que, entre 1991 e 1994, o número de pedidos permaneceu alto, 29. Mesmo assim, é importante salientar que houve uma diminuição nas autuações. O reflexo disso ocorreu também nos registros temporários, com 28 documentos concedidos pelo TSE. Destes, apenas 7 receberam o registro definitivo, mas só no mandato seguinte. Nessa legislatura, três partidos conseguiram sobreviver, o PRP, o PTdoB/Avante e o PV. Os dois primeiros foram criados por dissidências, do PDT e PTB, respectivamente; o terceiro esteve mais ligado a uma dinâmica mundial dos Partidos Verdes. Outros dois foram criados a partir de fusão de partidos que já possuíam o registro definitivo: PPR, como resultado da junção do PDS e PDC; e PP, da união entre o PST e o PTR. As elites partidárias se realocaram nesse período como forma de garantir suas parcelas de recursos, sendo que apenas o PV foi criado fora do parlamento. Pode-se perceber que a fragmentação partidária ficou cada vez mais ligada não à criação de partidos plenamente novos, mas sim, com a formação de legendas ligadas aos partidos já consolidados, seja por fusão, incorporação ou cisão.

A eleição de 1994 seria a última na qual o caráter provisório estaria em vigor para um partido participar do pleito. Apesar de ser um momento no qual poderia haver um ponto alto, foi a com o número mais baixo de agremiações participantes (exceto 1982), com 23. Isso ocorreu tanto pelas fusões, quanto em função da Lei n. 8.713 (BRASIL, 1993) que exigiu um ano de registro (permanente ou provisório) para candidaturas. Além disso, muitos dos partidos que haviam se candidatado nas eleições anteriores já haviam sido extintos (por exemplo, o PMB, PH, PMC, PASART, PS, PPB, PNR, PND, PCN, PDI, PRS, PCDN, PAS e PD), sendo a maioria deles porque não formalizaram o pedido para o registro definitivo. Entre 1986 e 1994, 55 deles tiveram seus registros descontinuados.

A euforia pela criação dos partidos diminuiu na segunda década pós-redemocratização: muitos atores já estavam ocupando o mercado, outros já haviam sido inclusive extintos, as elites estavam em processo de acomodação. Mas mais do que isso, também a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (BRASIL, 1965) pode ser vista como responsável pela queda do número de pedidos, que foi menos da metade em comparação com o mandato anterior. A LOPP endureceu a legislação para a concessão do registro, removeu o dispositivo de provisoriedade e centralizou os incentivos institucionais nos grandes partidos.

Partidos que estavam com o processo em andamento conseguiram a permanência no sistema, o que fez com que o número de registros definitivos concedidos entre 1995 e 1998 tenha mais que dobrado em comparação à legislatura anterior. PSTU e PCO (dissidências do PT, posicionada mais à esquerda); PCB (dissidência do PPS); PGT (fundado por líderes da Confederação Geral dos Trabalhadores); PST e PTN/Podemos (formados por políticos atuantes previamente no PTB); PSDC (remanescentes da fusão do PDC com o PDS); PRTB (formados por membros dissidentes do PTR, na fusão para criar o PP), PHS (capitaneado por dissidentes do PSC), PSL (fundado por um político filiado ao PL) e PAN foram fundados durante o período. Foram partidos criados na legislatura anterior, com o registro provisório anterior à LOPP, e que conseguiram articular para conseguir o registro oficial antes de terem o seu provisório revogado<sup>30</sup>. Como se pode perceber, foram partidos criados por figuras políticas que atuavam em outras legendas e tinham pouca força. Os fundadores dessas novas legendas tiveram por vezes razões mais práticas que programáticas na nova empreitada. Na esquerda, pode-se dizer que tanto PSTU, PCO e PCB foram dissidências ideológicas de seus partidos de origem,

---

<sup>30</sup> Isso aconteceu precisamente com o PTRB, que participou da eleição de 1994, mas não na seguinte, por não ter realizado o pedido definitivo. Esse foi o único partido que realmente deixou de existir (pois antes tinha inclusive representação na Câmara) pelas novas exigências da LOPP.



buscando extremar sua posição. No caso dos demais partidos – a maioria à direita do centro –, os fundadores parecem herdar preceitos ideológicos de suas antigas agremiações.

A partir de 1995, além da LOPP dificultar a criação de partidos, houve um incentivo para a diminuição da fragmentação do sistema. Isso graças à implementação da cláusula de desempenho, que exigia um mínimo de 5% dos votos válidos, em nove estados (com 2% em cada um) para que o partido elegeisse candidatos. A cláusula provisória acertada pelo período de transição (até 2006) era de que só teria direito ao funcionamento parlamentar – ou seja, acesso à propaganda e ao fundo partidário proporcionais ao tamanho da bancada – a sigla que tivesse três deputados em três estados (GOMES, 2016). Essa condição foi questionada por meio de ADIs e, a partir de decisões do judiciário, abriram-se brechas. Em 1998, o TSE determinou que o candidato eleito deveria ser diplomado, mesmo que o partido não tivesse alcançado a barreira. Em 2002, oito dos dezenove partidos não haviam conseguido votos suficientes para isso, correndo o risco de 22 deputados terem seus votos desprezados. Isso ficou evidente ainda pela votação histórica de Enéas Carneiro, pelo PRONA. O candidato, que foi o mais votado da história do país, estava ameaçado de não conseguir tomar posse porque o partido não elegeu deputados em outros estados. Em 2002, apenas sete partidos venceriam a cláusula de barreiras de 5% dos votos, o que desprezaria votações de mais de cem deputados.

De fato, não é simples ajustar a legislação para incentivar ou desincentivar ações dos atores e a multiplicação de partidos. Nesse processo da cláusula de barreira, a LOPP passou fomentar a fusão dos partidos. Houve uma reacomodação das elites partidárias como reflexo da ameaça da aplicação da cláusula de desempenho que influenciou na criação do PPB, fruto da fusão do PPR (que já era resultado da fusão do PDC com o PDS) e PP (resultante da fusão do PST e PRT, dois anos antes). Com a junção de quatro legendas, o PPB, depois PP, diferentemente dos demais criados no mesmo período, já surgiu grande, com mais de 80 parlamentares, com acesso ao fundo partidário e demais recursos. Esse é um partido que herdou o arcabouço da Arena, em uma continuidade de longo prazo que destaca a permanência de partidos conservadores no poder, já que não há uma ruptura com o regime militar (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; POWER, 2010).

A pressão sobre fusões permaneceu até 2006, prazo final das disposições transitórias da barreira. Em 2003, o PTB incorporou o antigo PSD; e o PGT e o PST foram incorporados ao PL. Em 2005, o PR foi o único partido criado, como resultado da fusão do PL e PRONA. Nesse caso, os dois partidos eram fortes, o primeiro com 26 deputados, e o segundo, com a maior votação da história em 2002, mas só deputados de São Paulo. Em 2006, o PPS, PMN e

PHS tentaram realizar a fusão sob uma nova agremiação, a Mobilização Democrática, mas desistiram pela suspensão da exigência do desempenho. Outra incorporação foi a do PAN ao PTB, que começou ainda em 2006, mas foi registrada em 2007. Nesse mesmo ano, o judiciário decidiu pela inconstitucionalidade da barreira que seria instituída. O tema foi palco de discussão por impactar diretamente no funcionamento das casas e nas dinâmicas entre poderes: por exemplo, o PCdoB, partido do então presidente da Câmara Aldo Rebelo, não teria funcionamento parlamentar e líder; tal qual o PRB, do vice-presidente José Alencar. Apenas 7 dos 29 partidos existentes na época conseguiriam alcançar a cláusula.

Fato é que partir da LOPP, além das fusões diminuírem o número de partidos, houve um declínio brusco do ativismo das elites partidárias, e menos partidos foram criados, ou mesmo entraram com pedido (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008). Na 51ª legislatura (1999-2002), apenas três grupos solicitaram o registro: PSI, PCN e o PMDC, todos indeferidos, por não terem cumprido as novas exigências. Durante esse período, não houve concessão de registro definitivo. Na legislatura seguinte (2003-06), um dos novos partidos criados foi justamente o PR, em 2006. Outro foi o PSOL, organizado por um grupo expulso do PT em 2003. O terceiro foi o PMR/PRB, fundado por partidários do então vice-presidente José Alencar, que era presidente honorário do PL. Esses três partidos nasceram com bancada eleita por outros partidos, em 2002. Já havia vários partidos criados por dissidências, mas nenhum tinha conseguido uma bancada formada. No caso do PR, pelos representantes do PL e do PRONA; no caso do PSOL, com sete deputados eleitos pelo PT; o PMR/PRB conseguiu recrutar dois deputados do PMDB-RJ, que apesar de terem saído logo depois, aumentaram o percentual para o fundo partidário disponível para o partido.

Considerando isso, é importante destacar que a movimentação das bancadas tem se tornado cada vez mais essencial tanto para a fragmentação do sistema, quanto para a criação de novos partidos, tema desta tese. O troca-troca pode ser visto por dois prismas na literatura: por um lado, os políticos são tratados como atores individualistas que trocam de partido para ampliar ganhos e interesses (AMES, 2003; DESPOSATO, 2006); por outro, os partidos também estão tentando maximizar seus interesses ao atrair parlamentares (FREITAS, 2012). Fato é que a migração é uma persistente no Brasil, como um instrumento de modificação da correlação de forças no parlamento, sem o aval dos eleitores (MELO, 2000). Tal qual a alta fragmentação, a migração também foi alvo da legislação partidária como forma de restringir as suas ações. Em 1997, houve mudanças definir a bancada de referência para a divisão do fundo partidário e do tempo de propaganda gratuita. Em 2006, os votos válidos da bancada eleita

passaram a ser o marco para a distribuição desses recursos, não mais a disposição da primeira sessão legislativa. Mas foi em 2007 que as legislações sobre migração e criação de partidos se mesclaram. A decisão do STF sobre a perda de mandato dos parlamentares que trocassem de partido, tendo como justa causa a fundação de um partido buscou tapar um buraco, reabrindo outro.

Em um sistema no qual as elites políticas já estavam de certa forma ajustadas, os insatisfeitos dentro de seus partidos poderiam agora, com mais margem de manobra, criar seus próprios partidos e administrar recursos que antes não conseguiam, como cargos partidários, mídia e poder de negociação, dentro dos 5% do fundo dividido entre todos os partidos. Mais que isso, os líderes de novos partidos conseguiriam recrutar parlamentares eleitos por outros partidos, aumentando sua fatia também sobre os 95% do fundo – divididos conforme o tamanho da bancada – e o tempo de TV. O maior exemplo disso foi a criação do PSD, pelo prefeito de São Paulo pelo DEM, Gilberto Kassab, que conseguiu a quarta maior bancada da Câmara. Até então, as legendas surgiam nas eleições como nanicas (TAFNER, 1996), ou eram frutos de fusão, incorporação ou apenas mudança de nomenclatura (como foi o caso do PPB/PP em 2003).

Assim, entre 2011 e 2014, a oferta de partidos volta a crescer: 14 partidos solicitaram e 6 conseguiram o registro. Além do PSD, o PROS, o SD e o PMB nasceram com bancadas parlamentares, com acesso ao fundo e propaganda eleitoral. O PEN tentou, sem sucesso, recrutar deputados; enquanto o PPL teve uma existência curta<sup>31</sup>. Em 2015, a REDE foi criada, também com bancada, e o NOVO, depois de 6 anos de organização. A partir dessa legislação, ficou mais clara a permissividade da legislação para a criação de partidos de dentro do sistema, em rearranjos de forças que estavam escanteadas em seus antigos partidos. Isso teve efeitos muito importantes para a fragmentação partidária, tanto nos resultados das urnas, em 2014, quanto nos desafios da governabilidade, no segundo mandato de Dilma Rousseff.

A próxima seção deste capítulo busca descrever o perfil ideológico desses partidos, em especial, os criados a partir de 1990, depois da consolidação das principais legendas brasileiras. Assim, conforme a proposta desta tese, posiciono os 25 partidos que receberam o registro definitivo desde então em um eixo direita-esquerda, como forma de confirmar a afirmativa presente no meu problema de pesquisa, de que foram criados mais partidos de direita do que de esquerda no Brasil.

---

<sup>31</sup> Fundado em 2011, o partido foi incorporado ao PCdoB em 2019.

## 2.2 IDEOLOGIA: DIREITA E ESQUERDA

A política é disputa de poder. Os termos, meios e fins dessa disputa são formados por ideologias, visões de mundo, projetos de ação pública estatal dentro dessa disputa. Nela, são os partidos os atores responsáveis por agrupar esses diferentes conjuntos de crenças e levá-los para tanto para o escrutínio eleitoral quanto para o embate parlamentar, por meio de programas e atos que manifestem sua orientação política.

Ideologia é um termo abundantemente empregado, porém com uma ampla gama de significados diferentes. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), existem duas tendências para o uso desse termo: ideologia com “significado forte” e “significado fraco”. O primeiro tem origem no conceito de ideologia de Marx, compreendido como ideias e teorias socialmente determinadas pelas relações de dominação, levando a uma falsa consciência das relações de classe. O segundo diz respeito a um conjunto de ideias e de valores sobre a ordem pública, que orienta os comportamentos políticos coletivos, e é a concepção mais utilizada nas ciências sociais contemporâneas. O significado fraco traz um conceito com menos carga normativa, entendido como neutro, que se contrapõe ao pragmatismo. É a partir desse significado mais analítico que discuto a ideologia nessa pesquisa.

Friedrich, citado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), afirma que ideologias são “sistemas de ideias conexas com a ação”, compreendendo “um programa e uma estratégia para a sua atuação” e destinam-se a “mudar ou a defender a ordem política existente” (FRIEDRICH, 1963, apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Easton, também citado pelos autores do Dicionário de Política, aponta que ideologias são princípios éticos que oferecem uma interpretação do passado, uma explicação do presente e uma visão do futuro (EASTON, 1965 apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Freedon (2003, p. 23) aponta que ideologias políticas estão conectadas às tradições do pensamento político: seriam conjuntos de ideias, crenças, opiniões e valores que aparecem em um padrão constante, utilizados por grupos na adoção de políticas públicas. Converse (2006) aponta que as ideologias são sistemas de crenças que apresentam consistência entre si, o que quer dizer que, dentro de uma mesma rede ou grupo, é possível prever posicionamentos sobre certos temas a partir de outros.

Delimitando ideologia à esfera política, é preciso enfatizar que toda a ação política parte de uma estratégia, de uma visão de mundo. Se na economia a máxima é a de que é preciso otimizar os recursos escassos, é na política e, especialmente, organizada pela ideologia, que se define quais as são as prioridades para a utilização desses recursos. A ideologia aponta a preferência de pautas que devem ser mantidas ou reformuladas, bem como de que políticas

públicas o governo deve estabelecer, além da delimitação do que é ou não um direito social, por exemplo. É aqui que a ideia de contraposição entre ideologia e pragmatismo merece uma discussão: cada uma dessas escolhas passa por interesses de atores políticos, que têm, por sua vez, um projeto norteador político. Não é possível desconectar uma ação política de ideologia, cada uma das escolhas políticas tem como base um projeto de Estado, de política pública, de visão de mundo.

Nesta perspectiva, é necessário destacar que pragmatismo e a tecnocracia não são respostas automáticas à vida em sociedade, ambos também fazem parte de uma ideologia. Mesmo um pragmatismo ostensivo exige que atores priorizem e escolham onde recursos serão alocados, quem deve ser atendido por uma política pública específica, quais metas serão perseguidas, se elas serão implementadas de forma universal, qual o limite do orçamento etc. Essas escolhas levam em consideração a concepção de Estado que os governantes têm. Como aponta Heywood (2010a), todos pensam politicamente. Ideologia não é opcional, destacável de uma tecnocracia pretensamente neutra ou de um fisiologismo aparente inescrupuloso. A ação política é intrinsecamente ideológica sempre que parte de uma disputa entre soluções deliberadas ou padronizadas para questões importantes da sociedade (FREEDEN, 2003).

Estudar ideologia é uma tarefa árdua dados os problemas conceituais e operacionais. Um dos pontos de partida para pesquisar esse tema é por meio da diferenciação entre os pontos opostos de direita e esquerda. Historicamente, essa conotação espacial se baliza no em posicionamentos ideológicos opostos manifestados na Revolução Francesa e fisicamente refletidos no plenário da Assembleia Nacional dela derivada. Parlamentares à direita do plenário estavam identificados com a defesa de posições aristocráticas, tradicionalistas e monárquicas, enquanto os à esquerda tinham alinhamentos democráticos, racionalistas e republicanos (FERNANDES, 1995). Dessa forma, pode-se afirmar que por um lado, direita e esquerda podem ser estudadas a partir dos seus conceitos a priori, historicamente legados ao presente e definidos na literatura. Por outro lado, como em sua origem, o que se entende por direita e esquerda pode e deve também incorporar as mudanças sofridas por essas perspectivas nos contextos e dinâmicas socioeconômicas próprias de cada país e de cada período histórico.

Em primeiro lugar, os conceitos a priori de direita e esquerda trazem uma divisão das ideologias a partir da ideia de status quo: enquanto a esquerda tem um caráter de contestação do capitalismo pela sua reformulação ou aniquilação; as forças mais a direita são favoráveis à manutenção da ordem social e política. Essa seria uma das principais diferenças entre direita e esquerda, mas não a única, em termos substantivos.

Um dos autores mais importantes a sistematizar a diferenciação entre direita e esquerda, de maneira apriorística, é Bobbio (1995), que tem como o ponto central a questão da igualdade. Segundo o autor, para a esquerda, as desigualdades são resultado de construções sociais, ou seja, podem ser revertidas, tendo o Estado um papel central nisso; enquanto na direita, essas desigualdades são naturais, inelimináveis, tornando a intervenção estatal desnecessária e incapaz de dissolvê-las. Para ele, “quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária” (BOBBIO, 1995, p. 103). Em suma, a concepção de igualdade é o que diferencia os polos em relação às políticas públicas que devem ou não ser realizadas, e isso importa porque essa distinção entre os dois pontos continua a ser usada.

Essa perspectiva resulta em um ponto abrangente e utilizado para diferenciar direita e esquerda: o nível de intervenção estatal na economia. Enquanto a direita aponta que o Estado deve ser responsável por proteger a propriedade privada e assegurar os contratos; a intervenção nos mercados para alocação dos recursos escassos seria objetivo da esquerda. Adam Smith (1982) já destacava que o Estado deveria se manter longe das questões econômicas, pois o mercado era autorregulado pela “mão invisível”. Von Mises aponta que a desigualdade é uma condição inerente a uma economia de mercado. Assim, o Estado deve se ater à proteção da liberdade, para dar amparo ao direito individual e à meritocracia. Segundo o autor: “ao premiar os esforços dos indivíduos segundo seu valor, deixa a cada um a escolha entre uma maior ou menor utilização de suas próprias faculdades e aptidões” (VON MISES, 2010, p. 347).

Essa concepção se difere da defesa radical do igualitarismo, uma das pautas mais importantes do pensamento de esquerda (SAFATLE, 2013). Para a esquerda, a pobreza é resultado da desigualdade de oportunidades e deve ser tratada como um problema social. Tendo como foco a economia, os socialdemocratas defendem que os serviços públicos, como saúde e educação, devem ser oferecidos pelo Estado, financiados por uma carga tributária progressiva. Além desses serviços estratégicos, o Estado também deve ser o responsável pela formulação de políticas públicas de redistribuição de renda e riqueza. Como a questão da desigualdade afeta ambas dimensões no Brasil e na América Latina (LUNA; KALTWASSER, 2014), pode-se confrontar essa questão com a ordem: a direita reforçaria a autoridade do Estado para não prejudicar a norma, enquanto a esquerda contestaria a autoridade quando movimentos sociais e políticos igualitaristas fossem repreendidos (SINGER, 2000).

Giddens (1996) também discute a diferenciação entre esquerda e direita como conceitos a priori. Na mesma linha que Bobbio, o autor afirma que “a direita melhor aceita a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder” (GIDDENS, 1996, p. 284). Nesse sentido, também diferencia os neoliberais dos socialdemocratas quanto à intervenção do Estado na economia. Porém, o autor apresenta um paradoxo entre o radicalismo da direita neoliberal, que visa o Estado cada vez mais mínimo; e o conservadorismo dos socialdemocratas, que abdicaram da luta contra o capitalismo para preservar e ampliar os investimentos com o bem-estar social. Aqui, Giddens (1996) já começa a discutir que, por mais que existam características próprias de direita e esquerda, os contextos históricos também influenciam nesses posicionamentos.

É nesse ponto que se dá a importância de destacar que direita e esquerda são conceitos não absolutos, relativos e antitéticos. Isso significa que apesar de essa dimensão ser uma forma especialmente ressonante e disseminada de mapeamento e posicionamento dos partidos políticos, é preciso destacar que ela não é auto-explicativa, podendo variar conforme histórias políticas próprias. Giddens (1996) mesmo aponta que as ideologias de direita e de esquerda já não oferecem respostas satisfatórias para os problemas atuais. Os processos sociais, como a globalização e o aumento da reflexividade social – em temas como o fundamentalismo, a questão de gênero, a violência –, modificaram o cenário político, questionando os paradigmas existentes. Um programa de política radical é oferecido pelo autor, em uma terceira via que se enfoca na mudança de valores coletivos para superar a diáde.

Outros autores também destacaram temas novos que passaram a estruturar a disputa política e os debates ideológicos. Como vimos no capítulo anterior, Inglehart (1990) afirma que houve uma gradual mudança nos valores humanos, levando ao pós-materialismo. Depois que as sociedades alcançaram certa segurança nas questões materiais e de sobrevivência, passou-se a questionar o bem-estar contemporâneo, questões como qualidade de vida em um sentido amplo, meio ambiente, gênero, raça, multiculturalismo. Esses seriam “novos” temas, mais transversais, frente aos temas “clássicos”, de tradições ideológicas “anfítrias” (HEYWOOD, 2010b). Isso resultaria em uma reavaliação do poder explicativo dessa diáde e na difícil aplicação dos termos direita e esquerda, resultante do colapso da União Soviética e dessas múltiplas clivagens contemporâneas, como pautas de ecologia e o feminismo (MIGUEL, 2010).

Mudanças sociais também são enfatizadas por Tarouco e Madeira (2013a), que afirmam que marcos específicos deslocaram progressivamente os ideários de direita e esquerda:

A distinção original entre defesa da ordem ou da mudança correspondia a uma disposição espacial e ao longo do século XIX na Europa a distinção entre esquerda e direita passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo. Com a expansão do movimento operário e a difusão da perspectiva marxista o conteúdo da posição de esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses da classe proletária. Com os debates da socialdemocracia no final do século XIX e a revolução russa de 1917, a defesa do capitalismo desloca a burguesia para a direita. A emergência do keynesianismo a partir da década de 1930, por sua vez, e dos estados de bem-estar social com suas políticas redistributivas, reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor, deslocando também o liberalismo para a direita (TAROUÇO; MADEIRA, 2013a, p. 3).

É nessa linha que sigo essa pesquisa: apesar de novos temas estarem pautando diferenças ideológicas, a díade direita-esquerda ainda é legítima pois ainda guia a disputa política. O que é necessário, tal como afirma Bobbio (1995), é uma atualização dos critérios que os diferenciam, pois esses novos problemas e movimentos sociais tendem a se redividir em novas versões.

Mesmo que independentes, vale salientar que há uma reacomodação de algumas dessas pautas em torno da díade direita-esquerda. A questão do meio ambiente é um exemplo claro: é uma pauta transversal, de priorização da natureza frente a um desenvolvimento econômico desenfreado. Porém, esse tema a díade clássica direita e esquerda pontua as divergências em relação à origem da crise ecológica e às suas respostas (HEYWOOD, 2010b). Isso pode ser ilustrado quando se pensa no debate sobre o código florestal brasileiro: a direita, representada pelos parlamentares ligados à bancada ruralista, foi mais combativa ao defender o agronegócio e uma legislação com menos restrições à produção; enquanto os ambientalistas, mais ligados a partidos de esquerda, defendiam leis com punições mais duras para controlar o desmatamento e os custos ambientais (SCHEEFER, 2016). Aqui, fica evidente uma das questões principais de diferenciação entre direita e esquerda, ainda mais considerando a trajetória do ambientalismo no Brasil, ligada aos movimentos sociais e à ideologia sócio-ambientalista (HOCHSTETLER; KECK, 2007).

A questão de gênero como uma nova pauta ideológica também pode ser vista pelo prisma de reacomodação de contextos socio-históricos com as ideologias clássicas. Em primeiro lugar, porque o feminismo tem como foco principal a igualdade entre homens e mulheres, um ideal seguido pela esquerda (FRASER, 2009; SAFFIOTI, 1976). Portanto, esse movimento social prega a superação das desigualdades de gênero, responsáveis por frear as potencialidades das mulheres. Na direita, em contraste, o patriarcado é entendido como natural e inevitável (HEYWOOD, 2010b).



O gênero também acaba sendo palco para duas pautas em disputa entre progressistas e conservadores: a descriminalização do aborto e o casamento igualitário. Existe, nesse sentido, uma aproximação entre o conservadorismo e a direita, já que ambos privilegiam a manutenção do sistema político e social, mesmo que não sejam sinônimos. O conservadorismo clássico surgiu na Inglaterra no século XVIII, como uma corrente de pensamento, com teóricos como Edmund Burke, que defendiam a resistência às mudanças revolucionárias modernas, priorizando as tradições e instituições (BURKE, 2014). No século XX, os neoconservadores (“neocons”) se destacam nos Estados Unidos, dando ênfase na preservação dos costumes e na tradição moral.

O conservadorismo na dimensão moral acaba se aproximando aos projetos políticos-religiosos tradicionalistas, como no caso do Brasil. A disputa pela noção de família é tratada por meio de termos bíblicos, tradicionalmente, para justificar iniciativas como a “cura gay”, a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização do aborto. Para os conservadores, esses seriam valores que regem a vida social e não devem ser mudados, tal como o papel “natural” do homem e da mulher na sociedade. O comportamento privado se torna pauta política no conservadorismo, por se acreditar que a diversidade pode gerar instabilidade em uma sociedade, sendo necessária a defesa dos valores tradicionais (SCHEEFER, 2016).

Essas pautas, antigas e novas, acabam organizando o debate que localmente constitui os polos direita e esquerda, e por consequência organizando também os partidos políticos como catalisadores de ideologias distintas na representação da sociedade. Mesmo que ideologia não seja um requisito para a criação de partidos, ao institucionalizar o regime político, são eles que organizam a manifestação de posicionamentos ideológicos no Estado. A forma pela qual as lideranças leem as exigências da população e as transformam em políticas públicas para a resolução de conflitos atesta a ideologia de um partido e organiza o espectro ideológico institucionalmente disponível em uma sociedade.

Vale discutir o que Sartori (1982) apresenta como funções representativas e expressivas dessas organizações. A primeira é controversa porque os partidos podem estar representando mais a seus membros que a seus eleitores; além de que a representação é concebível sem partidos. A segunda função, como instrumento expressivo, permite que os partidos transmitam demandas pressionadas pela população, traduzindo em preferências de políticas públicas. Para o autor, os partidos “agregam, selecionam e, eventualmente, desviam e distorcem” (1982, p. 50). Assim, além de canalizar, organizar e integrar interesses sociais em

pacotes de políticas que são apresentados aos eleitores como projetos políticos, os partidos apresentam visões de mundo ou narrativas de legitimidade próprias (SCARROW, 2015).

Apesar de secundária na maior parte da literatura de conceituação de partidos políticos, a ideologia faz parte da diferenciação de partidos, sendo um ponto importante para diversas tipologias. Nesse sentido, pode-se afirmar que as diferenças entre os partidos de massas e de quadros de Duverger (1987); os burocráticos de massas e os profissionais eleitorais de Panebianco (2005); e os *catch all* de Kirchheimer (2012), levam em consideração o fator ideológico. Downs (1999) aponta que a ideologia é um atalho informacional um rótulo para diminuir os custos de informação dos eleitores durante os escrutínios. Mais que isso, para o autor, a dicotomia direita-esquerda corresponde a uma única dimensão de diferenciação entre as ideologias de partidos.

Contudo, ao considerar a quantidade de partidos que possuímos no Brasil, parece difícil diferenciar os partidos quanto às suas ideologias (KINZO, 2005). São 30 partidos com representação legislativa e 35 opções sendo ofertadas nas eleições de 2018. A maioria deles é constantemente rotulada como de aluguel (DESPOSATO, 2006; KELLAM, 2013), particularistas e fisiológicos (POWER; RODRIGUES-SILVEIRA, 2019; ROEDER, 2016) o que assume que eles sejam desprovidos de programa ideológico. Isso obscurece um componente fundamental da dinâmica política e da disputa de poder entre esses agentes. O que argumento é que mesmo esses partidos criados a partir de ações pragmáticas de suas lideranças defendem projetos políticos que requerem alguma visão de mundo, uma ideologia.

Não há uma medida que aponte quanto um partido possui ou não de ideologia, ou um limiar no qual se pode dizer que um específico partido é ideológico ou particularista. Para além das propostas dos partidos, isso também pode depender das alianças firmadas e concessões feitas pelos partidos em pelo menos duas esferas diferentes, eleições e parlamento. O que argumento é que, se for defendido que um partido é particularista por ter coligações com partidos de outra ideologia, a maioria dos partidos no Brasil será, em certo nível, particularista. Mesmo que haja flexibilidade na composição de alianças e posicionamentos programático, é preciso destacar a racionalidade contextual na qual essas alianças são realizadas (LIMA JR, 1983) e a forma como elas são informadas e informam convergências e divergências entre visões de mundo e projetos de país.

Como parto do pressuposto de que não há uma oposição entre partidos particularistas e ideológicos, todos os partidos podem ser e são, em certo nível, particularistas e também ideológicos. Como Coppedge (1998, p. 552) aponta, clientelismo e ideologia não são

mutualmente excludentes: clientelismo é um meio de construir e manter uma base de poder; enquanto ideologia é o que guia tal poder. Para o autor, “muitos partidos são, em algum grau, clientelistas, em algum grau, personalistas, e em algum grau, ideológicos; essas três qualidades variam independentemente”. Nesse sentido, com a dimensão ideológica presente em toda a prática política, é possível classificar até mesmo os chamados partidos de aluguel posicionados na dimensão direita-esquerda – diferentemente do que propõe Kellam (2013).

O posicionamento de partidos no nesse espectro, portanto, exige um intenso diálogo entre o contexto político em que os partidos se organizam, e se posicionam, na disputa eleitoral e parlamentar e os aspectos programáticos que permeiam essas relações. Para isso, em vez de buscar critérios universais para caracterizar ideologia dos partidos e desmerecer a classificação quando ela não reflete a realidade, busco construir, a partir das formas mais utilizadas pela literatura para diferenciar os partidos, uma estratégia de posicionamento balanceada entre a generalidade conceitual do espectro direita-esquerda e a especificidade histórica brasileira. Por mais que os partidos negociem suas ideologias para formar coligações eleitorais e coalizões de governo, flexibilizando sua programática, isso não retira suas ideologias. Seus processos de decisão se tornam mais balizados, mas o programa, usualmente, permanece, e a reputação de direita-esquerda, também.

### 2.3 POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Uma das funções centrais atribuídas a partidos políticos é sua capacidade de representar interesses e ideais difusos em uma sociedade. Contudo, no Brasil, a função representativa dos partidos políticos foi constantemente questionada ao longo de sua história. Maria do Carmo Campello de Souza (1983) destaca uma tendência antipartidária preponderante já na década de 1930; seguida de uma visão autoritária e centralizadora do Estado até o atual momento, “em que os partidos políticos atravessam uma fase de patente marginalidade e franco desprestígio” (1983, p. XIX). Na academia, ainda que contrapostos por uma literatura mais positiva ligada aos estudos legislativos no Brasil (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998; NICOLAU, 2000; SANTOS, 2002), essa percepção refletiu-se em uma vasta literatura sobre a falta de enraizamento dos partidos na sociedade<sup>32</sup>, sua fraqueza, a

---

<sup>32</sup> Vale notar, contudo, que há diferenças fundamentais entre os partidos brasileiros: alguns possuem mais laços com a sociedade que outros. Isso se reflete na literatura sobre as organizações partidárias específicas: o PT se destaca por possuir mais vínculos sociais, e dessa forma, foi objeto de uma ampla gama de pesquisas (AMARAL, 2010; AZEVEDO, 1995; HUNTER, 2010; KECK, 2010; LACERDA, 2002; MENEGUELLO, 1989; RIBEIRO, 2010; SAMUELS, 2008), enquanto os demais partidos foram pouco estudados, especialmente os de direita. Isso não quer dizer que partidos importantes não tenham estruturas internas operantes, como é abordado nos estudos

indisciplina de seus políticos e suas relações clientelistas (AMES, 2003; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 2002).

Atualmente, a sensação crescente de indiferenciação ideológica entre os partidos políticos está em foco, face o tamanho do sistema em que 35 partidos apresentaram candidatos para as eleições de 2016 e de 2018. É possível acatar as críticas de que os partidos perderam sua ideologia na arena política e não são diferentes uns dos outros? Como posicionar partidos que não reivindicam ser “nem esquerda, nem direita”, mas ao mesmo tempo, programaticamente tão distintos, como o PSD, de Kassab<sup>33</sup>, ou a Rede Sustentabilidade, de Marina<sup>34</sup>? No caso brasileiro, com a redemocratização, algumas das definições de direita e esquerda vêm sendo propostas a partir da participação de partidos ou grupos políticos na ditadura civil-militar instaurada em 1964 (POWER, 2010), destacando esse aspecto interno socioeconômico na designação ideológica aos partidos. Ao longo dos anos 1990, outra dimensão passa a se tornar importante para a diferenciação entre os partidos: a questão econômica, voltada especialmente a temas como desregulamentação, privatização e neoliberalismo. Mas como posicionar os novos partidos brasileiros?

De acordo com Power e Zucco (POWER; ZUCCO JR, 2009), dois tipos de estratégias podem ser utilizados para a medição da escala direita-esquerda, a partir de dois conjuntos de dados diferentes: os de **comportamento**, que avaliam votações, manifestos e discursos da elite política que revelam as preferências partidárias; e os de **percepção**, derivados da autopercepção dos políticos e de observadores (*experts* ou eleitores, por meio de *survey*). De maneira análoga, Tarouco e Madeira (2013a) apontam que existem dois grupos de métodos de aferição da posição de um partido: a estratégia na qual outras categorias indicam **indiretamente** o posicionamento das agremiações, por meio do comportamento de seus membros e a estratégia na qual os partidos são identificados **diretamente** no eixo direita-esquerda, por meio de percepção especialistas, eleitores e políticos. Apesar de convergirem nessa taxonomia em relação aos métodos, esses autores divergem quanto às suas valências relativas. Isso fica claro em suas

---

de caso sobre o PMDB (MACIEL, 2014), PSDB (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012), PFL (CORBELLINI, 2005; RIBEIRO, 2014; TAROUCO, 1999), PPB (COUTO, 1998) e PP (QUADROS, 2012). Existem ainda estudos históricos sobre as organizações internas dos partidos da República de 1946, sobre PTB (D'ARAÚJO, 1996; GOMES, 2015), UDN (BENEVIDES, 1981), PSD (HIPOLITO, 1985); seguindo para obras sobre a ARENA (GRINBERG, 2009), e o MDB (KINZO, 1988).

<sup>33</sup> Estadão. “Kassab: PSD não será 'nem esquerda, direita ou centro'”. 29 de março de 2011. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ou-centro,698756>

<sup>34</sup> Folha de São Paulo. “Novo partido não será de direita nem de esquerda, diz Marina”. 13 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/94217-novo-partido-nao-sera-de-direita-nem-de-esquerda-diz-marina.shtml>.

pesquisas, como será verificado a seguir, na revisão da literatura sobre as estratégias de posicionamento dos partidos brasileiros.

Quadro 2 - Possibilidades de medição da escala direita-esquerda

<b>Estratégia</b>	<b>Percepção – Diretamente</b>	<b>Comportamento – Indiretamente</b>
<b>Dados</b>	Survey: políticos, eleitores e experts	Votações, documentos políticos e discursos
<b>Limitações</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pode haver entendimentos diferentes sobre definições de direita e esquerda por parte dos entrevistados;</li> <li>2. Dados caros</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comportamento parlamentar pode depender de outros fatores que não só ideologia;</li> <li>2. Necessidade de predeterminação das categorias indicativas de posicionamento.</li> </ol>

Fonte: com base em Power e Zucco (2009) e Tarouco e Madeira (2013a).

De fato, ambas as perspectivas possuem qualidades e limitações. A estratégia indireta permite clareza teórico-conceitual e o uso de dados públicos de maneira mais acessível, como manifestos e votações, mas pode ser vulnerável. A estratégia direta é bastante mais sensível ao contexto do momento político, mas demanda um método caro de pesquisa primária e subestima a dimensão discursiva e programática do posicionamento ideológico. Essas estratégias estão presentes na literatura sobre o tema no Brasil.

Limongi e Figueiredo (1999) usam comportamento parlamentar, votações similares na Câmara dos Deputados, para mapear a existência de três blocos ideológicos nos primeiros anos após a redemocratização no Brasil: a direita (PDS/PPR/PP, PFL/DEM e PTB), o centro (PMDB e PSDB) e a esquerda (PDT e PT). Os autores também diferenciam dois grupos de pequenos partidos: entre os pequenos partidos de esquerda estão o PSB, PCB, PCdoB, PV e PSTU, e entre os de direita, outras 17 pequenas siglas, mas que não são especificadas. Segundo os autores, “raras são as oportunidades de um pequeno partido se desviar do voto dominante do grupo ideológico do qual faz parte” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 3).

Ainda tendo como foco os padrões de comportamento na Câmara, Mainwaring e Pérez-Liñán (1997) analisam as votações não unânimes durante a assembleia constituinte de 1988 e apresentam uma escala entre esquerda (PCB, PCdoB, PSB e PT), centro-esquerda (PDT e PSDB), centro (PMDB), centro-direita (PDC e PTB) e direita (PDS, PFL e PL). Esse posicionamento é baseado em prévio trabalho de Kinzo, porém, adaptado para conter duas outras escalas: conservadorismo e oposição a bancos privados. Assim, Mainwaring e Pérez-

Liñán apresentam os partidos em uma escala que vai do -10, o partido mais a esquerda, ao 10, o partido mais a direita.

As votações da Constituinte também foram analisadas por Fernandes (1995), que as considerou como um reflexo de todo ordenamento político, jurídico, econômico e social brasileiro, o que garantiu a expressão clara dos projetos ideológicos de cada partido. A partir de dados de votações compilados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o autor afirma que há uma “correspondência geral entre o posicionamento político-ideológico dos partidos e a imagem que deles tem a sociedade” (FERNANDES, 1995, p. 110). Contudo, esses dados não estão especificados no estudo. De qualquer forma, Fernandes traz um quadro partidário que analisa 19 partidos na dimensão direita-centro-esquerda (apresentados no quadro 3), mesmo que de forma aproximada e limitada, nas palavras do próprio.

As votações no Congresso, em especial na Câmara, também são enfocadas por Mainwaring, Power e Meneguello (2000) para a classificação dos partidos conservadores. Contudo, os autores consideram dados de percepção ao analisar também os resultados das primeiras ondas da Pesquisa Legislativa Brasileira, uma série de survey aplicados desde 1990, para discutir a democracia pós-1985. Os autores analisam as posições programáticas agregadas – comportamento – dos partidos conforme votações sobre instituições democráticas, autoritarismo, políticas pró-mercado, agenda moral, representação, em comparação com partidos não conservadores; e também apresentam os dados de localização média do partido a partir das respostas – percepção – da elite partidária eleita na Câmara e no Senado.

A Pesquisa Legislativa Brasileira tornou-se o principal método de aferição direta do posicionamento ideológico de partidos por meio de surveys. A PLB teve continuidade nas ondas de 1990, 1993, 1997, 2001 e 2005, com resultados publicados por Power e Zucco (2009, 2012). Os autores estabeleceram uma escala entre 1 (esquerda) e 10 (direita), para posicionar os principais partidos presentes no Congresso. Para compor as estimativas de posição dos partidos, foram utilizadas duas questões do questionário: onde o/a congressista se posicionava na escala de 1 a 10; e onde ele ou ela posicionava os outros partidos políticos (que não o seu próprio), considerando a mesma escala. Para os autores, a combinação das duas perguntas permite equalizar o entendimento dos rótulos de direita e esquerda, considerando as respostas auto-avaliativas e a escala das distâncias ideológicas percebidas. Power e Zucco (2012) apresentam os dados redimensionados, considerando a onda de 2009, apresentados no quadro

abaixo. Os dados mais atualizados da PLB, de 2017, são utilizados na próxima seção desse capítulo.

Outras classificações diretas de analistas políticos e experts são utilizadas em alguns trabalhos, de maneiras diferentes. Coppedge (1997) compila avaliações de analistas para classificar os partidos em 11 países latino-americanos conforme características religiosas, seculares, personalistas e da dimensão direita-esquerda. Sua escala, apresentada no quadro 3, abaixo, apresenta os partidos brasileiros por meio das escalas SL (partidos seculares de esquerda), SCL (partidos seculares de centro-esquerda), SC (partidos seculares de centro), SCR (partidos seculares de centro-direita), SR (partidos seculares de direita), XC (partidos cristãos de centro), P (partidos personalistas), O (outros) e U (desconhecido).

Rodrigues (2002, 2009) segue uma classificação que acompanha a maioria dos analistas políticos para destacar que existem diferenças significativas na composição social das bancadas dos principais partidos brasileiros. Essas diferenças são analisadas pelo autor por meio da distribuição dos segmentos sociais e profissionais, que corresponderiam a posições políticas, programáticas e ideológicas refletidas da dimensão direita-centro-esquerda. Rodrigues reforça que a composição sociocupacional, a dimensão patrimonial, os níveis de escolaridade indicam diferenças importantes entre os partidos, em especial quanto aos segmentos sociais por eles representados. “São essas categorias [ocupacionais] majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político” (2002, p. 40).

Outra maneira de avaliar a percepção de experts sobre a posição dos partidos no eixo direita-esquerda foi utilizada por Wiesehomeier e Benoit. Os autores realizaram dois *expert surveys* para posicionar partidos da América Latina. Os questionários foram aplicados pela internet a pesquisadores para classificar os partidos em onze dimensões<sup>35</sup>, inclusive ideologia, em uma escala de 1 (esquerda) a 20 (direita). No caso do Brasil, experts analisaram 14 partidos em 2007 (WIESEHOMEIER; BENOIT, 2009) e 18 partidos em 2015 (WIESEHOMEIER, 2015). Mesmo com uma taxa de resposta baixa (entre 20 respondentes em média, em 2007, e 16 em 2015), essas pesquisas são importantes para avaliar como acadêmicos enxergam os partidos e a ideologia no país e no continente. Não houve muitas mudanças substantivas entre as duas ondas, mas quatro partidos mais novos foram adicionados: PRB, PSD, PROS e SD.

---

<sup>35</sup> Taxação e gasto governamental, meio-ambiente, política social, religião, descentralização administrativa, cooperação econômica, globalização, identificação partidária, privatização, desregulamentação do mercado, minorias e populações indígenas, liberdades individuais e segurança, e regulamentação partidária.

Em 2010, foi realizado um *expert survey* no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Na ocasião, os participantes de duas áreas temáticas – eleições e de representação política, e instituições – responderam a um questionário no qual deveriam posicionar 27 partidos brasileiros em uma escala de 1 (extrema esquerda) a 7 (extrema direita). Com 47 respondentes, os resultados foram publicados por Tarouco e Madeira (2015). Outra classificação de experts foi realizada para a elaboração do livro “Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências”, organizado por Krause, Dantas e Miguel (2010). Esse posicionamento foi feito a partir de um workshop, parte de um projeto da Fundação Konrad-Adenauer, que resultou no livro.

Por fim, a literatura traz ainda trabalhos que empregam um outro tipo de método indireto, baseado na análise de conteúdo dos manifestos partidários. Os trabalhos de Tarouco e Madeira (2013a, 2013b) são os primeiros a utilizar a metodologia dos grupos *Manifesto Research Group* e do *Comparative Manifesto Project*. Essa metodologia para posicionamento se dá em função da proporção de texto nos programas dedicada a categorias indicativas em cinco domínios: relações exteriores, liberdade e democracia, sistema político, economia, bem-estar, estrutura social e grupos sociais. Dentre as 56 categorias de classificação, são utilizadas 24 categorias para uma escala direita-esquerda, e aplicadas ao contexto político brasileiro. Tarouco e Madeira analisaram manifestos desde a década de 1970 dos principais partidos brasileiros: PDS/PPB/PP, PDT, PT, PTB, PMDB, PFL e PSDB. A escala vai de -100 (esquerda) a +100 (direita).

Essa metodologia também é utilizada por Babireski (2014), para comparar os partidos de direita brasileiros, chilenos e uruguaios. Ainda, Jorge, Silva, Faria e Ferreira (2018) utilizam a técnica para discutir os programas eleitorais do PT e do PSDB, nas candidaturas de Dilma Rousseff e Aécio Neves na eleição de 2014. Outro trabalho é o de Gregorio e Contrera (2020), sobre as eleições de 2018. Ainda que também indireta, essa metodologia se difere das classificações baseada em votações, ao permitir a inclusão de aspectos discursivos que podem facilmente justapostos a uma clara definição conceitual do espectro ideológico.



Quadro 3 - Posicionamento dos partidos brasileiros na escala direita-esquerda, conforme a literatura

<b>Autor</b>	Coppedge (1997)	Fernandes (1995)	Mainwaring e Pérez-Liñán (1997)	Limongi e Figueiredo (1999)	Rodrigues (2009)	Mainwaring, Power e Meneguello (2000)	Power e Zucco (2012)	Tarouco e Madeira (2013a)	Wiesehomeier e Benoit (2007)	Wiesehomeier (2015)	ABCP (2010)	Krause, Dantas e Miguel (2010)
<b>Método</b>	Avaliações de outros analistas	Votações na Constituinte	Votações na Constituinte	Votações similares na Câmara	Perfil das elites partidárias	Votações na Câmara e PLB	PLB (2009)	Análise de Manifestos	Experts	Experts	Experts	Experts
<b>MDB</b>	SC	Centro	-1,7 (Centro)	Centro	Centro		5,56	-1,2	11,5	11,72	4,2	Centro
<b>PTB</b>	SCR	Direita	0,1 (Centro-Direita)	Direita	Centro	Centro-Direita	6,43	-20,2	13,6	13,19	5	Direita
<b>PDT</b>	SCL	Esquerda	-9 (Centro-Esquerda)	Esquerda	Esquerda		3,7	-12	8,38	8,5	3,3	Esquerda
<b>PT</b>	SL	Esquerda	-9,5 (Esquerda)	Esquerda	Esquerda		3,08	-13,8	6,37	6,22	2,9	Esquerda
<b>PFL/DEM</b>	SR	Direita	5,8 (Direita)	Direita	Direita	Direita	7,89	6	17,33	17,59	6,2	Direita
<b>PCdoB</b>	SL	Esquerda	-10 (Esquerda)	Pequenos de Esquerda	Esquerda		2,19		4,96	3,67	2,3	Esquerda
<b>PSB</b>	SL	Esquerda	-10 (Esquerda)	Pequenos de Esquerda	Esquerda		3,25		7,5	8,33	3	Esquerda
<b>PSDB</b>	SCL	Centro	-5 (Centro-Esquerda)	Centro	Centro		5,65	6,5	13,46	13,83	4,6	Centro
<b>PRN/PTC</b>	P					Direita	8,77 (1993)					Direita
<b>PSC</b>	XC	Direita		Pequenos de Direita	Direita	Centro-Direita			15,62	17,25	5,2	Direita
<b>PMN</b>	U	Esquerda		Pequenos de Esquerda	Esquerda	Centro-Direita						Esquerda
<b>PRP</b>	U	Direita										Direita
<b>PPS</b>	SL	Esquerda			Esquerda		4,49		10,38	10,13	4	Esquerda
<b>PV</b>	O	Esquerda		Pequenos de Esquerda	Esquerda		4,18		7,36	9,13	3,5	Esquerda
<b>PTdoB/AVANTE</b>	U											Direita
<b>PDS/PPB/</b>	SR	Direita	4,9 (Direita)	Direita	Direita	Direita	7,48	-5,2	16,78	16,94	6	Direita

<b>PP</b>											
<b>PSTU</b>				Pequenos de Esquerda			1,85 (1993)			Esquerda	
<b>PCB</b>	SL	Esquerda	-10 (Esquerda)	Pequenos de Esquerda					4	Esquerda	
<b>PRTB</b>										Direita	
<b>PHS</b>										Esquerda	
<b>PDC/PSDC /DC</b>	SCR		2,8 (Centro-Direita)			Centro-Direita	7,86 (1990)			Direita	
<b>PCO</b>										Esquerda	
<b>PTN/PODE</b>										Direita	
<b>PSL</b>					Direita	Centro-Direita				Direita	
<b>PRB</b>									15,92	Direita	
<b>PSOL</b>								2,95	2,78	1,4	Esquerda
<b>PL/PRONA/PR</b>	SR	Direita	4,4 (Direita)	Pequenos de Direita	Direita	Direita	6,65	14,75	16,56		Direita
<b>PSD</b>									13,62		Direita
<b>PPL</b>											Esquerda
<b>PATRI</b>											Direita
<b>PROS</b>									13,5		Direita
<b>SD</b>									12,71		Direita
<b>NOVO</b>											
<b>REDE</b>											
<b>PMB</b>											

Fonte: Elaboração própria, com base na literatura e Tarouco e Madeira (2013a).

Apesar de diferenças importantes em relação às fontes de dados e metodologias de classificação, os autores concordam em grande parte no ordenamento ideológico dos partidos. Essa convergência, de certo modo, corrobora a existência de uma diferenciação ideológica latente no sistema partidário brasileiro que justifica seu estudo sistemático. Apesar do debate sobre a indiferenciação das legendas partidárias, especialmente na imprensa, é nítido que os analistas políticos reconhecem a dimensão direita-esquerda e que essa é uma classificação corrente e válida para compreender o sistema político e partidário brasileiro.

Entretanto, como é possível observar no quadro 2, a maior parte das análises converge sobre as posições dos grandes partidos, mas são poucas as informações sobre os novos. Essa literatura classifica majoritariamente os grandes partidos formadores do sistema, MDB, PTB, PDT, PT, PFL/DEM, PCdoB, PSB e PSDB. Esses partidos de fato concentravam mais de 80% dos votos para as eleições dos deputados até a década de 2000, mas essa concentração foi diminuindo ao longo das últimas eleições. Os novos partidos e a alta fragmentação começaram a caracterizar cada vez mais a política brasileira. Assim, apesar de progressivamente relevantes na dinâmica política, os novos e médios partidos ainda carecem de uma classificação no eixo direita-esquerda.

A seleção dos partidos “novos” analisados foi realizada a partir do critério de data de registro definitivo junto ao TSE. Isso faz com que partidos que fazem parte da presente análise – como o PPS, PMN, PJ/PRN/PTC, PSC, PV, PTdoB/Avante e PTN/Podemos – tenham trajetórias anteriores a 1990, alguns inclusive participando de eleições federais. A justificativa é que esses partidos ainda não estavam organizados plenamente, segundo os requisitos do TSE, antes de 1990. A data do registro oficial pareceu um critério adequado para lidar inclusive com as discussões presentes na literatura sobre se uma dissidência ou uma fusão podem ou não ser considerados partidos que trazem uma “novidade” (BARNEA; RAHAT, 2011; BOLLEYER; BYTZEK, 2013; HUG, 2000; KROUWEL; LUCARDIE, 2008; TAVITS, 2008). Assim, para a pesquisa, assumi que novas legendas seriam aquelas que receberam o registro definitivo e começam a receber recursos públicos a partir disso.

Como tratado na introdução, esse posicionamento dos partidos evidencia que foram criados mais partidos de direita do que de esquerda no Brasil desde 1990, apresentando o perfil ideológico desses partidos nesta parte descritiva da tese. Para isso, combino a metodologia de análises de manifesto por meio da técnica do MARPOR e os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira para a classificação dos 25 partidos criados desde então. Essas duas fontes de dados juntas, permitem posicionar os partidos entre direita e esquerda tanto a percepção em relação

aos partidos quanto o seu comportamento manifesto. Desse modo, é possível não apenas examinar partidos que não constam na literatura, como congregar as valências e atenuar as limitações das duas estratégias classificatórias.

Como indicado anteriormente, cada um desses métodos tem as suas limitações. Como apontam Benoit e Laver (2006), posições políticas são abstratas, conceitos que não são observáveis diretamente, fazendo com que qualquer método de estimação consiga apreender somente algumas de suas manifestações empíricas. Para Miguel (2010, p. 34), “qualquer classificação dos partidos políticos brasileiros no *continuum* esquerda-direita deve ser entendida como uma simplificação grosseira” mesmo que seja necessária, para estudar o sistema partidário brasileiro. De qualquer forma, combino duas fontes de dados que são consolidadas na literatura, dotadas alto rigor metodológico, me permitindo uma classificação, a um só tempo, conceitualmente precisa e sensível ao contexto político nacional.

### **2.3.1 Posicionamento dos partidos por meio do MARPOR**

A metodologia mais utilizada para a análise de manifestos partidários é a disseminada pelo Manifesto Research on Political Representation (MARPOR). O grupo Manifesto Research Group (MRG) foi criado em 1979, vinculado ao Consórcio Europeu para Pesquisa Política, tendo como objetivo estudar os manifestos dos partidos europeus (BUDGE *et al.*, 2001; KLINGEMANN *et al.*, 2006; VOLKENS *et al.*, 2013). As pesquisas foram continuadas pelo Comparative Manifesto Project (CMP) e, a partir de 2009, pela equipe do MARPOR. O banco de dados já conta com a análise de mais de mil partidos, de 1945 até hoje, em mais de 50 países.

O procedimento metodológico do MARPOR consiste uma análise de conteúdo que divide o texto em unidades: cada parte do texto é classificada em uma das 56 categorias (divididas em sete conjuntos temáticos) predeterminadas pela metodologia, sendo o resultado a soma da frequência de cada categoria em cada documento. A unidade de análise é a *quasi-sentence*: uma frase ou período, inteiro ou desmembrado, que deve expressar apenas uma ideia, argumento ou posição política (BUDGE *et al.*, 2001; TAROUÇO; MADEIRA, 2013a). Nos casos em que o período não se insere em nenhuma das categorias (descrição histórica do partido, tabelas e títulos de seção), é atribuída a classificação “não codificável”.

Quadro 4 - Domínios, categorias e códigos da metodologia do MARPOR

<b>Domínio 1 - Relações exteriores</b>	<b>101 Relações especiais: positivo</b>	<b>Domínio 4 - Economia</b>	<b>411 Tecnologia e Infraestrutura</b>
	102 Relações especiais: negativo		412 Economia controlada
	103 Anti-Imperialismo		413 Nacionalização
	104 Forças Armadas: positivo		414 Ortodoxia econômica
	105 Forças Armadas: negativo		415 Análise marxista
	106 Paz		416 Controle do crescimento
	107 Internacionalismo: positivo		501 Proteção ambiental
	109 Internacionalismo: negativo		502 Cultura
	<b>Domínio 2 - Liberdade e</b>		201 Liberdades e Direitos Humanos
202 Democracia		504 Expansão do Estado de Bem-estar Social	
203 Constitucionalismo: positivo		505 Limitação do Estado de Bem-estar Social	
204 Constitucionalismo: negativo		506 Expansão da Educação	
<b>Domínio 3 - Sistema Político</b>	301 Descentralização	<b>Domínio 6 - Estrutura da sociedade</b>	507 Limitação da Educação
	302 Centralização		601 Estilo nacional de vida: positivo
	303 Eficiência Gov. e Administrativa		602 Estilo nacional de vida: negativo
	304 Corrupção		603 Moralidade trad.: positivo
	305 Autoridade Política		604 Moralidade trad.: negativo
	306 Instituições do sistema político		605 Lei e Ordem
<b>Domínio 4 - Economia</b>	401 Livre Iniciativa	<b>Domínio 7 - Grupos sociais</b>	606 Harmonia Social
	402 Incentivos		607 Multiculturalismo: positivo
	403 Regulação do Mercado		608 Multiculturalismo: negativo
	404 Planejamento Econômico		701 Classes trabalhadoras: positivo
	405 Corporativismo		702 Classes trabalhadoras: negativo
	406 Protecionismo: positivo		703 Agricultura, agricultores
	407 Protecionismo: negativo		704 Classe média e grupos prof.
	408 Metas Econômicas		705 Minorias desprivilegiadas
	409 Ger.Keynesiano da demanda		706 Grupos demográficos não-econômicos
	410 Produtividade		000 Nenhuma das Categorias

Fonte: Budge et al (2001), Tarouco e Madeira (2013a).

Nessa pesquisa, utilizo os programas partidários registrados, disponíveis na coletânea do Senado Federal<sup>36</sup>, de 2014, e nos sites dos partidos criados a partir de então<sup>37</sup>. São documentos públicos dos partidos, com fácil acesso ao eleitor, e nos quais estão dispostas informações sobre o posicionamento das agremiações em temas centrais. Assim, analisei vinte e cinco documentos programáticos dos partidos criados desde 1990, propostos nessa etapa do

<sup>36</sup> Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508139>.

<sup>37</sup> Os programas da REDE e do PMB foram coletados nos respectivos sites dos partidos. No caso do NOVO, foi utilizada a seção “Quem somos” para a análise. A coleta foi feita em dezembro de 2017.

estudo, por meio da aplicação da técnica do MARPOR, com a utilização do *software* Nvivo. Os documentos foram analisados, considerando a proporção de texto que cada partido dedica a um determinado tema, permitindo identificar a relevância de determinadas áreas para cada partido. A primeira tabela desta seção apresenta os resultados por domínios, considerando o que cada sigla dedica aos grandes temas.

Tabela 1 - Porcentagens dos manifestos dos partidos conforme os domínios

	<b>Domínio 1</b> <b>Relações</b> <b>exteriores</b>	<b>Domínio 2</b> <b>Liberdade</b> <b>e Democr.</b>	<b>Domínio 3</b> <b>Sistema</b> <b>Político</b>	<b>Domínio 4</b> <b>Economia</b>	<b>Domínio 5</b> <b>Bem-estar</b>	<b>Domínio 6</b> <b>Estr. da</b> <b>sociedade</b>	<b>Domínio 7</b> <b>Grupos</b> <b>sociais</b>	<b>Não Cod.</b>
<b>PJ/PRN/PTC</b>	0,0%	33,9%	39,0%	0,0%	8,1%	9,1%	0,6%	9,2%
<b>PSC</b>	6,3%	14,0%	12,2%	10,6%	19,0%	9,3%	19,5%	9,3%
<b>PMN</b>	22,7%	4,2%	21,5%	23,0%	13,0%	0,0%	1,4%	14,3%
<b>PRP</b>	2,4%	16,7%	30,4%	21,3%	16,9%	3,9%	1,0%	7,5%
<b>PPS</b>	1,7%	10,3%	18,9%	10,6%	25,2%	12,3%	2,6%	18,5%
<b>PV</b>	6,6%	1,7%	7,3%	25,1%	33,3%	15,6%	8,4%	2,1%
<b>PTdoB/Avant</b>	1,9%	3,4%	13,8%	11,1%	28,8%	5,7%	9,6%	25,8%
<b>PSTU</b>	9,0%	2,7%	7,0%	54,0%	7,9%	0,7%	11,9%	6,8%
<b>PRTB</b>	0,0%	11,1%	13,8%	32,8%	13,7%	12,3%	15,4%	4,2%
<b>PHS</b>	21,2%	14,8%	2,6%	13,0%	14,3%	9,0%	9,9%	15,4%
<b>PDC/DC</b>	3,1%	5,2%	6,9%	19,4%	32,3%	12,1%	18,7%	2,4%
<b>PCO</b>	18,2%	2,9%	7,3%	48,5%	4,6%	2,7%	14,6%	1,1%
<b>PTN/Pode</b>	0,0%	2,3%	5,4%	37,3%	23,5%	9,7%	17,0%	4,7%
<b>PSL</b>	4,6%	9,8%	6,8%	28,2%	29,1%	9,2%	5,7%	6,4%
<b>PRB</b>	8,3%	12,5%	13,2%	30,8%	26,9%	3,4%	2,9%	2,2%
<b>PSOL</b>	11,1%	2,6%	15,3%	33,0%	11,8%	2,8%	21,7%	1,3%
<b>PSD</b>	0,0%	26,3%	12,4%	1,9%	33,1%	1,8%	9,3%	15,1%
<b>PPL</b>	4,3%	0,0%	0,0%	55,8%	15,8%	0,0%	0,9%	23,2%
<b>PEN/Patri</b>	1,8%	16,2%	9,7%	10,6%	40,9%	3,8%	10,9%	6,0%
<b>PROS</b>	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	33,6%	35,1%	21,7%	4,9%
<b>SD</b>	2,5%	10,3%	9,8%	14,1%	28,7%	4,1%	23,5%	6,9%
<b>NOVO</b>	0,0%	13,2%	40,9%	5,1%	4,4%	1,6%	11,7%	23,1%
<b>REDE</b>	3,5%	6,9%	41,0%	4,3%	23,8%	0,6%	4,9%	15,1%
<b>PMB</b>	2,0%	3,9%	2,8%	4,1%	43,0%	7,2%	31,5%	5,4%

Fonte: Análise dos manifestos partidários conforme a metodologia MARPOR.

Os domínios de maior destaque são os de Bem-estar e qualidade de vida e de Economia, parcelas maiores dos programas partidários. Com esses dados, é possível perceber certas diferenças granulares entre as questões gerais abordadas ou não pelas siglas. No caso do NOVO, REDE, PTC e PRP, se destacam o domínio ‘Sistema Político’, com menções a

eficiência governamental, corrupção e as instituições do sistema. O domínio ‘Estrutura da Sociedade’ se faz bastante presente no programa do PROS, ligado a questões como harmonia social e lei e ordem. O PSC teve uma distribuição mais parelha entre os domínios, tendo destaque para ‘Grupos Sociais’.

Após classificar as sentenças entre as 56 categorias (a classificação completa está disponível no Anexo 1), mapeei os partidos em relação à dimensão esquerda-direita. Para isso, utilizei o indicador RILE (Right-Left), com a seleção de 26 categorias. De acordo com Budge e Meyer (2013), essa escala resume a informação disponível de todas as categorias propostas e a traduz de forma em um índice para fácil compreensão, no qual a maioria dos partidos é classificada. A posição do partido é dada pela diferença da proporção de texto entre os dois conjuntos de categorias. Nesse sentido, valores negativos correspondem a posicionamentos de esquerda e valores positivos, de direita. O Índice RILE é obtido pela soma dos percentuais das 13 categorias indicativas de direita menos a soma dos percentuais das categorias de esquerda. Assim, o Índice varia de uma escala que vai de -10 (extrema-esquerda) para +10 (extrema-direita).

Quadro 5 - Categorias da escala RILE (direita-esquerda) de acordo com o MARPOR

<b>Categorias Indicativas de Direita</b>	<b>Categorias Indicativas de Esquerda</b>
104 Forças Armadas: positivo	103 Descolonização, Anti-Imperialismo
201 Liberdades e Direitos Humanos	105 Forças Armadas: negativo
203 Constitucionalismo: positivo	106 Paz
305 Autoridade Política	107 Internacionalismo: positivo
401 Livre Iniciativa	202 Democracia
402 Incentivos	403 Regulação do Mercado
407 Protecionismo: negativo	404 Planejamento Econômico
414 Ortodoxia econômica	406 Protecionismo: positivo
505 Limitação do Estado de Bem-estar Social	412 Economia controlada
601 Estilo nacional de vida: positivo	413 Nacionalização
603 Moralidade trad.: positivo	504 Expansão do Estado de Bem-estar Social
605 Lei e Ordem	506 Expansão da Educação
606 Harmonia Social	701 Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Budge e Meyer (2014, p. 107), Jorge et al (2018).

Como apontam Tarouco e Madeira (2013b), o índice RILE como proposto pelo MRG/CMP/MARPOR pode não considerar as especificidades do cenário brasileiro. Temas

como governo militar e liberalização econômica da década de 1990 foram importantes para deslocar os partidos no eixo direita-esquerda. Assim, os autores elaboraram uma escala ideológica aplicável ao Brasil com diferenças em relação às categorias utilizadas<sup>38</sup>. Mesmo concordando com as considerações dos autores, a escolha desta pesquisa foi a utilização das categorias propostas pelo MARPOR para considerar o caráter comparativo da escala de diferenças entre as dimensões direita e esquerda, não apenas entre países, mas especialmente entre os mesmos partidos ao longo dos anos. A seguir, apresento as duas tabelas com as porcentagens dos textos considerando cada uma das categorias indicativas de direita (tabela 2) e de esquerda (tabela 3). Na tabela 4, apresento o Índice de RILE a partir do cálculo proposto pela metodologia – que é em porcentagem – transformados os percentuais (que variam de -100% a +100%) em índice (variando de -10 a +10).

---

<sup>38</sup> Os autores utilizam as seguintes categorias: (i) indicativas da esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do estado de bem estar social (incluindo educação) e referências positivas à classe trabalhadora; (ii) indicativas da direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do estado de bem estar social (incluindo educação) e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (contrastando com as referências à classe operária) (TAROUCO; MADEIRA, 2013b, p. 159).



Tabela 2 - Porcentagens dos manifestos dos partidos conforme as categorias indicativas de direita

<b>Categorias de direita</b>	<b>104</b>	<b>201</b>	<b>203</b>	<b>305</b>	<b>401</b>	<b>402</b>	<b>407</b>	<b>414</b>	<b>505</b>	<b>601</b>	<b>603</b>	<b>605</b>	<b>606</b>
<b>PRN/PTC</b>		15,96%	2,67%	10,87%							2,06%	2,11%	4,34%
<b>PSC</b>	0,83%	5,85%	1,02%	3,83%	0,54%	3,15%				0,73%	2,71%	5,00%	
<b>PMN</b>		1,28%		15,00%									
<b>PRP</b>		5,30%	0,76%	10,01%	4,06%	2,47%					0,61%		0,52%
<b>PPS</b>		3,41%		9,86%							0,85%		10,34%
<b>PV</b>	1,74%	0,31%		1,71%	0,25%	1,89%		0,32%				10,70%	0,85%
<b>PTdoB/Avante</b>		1,69%	1,51%	3,15%	1,05%				4,79%	0,19%	0,27%	2,77%	
<b>PSTU</b>		0,46%		5,20%									
<b>PRTB</b>		2,17%		3,23%	22,27%					2,55%			4,88%
<b>PHS</b>		11,61%	0,99%	2,40%		1,72%					0,31%	0,71%	6,06%
<b>PDC/PSDC/DC</b>	1,00%	3,27%	0,37%	0,91%	9,67%	0,49%	0,49%		1,97%		2,01%	3,80%	4%
<b>PCO</b>		0,18%	0,99%	2,76%								1,18%	
<b>PTN/Podemos</b>		2,27%		1,41%	1,13%	1,41%		8,64%	0,29%	2,88%		2,19%	4,64%
<b>PSL</b>	2,03%	5%	0,35%	1,48%	8%	1,51%		8,28%	2,32%	1,44%	0,56%	6,75%	0,45%
<b>PRB</b>	5,02%	9,12%	2,27%	1,75%	3,81%				3,95%		2,50%		
<b>PSOL</b>		1,30%		9,80%							0,26%	0,93%	
<b>PSD</b>		6,20%		10,50%	1,50%	0,40%					1,80%		
<b>PPL</b>	4,30%					9,10%							
<b>PEN/Patri</b>	1,80%	2,60%	8,40%		3,00%			5,30%	1,80%				3,80%
<b>PROS</b>										0,60%	1,00%	8,80%	24,70%
<b>SD</b>		4,10%	1,30%		8,40%	1,20%							4,10%
<b>NOVO</b>		7,10%		15,80%	2,00%			1,00%					1,60%
<b>REDE</b>		1,50%		4,60%									
<b>PMB</b>		2,00%		1,20%		0,80%		0,90%		4,60%	1,00%		

Fonte: Análise dos manifestos partidários conforme a metodologia MRG/CMP/MARPOR.

Tabela 3 - Porcentagens dos manifestos dos partidos conforme as categorias indicativas de esquerda

<b>Categorias de esquerda</b>	<b>103</b>	<b>105</b>	<b>106</b>	<b>107</b>	<b>202</b>	<b>403</b>	<b>404</b>	<b>406</b>	<b>412</b>	<b>413</b>	<b>504</b>	<b>506</b>	<b>701</b>
<b>PRN/PTC</b>					15,29%								0,63%
<b>PSC</b>	1,25%	0,44%	1,77%	1,57%	6,05%		0,44%	3,05%			5,56%	5,34%	6,52%
<b>PMN</b>	16,81%			3,83%	2,92%				8,19%	6,71%	0,60%	0,74%	
<b>PRP</b>			0,85%	1,59%	10,60%				1,35%		4,77%	0,39%	
<b>PPS</b>			0,06%	1,26%	6,85%	1,15%	1,10%	1,42%			4,19%	4,03%	1,98%
<b>PV</b>	0,19%	1,69%	0,61%	2,21%	1,34%	0,35%	0,13%		0,89%		9,52%	2,85%	1,07%
<b>PTdoB/Avante</b>				0,81%	0,24%						3,13%	1,63%	4,93%
<b>PSTU</b>	7,40%			1,56%	2,25%			5,20%	12,14%	19,43%	6,62%	0,38%	9,68%
<b>PRTB</b>					8,96%								4,67%
<b>PHS</b>	1,57%	2,77%	4,30%	12,53%	2,16%			3,88%	4,98%		0,35%	0,75%	1,50%
<b>PDC/PSDC/DC</b>			0,22%	1,83%	1,57%		0,47%		2,06%		6,10%	9,73%	11,07%
<b>PCO</b>	14,82%	2,60%	0,75%		1,73%				5,79%	8%	2,65%	1,03%	9,02%
<b>PTN/Podemos</b>						1,44%			7,03%	1,97%	5,44%	3,71%	7,31%
<b>PSL</b>	2,56%				4,43%	0,53%			3%	1,79%	9,52%	7,38%	3,92%
<b>PRB</b>			3,25%		1,12%	1,44%			14,89%		12,20%		
<b>PSOL</b>	7,49%	0,93%	0,15%	1,42%	0,67%			0,33%	4,91%	13,01%	3,88%	0,57%	10%
<b>PSD</b>					20,10%								1,60%
<b>PPL</b>							18,30%		11,30%		5,20%	3,00%	
<b>PEN/Patri</b>					5,20%	2,30%						0,50%	
<b>PROS</b>									4,50%		13,50%	6,00%	10,40%
<b>SD</b>	0,60%			1,90%	4,90%						0,90%	12,50%	15,70%
<b>NOVO</b>					6,10%		2,10%						
<b>REDE</b>			1,10%	2,40%	5,40%	1,70%					5,00%	2,50%	0,70%
<b>PMB</b>				2,00%	1,90%	1,90%					11,50%		4,80%

Fonte: Análise dos manifestos partidários conforme a metodologia MRG/CMP/MARPOR.

Tabela 4 - Porcentagens dos manifestos dos partidos e Índice RILE, na escala de -10 a +10

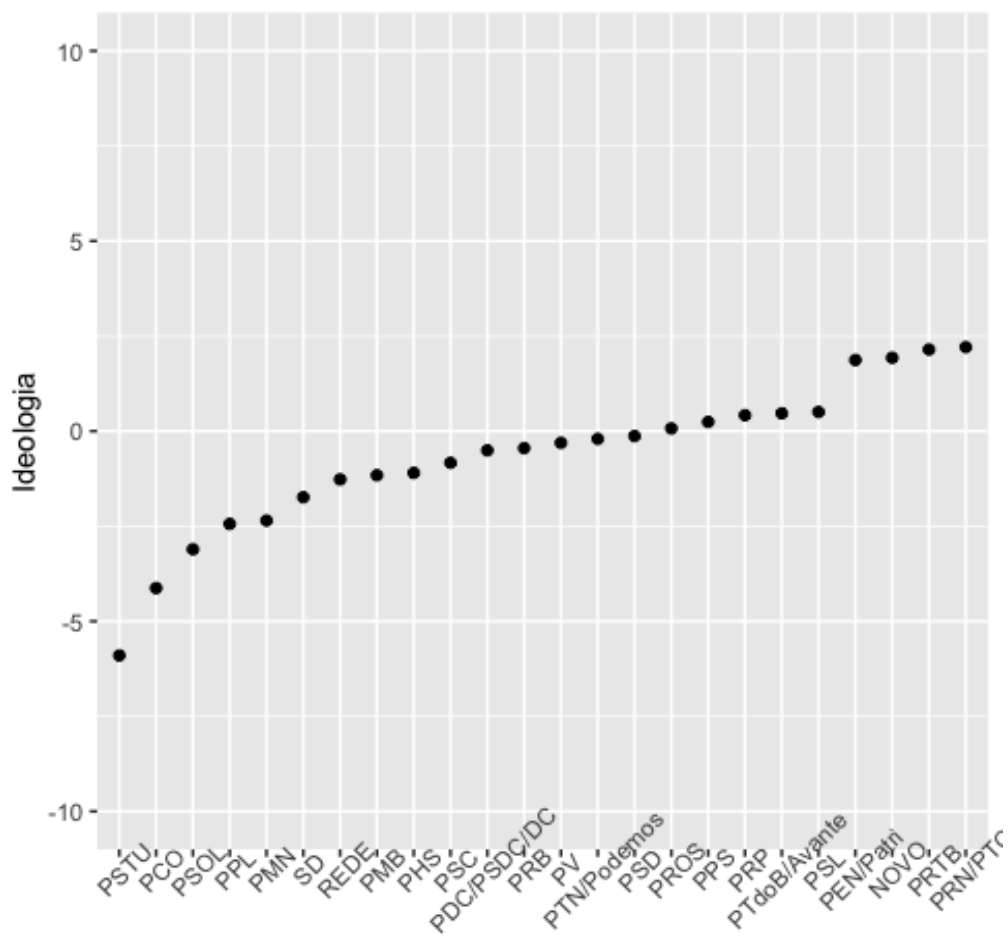
<b>Partidos</b>	<b>Total Direita</b>	<b>Total Esquerda</b>	<b>Índice RILE (D-E – escala de -10 a +10)</b>
<b>PRN/PTC</b>	38,0%	15,9%	2,209
<b>PSC</b>	23,7%	32,0%	-0,833
<b>PMN</b>	16,3%	39,8%	-2,352
<b>PRP</b>	23,7%	19,6%	0,418
<b>PPS</b>	24,5%	22,0%	0,242
<b>PV</b>	17,8%	20,9%	-0,308
<b>PTdoB/Avante</b>	15,4%	10,7%	0,468
<b>PSTU</b>	5,7%	64,7%	-5,9
<b>PRTB</b>	35,1%	13,6%	2,147
<b>PHS</b>	23,8%	34,8%	-1,099
<b>PDC/PSDC/DC</b>	28,0%	33,1%	-0,507
<b>PCO</b>	5,1%	46,4%	-4,128
<b>PTN/Podemos</b>	24,9%	26,9%	-0,204
<b>PSL</b>	38,2%	33,1%	0,504
<b>PRB</b>	28,4%	32,9%	-0,448
<b>PSOL</b>	12,3%	43,4%	-3,107
<b>PSD</b>	20,4%	21,7%	-0,13
<b>PPL</b>	13,4%	37,8%	-2,44
<b>PEN/Patri</b>	26,7%	8,0%	1,87
<b>PROS</b>	35,1%	34,4%	0,07
<b>SD</b>	19,1%	36,5%	-1,74
<b>NOVO</b>	27,5%	8,2%	1,93
<b>REDE</b>	6,1%	18,8%	-1,27
<b>PMB</b>	10,5%	22,1%	-1,16

Fonte: Análise dos manifestos partidários conforme a metodologia MRG/CMP/MARPOR.

Com esses dados, é possível plotar um gráfico que posicione os novos partidos conforme a sua localização no eixo direita-esquerda, exposto no gráfico 1. Como podemos perceber, há uma convergência dos manifestos para a centro-esquerda. A média fica no ponto -0,65, com um desvio padrão de 1,96, resultando que poucos partidos estão em pontos mais extremos: a maioria fica entre o -2 e o +2. Os partidos mais extremos seriam o PSTU na esquerda (com cerca de 65% do seu texto codificados em categorias indicativas de esquerda), e o PRN/PTC na direita (com aproximadamente 40% de seu manifesto categorizado à direita). NOVO, PRTB e PEN/Patriota também estão próximos do índice RILE do PRN/PTC, sendo os partidos mais à direita.

No todo, segundo esses dados, os partidos brasileiros são, em sua média, de centro-esquerda. Dos 25 partidos analisados por meio de seus manifestos, apenas 9 são de direita. Esse resultado se difere da maioria dos resultados apresentados pela literatura (como apresentado no quadro 2), e da afirmativa presente na pergunta de pesquisa proposta nesta tese. Segundo a metodologia do MARPOR, partidos como PRB, PSC e DC têm mais proporções de texto com pautas de esquerda do que de direita. Em comparação com a literatura, isso é claramente uma distorção. Considerando os manifestos analisados, isso ocorre pela alta proporção de assuntos como classes trabalhadoras, educação e democracia nos manifestos desses partidos. Essas são temáticas pré-selecionadas como de esquerda de acordo com essa metodologia, mas que no Brasil, escapam o embate discursivo que opõe direita e esquerda. Mesmo com as modificações propostas por Tarouco e Madeira (2013a), para considerar o contexto histórico brasileiro, esse ruído ainda permaneceu, de acordo com os testes que realizei.

Gráfico 1 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos



Fonte: Elaborado pela autora, por meio da análise dos manifestos partidários conforme Índice RILE, com a metodologia MARPOR.

Essas distorções não são novas na literatura. Benoit e Laver (2006, 2007, 2012) questionaram a validade e a confiabilidade especialmente do índice RILE, ao verificar a baixa convergência entre seus *surveys* com *experts* e o resultado dos manifestos – além de enfatizar o problema do erro sempre existente pelo procedimento de codificação humana (BENOIT; LAVER; MIKHAYLOV, 2009). No caso brasileiro, como aponta Miguel (2010, p. 35), em relação à classificação feita por Tarouco (2008), “aplicado o modelo aos principais partidos brasileiros de 1979 em diante, constatou-se que, com exceção do programa do Partido da Frente Liberal em 1995 (mas não o anterior a 1988), todos situavam-se à esquerda! O programa de 1979 do PDS, que sustentava a ditadura militar, por exemplo, apresentava índice semelhante ao do PT em 1990”.

Dessa forma, não há dúvidas de que a utilização de programas para o posicionamento dos partidos em termos ideológicos, em si, é controversa. São diversas as críticas a esse material, no que, basicamente, a literatura aponta que há uma certa ingenuidade em pensar que os partidos seguem apenas posições ideológicas na competição política. Miguel (2010) sugere cautela na análise de manifestos partidários e retoma Weber (2014) ao destacar as “abstratas mediocridades contidas num programa”. Para o autor, é “ilusório pensar que a disputa política é uma disputa de plataformas ou que há um alinhamento necessário entre aquilo que os programas partidários dizem, as políticas que os partidos implementam, a imagem que desejam ter e as percepções correntes sobre cada um deles” (MIGUEL, 2010, p. 35).

Panebianco (2005) discute a questão do preconceito teleológico na classificação de partidos por critérios a priori. Essa preconcepção atribui objetivos ao partido, fazendo com que esse seja analisado a partir de uma razão de ser, dentro de uma família ideológica. Isso leva ao entendimento de que há uma homogeneidade de pensamento, sem disputa interna organizacional, com um objetivo único traçado. Panebianco vai por outro caminho: disserta sobre a organização interna dos partidos, com diferentes esferas de poder e dilemas organizativos que consideram o ambiente externo, fazendo com que o partido tenha objetivos flexíveis.

Desse modo, é de se esperar que a linguagem potencialmente vaga e flexível de manifestos faça com que o índice RILE produza um quadro irreal de convergência do sistema partidário ao centro-esquerda. Assim, parece haver um viés em direção à esquerda a partir dessa classificação dos partidos, o que faz com que os partidos de centro-direita se aproximem cada vez mais do centro. Isso pode estar ligado ao fenômeno conhecido como “direita envergonhada” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; PIERUCCI, 1987; POWER, 2010;

POWER; ZUCCO JR, 2009; RODRIGUES, 1987). Se os dirigentes julgarem que não é “positivo” ser de direita, tenderão a formular programas e manifestos que “escondam” eventuais preferências mais à direita.

Essa distorção, por certo, expõe as limitações do instrumento, mas não ofusca sua validade. Ainda que distorcido em termos absolutos, a metodologia do MARPOR permite uma granular comparação entre os manifestos analisados. Ao utilizar um critério sistemático e robusto para a análise dos 25 manifestos partidários, a metodologia permite discutir até que ponto os partidos são “todos iguais”. Esses resultados mostram que os programas não têm o mesmo conteúdo e que suas diferenças em termos de ênfase não são aleatórias, como já apontou Tarouco (2011). Os textos – manifestos, programas, doutrinas, declarações – são elementos essenciais para entender como o partido enxerga sua imagem e, por serem documentos partidários muitas vezes aprovados em congressos ou convenções, também orientam posicionamentos sobre plataformas específicas e a conjuntura política. Isso não pode ser apenas desprezado.

Contudo, a utilização do RILE é, de fato, disputável. Se por um lado, o índice possibilita a inclusão de novos partidos no mapeamento ideológico, com uma análise baseada em dados de fácil acesso; por outro, as distorções ficam evidentes quando os resultados apontam que os partidos brasileiros se acumulam na centro-esquerda. Mesmo assim, vale notar que esse é o cálculo utilizado na literatura no Brasil (BABIRESKI, 2014; BOLOGNESI; BABIRESKI; MACIEL, 2019; GREGORIO; CONTRERA, 2020; JORGE *et al.*, 2018; TAROUCO, 2011; TAROUCO; MADEIRA, 2013a, 2013b), o que aumenta o poder de comparação dos resultados aqui expostos. A estratégia tomada é então a de combinar esse índice com outros dados, resultantes da Pesquisa Legislativa Brasileira, apresentada na seção seguinte, como forma de detalhar diferenças programáticas entre os partidos e, ao mesmo tempo, agregar as percepções, intrinsecamente sensíveis ao contexto político local, para compor o mapeamento ideológico do sistema partidário brasileiro.

### **2.3.2 Posicionamento dos partidos por meio dos dados da PLB**

O *survey* da Pesquisa Legislativa Brasileira tornou-se o principal instrumento de aferição de percepções sobre posicionamento ideológico do sistema partidário brasileiro. Conduzida pelos professores Timothy Power e Cesar Zucco Jr., a PLB já possui oito ondas desde a redemocratização, realizadas a cada legislatura, desde a 48<sup>a</sup>, sendo a última onda a de 2017.

Foram mais de mil questionários aplicados a deputados e senadores, sendo o mais completo banco de dados sobre o pensamento dos parlamentares brasileiros.

A partir das respostas dos legisladores, Power e Zucco (2009, 2012; 2019) conseguem produzir estimativas das posições dos partidos brasileiros, pelo redimensionamento das respostas dos congressistas a questões que demandam que eles posicionem a si próprios e todos os principais partidos do sistema político em uma escala que vai de 1 (esquerda) a 10 (direita). Para definir o modelo, os autores pressupõem que cada partido tem uma posição ideológica “verdadeira”, que pode variar ao longo do tempo, e de uma pesquisa para a outra. Dessa forma, os pesquisadores assumem que os legisladores respondentes observam a posição verdadeira, mas interpretam a escala esquerda-direita conforme seus pontos de vista. O modelo proposto considera isso ao propor as duas perguntas: uma de auto posicionamento e outra de posicionamento dos demais partidos que não o do congressista. Dessa forma, os parâmetros de distorção são os simetricamente distribuídos, aumentando a precisão da estimativa do posicionamento de um partido.

No gráfico 2, apresento os dados de posicionamento ideológico resultado da PLB, respondida pelos parlamentares brasileiros ao longo das oito ondas realizadas. Na pesquisa de 2017, 20 dos 35 partidos<sup>39</sup> foram posicionados a partir das respostas dadas pelos deputados e senadores em uma escala de 1 a 10. Os demais partidos não puderam ser incluídos nos questionários da PLB pelo tamanho das bancadas desses partidos, e até mesmo pela inexistência delas.

Para confeccionar o gráfico, além dos dados dos partidos posicionados pelos congressistas, utilizo a metodologia proposta por Power e Rodrigues-Silveira (2019), para posicionar os demais partidos. Para esses micropartidos, os autores assinalam “uma ideologia reputacional baseada nas comparações com partidos similares os quais foram registrados na PLB uma classificação reputacional simples e intuitiva com apenas quatro categorias: duas a esquerda do centro, e duas a direita do centro” (POWER; RODRIGUES-SILVEIRA, 2019, p. 7 anexo).

Os pequenos partidos altamente ideológicos da extrema esquerda, PCO, PCB, PSTU e PSOL receberam uma pontuação ideológica igual ao do partido mais à esquerda observado na pesquisa, em cada um dos anos. Em 1993, o PCdoB foi o mais à esquerda, sendo que seu

---

<sup>39</sup> Esses partidos foram: DEM, PCdoB, PDT, PMDB, PP, PPS, PR, PRB, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSOL, PT, PTB, PTN/Podemos, PV, REDE, SD.

valor foi imputado ao PCB. Em 1997, os valores de PCB, PCO e PSTU também foram iguais ao PCdoB<sup>40</sup>. Isso se repete em 2001 e 2005, com a adição do PSOL. A partir de 2009, o PSOL passa a fazer parte do questionário e se torna o partido mais a esquerda, e repassa o seu valor para os demais pequenos partidos de esquerda.

Na centro-esquerda, PV (antes de sua inclusão no *survey* em 2008) e PHS foram posicionados a partir da média entre os dois partidos mais estáveis dessa categoria, PSB e PDT. Na centro-direita, Power e Rodrigues-Silveira (2018, anexo, p. 8) classificam os “típicos ‘partidos de aluguel’, clientelistas, criados por razões pessoais, de troca de partidos ou de barganha”. Esses partidos recebem uma pontuação equivalente à média dos dois partidos mais estáveis desse tipo: PTB e PL/PR, para cada ano. Dessa forma, 9 partidos (PSDC, PRTB, PMN, PRP, PTdoB/Avante, PTC, PPL, PEN/Patriota e PMB) foram posicionados por meio da média entre as posições de PTB e PR. Ainda, o PSL, o PTN/Podemos, e o PSC foram posicionados de acordo com essa metodologia, até 2013.

Na direita, estão os partidos conservadores que têm uma orientação ideológica identificável, mais programática que os da categoria centro-direita. Bandeiras mais claras são levantadas por esses partidos, como liberalismo econômico extremo e discurso radical de lei e ordem. Da mesma forma que na extrema esquerda, esses partidos recebem uma pontuação ideológica equivalente ao partido mais à direita da PLB, usualmente DEM. Os partidos imputados com esses valores foram NOVO e PSL (apenas na onda de 2017). Dessa forma, utilizei os dados disponibilizados por Power, com a metodologia proposta pelo pesquisador junto a Rodrigues-Silveira, para posicionar os partidos no eixo. O resultado pode ser verificado no gráfico 2.

Esses dados possibilitam uma observação do posicionamento ideológico dos partidos políticos ao longo do tempo. Os pontos mais claros correspondem às primeiras ondas, culminando nos pontos pretos, resultado da onda de 2017 e da metodologia utilizada para posicionar os partidos menores. Na esquerda, é possível destacar que alguns partidos têm um movimento de centralização – como PSB, PPS, PV e PHS. Alguns desses partidos, no entanto,

---

<sup>40</sup> Pode haver uma tendência a moderar os valores para pequenos partidos mais extremistas, já que igualem seus valores aos que constam no *surveys*. Considerando que os partidos representados na Câmara, ou seja, considerados minimamente relevantes de acordo com os critérios dos pesquisadores, a tendência é que esses tenham uma certa dose a mais de moderação, ainda mais comparado com os discursos dos partidos mais radicais. É possível considerar que em 2005, o PCdoB, que fazia parte do governo Lula, fosse bem mais moderado que o PCB, PCO e PSTU, por exemplo. No caso da direita, talvez possamos dizer o mesmo ao imputar ao NOVO e ao PSL o valor do DEM em 2017, é provável que esses partidos estivessem ainda mais à direita. Essas diferenças granulares são as destacadas no posicionamento feito a partir da técnica do MARPOR.

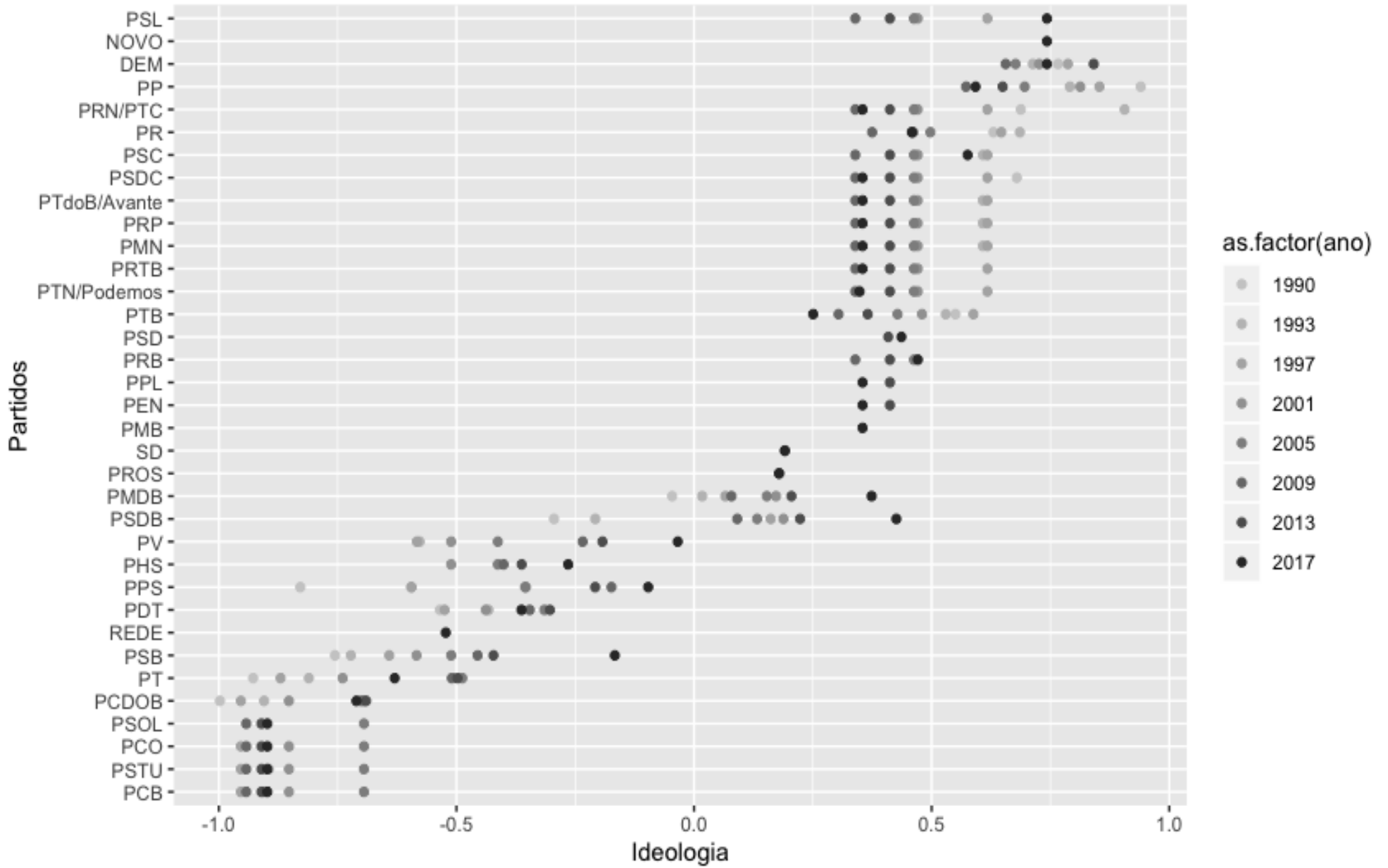


têm retomada para a esquerda. Isso é claro nos movimentos de PT e PDT, mas também aparece nas trajetórias de PCdoB, PSOL, PCO, PSTU e PCB.

Dois partidos saem da esquerda e vão para a direita do espectro ideológico: PSDB e PMDB. Na centro-direita, há um movimento de centralização do PTB e do PR (que retoma para a direita em 2017). Isso se reflete nos posicionamentos imputados aos pequenos partidos de direita – PTN/Podemos, PRTB, PMN, PRP, PTdoB/Avante, PSDC, PRN/PTC, PPL, PEN/Patri, PMB, PSL –, formado a partir das médias dos seus posicionamentos. Três dos partidos mais novos do sistema são posicionados na centro-direita: PSD, PROS e SD, por meio das respostas dos congressistas. DEM e PP são os partidos mais à direita, consistentemente desde as primeiras ondas da PLB. Conforme a metodologia, o NOVO é posicionado conforme o DEM, tal como o PSL na última onda.

Por mais que seja possível observar um movimento para o centro dos “partidos de aluguel”, pode-se afirmar que os partidos brasileiros são, em sua média, de centro-direita, de acordo com a metodologia e os dados propostos por Power e Zucco. A média do posicionamento de todos os partidos fica no ponto 0,0954, na onda de 2017.

Gráfico 2 - Posicionamento de todos os partidos a partir da PLB, todas as ondas



Fonte: Elaborado pela autora, com os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (2017).

Esses resultados se aproximam mais do que o esperado, e estão próximos da literatura, apresentada no quadro 2. Da totalidade dos 35 partidos brasileiros, 12 são de esquerda e 23 de direita. Entre os partidos criados desde 1990, 7 são de esquerda, enquanto 18 estão à direita do centro. Por mais que 10 partidos tenham sido posicionados a partir da média entre partidos nas categorias centro-esquerda e centro-direita, e outros 5 a partir dos posicionamentos mais extremos observados, esses dados são importantes para ter uma visão mais completa do sistema político brasileiro com relação às ideologias partidárias ao longo do tempo.

A PLB, ainda que inerentemente sensível ao contexto político nacional, é restrita em seu escopo. Ao remediar a não inclusão de novos partidos, calculando seu posicionamento pela média de outros partidos, a escala termina por assumir uma homogeneidade entre essas agremiações. Tal homogeneidade, contudo, pode ser rompida pelo mapeamento mais granular permitido pela técnica do MARPOR. A seção seguinte combina as valências desses dois métodos para atenuar suas limitações, apresentar um quadro completo do posicionamento ideológico no sistema partidário brasileiro e, principalmente, entender o comportamento de novos partidos.

### **2.3.3 Comparações e síntese entre as estratégias de posicionamento**

Ao longo das duas seções anteriores, utilizei dois conjuntos de dados robustos para o posicionamento de partidos no espectro direita-esquerda: um que destaca os comportamentos discursivo dos partidos, por meio da análise de conteúdo dos manifestos; e outro que traz a percepção dos próprios políticos sobre o posicionamento de partidos no eixo direita-esquerda. São dois métodos de aferição que têm estratégias e desafios diferentes, mas que podem ser complementares.

Com a metodologia do MRG/CMP/MARPOR e a análise de 25 documentos partidários, foi possível observar que existem diferenças importantes entre as agendas políticas que cada um desses partidos defende. Ela permite aferir o posicionamento ideológico em termos programáticos, diferenciando as legendas quanto às suas proposições de políticas públicas. Isso é importante para a análise de novos e pequenos partidos, com bancadas pequenas ou inexistentes, por ser uma das únicas fontes de dados para essa aferição. Vale destacar que outros métodos de aferição comportamental, como votações parlamentares, têm ainda mais ruídos para partidos pequenos, já que são mais sensíveis a pressões e possuem menos capacidade de impor coesão sobre seus membros. Os manifestos, então, formam um material essencial para

compreender a imagem que os partidos têm de si mesmos e que desejam publicizar. Por outro lado, o índice RILE resulta em distorções, convergindo os partidos na centro-esquerda. Essa é uma limitação intrínseca ao instrumento, já que apresenta categorias a priori sobre direita e esquerda no Brasil. De todo modo, mesmo que distorcido em termos absolutos, o método captura de maneira granular a diferenciação dos partidos entre si e oferece um instrumento importante de comparação de programas e ideias.

Combinados com a metodologia altamente contextual da PLB, os dados produzidos pela técnica do MARPOR permitem compor um quadro mais completo e detalhado do espectro esquerda-direita na política partidária brasileira. Como já comentado, os dados da PLB também oferecem alguns desafios para essa pesquisa. Em primeiro lugar, o fato de que vários partidos não fizeram parte dos questionários durante as ondas, impossibilitando seu posicionamento mais direto e preciso. A onda mais completa, de 2017, contou com 20 partidos no questionário. Os outros 15 foram adicionados posteriormente por meio de uma escolha metodológica válida, mas que assume uma homogeneidade entre esses partidos. Essa escolha faz com que as potenciais diferenças ideológicas entre partidos, reveladas na metodologia do MARPOR por exemplo, permaneçam obscuras. Para os fins dessa pesquisa, no entanto, é justamente essa diferença que interessa. Tendo isso em mente, busquei estreitar os diálogos entre essas duas mensurações e explorar sua complementariedade.

O gráfico 3 compara o posicionamento gerado pelos dados MARPOR com os da PLB no primeiro posicionamento imputado a cada um dos partidos. Esses dados possibilitam comparar os manifestos fundacionais de cada um desses partidos com a percepção da elite legislativa em momentos políticos mais próximos. O índice de correlação entre as duas medidas é de 0.617 no RILE x BLS1 (gráfico 3). O gráfico 4 também compara os dados do MARPOR e da PLB, na onda de 2017.

Gráfico 3 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos e os dados da PLB (primeira onda de cada partido)

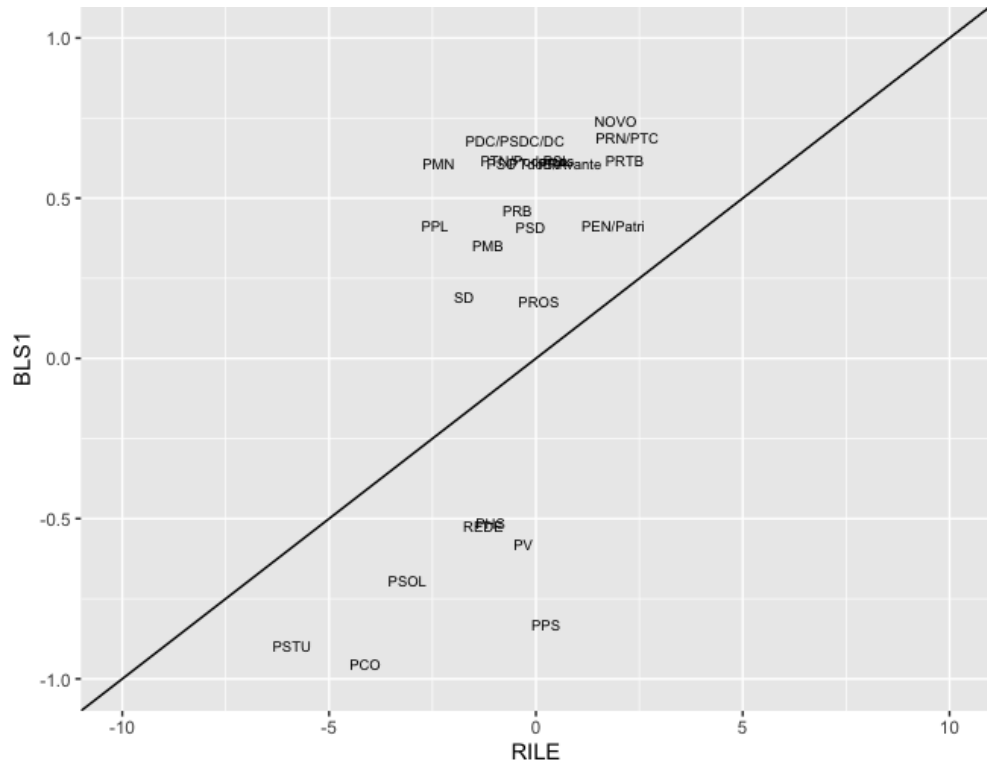
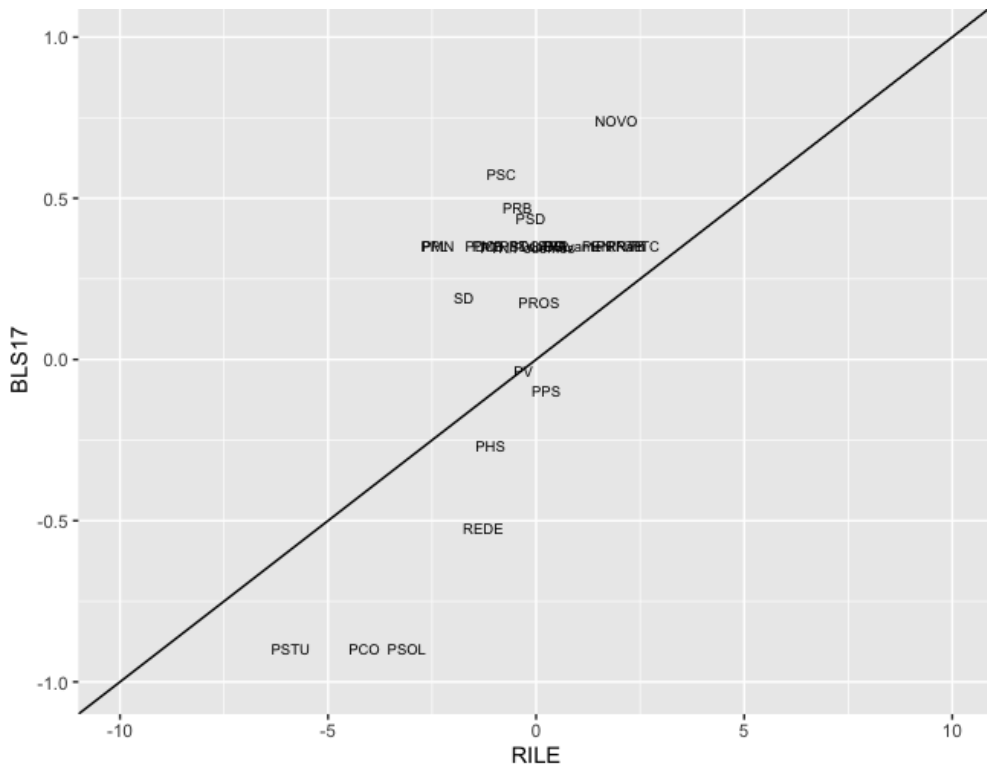


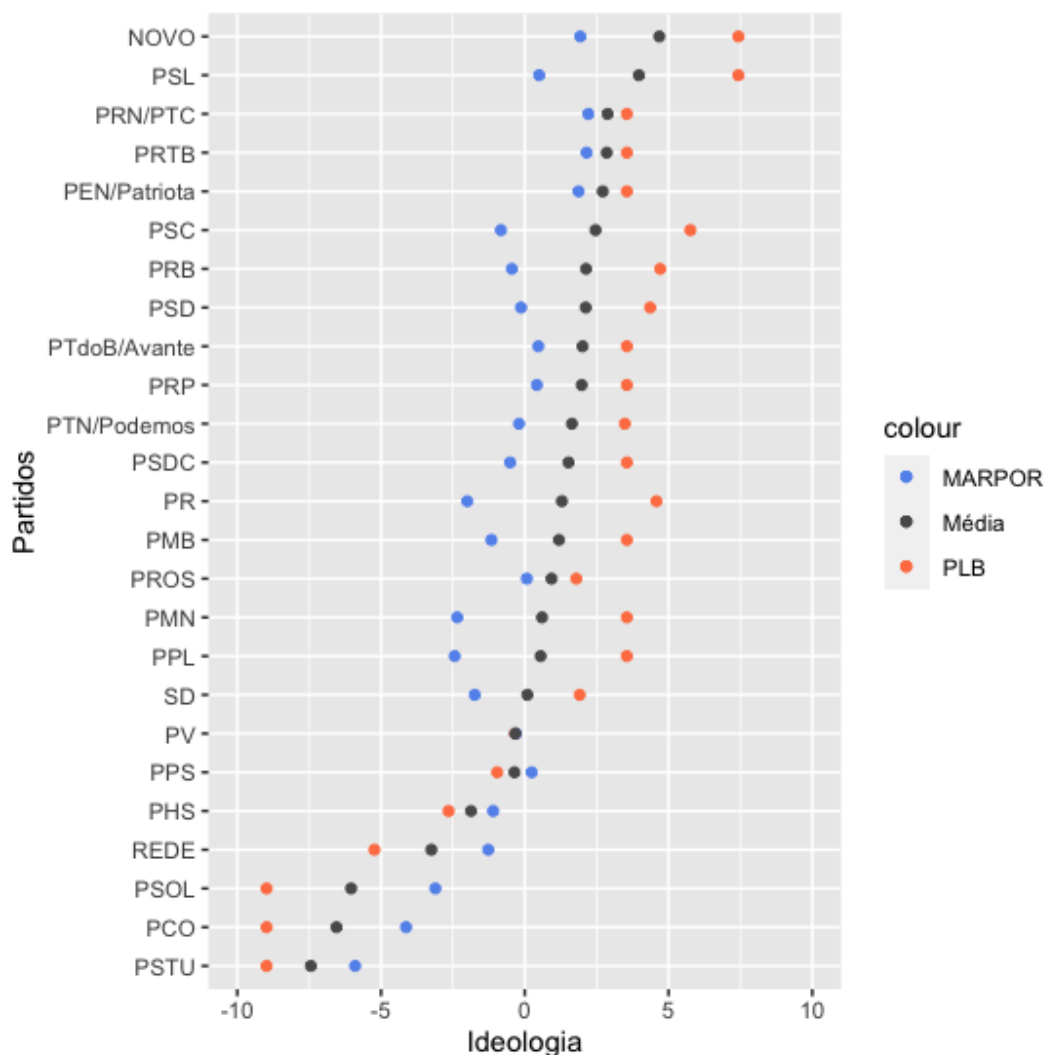
Gráfico 4 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos e os dados da PLB (onda 2017)



Fonte: Elaborado pela autora, com os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (BLS1) e da análise dos manifestos partidários conforme Índice RILE, com a metodologia MARPOR.

Fica claro um descompasso entre o que os partidos manifestam em seus documentos oficiais e a percepção que a elite partidária-legislativa tem de si e do sistema. Essa discrepância é resultado das diferenças já discutidas entre um método perceptual e um método comportamental. No entanto, essa diferença também abre espaço para a complementariedade. Para isso, ajustei os dados sobre a mesma escala direita-esquerda, que vai de -10 a +10, multiplicando os dados da PLB17 por 10. A partir da média entre os dois pontos, pude compor uma escala contínua posicionando todos os partidos novos do sistema entre os polos, ilustrada no gráfico 5. Os dados altamente contextuais da PLB e o detalhamento permitido os dados do MARPOR oferecem um quadro mais realista do espectro esquerda-direita na política partidária brasileira, dentre os novos partidos, criados desde 1990.

Gráfico 5 - Posicionamento dos 25 novos partidos de acordo com os manifestos e os dados da PLB17 – média

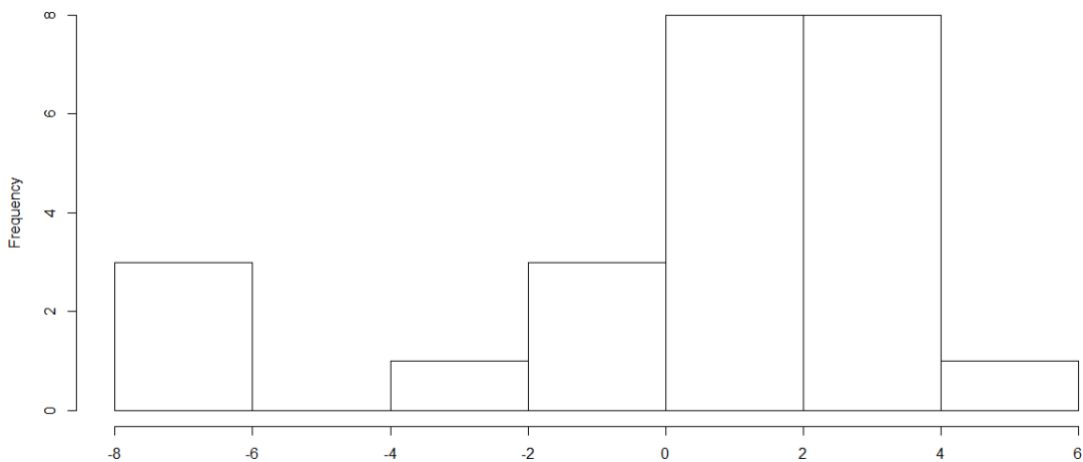


Fonte: Elaborado pela autora, com os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (BLS17) e da análise dos manifestos partidários conforme Índice RILE, com a metodologia MARPOR.

Para os objetivos mais diretos dessa pesquisa, esse quadro permite testar e confirmar que os novos partidos criados no Brasil se posicionam majoritariamente à direita do espectro ideológico. Dos 25 partidos criados a partir de 1990, 17 estão posicionados à direita do centro e 8 estão posicionados à esquerda. Entre os partidos de direita, apenas 4 ficam muito próximos ao centro (SD, PPL, PMN e PROS, com índices entre 0 e 1) e 1 (NOVO, com índices acima de 4) fica em um polo mais extremo, os demais possuem um índice entre 1 e 4, compondo uma grande centro-direita. A posição média entre eles é mais próxima ao centro que a dos partidos de esquerda, 2.02 e -3.69 respectivamente. Na esquerda, dois partidos (PV e PPS) tem posições muito próximas ao centro (-0.34 e 0.36, respectivamente), outros três tem posições mais extremas (acima de -6) e apenas um partido (REDE) ocupa o espaço entre -2 e -6.

O histograma abaixo é ainda mais revelador. O gráfico 6 evidencia como a aparente indiferenciação ideológica do “centro” da política brasileira tem um corte alinhado majoritariamente à direita. Na esquerda, ele revela a virtual inexistência de novos partidos localizados na centro-esquerda. Por mais que seja difícil uma diferenciação entre os partidos nesse contínuo direita-esquerda, fica em destaque que a maioria dos partidos criados desde 1990 está à direita do centro.

Gráfico 6 - Frequência do posicionamento dos partidos na escala de -10 a +10



Fonte: Elaborado pela autora, com os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira e da análise dos manifestos partidários conforme Índice RILE, com a metodologia MARPOR.

Assim, o problema que guia essa pesquisa se apresenta de maneira clara. Por que foram criados mais partidos novos de direita que de esquerda? Nos próximos capítulos está a parte explicativa desta tese que busca responder essa questão.

### 3 O MERCADO ELEITORAL

Neste capítulo, analiso o sistema partidário como um mercado, conforme a proposta teórica apresentada, com o intuito de responder à pergunta de pesquisa. O capítulo corresponde ao principal elemento explicativo da tese e se divide em três etapas. A primeira seção discute a estrutura de oferta desse mercado, ou seja, a maneira como os partidos se diferenciam uns dos outros quanto às políticas públicas que ofertam. Essa discussão será subsidiada pelo posicionamento dos partidos realizado no capítulo 2, e pela concepção espacial do sistema partidário. A segunda seção analisa a demanda dos eleitores, seguindo a abordagem sociológica sobre a criação de partidos, a partir das clivagens sociais brasileiras e as mudanças de preferências em temáticas cruciais que dividem a sociedade entre esquerda e direita, tais como manutenção da ordem, tamanho do Estado de bem-estar social, interferência do Estado na economia e conservadorismo. Nessa seção, analiso ainda a identificação partidária como um indicador da estrutura do mercado eleitoral, pela ótica da demanda. Esse indicador introduz uma primeira intersecção entre a oferta e a demanda, que é avaliada na terceira seção deste capítulo, com foco específico na concentração das votações em cada um dos segmentos e sua volatilidade eleitoral.

A partir dessa análise do mercado eleitoral, é possível explicar as duas das variáveis independentes estruturais do cálculo de “entrada” no sistema partidário: a distribuição das preferências eleitorais em termos ideológicos e a concentração dos votos dentre os partidos. Conforme antecipado, argumento que a concentração eleitoral assimétrica entre partidos à direita e à esquerda produz dois segmentos de mercado com incentivos distintos para criação de novos partidos. A maior concentração na esquerda inibe prospectos de sucesso eleitoral de novas agremiações e constrange sua criação nesse lado do espectro ideológico. Na direita, em contraste, a menor concentração relativa tem o efeito oposto, elevando a perspectiva de sucesso eleitoral e incentivando o surgimento de novas legendas. Essa estrutura do mercado eleitoral é parte fundamental para o cálculo das elites partidárias, ao evidenciar que existem oportunidades e estrangimentos assimétricos na direita e na esquerda, que afetam as decisões de maneiras distintas.

#### 3.1 A OFERTA

A primeira parte desse capítulo foca na oferta do mercado eleitoral como parte da chave explicativa para o problema de pesquisa apresentado. Essa oferta se expressa pelas propostas programáticas e ideológicas oferecidas pelos partidos, refletidas em seus respectivos posicionamentos na escala direita-esquerda. Tendo como base o posicionamento dos novos



partidos apresentado no capítulo anterior, é possível, então, discutir se a diferenciação ideológica entre partidos contribui para explicar por que foram criadas mais legendas de direita do que de esquerda.

Esse eixo analítico se dá em diálogo com a teoria espacial de Downs (1999). Para o autor, os partidos adentram o mercado levando em consideração as preferências dos eleitores e o posicionamento dos demais partidos frente a essas preferências. Partidos entrantes se posicionam em função um do outro até que o número de partidos chegue ao equilíbrio, no qual haja um número de partidos correspondente às posições ideológicas disponíveis, de forma que, para cada partido posicionado, haja uma mesma distância com seus vizinhos adjacentes. Assim, na teoria de Downs (1999), o posicionamento prévio dos partidos é um elemento essencial para guiar a localização dos entrantes seguintes no eixo unidimensional da ideologia. Os novos partidos teriam mais sucesso, de acordo com a teoria, quando criados em espaços ideológicos não ocupados por agremiações pré-existentes. Em sua perspectiva racional de eleitores e políticos, esses espaços refletiriam nichos dispostos a votar em determinadas políticas públicas ainda não ofertadas. Não associados a um eleitorado prévio, novos partidos não têm posicionamentos cativos e são flexíveis quanto às preferências dos eleitores, podendo entrar em um “espaço vago” na escala ideológica, onde quer que seja mais vantajoso. Isso faz com que o cálculo estratégico das elites na criação de novas legendas dependa não apenas das preferências do eleitorado (a demanda, que é tratada na próxima seção), mas também da estrutura de posicionamento na qual os partidos já estão consolidados (DOWNS, 1999, p. 149).

Em outras palavras, a competição prévia à entrada dos novos partidos limitaria a variedade de bandeiras ideológicas que poderiam ser levantadas (e potencialmente apropriadas eleitoralmente). O posicionamento de partidos no sistema baliza o cálculo estratégico ao ajudar a identificar os setores do mercado eleitoral com mais espaço para a competição. Novos partidos escolhem posições políticas considerando a competição com as legendas que já estão dispostas no sistema. Para seguir a alegoria com mercado, quanto mais competição, menor o espaço para a criação de novos partidos.

A realidade brasileira, no entanto, desafia a teoria racional. Como demonstrado no capítulo anterior, novos partidos acumulam-se na faixa da centro-direita em vez de se espalhar pelo espectro de posições. As agremiações parecem ser criadas sem que os dirigentes levem em consideração “espaços desocupados”, fazendo com que não haja um equilíbrio entre as posições relativas dos partidos. De fato, Zucco e Power (2019) evidenciam que a entrada de novos partidos não está relacionada às oportunidades espaciais derivadas da polarização ou da

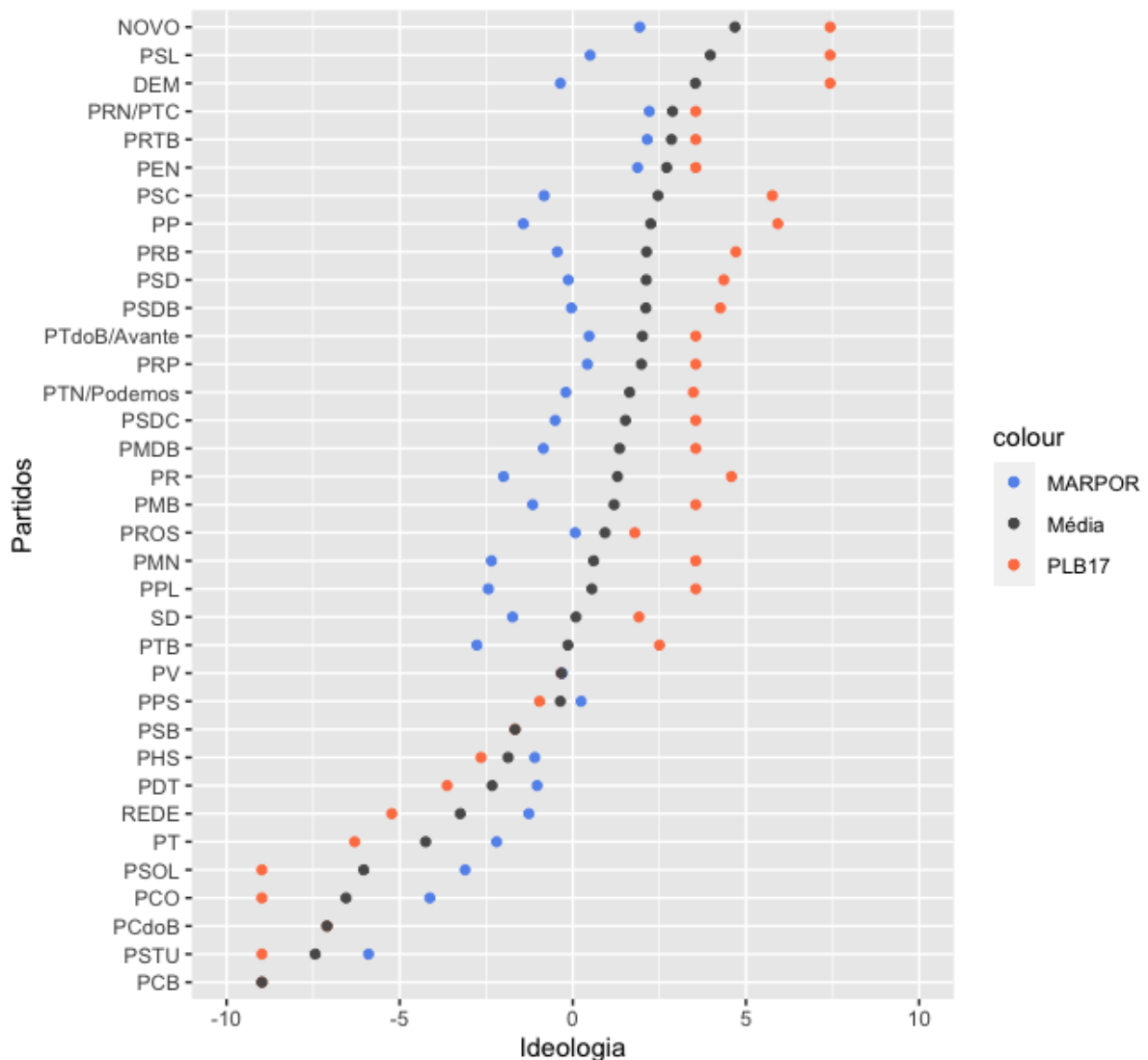
convergência entre os partidos tradicionais. Os autores traduzem a teoria espacial em um conjunto de hipóteses pelo qual a polarização ideológica no sistema paritário produziria uma tendência centrípeta, de criação de partidos de centro, enquanto o oposto geraria uma tendência centrífuga de criação de partidos com posições mais extremas. Conforme suas evidências<sup>41</sup>, a polarização esquerda-direita no sistema partidário era declinante até 2014, ainda que tenha ressurgida na última legislatura. Nesse caso, seria de se esperar que uma tendência centrífuga que não se concretizou. Na realidade, novos partidos foram criados em um espaço ideológico reduzido.

Portanto, a busca por diferenciação entre os partidos no espaço unidimensional ideológico ao longo da redemocratização não encontra reflexo no caso brasileiro, em que novos partidos se acumularam em uma posição ideológica semelhante. De acordo com a concepção espacial, esse acúmulo é, inclusive, não intuitivo, já que indicaria uma competição mais intensa nessa porção do espectro político ideológico, fazendo com que novas legendas preferissem os espaços vagos. O espaço da centro-direita abriga 16 dos 35 partidos atuantes no sistema partidário até 2018. Adicionando os 10 partidos mais antigos aos 25 analisados e apresentados no gráfico 5 – usando a mesma estratégia de combinação dos dados da PLB e dos manifestos – essa concentração do sistema partidário fica mais evidente, no gráfico 7.

---

<sup>41</sup> Esses dados estão no gráfico 2 desta tese.

Gráfico 7 - Posicionamento dos 35 partidos brasileiros de acordo com os manifestos\*, os dados da PLB17 e a média



Fonte: Elaborado pela autora, com os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (BLS17) e da análise dos manifestos partidários conforme Índice RILE, com a metodologia MARPOR.

**Nota explicativa:** Para os dados do Índice de RILE, utilizo mais de uma fonte. Para os novos partidos criados desde 1990, utilizo os dados gerados por esta pesquisa, conforme exposto no capítulo anterior. Para os grandes partidos brasileiros, utilizo os resultados publicados por Tarouco e Madeira (2013a) para os manifestos mais atuais dos seguintes partidos: PDT (manifesto de 1994), PP (2003), PT (1990), PTB (2001), PMDB (1994), PFL (2005) e PSDB (2001). No caso do PCB, PCdoB e PSB, não há classificação segundo seu manifesto. Utilizo apenas os dados da PLB para esses três partidos, mantendo-os, ainda assim, à esquerda, conforme o esperado.

No intervalo de escore que vai de 0 a 2,5 estão grandes partidos como PMDB e PSDB – que, vale notar, se moveram progressivamente mais à direita, de acordo com os dados da PLB e com literatura (MACIEL, 2014; ROMA, 2002; VIEIRA, 2012) – além de 13 dos 25 novos partidos analisados nesta pesquisa. Na direita, estão outros 6 partidos, todos entre os pontos 2,5

e 5. Mesmo o PSL (analisado antes da filiação de Bolsonaro) e o NOVO, que estão posicionados como os partidos mais à direita do sistema, não alcançam sequer o ponto médio deste lado do espectro.

Na centro-esquerda, entre o -2,5 e o 0, figuram, por sua vez, 6 partidos (incluindo o PTB, em um evidente ruído com a literatura). Nesta fatia, está ainda o PDT, um dos grandes partidos da esquerda ao longo dos anos. Na esquerda, temos ainda 7 outros partidos, PT e REDE dividindo o espaço entre -2,5 e -5, e os novos, PSOL, PCO, PSTU, na extremidade (entre -5 e -10).

Desse modo, considerando a distribuição acumulada de posições no espectro político ideológico, novos entrantes não parecem responder ao espaço político da competição. Enquanto há “espaços vagos” na extrema direita e na esquerda menos “povoada”, o que poderia encorajar elites partidárias a buscar apoio no eleitorado e garantir representação, os partidos parecem se acumular em posições ideológicas mais próximas do que a teoria racional admitiria. O ciclo de proliferação ocorre em um espaço restrito do espectro político e ideológico.

A própria composição do sistema partidário molda as transformações em sua estrutura. Além de estruturar o universo de competidores e suas forças relativas, a oferta existente é comumente a fonte de novos partidos. Por vezes, novas legendas são criadas a partir de agremiações existentes, seja pela herança de partidos de regimes anteriores, seja por cisões, incorporações ou fusões de entidades já existentes. Nesse sentido, a ideologia de seus partidos originários serve como um ponto de partida para a ideologia desses novos, em uma inércia ideológica.

Como argumentado anteriormente e evidenciado, a oferta de políticas públicas prévia, sozinha, não consegue explicar por que foram criados mais partidos à direita do centro, em comparação com a esquerda. É apenas em diálogo com a demanda que esse posicionamento dos partidos na escala consegue compor a estrutura do mercado eleitoral, que guia o cálculo de decisão das lideranças partidárias. É precisamente a estrutura das votações que afeta essa competição, já que há partidos que concentram mais ou menos votos em cada um dos espectros ideológicos. Como veremos adiante, o mercado eleitoral está mais concentrado na esquerda, em torno do PT, do que na direita, sinalizando melhores prospectos competitivos nessa última.

## 3.2 A DEMANDA

Nesta seção, proponho uma análise da demanda tendo como guia a abordagem sociológica para explicar o surgimento de novos partidos a partir das mudanças socioestruturais no Brasil. Em primeiro lugar, discuto as clivagens brasileiras e se elas influenciaram na formação do sistema partidário e seu desenvolvimento. Na segunda subseção, apresento a estrutura de mudanças na demanda brasileira, conforme a proposta de mercado eleitoral, considerando as preferências medidas por *surveys* realizados no Brasil desde a década de 1990. Por fim, discuto a identificação partidária como um indicador de como o mercado se organiza considerando a demanda e a oferta de partidos. A partir disso, argumento que as clivagens também não explicam por si só a maior quantidade relativa de novos partidos de direita no espectro partidário. Contudo, sua análise traz informações importantes para compreender os espaços ou nichos de mercado que novos partidos podem ocupar, além de ser crucial para entender como a relação com a oferta no mercado eleitoral.

### 3.2.1 Clivagens socioeconômicas e os partidos no Brasil

De acordo com Cox e Amorim Neto (1997), além de fatores importantes como aspectos institucionais eleitorais, o número de partidos é também resultado de uma tradução de diferenças sociais em preferências partidárias:

(...) o número efetivo de partidos parece depender do produto da heterogeneidade social e da permissividade eleitoral, em vez de ser uma função aditiva desses dois fatores. A formulação intuitiva dessa descoberta é a de um bipartidarismo pode ser resultado de um forte sistema eleitoral ou poucas clivagens. O multipartidarismo surge como o produto conjunto de muitas divisões e de um sistema eleitoral permissivo (AMORIM NETO; COX, 1997, p. 166).

Essas clivagens são identidades sociais que podem ser politizadas, como questões étnicas, religiosas, linguísticas, de classe e região (LIJPHART, 2008; LIPSET; ROKKAN, 1967). No caso brasileiro, essa perspectiva sociológica demanda considerar até que ponto a heterogeneidade social brasileira é determinante para a fragmentação partidária e para o fenômeno do surgimento de novos partidos. Essa interpretação sociológica corresponde, portanto, à “demanda” no mercado eleitoral, formada por clivagens que podem influenciar a criação de partidos (NORRIS, 2005a).

O primeiro ponto a ser discutido é sobre se e como a destacada fragmentação partidária brasileira na redemocratização pode ser considerada um reflexo da pluralidade ideológica da sociedade. É possível afirmar que os 35 partidos são um espelho das clivagens políticas

brasileiras? Se sim, a análise a partir da democracia consociativa proposta por Lijphart (2008) exaltaria esta pluralidade como representatividade de minorias e grupos socioculturais. Nesta perspectiva, de acordo com Soares, que analisa as eleições durante o regime militar, os conflitos fundamentais da sociedade brasileira, limitados pelo bipartidarismo, não desapareceram:

a política brasileira é dominada por um número de clivagens ou linhas de conflito que dividem os partidos políticos e os eleitores. Em primeiro lugar, numa sociedade muito desigual, há uma clivagem de classe; em segundo lugar, está uma clivagem urbano-rural, relacionada à primeira mas que não se reduz a ela, e, em terceiro lugar, uma clivagem local, interfamiliar, muito importante para se compreender a política local (municipal), regional e estadual. (...) há profundas clivagens na sociedade e na política brasileira que nenhum sistema partidário pode solucionar. Com o tempo, essas clivagens irão redirecionar o suporte eleitoral para diferentes partidos em qualquer sistema (SOARES, 1988, p. 91–92).

Na mesma direção, Abranches (1988) afirma que a fragmentação partidária e eleitoral é institucionalizada a partir das diferenciações socioculturais:

A unidade linguística, a hegemonia do catolicismo e a recusa ideológica em reconhecer nossas diversidades e desigualdades raciais têm obscurecido o fato de que a sociedade brasileira é plural, movida por clivagens subjacentes pronunciadas e que não se resumem apenas à dimensão das classes sociais; têm importantes componentes socioculturais e regionais (ABRANCHES, 1988, p. 21).

Porém, é preciso avaliar como essas heterogeneidades foram politizadas e partidarizadas no Brasil e mesmo se os partidos correspondem a essas fraturas. Campello de Souza (1983) afirma que os partidos brasileiros da República de 1946 nasceram a partir do Estado, não sendo resultado de disputas sociais: “a estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró-varguismo), e não por clivagens socioeconômicas nítidas” (CAMPELLO DE SOUZA, 1983, p. 42). O mesmo pode ser dito dos partidos do regime militar. Na redemocratização, o sistema partidário foi remodelado a partir da herança destes dois períodos anteriores, conforme a genealogia exposta no capítulo anterior.

A representatividade dos partidos brasileiros – e assim, seus laços com a sociedade – também foi questionada pela literatura desde a redemocratização. A alta volatilidade e o subdesenvolvimento dos partidos, clientelistas e sem raízes na sociedade, foram largamente discutidos (AMES, 2003; KINZO, 2005; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 2002; MAINWARING; TORCAL, 2005). De fato, essa literatura utiliza o enfoque sociológico quando conecta a falta de enraizamento dos partidos na sociedade com o nível de institucionalização do sistema<sup>42</sup>. Mesmo contrapostos pela literatura que aponta a força

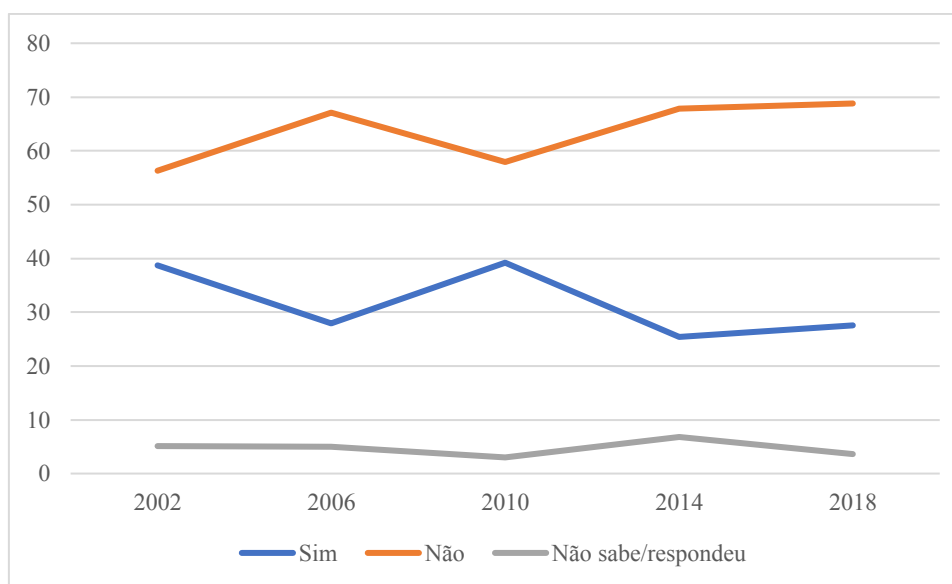
---

<sup>42</sup> Conforme afirmei anteriormente, fazendo um paralelo com o que aponta Peres (2013), da mesma forma que quando analisam a volatilidade.

dos partidos especialmente na arena legislativa e no reflexo na institucionalização do sistema partidário (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; NICOLAU, 2000; SANTOS, 2002), as conexões entre os partidos e os eleitores ainda são vistas como fracas (MAINWARING; POWER; BIZZARRO, 2018). É importante lembrar que o desalinhamento entre partidos brasileiros e a sociedade é discutido desde o início do processo de redemocratização, mas que essa tendência também é vista literatura internacional (DALTON; WATTENBERG, 2002; KATZ; MAIR, 1995; KIRCHHEIMER, 2012; LAWSON; MERKL, 1988; SCARROW, 2015).

Ao focar em um dos indicadores brasileiros, de fato, é possível destacar a baixa e estável representatividade partidária vista pelos cidadãos. O índice de eleitores que garante que nenhum partido os representa chega a 68% em contraposição aos 27% que afirmaram que o contrário (ESEB 2018), conforme o gráfico 8. Essa é uma medida que evidencia esse distanciamento entre eleitores e partidos.

Gráfico 8 - Representatividade dos partidos segundo eleitores, em porcentagem<sup>43</sup>



Fonte: Elaboração própria, com dados do ESEB (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018).

Quando o enfoque recai sobre se os eleitores se sentem ou não representados pelos partidos como uma variável dependente dos fatores socioeconômicos, os resultados não são significativos (GIMENES *et al.*, 2016; PAIVA; TAROUCO, 2011). Sentir representatividade pelos partidos não parece ser explicada por condições de renda ou escolaridade. Isso quer dizer que não existe diferença no sentimento de representatividade entre os eleitores, em termos de

<sup>43</sup> Resposta à questão “Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?”, na qual os demais 8% não responderam ou não sabiam.

classe, região e outros fatores sociais. Não é possível afirmar que as clivagens determinam a identificação com partidos específicos no Brasil. Como aponta Reis (1988), no Brasil, os eleitores não votam (ou, neste caso, se sentem representados) a partir de bandeiras: não são *issue-oriented*.

O fato é que mesmo sem se sentir representados, os cidadãos brasileiros ainda votam e, portanto, estruturam uma demanda partidária. Existe uma vasta literatura que analisa os determinantes do voto no Brasil, focando em como características socioeconômicas influenciam o voto e a intenção do voto. Parte dos estudos não evidencia causalidade entre fatores socioeconômicos, como classe e religião na hora de definir o candidato escolhido para eleições presidenciais (CARREIRÃO, 2007; PEIXOTO; RENNÓ, 2011; SINGER, 2000). Holzacker e Balbachevsky (2007) analisam a votação da classe média e afirmam que a estratificação social foi pouco relevante para explicar a decisão eleitoral em 2002, mas que isso muda em 2006, quando as camadas populares concentraram seu voto em Lula. Em 2010, a renda parece ter menos importância para a decisão eleitoral (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011). Outros trabalhos, como os de Singer (SINGER, 2009, 2012), discutem até que ponto as bases eleitorais do lulismo se transformaram (em relação à escolaridade, renda e região). Ao mesmo tempo, Montero (2014) afirma que o voto em partidos conservadores também emana de populações com rendas mais baixas. Portanto, clivagens socioeconômicas ainda parecem possuir uma relação fluida com o voto em partidos e ideologias específicos.

De forma similar, clivagens religiosas também parecem atuar de maneira transitória na influência sobre o voto. Em diversas eleições o voto evangélico foi canalizado de maneira mais homogênea e consistente – especialmente pelo grau de exposição dos evangélicos às autoridades religiosas<sup>44</sup>. Um exemplo desse fenômeno foi a eleição de 2002, na qual Anthony Garotinho (PSB) mobilizou o eleitorado pentecostal (BOHN, 2004, 2007). Além disso, Marina Silva também conseguiu apoio de parte desse grupo nas eleições de 2010 (pelo PV) e 2014 (pelo PSB) (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Ainda assim, o voto evangélico tendeu a dividir-se na maioria das eleições presidenciais, antes de mais consistentemente direcionar-se a Bolsonaro na eleição de 2018 (AMARAL, 2020).

O que busco argumentar aqui é que por mais que esses setores sociais possam impactar em votos em eleições específicas – especialmente presidenciais – com candidatos específicos,

---

<sup>44</sup> Bohn (2004, p. 312) aponta que não existe diferença significativa entre evangélicos, católicos e outras religiões quanto a renda e educação. A diferença entre esses grupos fica na assiduidade ao culto: “Mostramos como cerca de 82.6% dos membros das diversas denominações evangélicas participam de seus cultos uma ou mais vezes por semana”. Os evangélicos também têm menor exposição à imprensa.



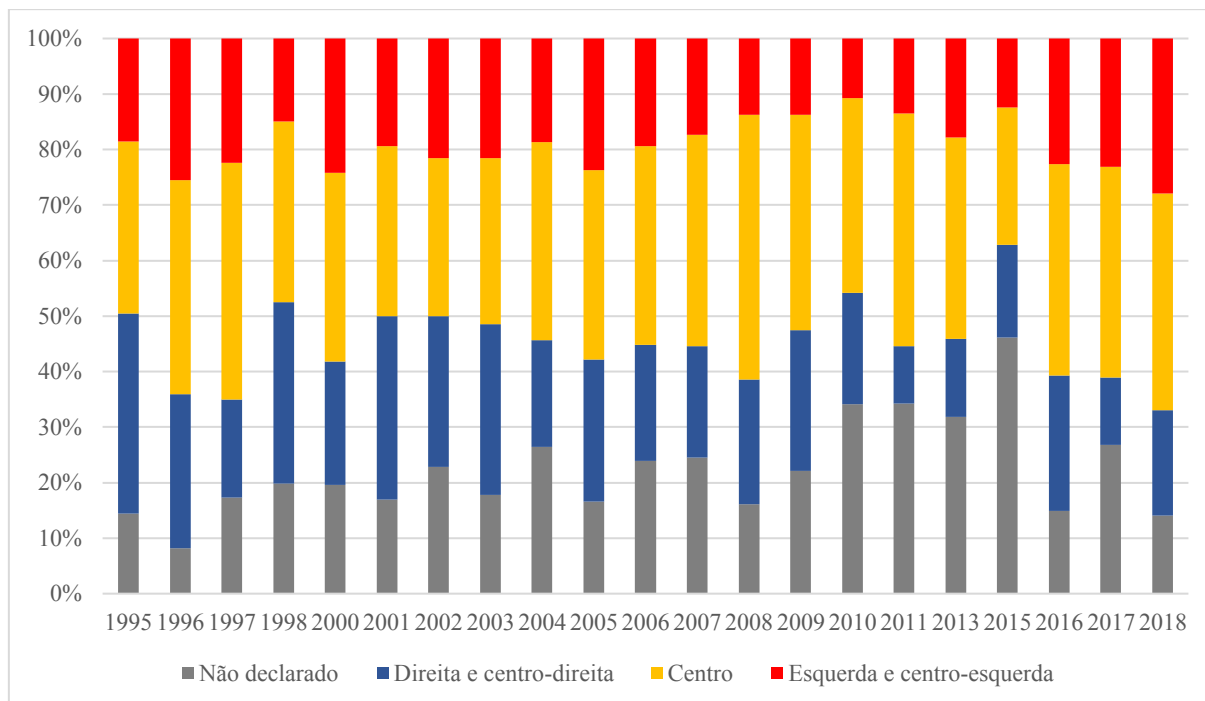
o perfil socioeconômico do eleitor não parece prever se esse vai se sentir representado por um partido político, nem com que partido ele se identifica e vota. Dessa maneira, há como apresentar as clivagens tradicionais como determinantes tanto para o sucesso eleitoral de um partido quanto para a formação de novos partidos no sistema partidário brasileiro. De fato, há eleições presidenciais nas quais divisões sociais e econômicas estão mais claras, mas seu papel na estruturação do sistema partidário parece ser muito mais tênue.

### **3.2.2 As mudanças na demanda no Brasil**

Como discutido até agora, as clivagens sociais clássicas não parecem impactar diretamente na formação do sistema partidário brasileiro. Além da maioria dos partidos terem sido criados dentro do Estado, a representatividade e os laços entre os partidos mais tradicionais e a sociedade são constantemente contestados. Ao discutir a fragmentação partidária, a literatura aponta que não há conexão entre os múltiplos partidos e as clivagens no Brasil (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008; GIMENES *et al.*, 2016; PAIVA; TAROUCO, 2011; REBELLO, 2013; SAMUELS; JR, ZUCCO, 2018; ZUCCO JR; POWER, 2019). Vale notar que uma clivagem mais constante no sistema partidário brasileiro é a ideológica (GUARNIERI, 2019). Assim, nesta subseção, busco aferir se o surgimento de novas demandas sociais e mudanças estruturais na sociedade podem ser uma estrutura subjacente à criação de novos partidos e seu posicionamento ideológico. Tais transformações referem-se tanto a tendências amplas, como a introdução do sufrágio universal e a modernização (LAPALOMBARA; WEINER, 1972; LIPSET; ROKKAN, 1967), e como isso afeta o sistema partidário; quanto fenômenos recentes, como a criação de partidos com bandeiras pós-materialistas (IGNAZI, 1996; INGLEHART, 1990; KITSCHOLT, 1994, 1995).

Uma forma de entender como a demanda pode organizar o sistema eleitoral analisar a opinião pública sobre ideologia política de acordo com o auto posicionamento dos entrevistados e sua flutuação. Avalio se houve alguma mudança significativa correspondente no eleitorado brasileiro em direção à direita do espectro político partidário.

Gráfico 9 - Auto posicionamento na escala esquerda-centro-direita (1995-2018), em porcentagem<sup>45</sup>



Fonte: Elaboração própria, com dados do Latinobarômetro (2018).

As evidências sugerem que essa dimensão ideológica é insuficiente para explicar o predomínio da direita entre as novas agremiações políticas brasileiras. De fato há mais cidadãos posicionados à direita do espectro político no Brasil do que à esquerda, conforme o gráfico 9, fortalecendo a ideia de que a maior quantidade de partidos seria um “espelho” da sociedade. Em média, desde 1995, 23% dos brasileiros se colocam à direita do centro, enquanto 18% à esquerda. Houve uma diminuição dos autodeclarados de direita ao longo das ondas – pelo menos até 2011 –, mas isso não foi refletido em um aumento da esquerda. No período de 21 ondas, os esquerdistas superaram os direitistas apenas em 6 delas, a maioria depois do início dos governos petistas. Vale destacar ainda que o resultado do *survey* de 2018 é contrastado com o resultado do ESEB de 2018, que aponta um aumento de 27% em 2014 para 43% no número de eleitores identificados à direita em 2018 (AMARAL, 2020). A opinião pública, no geral, tem sido mais de direita que de esquerda, a proporções constantes.

Porém, a depender da forma em que os *surveys* são enquadrados, podemos concluir que a verdadeira concentração do eleitorado está no “centro” do espectro ideológico. Em uma

<sup>45</sup> Resposta à pergunta “Em política se fala normalmente em esquerda e direita. Em uma escala na qual 0 é a esquerda e 10 é a direita, onde o/a senhor/a estaria localizado?”, de forma que: 0 a 3 foram reorganizadas como esquerda, 4 a 6 como centro, 7 a 10 como direita.

escala de 0 a 10, a média dos respondentes do *survey* Latinobarômetro, realizado desde 1995, é 5,21. O que fica claro é a tendência de aumento do número de respostas não declaradas (nenhum, não respondeu ou não sabe), com o ponto máximo em 2015, e a concentração de cidadãos posicionados no centro do espectro. Uma média de 35% dos brasileiros se coloca nessa posição, chegando ao máximo de 48% em 2008 (o que pode ser um não posicionamento, como apontam Oliveira e Turgeon (2015), quando a resposta permanece no 5).

Fica saliente o reconhecimento das categorias direita e esquerda no eleitorado brasileiro: em média, 75% dos entrevistados nas 20 ondas conseguem se posicionar na escala, o que é consoante com o que aponta Singer (2000). Em 2015, porém, houve um pico de 45% que não declarou posição. Esse índice volta a cair em 2016. Em 2018, 14% dos respondentes não declarou o auto posicionamento. Ainda, ao analisar esse gráfico, pode-se perceber uma certa estabilidade na proporção de entrevistados que se identificam com os diferentes grupos ideológicos, seguindo o padrão da América Latina (SILVA, 2017; WIESEHOMMEIER; DOYLE, 2014).

Mesmo com um aparente maior auto posicionamento dos cidadãos à direita, não é possível afirmar que há uma diferença tão grande a ponto de explicar o mecanismo para a criação de mais partidos de direita do que de esquerda no país; nem que os brasileiros se tornaram mais de direita ao longo do tempo, o que poderia abrir aí um espaço para novas legendas. Em particular, as oscilações do total da população identificados com a direita tampouco correspondem aos momentos de criação de partidos de direita. Contudo, as limitações de tais escalas de auto posicionamento são notórias, especialmente quanto ao significado das categorias para os respondentes (PEREIRA, 2014; SILVA, 2017; SINGER, 2000).

Nesse sentido, dou continuidade ao destrinchar as opiniões e valores da população em temáticas específicas ao longo do tempo para discutir os aspectos referentes a sua identificação ideológica para além do auto posicionamento, bem como as mudanças resultantes disso. Assim, é possível observar mais a fundo os valores e atitudes dos cidadãos brasileiros sobre a influência do Estado na economia, o conservadorismo moral e a manutenção da ordem. Essas indicações *a priori* de direita e esquerda iniciam como reflexo das 26 categorias do índice RILE apresentados no capítulo 2, para classificar os partidos políticos na escala esquerda-direita de acordo com os manifestos. Tendo como orientação a metodologia empregada pelo MARPOR, avalio a população brasileira a partir de questões do Latinobarômetro e do Lapop, em quatro áreas temáticas que recolocam a multidimensionalidade ideológica no eixo direita-esquerda. São elas: manutenção da ordem (posicionamentos positivos às Forças Armadas e à política

indicam direita, concordância com participação em protestos indica esquerda); tamanho do Estado de bem-estar social (defesa de sua limitação indica direita enquanto expansão indica esquerda); interferência do Estado na economia (livre iniciativa e ortodoxia econômica indicam direita enquanto regulação do mercado e economia controlada indicam esquerda); e conservadorismo (estilo nacionalista indica direita; moralidade tradicional positiva indica direita, enquanto negativa, esquerda). Essa divisão não esgota os fatores constituintes do espectro ideológico da sociedade brasileira, mas parece uma alternativa válida para avaliar a demanda do eleitorado e sua mudança ao longo do tempo.

Para medir as preferências frente ao tamanho do Estado de bem-estar social, uma divisão clássica entre esquerda-direita, utilizo duas perguntas do LAPOP. A primeira, realizada em 5 ondas, é sobre a implementação de políticas públicas para redução da desigualdade. Uma média de 80% da população a favor dessa afirmação, conforme o gráfico 10. Essa visão não foge da ideia de que a desigualdade é um dos maiores problemas das sociedades latino-americanas (LUNA; KALTWASSER, 2014; SINGER, 2000). Apesar de decrescente (de 86% para 79% em 4 anos), a atitude frente às políticas públicas para a redução de desigualdade ainda aparenta ser amplamente positiva no país.

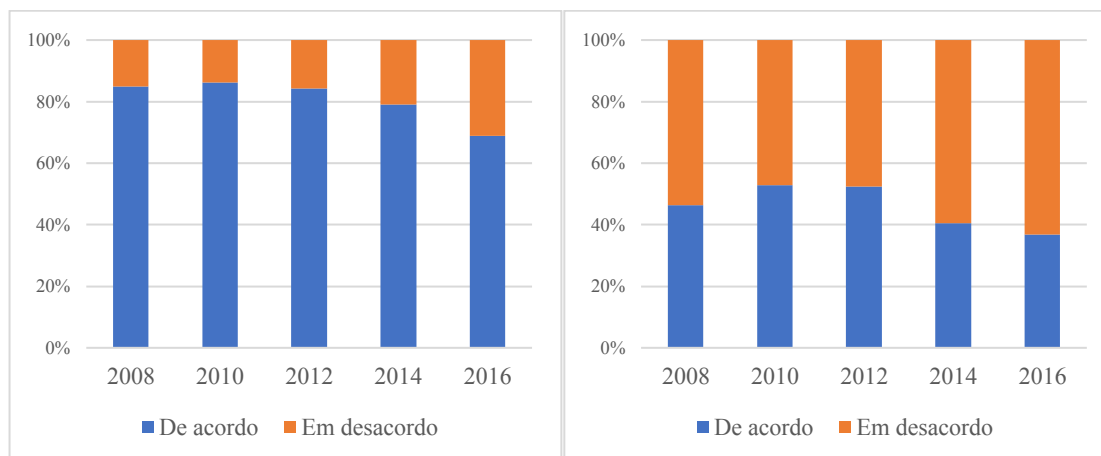
Em relação à segunda pergunta<sup>46</sup>, que foi realizada apenas na onda de 2016, 72% da população não concorda em aumentar impostos para redistribuição de renda. Essa pergunta pode ser analisada por pelo menos dois prismas: em primeiro lugar, a carga tributária brasileira é percebida como alta; e em segundo lugar, a insatisfação dos brasileiros com os serviços públicos é alta e isso pode ser refletido nas respostas à essa questão. A pergunta pode estar respondendo mais a parte de aumento de impostos que ao combate à desigualdade. Essa é uma suspeita dada a discrepância em relação às porcentagens da primeira questão para medir o tamanho do Estado de bem-estar social. Nesse sentido, essa pergunta não reflete, sozinha, a posição ideológica dos entrevistados e seu resultado deve ser usado com cautela.

---

<sup>46</sup> Resposta à pergunta: “Você concorda com a afirmação: impostos mais altos para dar mais a quem tem menos?” (td5), em que as respostas eram em uma escala de muito acordo a muito desacordo, de 1-7.

Gráfico 10 - Em acordo com implementação de políticas públicas para reduzir desigualdade, em porcentagem<sup>47</sup>

Gráfico 11 - Em acordo com o Estado como proprietário de indústrias importantes, em porcentagem<sup>48</sup>



Fonte: LAPOP (2018).

Em relação à área temática interferência do Estado na economia, para avaliar o comportamento da população quanto a dimensões de direita e de esquerda, utilizo as respostas à pergunta sobre o Estado ser dono de empresas e indústrias importantes. As respostas das cinco ondas LAPOP realizadas estão dispostas no gráfico 11. Ao recodificar as respostas, é possível afirmar que, em média, pouco menos de 50% da população estava de acordo com o protagonismo do Estado nessa área. A última onda mostrou, no entanto, uma tendência de que o número dos que estão de acordo vem caindo, chegando a 36,9% em 2016. Esse dado também não é conclusivo sobre o eleitorado brasileiro ser mais de direita ou de esquerda, mas pode apresentar uma cisão mais clara entre os cidadãos.

A análise da moralidade tradicional pode ser realizada por meio dos resultados de perguntas sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo e sobre justificativa para o aborto, dispostos nos gráficos 12 e 13. Aqui é onde o conservadorismo se mostra com um pouco mais de destaque entre as novas demandas. Nas duas ondas onde a pergunta foi realizada, 54% dos

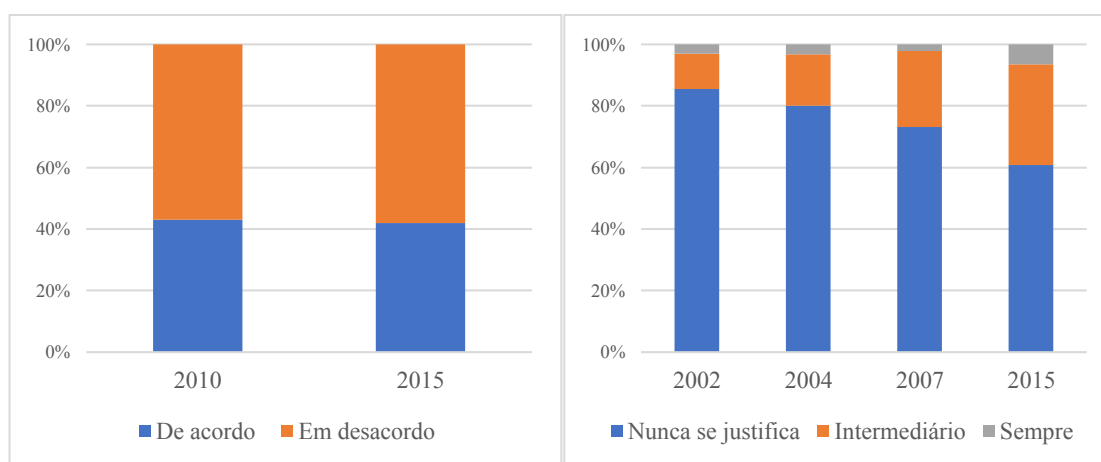
<sup>47</sup> Resposta à pergunta: “Você está de acordo que o estado brasileiro deva implementar políticas para reduzir a desigualdade de renda?” (ros4), em que as respostas eram em uma escala de muito acordo a muito desacordo, de 1-7.

<sup>48</sup> Resposta à pergunta: “O Estado brasileiro, no lugar do setor privado, deveria ser dono das empresas e indústrias importantes do país?” (ros1), em que as respostas eram em uma escala de muito acordo a muito desacordo, de 1-7.

brasileiros se posicionou como contrário ao casamento igualitário. No caso do aborto, a pergunta foi realizada em quatro ondas: em 2002, 83% dos brasileiros acreditavam que o aborto nunca é justificável. Em 2015, essa porcentagem baixou para 56%. O número de posições intermediárias foi o que mais aumentou, de 11% para 30% da população em 2015. Há uma estabilidade entre os que acreditam que o aborto sempre é justificável, com um aumento na onda de 2015. O caso do aborto é o que mais enfatiza o conservadorismo na sociedade brasileira, mas mesmo assim, há uma tendência de queda para a posição conservadora. Mais uma vez, por mais que a população seja mais de direita que de esquerda, não há uma diferença evidente ao ponto de quase dois terços dos partidos serem de direita no Brasil. Pelo contrário: os brasileiros parecem haver se tornado mais abertos às justificativas nas quais o aborto é aceitável. Enquanto na questão sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, houve uma estabilidade, nas respostas quanto ao aborto houve uma diminuição das preferências conservadoras.

Gráfico 12 - Em acordo com casamento entre homossexuais, em porcentagem<sup>49</sup>

Gráfico 13 - Justificativa para aborto, em porcentagem<sup>50</sup>



Fonte: Latinobarômetro (2017).

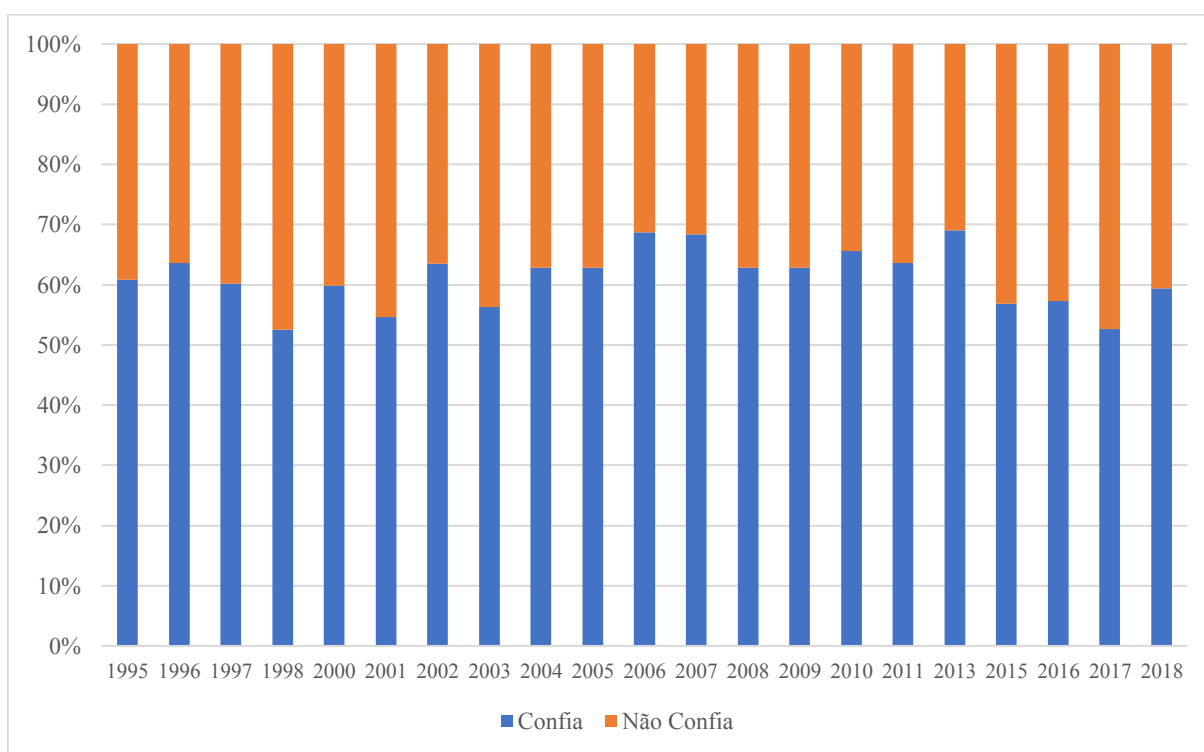
Ainda, as atitudes frente às Forças Armadas podem ser medidas pelas ondas do Latinobarômetro. A média das 20 ondas nas quais essa pergunta foi realizada é de 59% dos cidadãos brasileiros com muita ou alguma confiança nas Forças Armadas. Em comparação com

<sup>49</sup> Resposta à pergunta: “O(a) senhor(a) está muito de acordo (1), de acordo (2), em desacordo (3) ou muito em desacordo (4) com a seguinte afirmação: Casamento entre homossexuais”.

<sup>50</sup> Resposta à pergunta: “O(a) senhor(a) acredita que, para a seguinte afirmação, sempre há justificativa ou nunca há justificativa, ou se sua opinião está em algum ponto intermediário. Onde 1 é “nunca se justifica” e 10 é “sempre se justifica”: Aborto”. Em uma escala de 1 a 10, a recodificação foi realizada como 1 a 2: nunca se justifica, 3 a 8: intermediário, e 9 a 10: sempre se justifica.

as demais instituições avaliadas na pesquisa, entre elas partidos políticos, Congresso Nacional, Presidência da República e Poder Judiciário, as Forças Armadas formam a instituição com mais confiança do país. Isso, considerando o legado da ditadura militar que governou o país por mais de vinte anos, dá indícios do conservadorismo da sociedade. Quando comparado com outros países da América Latina, o Brasil figura entre os índices mais altos de confiança nas Forças Armadas (SOUZA; GALLO, 2015). Por outro lado, é necessário compreender esse fenômeno considerando uma síndrome de baixa confiança multidimensional do continente (POWER; JAMISON, 2005). Com isso em mente, apesar de indícios do legado autoritário, essa não é uma característica definitiva para afirmar que a população brasileira é de direita. Até porque, mesmo de acordo com Tarouco e Madeira (2013a), uma visão negativa das Forças Armadas por si só não indica esquerda. Além disso, as porcentagens se mantêm estáveis ao longo dos mais de 20 anos destacados.

Gráfico 14 - Confiança nas Forças armadas (1995-2018), em porcentagem<sup>51</sup>

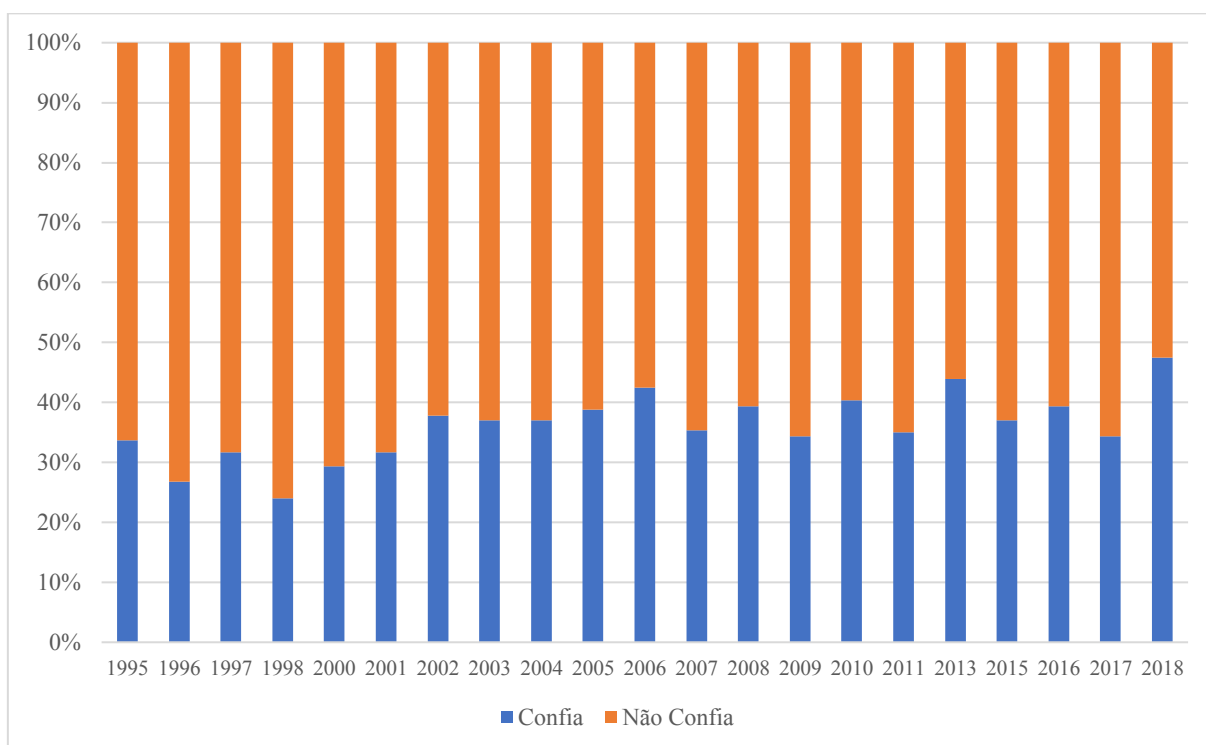


Fonte: Latinobarômetro (2018).

<sup>51</sup> Resposta à pergunta: “Para cada um dos grupos, instituições ou pessoas da lista. Quanta confiança o(a) senhor(a) tem?: Forças Armadas” (muita, alguma, pouca, nenhuma, não declarado).

Como já aponta Singer (2000), o que diferencia esquerdistas e direitistas está muito mais relacionado com a manutenção da ordem do que aspectos de intervenção do Estado na economia. Partindo dessa análise, apresento ainda a atitude frente à polícia. Em média, 63% da população não confia na polícia. É importante destacar que a tendência é de maior confiança na instituição ao longo das 21 ondas. Em 2018, 47% dos brasileiros atestam confiar na corporação, índice mais alto da série.

Gráfico 15 - Confiança na Polícia (1995-2018), em porcentagem<sup>52</sup>

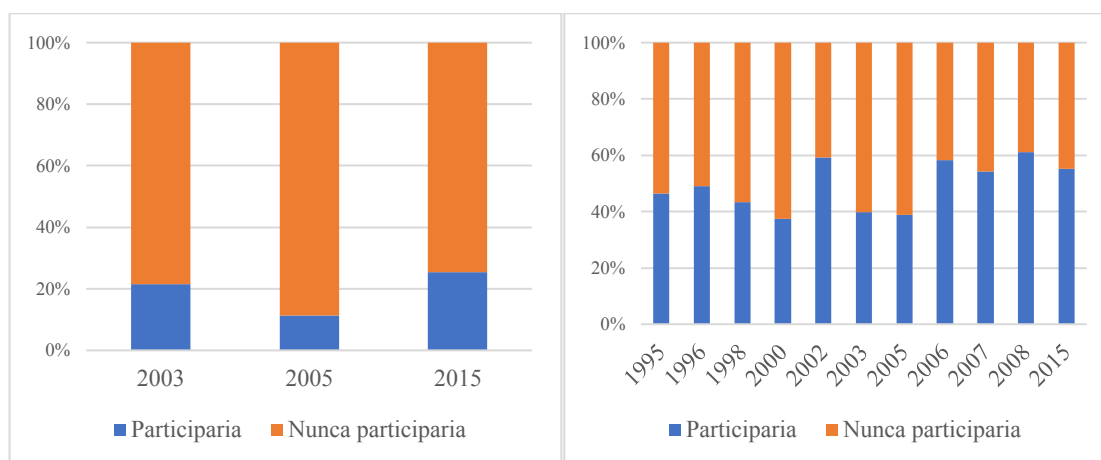


Fonte: Latinobarômetro (2018).

Por fim, a manutenção da ordem pode ser vista ainda na percepção frente à participação dos cidadãos em greves e manifestações políticas. Isso se dá pela a “contestação da autoridade do Estado na sua função repressiva em relação aos movimentos sociais” (SINGER, 2000, p. 20). Como os dados de duas questões do Latinobarômetro apontam – nos gráficos 16 e 17 –, há mais progressismo que conservadorismo, quando vistas essas pautas em separado.

<sup>52</sup> Resposta à pergunta: “Para cada um dos grupos, instituições ou pessoas da lista. Quanta confiança o(a) senhor(a) tem?: Polícia” (muita, alguma, pouca, nenhuma, não declarado).



Gráfico 16 - Participação em protestos não autorizados, em porcentagem<sup>53</sup>Gráfico 17 - Participação em protestos autorizados, em porcentagem<sup>54</sup>

Fonte: Latinobarômetro (2018).

O que busquei mostrar nessa subseção é que a variação nos valores e atitudes dos brasileiros não explica os posicionamentos ideológicos dos 35 partidos brasileiros com base nas mudanças de comportamento. Esses recortes de preferência, sozinhos, não determinam a conjuntura favorável porque não apresentam mudanças significativas no tempo: não respondem nem porque mais partidos estão sendo criados, nem porque a maioria é de direita. Pode-se afirmar que boa parte dessas demandas foram incorporadas nas políticas públicas propostas por partidos já consolidados. Essa conclusão é consoante com o argumento de que novas clivagens não emergiram na América Latina, sendo que novos partidos não parecem estar respondendo diretamente a mudanças na opinião pública.

Desse modo, a proposição de que o maior número relativo de partidos de direita do que de esquerda seja como um “espelho da sociedade”, sozinha, não responde à pergunta que norteia essa pesquisa. Tanto o auto posicionamento dos cidadãos quanto suas posições frente agendas categorizadas de direita e de esquerda definidas a priori apresentam um quadro nebuloso. A maior parte dos eleitores se posiciona no centro-direita do espectro partidário e a identificação com a direita, ainda que maior que com a esquerda, se expandiu apenas na variável que destaca a propriedade de indústrias pelo Estado. Em relação a agendas específicas, o posicionamento à direita é predominante, mas em retração sutil nas questões morais e de

<sup>53</sup> Resposta à pergunta: “Ações: se você as fez, se você poderia fazê-las ou se você nunca faria: participar de protestos não autorizados, marchas, bloqueio do trânsito”.

<sup>54</sup> Resposta à pergunta: “Ações: se você as fez, se você poderia fazê-las ou se você nunca faria: participar de manifestações autorizadas, protestos, marchas”.

participação em manifestações, de um lado, e minoritário e em sutil expansão, de outro, nas questões econômicas. Em outras questões, como as Forças Armadas e a polícia, há constante equilíbrio de posições. De qualquer forma, não houve uma alteração na demanda que correspondesse ao aumento na criação de partidos de direita.

Em suma, ainda que a sociedade brasileira seja conservadora e esteja mais à direita, no período de análise, ela não se tornou mais de direita do mesmo modo que seu sistema partidário. Os partidos refletem a sociedade mas não nitidamente como um espelho: sobram partidos no sistema brasileiro, e sobram mais à direita. Como aponta Norris (2005a, p. 186), “simplesmente, a falácia ecológica bem conhecida sugere que não devemos supor que os padrões encontrados a nível nacional também sejam encontrados a nível individual. E a falácia individual significa que não devemos assumir que os padrões encontrados no nível individual também existirão entre a opinião pública em nível nacional”. Os comentários da autora referem-se à ascensão de partidos de extrema direita na Europa, mas o paralelo é interessante: a existência de mais partidos de direita no sistema partidário brasileiro não significa que esses partidos possam ser lidos como um indicador preciso da opinião pública. Mesmo que a opinião pública sobre esses posicionamentos não seja uma resposta suficiente para a pergunta que rege a pesquisa, foi necessário analisá-la para compreender a demanda como um espaço para novos partidos explorarem oportunidades e nichos de mercado.

### **3.2.3 A identificação partidária e a flexibilidade da demanda**

Para compreender a criação de novos partidos ainda do lado da demanda, é necessário ainda analisar mudanças específicas em padrões que podem resultar em novos nichos de mercado. O argumento aqui é de que a demanda, mesmo que não resulte automaticamente em novos partidos, compõe o cálculo das elites partidárias para que isso ocorra. A ideia é de que os novos partidos entram no sistema se adaptando ao ambiente institucional e social.

No caso brasileiro, as eleições proporcionais permitem que partidos sobrevivam com um nicho eleitoral bastante restrito. Nesse sentido, partidos menores, ou novos, buscam se viabilizar pelo sucesso eleitoral especificamente em eleições legislativas, para o Congresso nacional, espaço no qual a fragmentação partidária se perpetua (CALVO; GUARNIERI; LIMONGI, 2015). Como apontam Limongi e Cortez (2010, p. 22): “a fragmentação crescente na Câmara dos Deputados ganha novo significado quando se atenta para o fato de que uma boa parte dos partidos lá representados praticamente abandonou as disputas por cargos executivos”. Essa é uma escolha: uma parte desses partidos não alimenta pretensões de crescimento, porque

conseguem garantir uma política diversificada de alianças, negociando tempo de televisão para participar de coligações no nível estadual, e garantir representação na Câmara, como exposto no capítulo 4. A estratégia eleitoral é favorável às alianças, positiva tanto para os pequenos (e novos) quanto para os grandes partidos (LIMONGI; VASSELAI, 2018).

A partir desse pressuposto de que partidos menores e novos têm mais interesse na representação proporcional do que em uma eleição majoritária a nível presidencial ou estadual, argumento que os fundadores empreendem no mercado eleitoral considerando alguns espaços não cativos. Por mais que um partido específico não represente um setor social específico, uma clivagem, ele pode focar sua demanda para angariar votos suficientes para eleger alguns candidatos nas eleições proporcionais. Nesta seção, analiso os segmentos no mercado em que a competição é mais aberta, nos quais novas legendas podem encontrar apoio para garantir representação no Congresso e assim, mais recursos a serem administrados. Para isso, destaco mais uma forma de entender a relação entre oferta e demanda político-partidária: por meio da identificação partidária (IP) como indicador da proximidade entre eleitores e partidos específicos. Essa discussão se difere da primeira seção do capítulo por não estar somente na parte da demanda, mas sim já sinalizar para a relevância da intersecção entre as duas partes do mercado.

Os estudos de comportamento eleitoral costumam apresentar a identificação partidária como resultado de padrões psicológicos e subjetivos do eleitor, como parte de sua identidade ou como uma escolha racional advinda da observação do desempenho de um partido político particular<sup>55</sup>. No Brasil, a análise sobre a identificação partidária esteve no centro dos estudos sobre os determinantes do voto<sup>56</sup>, mas busco aplicá-la aqui para discutir a estrutura da demanda no mercado de partidos. Em outras palavras, a IP mede a flexibilidade da demanda partidária.

---

<sup>55</sup> A literatura sobre as escolhas do eleitorado sobre partidos ou candidatos é vasta. São três as principais abordagens teóricas sobre o comportamento eleitoral: sociológica, psicossociológica e de escolha racional. A primeira usa uma abordagem macro para explicar o comportamento é condicionado por fatores sociais – está relacionada com a perspectiva sobre partidos que tem justamente na sociologia seu enfoque. A chamada Escola de Columbia considera que as variáveis socioeconômicas e demográficas são determinantes para a escolha do voto (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944). A segunda abordagem surgiu com o desenvolvimento das técnicas de *survey* na Ciência Política, na Universidade de Michigan. Segundo autores como Converse e Campbell (1980), o comportamento eleitoral está relacionado às percepções e atitudes dos eleitores quanto ao mundo político, predisposições psicológicas e o processo de socialização dos indivíduos. Essa abordagem é chamada de psicossociológica porque incorpora os fatores já destacados anteriormente, adicionando outros. Por fim, a escolha racional também formulou discussões sobre a decisão do voto como resultado de ações orientadas por cálculos racionais de interesses individuais (DOWNS, 1999). Segundo esta perspectiva, o eleitor leva em consideração ainda o desempenho dos incumbentes que pleiteiam a reeleição e o estado da economia. O eleitor é um consumidor em um mercado e pode ter identificação partidária como forma de condensar informações. A revisão dessas abordagens foi realizada por Figueiredo (2008) e Ribas (2016).

<sup>56</sup> No Brasil, a discussão sobre o impacto da IP nas votações também perfaz uma ampla literatura. Singer (2000) propôs o primeiro estudo a discutir a importância das identificações partidárias e ideológicas sobre a escolha do

De fato, a IP é uma medida importante sobre o vínculo entre os partidos políticos e a sociedade. Traçando um paralelo com a ideia de mercado, as preferências políticas dos eleitores podem manifestar-se em sua identificação a uma agremiação com a qual os associe (tal qual consumidores associam suas preferências a marcas de firmas específicas). Considerando que como a preferência por marcas não determina o consumo, mas pode ser um indicador que afeta a sua escolha final, da mesma forma, os eleitores identificados com um partido podem não votar nele em determinada eleição. As marcas partidárias podem ser fortes ou fracas, dependendo de como os eleitores as veem (LUPU, 2016). De qualquer maneira, a identificação pode dar indicações de seu voto, ao pesar o partidarismo previamente. A IP é vista pela literatura como um guia das escolhas eleitorais ao organizar a informação política e indicar a estabilidade política ao longo do tempo.

Como vimos na primeira seção, os eleitores não se sentem representados pelos partidos no Brasil. Isso se reflete também na identificação partidária<sup>57</sup>. As taxas de IP no Brasil são baixas, mas não se diferenciam tanto em relação à América Latina e ao mundo (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011), considerando a tendência generalizada de diminuição dos laços entre partidos e sociedades em andamento nas democracias consolidadas (DALTON; WATTENBERG, 2002; KATZ; MAIR, 1995). A literatura destaca os motivos pelos quais a IP é baixa no país: os eleitores não conseguem se identificar e desenvolver lealdades com os partidos brasileiros por causa da crescente fragmentação e difícil distinção ideológica (KINZO, 2005); também porque o personalismo se destaca mais que o partidarismo (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011; MAINWARING, 2002); ainda porque os programas dos partidos não correspondem muitas vezes às suas práticas (TAROUCO; MADEIRA, 2013b); ou porque os eleitores têm baixa cognição (PEREIRA, 2014). Essas explicações acabam reforçando o caráter sociológico dos partidos, que estariam conectados com a sociedade.

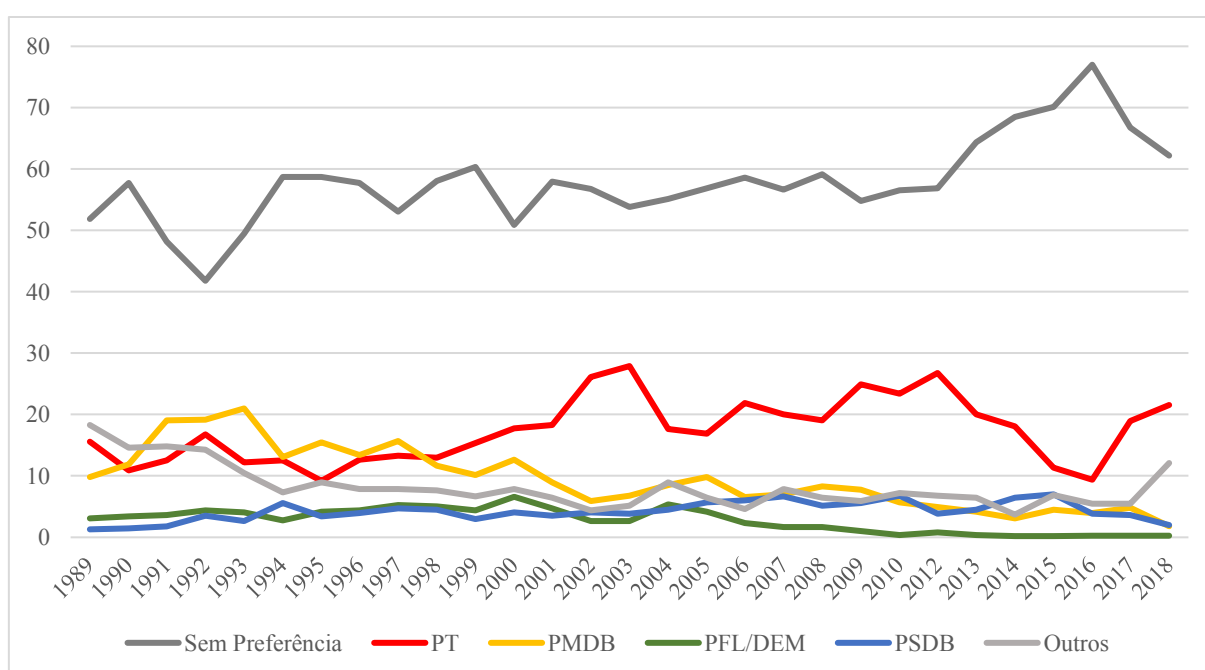
---

voto. Carreirão e Kinzo (2004) e Braga e Pimentel (2011), também viram na IP um importante fator de previsão para o voto, mesmo que para uma parcela restrita de eleitores que mostra predileção por determinado partido. Essa capacidade preditiva já foi também questionada (BAKER; AMES; RENNÓ, 2006; PEREIRA, 2014). Pereira (2014) enfatiza a relevância da sofisticação dos eleitores para formar identidades partidárias. Speck e Balbachevsky (2016) apontam que a identificação partidária não atua do mesmo modo em grupos diferentes, pois há estratos nos quais ela é um atalho informacional importante para o voto, enquanto em outros, é uma das várias fontes de informação e avaliação das políticas. Oliveira e Turgeon (2015, p. 576) afirmam categoricamente que “há evidências bem fortes de que a ideologia não estrutura o comportamento político do eleitor brasileiro, seja ele sofisticado ou não”. Braga e Pimentel Jr (2011) destacam que mesmo entre os eleitores menos escolarizados, os partidos balizaram a escola do voto, quando analisados partidos de forma estimulada – ao perguntar diretamente se gostam de um partido em uma escala de 0 a 10 –, sendo atalhos informacionais sem que os eleitores atestem espontaneamente a identificação.

<sup>57</sup> As perguntas que utilizo para medir tanto a representatividade dos partidos pela visão dos eleitores quanto a IP são parecidas. A primeira pergunta se os respondentes se sentem representados por algum partido, com possibilidades de resposta de sim ou não; a segunda, pergunta se os eleitores gostam de algum partido, e se a resposta for sim, qual deles, espontaneamente.

Minha proposta vai por outro caminho, utilizando a IP como um indicador do grau de rigidez/flexibilidade da demanda partidária. Assim, apresento a análise da IP não como um preditor de votos, como faz boa parte da literatura, mas como um fator importante para o mercado eleitoral ao oferecer indicações sobre como a demanda se estrutura frente à de partidos políticos. Essa medida pode ser entendida como um dos fatores que auxiliam os líderes de novos partidos a analisar o nexos entre demanda e oferta no mercado eleitoral, e decidir o espaço no qual empreender. No gráfico 18, exponho os dados de 28 pesquisas de opinião pública do Instituto Datafolha, com a pergunta: “Qual é o seu partido político de preferência?”. A resposta dada é espontânea e única.

Gráfico 18 - Identificação partidária (1989 – 2018)



Fonte: Datafolha<sup>58</sup>.

A primeira evidência que esses dados mostram é de que mais da metade dos entrevistados em 30 ondas de pesquisa de opinião indica não ter preferência política (o que está em consonância com o gráfico 8, sobre representatividade). Também sobressai o PT como partido que mais criou vínculos com o eleitorado e estaria mais próximo de uma clivagem mais clara (patrões-empregados). Visto como o único caso de partido de massa no Brasil (MENEGUELLO, 1989), o partido foi fundado a partir da articulação entre movimentos sociais, sindicatos, grupos católicos, ativistas e construiu uma marca forte (KECK, 2010). Ao longo do tempo, o partido cultivou apoiadores e eleitores, indo para o segundo turno de todas

<sup>58</sup> Pesquisa filtrada por Instituto de pesquisa Datafolha, palavra-chave preferência partidária, local de pesquisa Brasil. Para o gráfico, utilizo as últimas pesquisas de cada ano. Disponível no Cesop.

as eleições presidenciais da redemocratização. O partido é visto como a exceção à regra de que os partidos brasileiros têm raízes fracas com a sociedade (MAINWARING; POWER; BIZZARRO, 2018), inclusive por ter uma estrutura singular no Brasil, na qual se destacam a democracia interna, a disciplina parlamentar e baixa migração (AMARAL, 2010; AZEVEDO, 1995; HUNTER, 2010; LACERDA, 2002; RIBEIRO, 2010; SAMUELS, 2008).

O PT é o partido que mais contribuiu para que a identificação partidária brasileira estivesse próxima dos patamares internacionais. É possível ver pelo gráfico 18 que as oscilações da identificação dos petistas impactam diretamente na preferência geral dos respondentes. O partido tem uma marca forte (LUPU, 2016), com a qual permaneceu como o único partido no sistema com mais de 10% de eleitores simpatizantes, chegando a quase 30% em 2003, de acordo com o Datafolha. O petismo chegou, segundo os dados levantados por Veiga (2011) e Singer (2010), a abrigar inclusive eleitores situados à direita<sup>59</sup>.

Junto ao PSDB, o PT estruturou o sistema partidário na competição presidencial em dois polos, estabilizando a disputa na eleição mais importante do país (MELO; CÂMARA, 2012). Ainda, o PT serve como uma âncora do sistema político (CARREIRÃO; KINZO, 2004), inclusive pela identificação partidária, ao influenciar diretamente na preferência geral do eleitorado. Estudos mais recentes mostram que eleitores votam por identificação ao PT, mas também por rejeição. Zucco e Samuels (2018) demonstram que o partidarismo concentrado no PT afeta a identificação partidária como um todo no Brasil. Para além da alta identificação dos partidários do PT, o antipetismo também deve ser entendido como identificação partidária negativa. Isso gera estabilidade e estruturação no sistema partidário por terem padrões de voto em eleições consecutivas. De um lado, os índices do petismo caíram ao longo do tempo, podendo estar relacionados com a moderação programática e os escândalos de corrupção (HUNTER, 2010; KIRCHHEIMER, 2012). A crise política que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, a prisão de uma de suas principais lideranças, Lula, e a performance econômica ruim durante o governo também podem ser vistos como causas para a diminuição

---

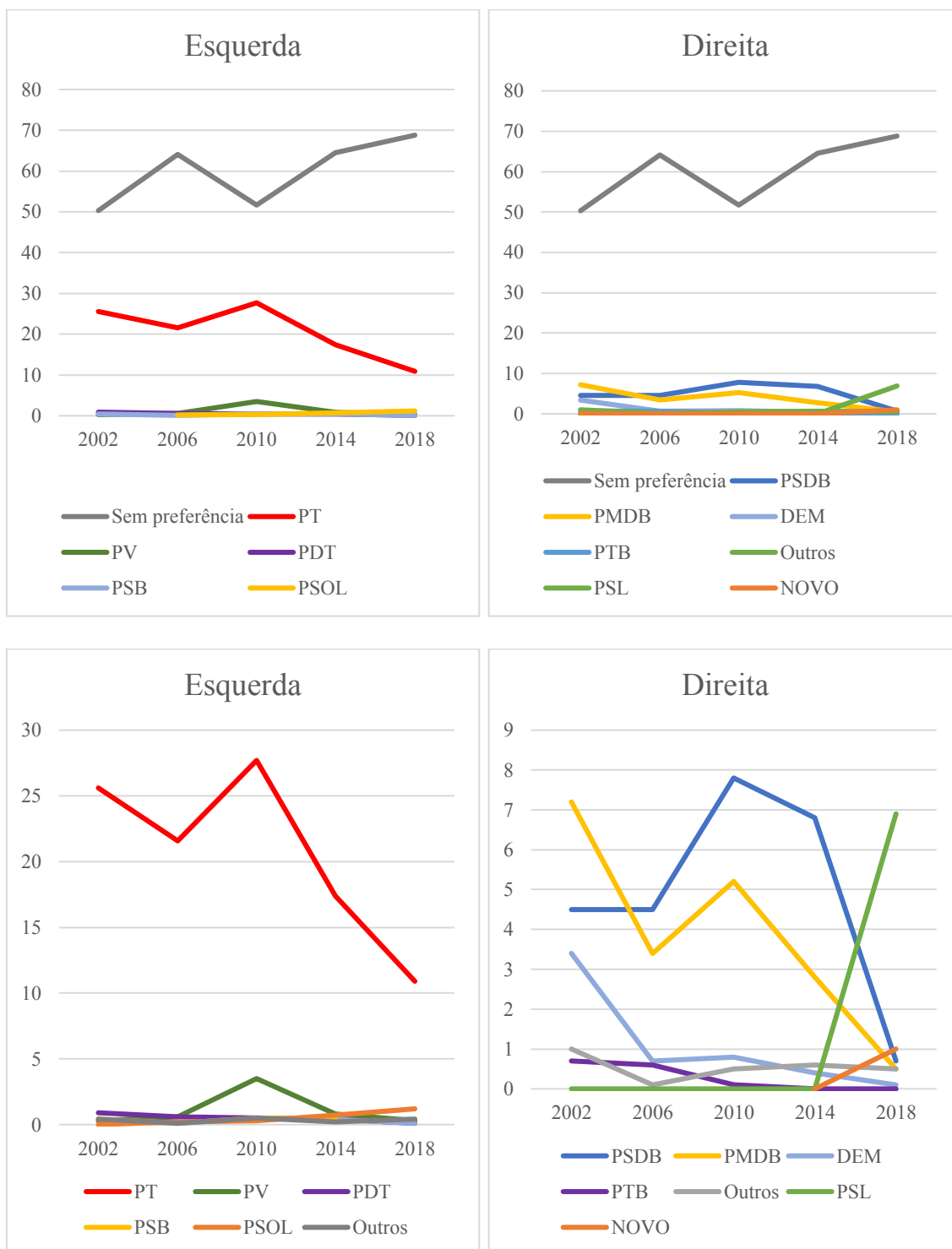
<sup>59</sup> Por ser o partido que mais manteve vínculos com seus eleitores, o PT foi objeto de várias pesquisas sobre as suas bases sociais. Samuels (2008) destaca poucas mudanças de características sociais entre os petistas, enquanto Singer (2010) já observa alterações importantes no perfil socioeconômico dos eleitores simpáticos ao PT: com o passar dos anos, os eleitores mais escolarizados, com renda mais alta e da região Sudeste – especialmente de São Paulo – deixaram de formar essas bases. Veiga (2011) destaca que o eleitorado passou a ser de menor renda, menor escolaridade e com bases no Nordeste. Há ainda uma série de estudos sobre o Bolsa Família e o voto no PT (HUNTER; POWER, 2007). Rennó e Peixoto (2011) discutem também até que ponto o pertencimento a uma classe social faz diferença na escolha do voto no PT: viram que o que faz é a percepção de mobilidade social ascendente no voto para Dilma em 2010. Essa perspectiva vai ao encontro do que foi abordado nas seções anteriores: por mais que alguns aspectos socioeconômicos ajudem a compreender os votos em determinado partido – e no caso do PT, de maneira mais direta –, não é possível afirmar que há relação de causalidade entre clivagens e partidos.

do apoio dos eleitores. Fato é que houve uma diluição de sua marca (LUPU, 2016) o que fez com que petistas ocasionais deixassem de ser simpáticos (BAKER *et al.*, 2016).

Do outro lado, a rejeição ao PT aumentou: em 2014, os petistas eram 17% do eleitorado, e os antipetistas, 21%; em 2018, os partidários do PT caíram para 10% e os antipetistas alcançaram a margem de 27%. Isso mostra que mais de um terço dos eleitores tem um sentimento sobre o PT. Paiva, Krause e Lameirão (2016) mostram que os antipetistas se diferem dos antipartidários, e que isso influencia diretamente nas suas votações em partidos como o PSDB. Como aponta Amaral (2020), a rejeição ao PT foi um forte preditor do voto para Bolsonaro em 2018. Nessa eleição, o PT tinha um estoque menor de apoio para contar com votos e um adversário que conseguiu articular o apoio tanto dos antipetistas como dos antipartidários.

Para relacionar essa medida com a pesquisa aqui proposta, aponto para o fato de que a baixa identificação partidária às agremiações de direita e centro-direita é um indício de que há maior espaço não capitalizado por nenhum partido em particular nesse espectro ideológico. Isso pode ser percebido ao dividir o espectro entre direita e esquerda, conforme o gráfico 19. Essa divisão se aproxima com a proposta de Bartolini e Mair (2007), sobre a medição da volatilidade a partir dos blocos partidários: isso porque os eleitores parecem menos dispostos a cruzar as linhas que separam uma ideologia da outra do que trocar de partidos dentro da mesma dimensão. Com os dados das cinco ondas do ESEB, desagreguei a identificação partidária conforme a posição ideológica dos partidos mais citados.

Gráfico 19 - Identificação partidária, partidos conforme espectro ideológico (2002 – 2018), considerando com e sem preferência



Fonte: ESEB e BLS (2018) para a classificação dos partidos.

Na esquerda, o PT logrou dominar a IP, com as maiores taxas desde 2002, chegando a 27,7% dos eleitores em 2010. De 2010 a 2014, o partido perdeu 10 pontos de preferência



partidária, o que afetou diretamente a porcentagem de eleitores sem preferência, que subiu de 51% para 64%. O mesmo ocorre em 2018: 68,8% dos eleitores não indica ser partidário. O segundo partido à esquerda é o PV, em termos acumulados, que chegou a 3,5% em 2010. O PSOL se destaca em 2018, com 1,2% de preferência. Os demais partidos de esquerda, como o PDT, PSB e PCdoB, não passaram de 1%.

No espectro da direita, não há um partido que aglomere a identificação partidária nessa dimensão. Três partidos alcançam mais de 1% de preferência entre 2002 e 2014. O PMDB, que chegou a ter 18% de IP na década de 1990, alcançou 7,2% em 2002, caindo para 2,8% em 2014. O PSDB foi o mais bem-sucedido à direita, chegando a 7,8% em 2014, porém caiu para 0,7% em 2018. Esses são os partidos que mais se destacam pela atuação nacional, no caso do PSDB, e pela capilaridade, PMDB. O PFL/DEM vem caindo progressivamente, chegando a 0,1 em 2018. O que aponto aqui é que os partidos de direita e centro-direita não alcançaram uma parcela significativa do eleitorado em termos de preferência partidária, deixando um espaço maior a ser explorado por novos partidos. Um deles foi justamente o PSL, que em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, alcançou 6,9% de identificação partidária<sup>60</sup>. O NOVO, fundado em 2015, ultrapassou tanto o PMDB quanto o PSDB, com 1%.

Essa divisão se reflete também quando vemos as porcentagens de eleitores que se posicionam como direita ou esquerda e que gostam de um partido, como se pode ver na tabela 5, elaborada a partir das 5 ondas do ESEB. Os posicionados à esquerda, via de regra, tinham ao menos 5 pontos de diferença em relação aos posicionados à direita quando ter ou não identificação a um partido era perguntado. Em geral, os posicionados ao centro se mostram ainda menos simpáticos a alguma legenda específica. O ponto alto da IP ocorre em 2010, quando quase 70% dos respondentes que se colocam à esquerda afirmaram gostar de um partido político. Isso é paralelo ao ponto máximo do PT, com quase 30% de identificação, no mesmo ano. Vale notar que na direita a porcentagem também é elevada, 62%. De qualquer forma, como vimos nos gráficos 19, essa preferência na direita ficou dividida entre os partidos.

É preciso destacar que a propensão de os eleitores de esquerda terem mais simpatia aos partidos do que os de direita fica bastante reduzida em 2018. Isso é paralelo a um processo no

---

<sup>60</sup> O fenômeno de crescimento da identificação por partidos que participam da corrida presidencial também foi visto com PV, que alcançou 3,5% em 2010, paralela à atuação de Marina Silva. Da mesma forma, é difícil prever se a identificação partidária ligada ao PSL se consolidará ao longo do tempo, ainda mais pela saída do presidente Bolsonaro e seus apoiadores para a fundar da Aliança pelo Brasil, em 2019.

qual a identificação partidária vem caindo progressivamente e os eleitores têm cada vez menos confiança nos partidos políticos.

Tabela 5 - Identificação partidária e auto posicionamento

		<b>Identificação: gosta de algum partido</b>			
<b>Auto posicionamento<sup>61</sup></b>	<b>2002</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não resp.</b>	<b>Total respondentes (n)</b>
	Direita	57,8%	42,2%	0%	488
	Esquerda	64,2%	35,8%	0%	212
	Centro	45,0%	55,0%	0%	282
	NS/NR	45,3%	54,7%	0%	1397
	Geral	49,5%	50,5%	0%	2379
	<b>2006</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não resp.</b>	<b>Total respondentes (n)</b>
	Direita	45,6%	52,3%	2,1%	241
	Esquerda	54,7%	44,2%	1,2%	86
	Centro	31,5%	66,5%	2,0%	254
	NS/NR	21,2%	75,7%	3,1%	419
	Geral	32,6%	65,0%	2,4%	1000
	<b>2010</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não resp.</b>	<b>Total respondentes (n)</b>
	Direita	62,4%	36,9%	0,7%	569
	Esquerda	68,2%	31,3%	0,5%	211
	Centro	40,7%	59,0%	0,3%	324
	NS/NR	35,9%	63,2%	0,9%	896
	Geral	47,7%	51,7%	0,7%	2000
	<b>2014</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não resp.</b>	<b>Total respondentes (n)</b>
	Direita	44,2%	53,4%	2,4%	858
Esquerda	51,7%	45,4%	2,9%	240	
Centro	25,6%	69,7%	4,6%	667	
NS/NR	23,2%	72,4%	4,4%	1371	
Geral	31,6%	64,5%	3,8%	3136	
<b>2018</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não resp.</b>	<b>Total respondentes (n)</b>	
Direita	34,1%	62,9%	2,9%	1087	
Esquerda	34,9%	62,7%	2,4%	370	
Centro	20,9%	76,7%	2,3%	516	
NS/NR	15,8%	77,1%	7,1%	533	
Geral	27,6%	68,8%	3,6%	2506	

Fonte: ESEB.

<sup>61</sup> Resposta à questão de auto posicionamento na escala de 0 a 10. Recodifiquei de maneira que 0 a 3 fossem esquerda, 4 a 6, centro, e 7 a 10, direita.

Como a identificação é mais baixa na direita, meu argumento é o de que os eleitores dos partidos localizados nessa dimensão podem mover-se e votar em candidatos de partidos diferentes a cada eleição, conforme avaliam outros aspectos que não a lealdade partidária. Isso porque os eleitores de direita não concentram sua simpatia (e o voto, como veremos na próxima seção) em um só partido e estão mais disponíveis para responder ao mercado. E por isso, a probabilidade de um eleitor votar em um mesmo partido em duas eleições consecutivas é mais baixa, tendência que deve aumentar conforme o número de opções diferentes aumenta, já que modifica a estrutura do mercado para os eleitores (BARTOLINI; MAIR, 2007, p. 43).

Como na esquerda os eleitores parecem ter uma âncora na figura do PT, o campo parece ser menos suscetível às alterações do mercado, pelo menos até a última década. De fato, pelos dados apresentados aqui, não é possível afirmar que os eleitores de esquerda concentram toda a sua lealdade ao PT nem que transformam simpatia em voto, mas as tendências de aumento e diminuição de identificação nesses espectros são paralelas às mudanças na IP do partido e ao seu sucesso eleitoral. Também é necessário destacar que a percepção sobre a marca do PT vem sendo atualizada – já que seus comportamentos estão sobre constante escrutínio do público –, o que pode se relacionar tanto com a diminuição dos identificados ao partido, quanto à menor identificação partidária dos eleitores que se colocam à esquerda na última onda do ESEB, com índices semelhantes aos dos que se dizem de direita. Em suma, a análise comparada do IP na direita e na esquerda, indica uma maior flexibilidade da demanda partidária na primeira. Para seguir a analogia do mercado, os partidos de direita parecem mais substituíveis uns aos outros, indicando a existência de espaços não cativos.

Considerando a identificação partidária como essa análise constante dos eleitores sobre as marcas dos partidos, foi possível perceber que há diferenças ideológicas e na forma com que eleitores se vinculam a partidos. O único partido de direita que contou com uma elevada preferência partidária foi o PMDB, até o início da década de 2000. Em 2018, o PSL despontou em um contexto específico, inclusive ao concentrar o antipetismo na figura do candidato à presidência, Jair Bolsonaro. O espectro de esquerda tem sido dominado pelo PT, enquanto na direita, havia um espaço competitivo para novos atores. Assim, argumento que ao analisar a demanda desse mercado, a maioria dos partidos criados desde 1990 se colocou à direita ou mais à esquerda que o PT (como é o caso do PSOL, PSTU e PCO).

Desse modo, argumento que a flexibilidade relativa do mercado eleitoral à direita subsidia o cálculo político das elites para a criação de novos partidos. A direita parece ofertar mais espaços passíveis de disputa. Para um novo partido, dados os custos semelhantes,

e baixos, para a criação de novos partidos, há um maior *potencial* de ganho de votos para novos entrantes na direita, em comparação com a dimensão esquerda. Como a intenção é disputar mais eleições proporcionais do que majoritárias, esse nicho de direita pode ser explorado por líderes de novas legendas. Como resume Mair:

Em suma, os mercados eleitorais são mais restritos em certos países do que em outros e, mesmo dentro de países individuais, certos submercados são mais restritos que outros. Além disso, como o grau relativo de restrição depende, pelo menos em parte, da profundidade e difusão das identidades políticas coletivas, e como o grau em que os partidos são competitivos depende, também pelo menos em parte, da abertura do mercado eleitoral, segue-se que a própria competitividade pode ser associada ao grau em que a política é caracterizada pela presença ou ausência de fortes identidades coletivas. Sendo outras coisas iguais, as políticas que são caracterizadas pela presença de identidades fortes provavelmente são menos competitivas do que aquelas em que essas identidades fortes estão ausentes. Mais precisamente, as políticas que são tão caracterizadas tenderão a ser mais consensuais - pelo menos em certas circunstâncias, e mais obviamente quando nenhum grupo isolado desfruta de uma clara maioria geral (MAIR, 1997, p. 161).

Por fim, a análise da demanda partidária no Brasil demonstra que a variação nas clivagens sociais não é nem unidirecional nem suficiente para explicar por que foram criados mais partidos à direita do centro do que à esquerda no sistema partidário brasileiro. A clivagem que atua como um sinalizador estratégico mais relevante para os partidos e novos entrantes no sistema parece ser a ideológica. Ainda que o eleitorado brasileiro não tenha transformado suas preferências e clivagens de maneira correspondente às transformações do sistema político, na direita tais preferências se mantiveram mais abertas à competição entre diferentes legendas. Os nichos existentes se mantiveram não cativos para que novos entrantes buscassem apropriá-los. Mesmo assim, por certo, esses partidos não são criados espontaneamente: tão importante quanto a estrutura da demanda é intersecção desta com a oferta. Essa é a conexão entre a oferta e a demanda que busco apresentar na próxima seção desse capítulo.

### 3.3 ONDE A OFERTA E A DEMANDA SE ENCONTRAM: O VOTO

Esta seção busca analisar potenciais respostas no mercado eleitoral para o fato de um maior número de partidos terem sido criados à direita do centro no Brasil. A análise do mercado, focada na interação entre oferta e demanda, complementa as literaturas tradicionais que focam exclusivamente nas mudanças estruturais da sociedade (uma ótica centrada na demanda apenas) e no posicionamento estratégico dos partidos no eixo direita-esquerda (uma ótica centrada na oferta apenas). Como vimos, no período analisado, as mudanças estruturais e de clivagens sociais não se expandiram de maneira correspondente com as transformações do sistema partidário. Na seção anterior, argumentei que a demanda compõe o cálculo das elites de maneira diferencial entre direita e esquerda já em interface com a oferta, a partir da relativa flexibilidade e rigidez com que os leitores se identificam a partidos em cada lado do espectro ideológico. Nessa seção, exploro a intersecção entre oferta e demanda diretamente, no voto, como a principal estrutura produzindo incentivos assimétricos para criação de partidos.

A principal natureza desse incentivo se dá pelos distintos níveis de concentração e fragmentação partidárias nesses dois segmentos de mercado. A persistente maior fragmentação entre partidos à direita do centro sinaliza às elites políticas desse lado do espectro político um maior potencial de sucesso eleitoral para que novos atores entrem no sistema ou que atores estabelecidos cindam na criação de novas legendas. A maior concentração da esquerda em torno do PT inibe prospectos de sucesso e os incentivos para criação de novas legendas. Em um ambiente institucional homogeneamente permissivo, esse diferencial torna a direita um segmento de mercado mais propício para a criação de novos partidos.

No restante dessa seção analiso os padrões de distribuição do voto na direita e na esquerda, por meio de três métricas. A primeira métrica compara a fragmentação partidária à esquerda e à direita do sistema por meio do Número Efetivo de Partidos (NEP), como forma de demonstrar que a fragmentação partidária brasileira tende a ser mais proeminente na direita. A segunda métrica analisa o perfil dessa fragmentação por meio de curvas de concentração, inspiradas na análise de oligopólios como modo de verificar como a fragmentação distribui oportunidades entre os partidos efetivos. A análise mostra um mercado mais pulverizado à direita e um mercado próximo do monopolista à esquerda. Por fim, analiso ainda volatilidade desse voto entre os segmentos ideológicos e dentro de cada segmento. A baixa volatilidade do voto entre os blocos de esquerda e direita aponta para a existência de segmentos de mercado delimitados pelo voto com dinâmicas de competição majoritariamente endógenas. A maior volatilidade da direita em comparação com a esquerda corrobora os dados de identificação

partidária discutidos na seção anterior e demonstra uma maior tendência desse eleitorado a migrar seu voto entre diferentes legendas. Em especial, o perfil dessa volatilidade que tende a ser impulsionada por ganhos eleitorais do PT na esquerda e à pulverização na direita tornam essa assimetria ainda mais marcante.

Como vimos, o posicionamento dos partidos conforme a teoria espacial destaca que a existência de espaços desocupados no espectro ideológico seria mais propícia para a “entrada” de novos partidos nesses intervalos. Contudo, como discutido na seção anterior, alguns partidos têm maior capacidade de apropriar-se de posições nesse espaço de competição, conseguindo concentrar lealdades de preferências dos eleitores capturadas pela identificação partidária. No entanto, a principal maneira de analisar como a oferta e a demanda se encontram e estruturam o mercado político-eleitoral pode ser vista por meio do voto.

O voto e a representação resultante dele para as eleições na Câmara dos Deputados são o principal indicador de como esse mercado está dividido, dado que a maioria dos partidos atuam para competir nessas eleições. Em contraste com o equilíbrio assumido pela teoria espacial, partidos que compartilham o mesmo intervalo no eixo ideológico não garantem os votos do eleitorado correspondente aos seus posicionamentos: eles competem e obtêm distintas taxas de sucesso. Desse modo, ao refletir o sucesso relativo de agremiações em captar o voto do eleitorado potencial, a concentração desse mercado importa. Como aponta Sartori (1982), não basta contar nominalmente as legendas para compreender a complexidade de um sistema partidário. Para o autor, a importância de cada partido estaria na distribuição do poder no parlamento, que pode ser medida por meio das cadeiras ocupadas no legislativo e no poder de coalizão ou veto (considerando ainda suas distâncias ideológicas<sup>62</sup>). Assim, é possível analisar o peso relativo ponderado de cada partido. O cálculo do Número Efetivo de Partidos (NEP), proposto por Laakso e Taguepera (1979), é o convencionalmente utilizado para observar a fragmentação do sistema já que é de fácil compreensão<sup>63</sup>.

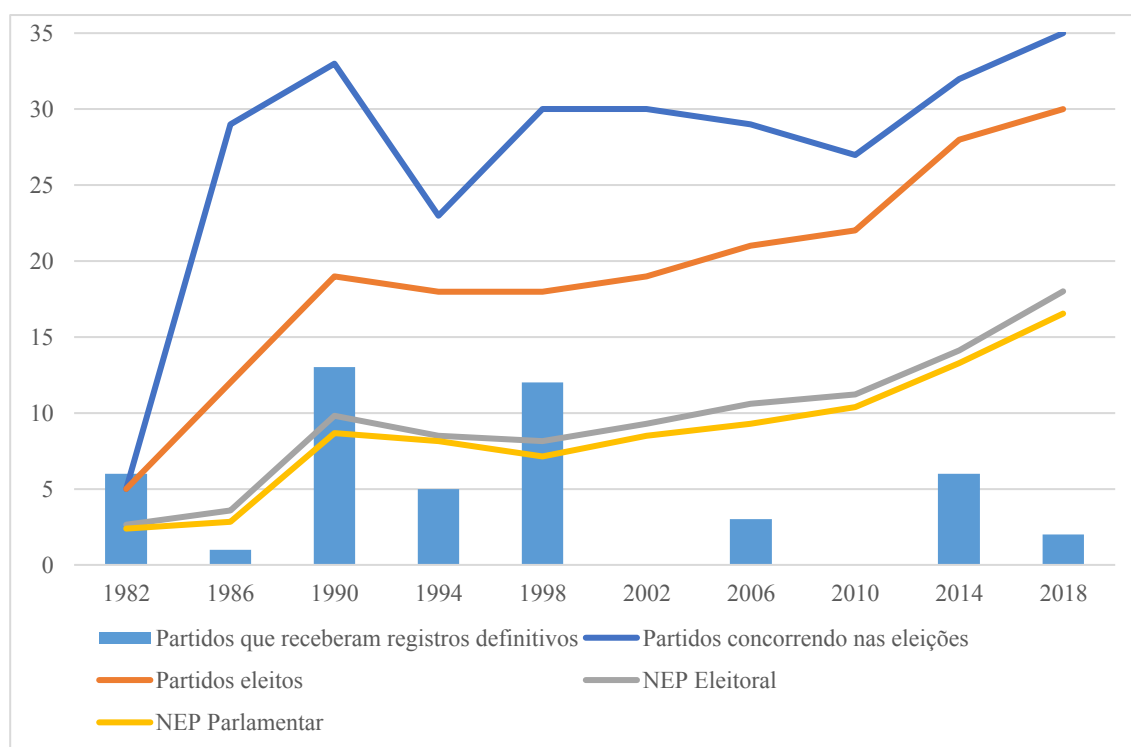
---

<sup>62</sup> Mesmo que um sistema apresente um pluralismo extremado, isso não implica necessariamente em polarização política, se os partidos estão muito perto uns dos outros.

<sup>63</sup> O cálculo é feito por meio da divisão de 1 pela somatória do quadrado das proporções de cadeiras ou votações dos partidos em uma eleição, conforme a fórmula:  $NEP = 1 / \sum p^2$ . Por exemplo, se quatro partidos alcançassem uma porcentagem igual de votos (0,25, 0,25, 0,25, 0,25), o NEP seria de 4. Se nesse cenário de quatro partidos, os dois primeiros obtivessem uma fatia maior de votos, a dispersão seria diferente, modificando também o NEP. Se as porcentagens fossem de 40% dos votos para o partido A, 40% para o partido B, 15% para o partido C e 5% para o partido D, o cálculo do NEP seria de 2,89. Assim, quanto mais alta a dispersão em uma eleição ou na Câmara dos Deputados, mais alto o número efetivo de partidos. Alguns pesquisadores destacam ainda que o NEP é uma medida para analisar a dispersão do sistema, não para focar nos primeiros partidos com maior bancada como os mais efetivos. Isso porque o cálculo traz distorções. Seguindo o exemplo acima, no qual o NEP é de 2,89, formado por 4 partidos; um sistema no qual os partidos tenham a seguinte porcentagem: 58%, 5%, 5%, 5%, 3%, 3%, 3%, 3%, 3%, 3%, 3%, 3%, o resultado do NEP é 2,84, em uma estrutura totalmente diferente. Outra proposta é a

Analisando a trajetória do NEP brasileiro, é possível compreender a complexidade do seu sistema partidário: nem sempre a fragmentação do sistema foi acompanhada pelo aumento ou diminuição do número de partidos. A comparação presente no gráfico 20 não evidencia a relação entre o aumento da quantidade de partidos e o reflexo na fragmentação. O que é possível ver em 1982 é que cinco partidos competiram na eleição e obtiveram representação, mas o NEP ficou em 2,4, evidenciando a continuidade do sistema bipartidário. Em 1986, nada menos que 29 partidos lançaram candidatos, sendo que apenas 7 deles tinham registro definitivo. Nesta eleição, 12 partidos elegeram deputados. O NEP, no entanto, permaneceu mais baixo que 3. Entre 1987 e 1990, 13 partidos receberam o registro definitivo (7 deles em 1990), o que resultou, em 33 partidos participando da eleição. Com 19 partidos com bancadas na Câmara, nesse momento houve o primeiro salto do NEP, para 8,7. O pluralismo exacerbado (FLEISCHER, 2004) só teve seu reflexo na fragmentação partidária nesse pico, no qual muitos partidos participavam das eleições e boa parte deles conseguia representação.

Gráfico 20 - Número absoluto de Partidos concorrendo nas eleições, Número absoluto de Partidos eleitos e Número Efetivo de Partidos Eleitoral e Parlamentar (1982-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( *l.s. d.*), Gallagher ( *l.s. d.*) e dados do Tribunal Superior Eleitoral.

do Índice de Fracionalização, também amplamente utilizado para calcular a fragmentação. A proposta de Rae (1967) avalia o sistema por meio da subtração de 1 do somatório das proporções de cadeiras (ou votos) obtidos pelos partidos:  $F = 1 - \sum p^2$ . A fórmula resulta em valores de 0 a 1, onde zero aponta para um sistema de partido único, e um, para uma fragmentação total.

Na eleição de 1994, o que observamos é um processo diferente: o número de partidos na competição cai, fica em 23, com a extinção de várias legendas. Vale notar que foram criados 5 partidos entre 1991 e 1994. Na eleição, 18 partidos conseguem eleger deputados. Com um partido a menos na câmara, o NEP caiu de 8,7 para 8,2. Isso mostra que a variação do número de partidos não significa necessariamente variação na fragmentação. Na eleição de 1998, o número de partidos com registro definitivo aumentou novamente (como vimos anteriormente, foram criados 12 partidos entre a eleição anterior e essa), porque a maioria desses já tinha o registro provisório e acelerou o processo para conseguir o permanente. O NEP, no entanto, caiu. Foram eleitos 18 partidos e a fragmentação chegou a 7,1. Apesar de mais partidos estarem participando das eleições, a LOPP foi essencial para a concentração de recursos nas legendas maiores. Assim, essa diminuição do NEP também pode ter relação com mais partidos mais fortes conseguindo maiores bancadas (TAFNER, 1996), além do efeito aglutinador das fusões (GOMES, 2016). Em 1998, os seis partidos que tiveram mais representação na Câmara (PSDB, PFL, PMDB, PT, PP e PDT) concentraram 80,2% dos votos. No entanto, nas eleições seguintes, o topo da representação, ou os seis “grandes”, foram perdendo porcentagens progressivamente.

Em 2002, esses partidos chegaram a 72,5% dos votos. Nesta eleição, o número de 30 partidos se manteve, com 19 partidos sendo eleitos. Isso se reflete no NEP. A fragmentação cresceu a um patamar de 8,5, mesmo que nenhum partido novo tenha surgido. Contudo, a partir de 2002, não é apenas a mudança de forças dentro da Câmara que muda: cada vez mais partidos passam a conseguir representação. Em 2006, o Brasil chega a ter 21 siglas no Congresso. Com a decisão de inconstitucionalidade da cláusula de barreiras em 2006, e a decisão sobre a justa causa para perda de mandato, a tendência de fragmentação que começou em 1998 não se reverteu mais. Os partidos criados até então passaram a participar cada vez mais da divisão das cadeiras da Câmara.

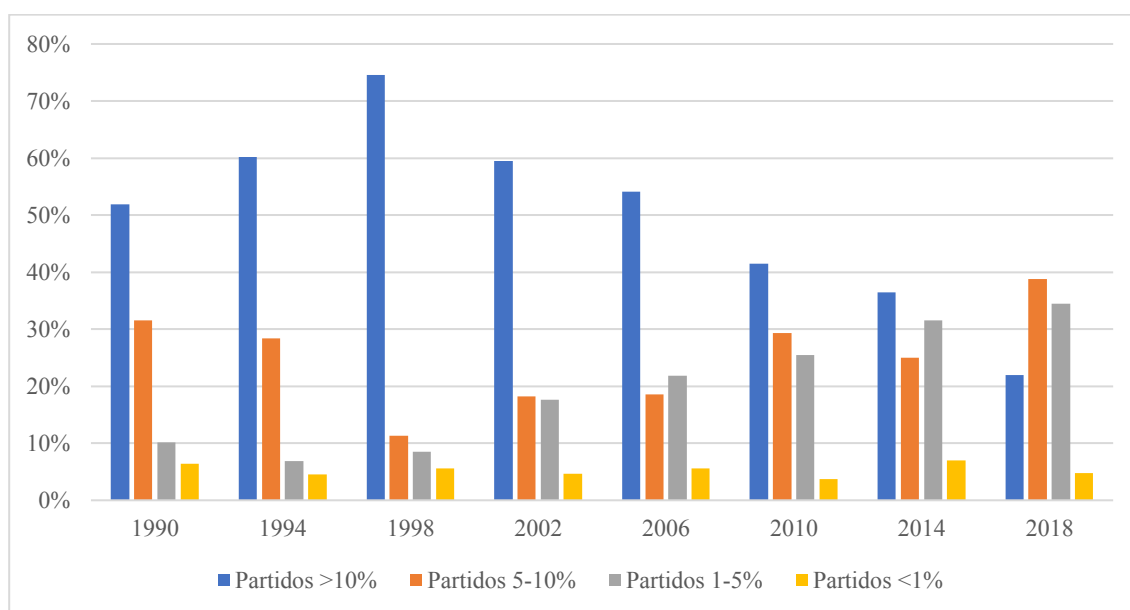
Em 2010, 27 partidos participaram da eleição, o que resultou no índice de mais de 10 partidos efetivos. Isso se relaciona com o volume crescente de recursos institucionais financeiros e sua maior distribuição entre todos os partidos. Soma-se a isso a regulação da punição de perda de mandato para a infidelidade partidária que excluía parlamentares ingressantes em novas legendas. O resultado desse emaranhado foi um aumento dos incentivos à criação de partidos com quadros recrutados de dentro do sistema partidário. Entre 2011 e 2014, seis partidos foram criados, sendo três deles com bancadas eleitas por outras siglas. Com essa representação e o aval dos tribunais, esses partidos tiveram direito aos recursos partidários



proporcionais, o que acabou tendo impacto direto na bancada eleita em 2014: 32 partidos participaram da eleição, 28 deles elegeram candidatos e o NEP chegou a históricos 13,3.

A criação de partidos parlamentares, especialmente a partir de 2014, tem um impacto mais direto na fragmentação, não apenas por serem dissidências, o que já havia antes (mas nasciam e se mantinham como eleitoralmente náticas), mas por, de fato, levarem representantes para novas legendas, e junto a eles, incentivos institucionais de partidos parlamentares. De maneira mais marcada, o número crescente de legendas se reproduzia em uma maior fragmentação do sistema partidário. Nesse processo, grandes partidos diminuíram de tamanho e novos partidos ganharam espaço. Essa discussão é importante ao compreender que não apenas foram criados partidos no Brasil, mas que tanto os grandes partidos quanto os novos e pequenos se tornaram médios.

Gráfico 21 - Porcentagem cumulativa de votação para a Câmara conforme o tamanho dos partidos (1990-2018)



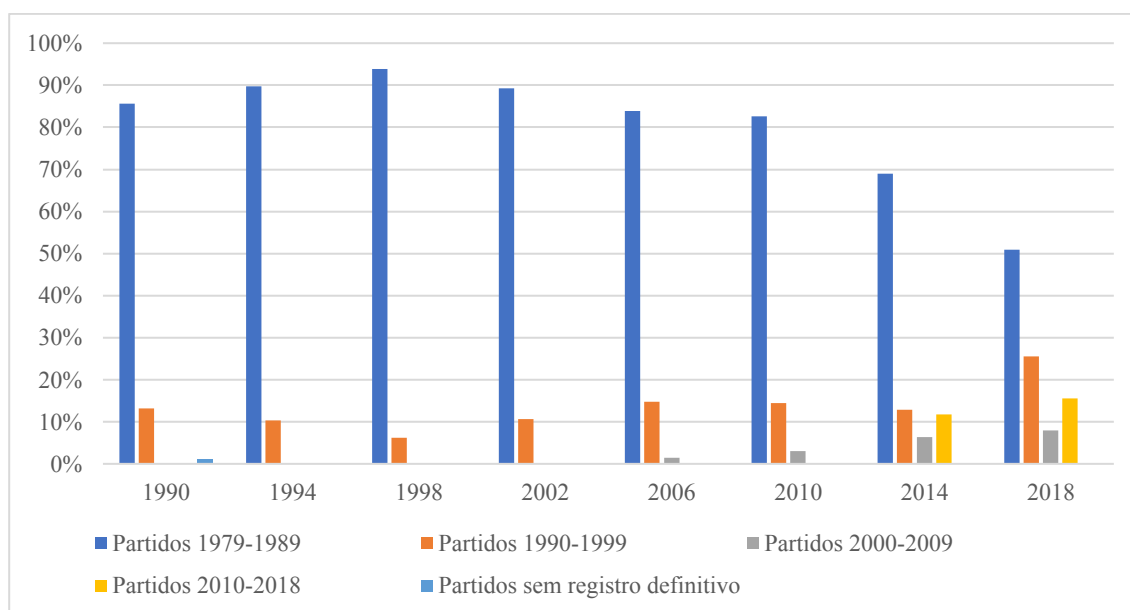
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( /s. d./) e dados do TSE.

O gráfico 21 mostra como até 2006, os grandes partidos (que conseguiam mais de 10% dos votos), concentravam boa parte da votação para a Câmara. A partir de 2002, os partidos médios (que conseguiam entre 5-10%) passaram a se multiplicar e angariar votos, bem como os pequenos (entre 1-5% de votos), passando a somatória dos grandes partidos. Em 2018, para se ter uma ideia, apenas dois partidos (PT e PSL) conseguiram mais de 10% de votos. Nesse pleito, para alcançar metade dos votos totais, seria preciso agrupar as votações de sete partidos.

As bancadas eleitas mostram que a fragmentação partidária no Brasil não está associada apenas à criação de partidos como um fenômeno apartado da dinâmica parlamentar. Em primeiro lugar, porque essa fragmentação está relacionada com as mudanças de tamanho dos partidos que já estão no parlamento. Em segundo lugar, porque esse fenômeno também ocorre pela criação de partidos que já estão com suas elites dentro da dinâmica política, e que têm a possibilidade de recrutar representantes já eleitos por outros partidos.

Os novos partidos também tiveram votações em 2014 e 2018 que chegaram a um quarto dos deputados, como se pode ver no gráfico 22. A configuração partidária na Câmara, tanto em função das eleições, mas atualmente, em função das migrações e novos partidos, também são essenciais para entender a fragmentação. Com bancadas tendo maiorias cada vez menores, a concentração de forças fica descentralizada em múltiplos atores, com poder de veto, o que dificulta a negociação e faz mais custosa as coalizões.

Gráfico 22 - Porcentagem cumulativa de votação para a Câmara conforme a data de registro do partido (1990-2018)



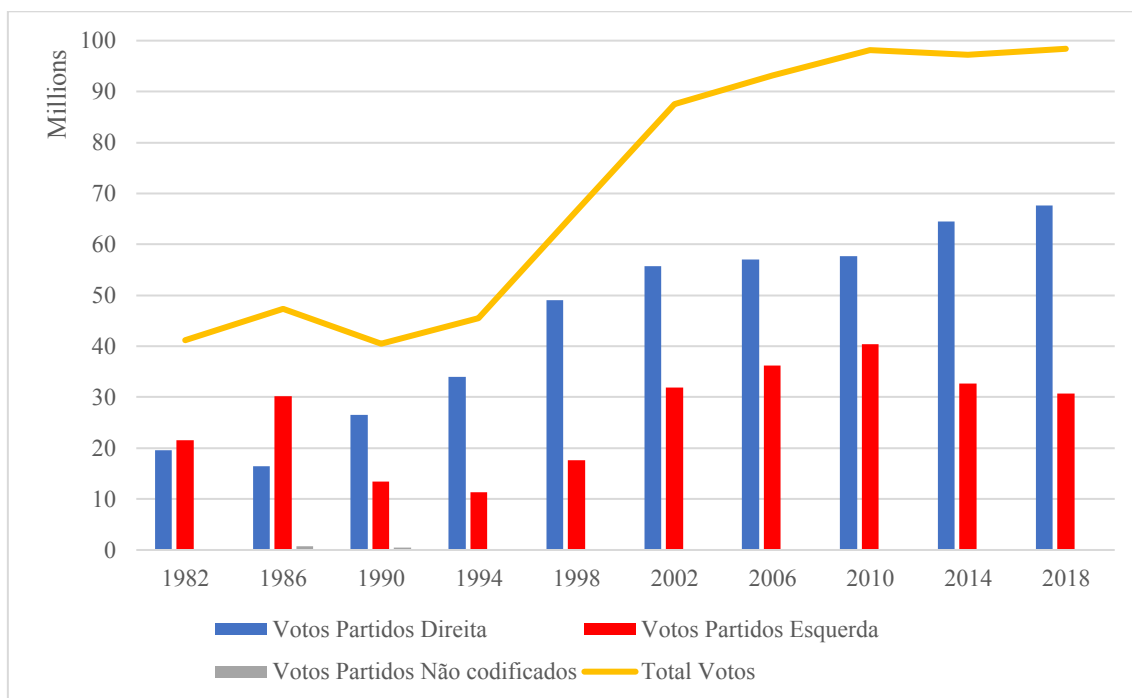
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau (*s. d.*) e dados do TSE.

Para os fins desta tese, argumento que a fragmentação crescente do sistema não é apenas reflexo da criação de novos partidos, mas parece somar-se à permissividade institucional e à flexibilidade da demanda partidária, para fomentar a criação de novas legendas. No entanto, essa fragmentação é assimétrica no mercado eleitoral quando dividido nos dois espectros ideológicos. Meu argumento aponta que isso faz com que os partidos criados em cada um desses lados – direita ou esquerda – avaliem a estrutura de oportunidades e constrangimentos de seus

segmentos de mercado, sinalizada pela fragmentação de cada lado do mercado, ou seja, seu nível de competitividade. Essa variação da concentração impõe custos e ganhos distintos para a formação de um novo partido. Conforme a perspectiva empregada nesta tese, mercados (ou submercados) eleitorais mais concentrados inibem a criação de partidos, enquanto mercados com maior dispersão de votos apresentam mais potencial para novos empreendimentos. Esse elemento é central para as decisões tomadas pelos dirigentes partidários, resultando em dinâmicas diferentes na criação de partidos à direita ou à esquerda do centro. Desse modo, ao justapor a concentração de votos entre os partidos de direita e de esquerda no sistema eleitoral, considerando a fragmentação, evidencia que o mercado eleitoral é consistentemente mais fragmentado à direita do que à esquerda, o que pode incentivar a criação de novas agremiações nessa faixa do espectro ideológico.

Em primeiro lugar, como um todo, as legendas de direita e centro-direita vêm recebendo uma porção maior de votos desde a redemocratização, ainda que a uma taxa menor de crescimento que a esquerda, até 2014. Nesse sentido, há um universo maior de votos em disputa nesse mercado. No entanto, durante a maior parte da análise, essa tendência diminuiu, em contradição com o aumento no número de partidos de direita. A esquerda aumentou sua fatia do eleitorado, mas foi a direita que aumentou em número de agremiações.

Gráfico 23 - Votações dos partidos de direita e dos de esquerda para a Câmara dos Deputados (1982-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( *l.s. d.*) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia.

**Nota explicativa:** Utilizo a classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) para diferenciar partidos de direita e de esquerda para abarcar as mudanças de classificação do PMDB e do PSDB ao longo do tempo. PMDB é classificado como esquerda entre 1982 e 1986, e como direita a partir de 1990. PSDB é classificado como esquerda em 1990, e direita a partir de 1994.

Do lado da esquerda, o PT foi capaz de absorver a maior parte do crescimento da votação nas últimas décadas. Como demonstra o quadro 6, o PT representa mais de 40% dos votos para a esquerda desde a eleição de 1994. Na direita e centro-direita, os votos estão concentrados em pelo menos quatro agremiações: PMDB/MDB (a partir de 1990), PFL/DEM, PDS/PPR/PPB/PP e PSDB (a partir de 1994). Mesmo assim, cada partido não chega à parcela maior que 25% da totalidade de votos na direita, e essa participação é decrescente ao longo do tempo. É possível perceber que a esquerda é concentrada nos votos do PT, enquanto na direita, não há um partido que domine a dimensão.

Quadro 6 - Porcentagem da votação para a Câmara dos Deputados dos principais partidos conforme o espectro ideológico (1982-2018)

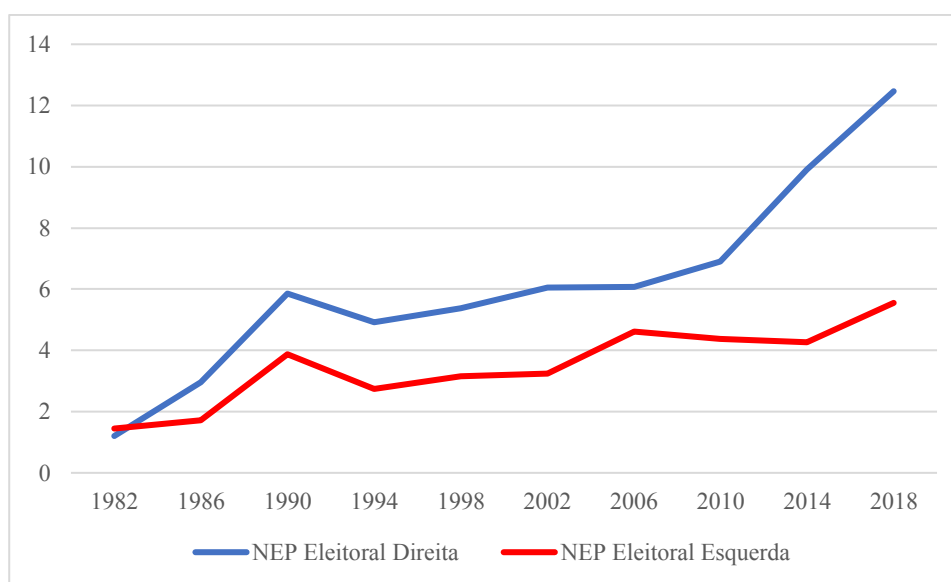
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PMDB			29,4%	27,0%	20,6%	21,0%	23,8%	22,0%	16,7%	8,0%
PFL		51,1%	18,9%	17,1%	23,5%	21,0%	17,9%	12,7%	6,3%	6,8%
PDS/PPR/PPB/PP	90,7%	22,8%	13,6%	12,3%	15,4%	12,3%	11,7%	12,5%	10,0%	8,1%
PSDB				18,6%	23,7%	22,4%	21,9%	19,5%	17,0%	8,6%
PTB	9,3%	12,9%	8,6%	7,0%	7,7%	7,3%	7,7%	7,1%	6,1%	3,0%
PSC		1,3%	1,3%	0,6%	0,9%	0,9%	3,1%	5,3%	3,9%	2,6%
PSL			0,1%	0,0%	0,4%	0,7%	0,4%	0,9%	1,3%	16,9%
PSD									9,2%	8,5%
PL/PR		8,1%	6,5%	4,7%	3,4%	6,8%	7,2%	12,8%	8,7%	7,7%
PRB							0,4%	3,1%	6,9%	7,4%
<b>Votação total direita</b>	<b>19.604.793</b>	<b>16.401.649</b>	<b>26.566.843</b>	<b>34.045.563</b>	<b>48.989.195</b>	<b>55.711.652</b>	<b>57.028.574</b>	<b>57.714.822</b>	<b>64.549.195</b>	<b>67.630.542</b>
PT	6,8%	10,8%	30,7%	52,3%	49,9%	50,5%	38,7%	40,9%	41,4%	32,9%
PDT	11,1%	10,2%	30,2%	28,4%	21,4%	14,1%	13,4%	12,0%	10,6%	14,8%
PSB		1,5%	5,6%	8,5%	12,9%	14,5%	15,8%	17,0%	19,2%	17,6%
PCdoB		1,0%	2,6%	4,9%	4,9%	6,2%	5,5%	6,8%	5,8%	4,3%
PV				0,7%	1,7%	3,7%	9,3%	9,2%	6,1%	5,2%
PPS		1,4%	2,9%	2,3%	5,0%	8,4%	10,0%	6,3%	6,0%	5,2%
PSOL							3,0%	2,8%	5,3%	9,0%
PMDB	82,1%	75,0%								
PSDB			26,1%							
<b>Votação total esquerda</b>	<b>21.520.215</b>	<b>30.183.209</b>	<b>13.458.192</b>	<b>11.402.181</b>	<b>17.610.882</b>	<b>31.838.271</b>	<b>36.156.113</b>	<b>40.405.804</b>	<b>32.713.966</b>	<b>30.772.502</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( *l.s. d.*) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia.

**Nota explicativa:** PMDB é classificado como esquerda entre 1982 e 1986, e como direita a partir de 1990. PSDB é classificado como esquerda em 1990, e direita a partir de 1994, seguindo Power e Rodrigues-Silveira (2019).

O mercado político da esquerda é um monopólio centrado no PT, seguido por partidos como o PDT e PSB, enquanto na direita, a fragmentação é maior, com mais partidos conseguindo alcançar votações mais consistentes. Isso fica claro quando apresento o NEP dividido entre os partidos de direita e entre os partidos de esquerda, no gráfico 24.

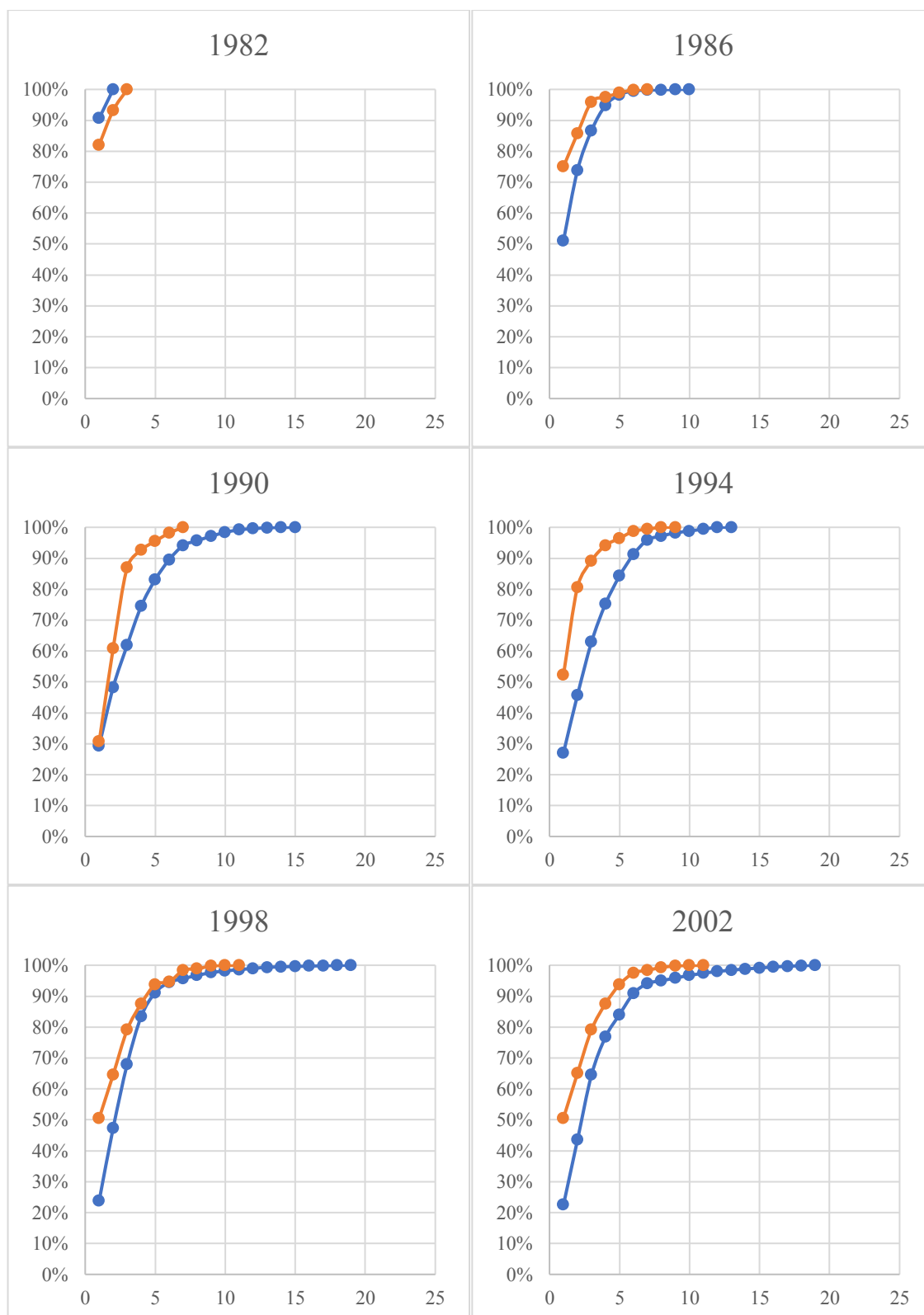
Gráfico 24 - Número Efetivo Partidos na Direita e na Esquerda (1982-2018)

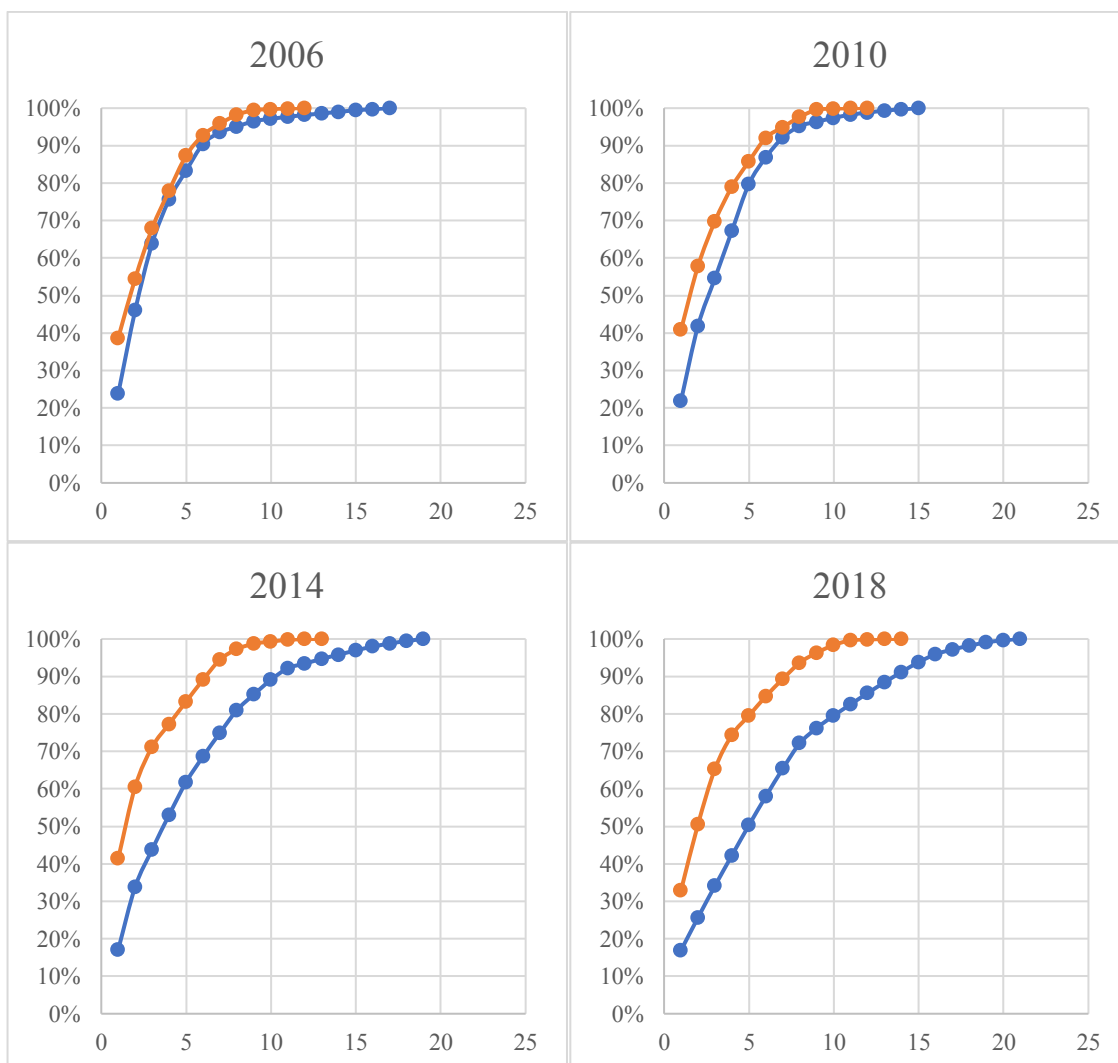


Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( [s. d.] ) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia.

Para detalhar o distinto perfil competitivo dos submercados eleitorais, o gráfico 25 mostra ainda as curvas de concentração dos partidos de esquerda e de direita ao longo das 10 eleições de 1982 a 2018, combinando informações sobre o número de partidos em cada uma das dimensões e o tamanho eleitoral de cada um. Os partidos foram classificados pela porcentagem de votos que receberam para a Câmara dos Deputados, possibilitando calcular o seu *market-share*, dando continuidade à analogia entre partidos e firmas. As curvaturas no gráfico indicam o nível de competição nos dois mercados. Competição perfeita seria indicada na identidade plena entre acréscimos marginais no número de partidos e acréscimos marginais no *market-share* cumulativo. Um monopólio demonstraria a curvatura máxima, em que o primeiro partido chega a 100% do mercado eleitoral e os demais não possuem nenhuma fatia. Entre esses dois tipos, a competitividade e concentração de mercados podem ser comparadas pela proximidade de suas curvas a esses dois extremos.

Gráfico 25 - Curvas de concentração dos votos para Câmara dos Deputados (1982-2018)





Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ([s. d.]) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia.

A curva laranja mostra o *market-share* cumulativo correspondente ao submercado da esquerda e a curva azul apresenta a mesma medida para a direita. De modo geral, a curva da esquerda revela uma maior concentração em todas as eleições, demonstrada por sua curvatura mais acentuada. Ainda assim, entre 1998 e 2006, há uma sutil aproximação das curvaturas da direita e da esquerda, o que é revertido a partir de 2010. Na eleição de 1994, por exemplo, os três maiores partidos da esquerda (PT, PDT e PSB), concentravam 91% do mercado. Na direita, seis partidos juntos alcançam 90% (PMDB, PSDB, PFL, PPR, PP e PTB). Na eleição de 2006, 5 partidos da esquerda concentram 90% dos votos enquanto o número na direita se mantém em 6. Em contrapartida, o PT aumenta a sua dominância passando de 31% para 40% do mercado à esquerda. Em 2014, à esquerda, 6 partidos alcançam os 90% de *market-share*, enquanto à direita, 11. Nessa mesma eleição, o PT se manteve acima dos 40%. Por si só, os números de concentração de *market-share* do PT já indicam um monopólio mais assimétrico à esquerda do



espectro, o que é exacerbado pela maior concentração geral desse submercado, em comparação ao da direita. Isso ajuda a evidenciar que a estrutura concentrada ou fragmentada do mercado eleitoral incentiva a criação de partidos de uma maneira assimétrica. O mercado eleitoral mais concentrado à esquerda inibe a criação de novos partidos. Os partidos à direita do centro, por outro lado, se fragmentam mais respondendo a potenciais oportunidades, dando origem a mais partidos desse mesmo espectro, especialmente a partir de cisões de outras legendas já consolidadas no sistema.

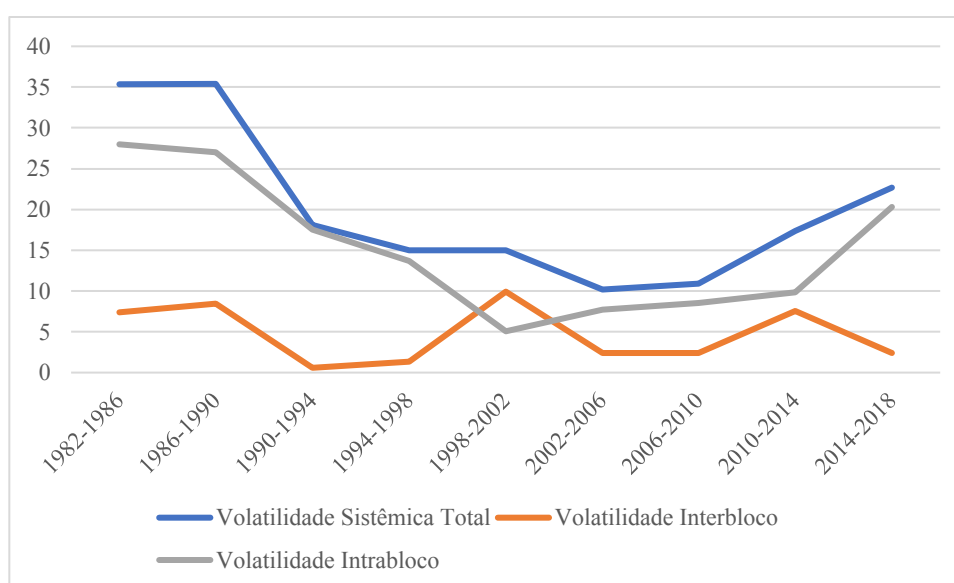
Como já argumentado, essa perspectiva admite um componente cíclico. A teoria integrada que apresento aqui defende que os níveis de concentração/fragmentação dos votos em partidos à direita e à esquerda do mercado eleitoral ajuda a estruturar a decisão para a criação de novos partidos. Sem dúvida, o aumento no número de partidos, combinado com o sucesso eleitoral, está associado à fragmentação do sistema, especialmente à direita. Mesmo considerando a dificuldade em isolar esses dois fenômenos, argumento que a fragmentação é o mecanismo que reproduz o ciclo, já que a perspectiva de sucesso dos novos partidos de direita é um incentivo para que elites partidárias decidam empreender. A fragmentação não é apenas o resultado da criação de novos partidos – até porque, como vimos há pouco, ao longo da redemocratização, houve momentos nos quais esses processos não foram paralelos – mas, principalmente, estrutura incentivos ao sinalizar a competitividade do sistema partidário.

Por fim, a fidelidade dos eleitores também pode afetar as potencialidades dos segmentos para o sucesso de novas legendas. Para evidenciar isso, utilizo a medida de volatilidade eleitoral, índice que sintetiza o quanto a distribuição de votos entre partidos oscila de uma eleição para outra. Esse índice é largamente utilizado na literatura como um indicador da estabilidade da competição partidária e, assim, do grau de institucionalização dos sistemas partidários (BARTOLINI; MAIR, 2007; DALTON; WATTENBERG, 2002; MAINWARING, 2002; MAINWARING; SCULLY, 1995; PERES, 2005, 2013). A instabilidade eleitoral é interpretada como evidência da fragilidade do sistema partidário, que impacta diretamente na consolidação de democracias, como a brasileira. Para os fins desta tese, essa volatilidade busca capturar as tendências do eleitorado ao mudar seu voto de entre eleições. De maneira complementar às medidas de identificação partidária e de concentração eleitoral, esse índice permite refletir e comparar a rigidez do eleitorado de direita e esquerda no tempo.

A percepção da volatilidade como o reflexo dos movimentos de oscilação do mercado eleitoral, seguindo a perspectiva de Peres (2005, 2013), vai ao encontro com a perspectiva da teoria integrativa aqui apresentada. Assim, o primeiro passo da análise consiste em calcular a

volatilidade para todo o sistema partidário, a volatilidade eleitoral sistêmica, a partir do índice proposto por Pedersen (1979). O cálculo é o resultado da soma das diferenças absolutas entre as porcentagens dos votos recebidos pelos partidos em cada par de eleições, dividido por dois. O índice de volatilidade sistêmica total pode servir como uma *proxy* para medir o quanto o mercado, dado seu nível de fragmentação, seria mais ou menos aberto e competitivo. Níveis elevados de volatilidade indicam que o eleitorado flutua mais entre os partidos. No Brasil, esse índice, apresentado em azul no gráfico 26, cai ao longo da redemocratização, chegando próximo aos patamares internacionais. A partir do par de eleições 2006-2010, no entanto, esse índice sobe, indicando que os eleitores se tornaram mais propensos a mudar de partido entre eleições.

Gráfico 26 - Volatilidade eleitoral no Brasil (1982-2018)



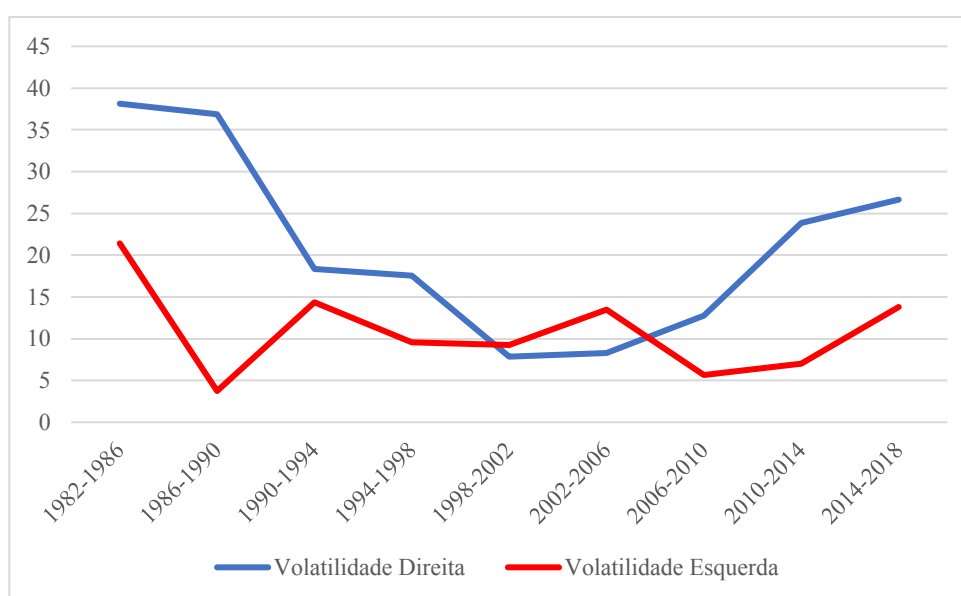
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( [s. d.] ) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia.

**Nota explicativa:** Para calcular as volatilidades Interbloco e Intrabloco, manteve PMDB e PSDB no bloco à direita durante todo o período analisado. Essa escolha se difere do que foi apresentado quanto ao NEP, no qual o PMDB se manteve na esquerda até 1990, e o PSDB, até 1994, para evitar distorção no cálculo da volatilidade eleitoral. Se fosse considerada a mudança do PMDB e do PSDB entre os blocos ideológicos, as suas saídas e entradas em cada bloco alterariam artificialmente a distribuição de votos entre eleições.

O segundo passo é o cálculo da volatilidade agregada dos partidos entre os blocos de direita e de esquerda. Essa volatilidade interbloco (em laranja, no gráfico 26) mostra que há uma certa estabilidade na demanda eleitoral em termos ideológicos. Os dados demonstram que a instabilidade eleitoral declina substancialmente quando os partidos estão agrupados de acordo com suas ideologias, o que significa que são poucos os eleitores que oscilam entre os blocos. Desse modo, cada bloco ideológico parece delimitar segmentos de mercado com dinâmicas de competição majoritariamente endógenas. Como ilustrado no gráfico 26, esse índice ficou

abaixo de 1 ponto entre as eleições de 1990 e 1994, permanecendo abaixo de 10 pontos durante quase todo o período analisado. O índice esteve abaixo dos demais exceto entre as eleições de 1998 e 2002, em que houve uma migração anormal de 9% de votos da direita para a esquerda. Isso demonstra que a maior parte da volatilidade eleitoral da redemocratização é decorrente das mudanças de votos entre partidos dentro do mesmo bloco ideológico, indicando uma competição mais acirrada dentro de cada “família ideológica”. Essa volatilidade intrabloco (em cinza, no gráfico 26) corresponde à diferença entre a volatilidade sistêmica total e a volatilidade interbloco (ideológica) (PERES, 2005).

Gráfico 27 - Volatilidade eleitoral conforme blocos ideológicos de direita e de esquerda (1982-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( *l.s. d.*) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia.

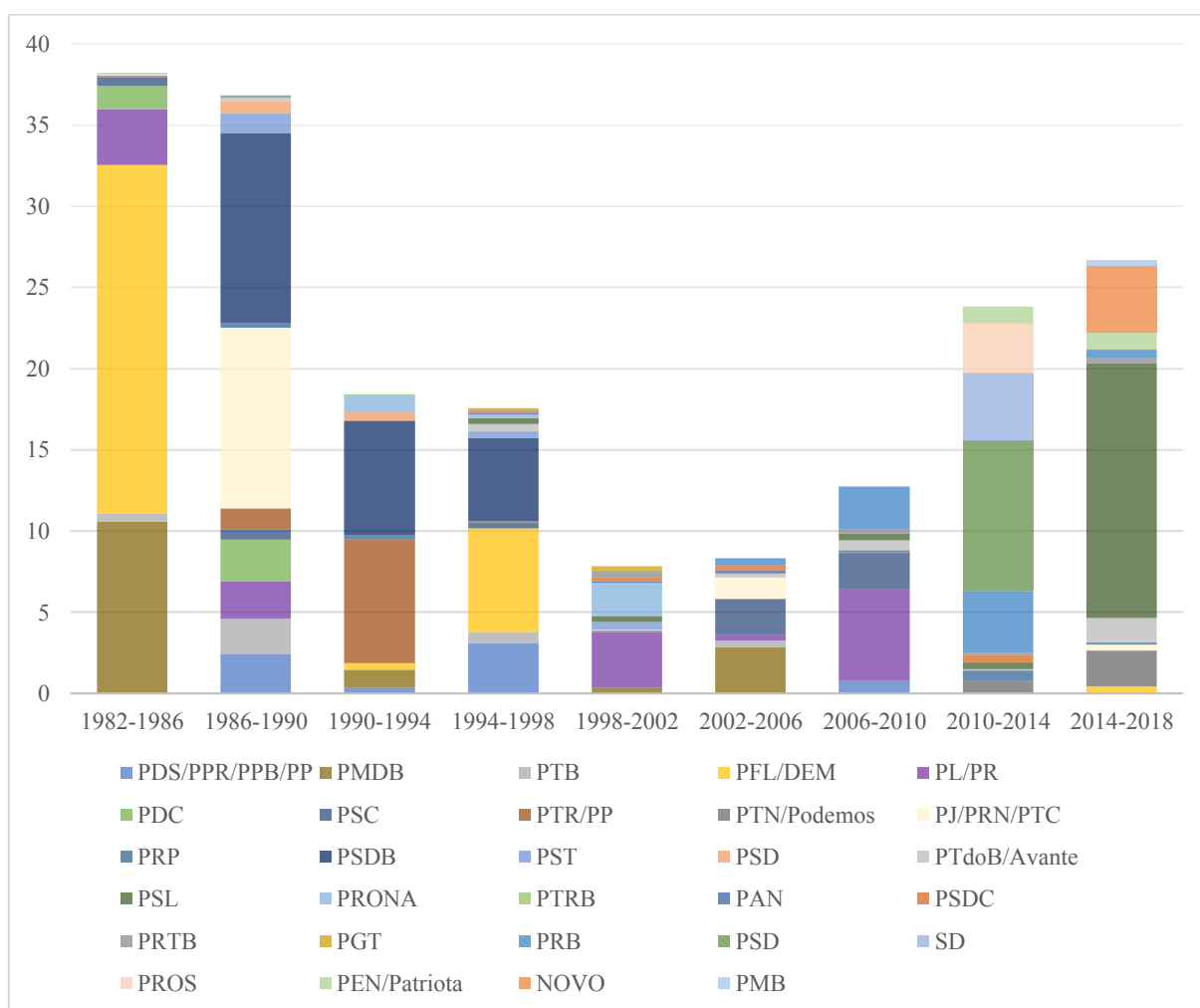
**Nota explicativa:** Para calcular as volatilidades dos blocos de direita e esquerda, mantive PMDB e PSDB no bloco à direita durante todo o período analisado.

A volatilidade intrabloco permite a comparação dos segmentos de mercado da direita e da esquerda. Para os objetivos desta tese, é preciso, desta forma, analisar se os dois blocos são igualmente voláteis internamente, o que sinalizaria para as elites políticas uma maior flexibilidade do eleitorado e maiores chances de sucesso para novos partidos. Conforme o gráfico 27, o bloco da direita é, no geral, mais volátil que o da esquerda, o que significa que há uma maior disponibilidade de eleitores cujo voto oscila entre partidos diferentes dentro desta “família ideológica” de uma eleição para outra. Isso ajuda a evidenciar que a demanda desse segmento de mercado parece mais aberta, com exceção dos pares de eleições 1998-2002 e 2006-

2010, nos quais, vale notar, houve uma variação importante de votos saindo dos partidos de direita e indo para os de esquerda. Por sua vez, a volatilidade eleitoral dos partidos de esquerda permanece abaixo dos 15 pontos a partir do par de eleições 1986-1990, sendo mais alta que na direita apenas nas duas ocasiões citadas.

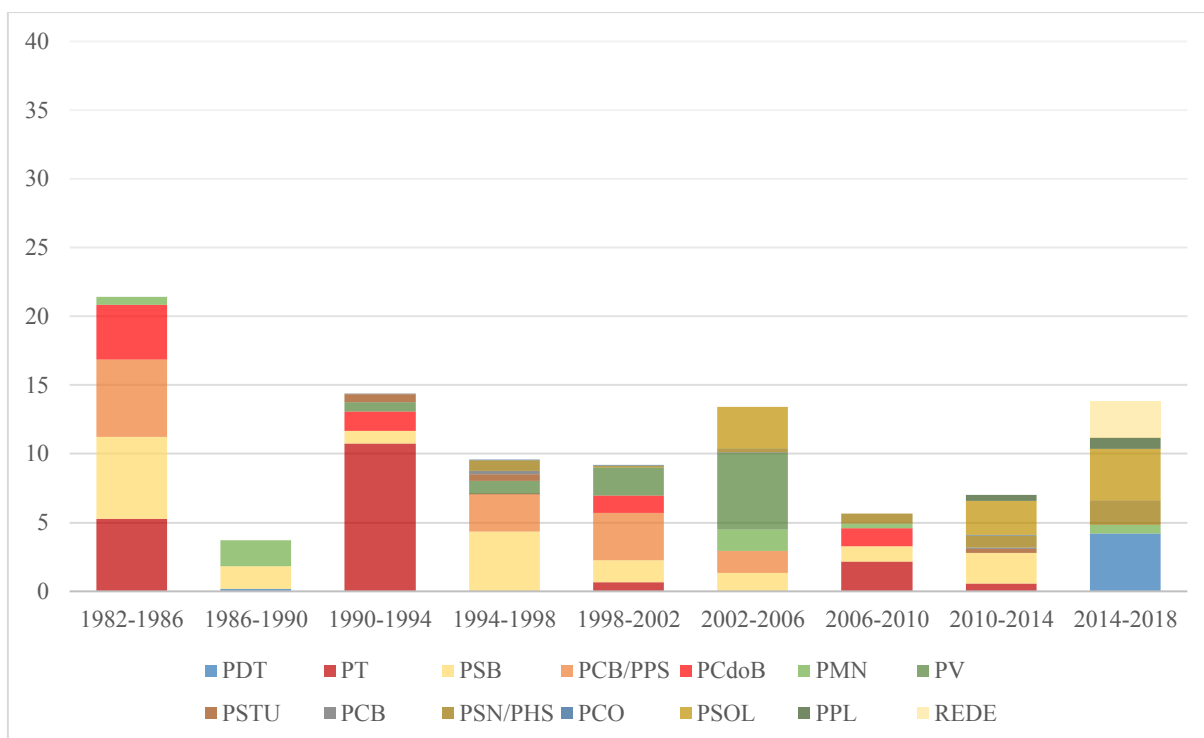
Ao destrinchar o perfil da volatilidade, considerando apenas os ganhos, é possível perceber uma maior pulverização da migração de votos entre partidos na direita. Nas primeiras eleições, fica claro o ganho de votos pelo PFL, PSDB e PRN. O PSDB continua ganhando e concentrando votos nas eleições em que seu candidato à presidência, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito em primeiro turno. A partir do par de eleições 1998-2002, no entanto, os ganhos de votos entre os partidos parece mais fragmentado, sendo que partidos novos, como PSC, PSD, SD, PROS, PSL e NOVO, progressivamente aumentam seu saldo de votos, como é possível verificar no gráfico 28.

Gráfico 28 - Volatilidade eleitoral – Partidos de direita (1982-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( *l.s. d.*) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia, considerando o PMDB e o PSDB à direita durante todo o período.

Gráfico 29 - Volatilidade eleitoral – Partidos de esquerda (1982-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nicolau ( *l.s. d./*) e na classificação de Power e Rodrigues-Silveira (2019) quanto à ideologia, considerando o PMDB e o PSDB à direita durante todo o período.

Na esquerda, por seu turno, partidos que possuem maior concentração de voto também tenderam a concentrar os ganhos da oscilação de votos entre as eleições. O maior destaque fica para o PT e o PSB. A principal exceção é o par de eleições 2002-2006, em que o PV e o PSOL obtiveram ganhos mais expressivos, esse último aumentando seus ganhos nas eleições subsequentes. Nos pares de eleições 1994-1998 e 1998-2002, o PPS também obteve ganhos expressivos no contexto das campanhas presidenciais de Ciro Gomes, candidato que também impulsionou os ganhos do PDT em 2018. Desse modo, especialmente entre 1990 e 2014, a volatilidade eleitoral da esquerda, além de menor que na direita, parece haver reproduzido o padrão de concentração desse segmento de mercado.

Meu intuito com a análise da volatilidade eleitoral foi apresentar esse indicador como uma forma de avaliar a flexibilidade do mercado na direita e na esquerda, de maneira dinâmica no tempo. Assim, foi possível verificar que a direita é um segmento de mercado mais volátil do que a esquerda, e com isso, interpretar que os eleitores dos partidos de direita estão menos presos a marcas partidárias e se, mesmo que fiéis à ideologia, estão dispostos a votar em novos partidos. Isso corrobora os dados de identificação partidária discutidos na seção anterior, ao demonstrar a tendência do eleitorado de direita a não concentrar seu partidarismo em um

partido, como é o caso da esquerda. Esse dado, junto à maior concentração da esquerda e fragmentação da direita demonstram a existência de um segmento de mercado mais aberto à competição no segundo caso. A perspectiva de sucesso eleitoral entre novos partidos de direita, dada a incapacidade de quaisquer partidos dominarem esse segmento, mantém maior espaço para que elites políticas vislumbrem maiores ganhos com a criação de novas legendas. Em um contexto institucional permissivo, a estrutura assimétrica do mercado eleitoral descrita nessa seção exacerba os prospectos de benefícios que elites políticas na direita podem auferir da criação de novas legendas e constrange tais prospectos na esquerda.

Conforme já abordado, essa estrutura do mercado não pode ser tomada como a variável causal para a criação dos partidos, porque apenas oferece incentivos e constrangimentos – assimétricos em relação à direita e à esquerda – para a decisão tomada pelas elites partidárias. O processo decisório depende ainda de aspectos conjunturais que envolvem interesses e disputas entre as lideranças partidárias. Esse aspecto é tratado no próximo capítulo.

#### 4 AS ELITES PARTIDÁRIAS NA CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS

O último capítulo desta tese tem como objetivo traçar a racionalidade da criação dos novos partidos no Brasil, frente aos constrangimentos estruturais discutidos, a partir da visão da elite partidária que fundou as legendas a partir de 1990. Conforme foi tratado ao longo da tese, a estrutura do mercado eleitoral é essencial para a decisão na criação de um novo partido, ao oferecer os incentivos e constrangimentos assimétricos para esquerda e direita. Porém, esse processo decisório depende, em última instância, dos interesses das lideranças partidárias, sejam esses de natureza pragmática ou ideológica. Esse aspecto contingente é o que efetiva a construção de um novo partido: mesmo que existam condições permissivas, dadas pelas instituições, e condições favoráveis, dadas pelo mercado, se não houver interesse das elites para a criação de uma legenda, isso não sairá do papel. Da mesma forma, mesmo que haja interesse, o novo partido pode não ser bem-sucedido, caso a estrutura de oportunidades para a sua entrada não seja oportuna.

Ao longo dos capítulos anteriores, a análise ficou voltada para os partidos dentro do sistema e suas posições relativas eleitorais e ideológicas. Neste capítulo, proponho uma análise mais detida às próprias organizações. Como argumento ao longo da tese, a criação de partidos no Brasil não é só reflexo das instituições eleitorais e partidárias, como também não depende apenas de clivagens ou mudanças de preferências da população em relação aos partidos. Esse fenômeno é multicausal e esses dois elementos são os componentes essenciais do cálculo estratégico das elites partidárias de direita e de esquerda. Ainda assim, criar um partido é uma decisão crítica para as lideranças de grupos políticos (STRØM; MÜLLER, 1999). Nestas elites é que me enfoco para a análise aqui proposta.

Por meio de entrevistas com os presidentes fundadores dos partidos políticos criados entre 1990, busco explicar por que a decisão de criar partidos se efetiva mais na direita que na esquerda. Desse modo, nas entrevistas, tive como objetivo mapear os interesses conjunturais que levaram essas lideranças a criar partidos, para aferir a hipótese de que partidos reagem frente à estrutura do mercado partidário. Dois padrões de reação foram observados a partir das entrevistas por meio de duas lógicas de criação de legendas. Na primeira lógica estão agrupadas legendas criadas por questões predominantemente ideológicas, ou seja, a oferta de uma agenda específica se mostra como lógica pela qual os atores racionalizam a fundação de um novo partido. A segunda lógica agrupa partidos criados motivados de maneira mais pragmática por rearranjo de forças dentro de partidos já consolidados no sistema. A primeira, chamo de ideológica, e a segunda, de pragmática.

Cada uma dessas lógicas oferece um modo diferente de racionalização dos incentivos e constrangimentos do mercado eleitoral. A lógica ideológica responderia à identificação de nichos específicos carentes de representação. Tal identificação poderia responder à demanda pelo surgimento de grupos específicos ou à oferta pela identificação de lacunas espaciais no espectro político-ideológico. Portanto, o mercado eleitoral consolidado no voto atuaria de maneira secundária nessa lógica, como um sinalizador de um eventual descompasso entre partidos e nichos eleitorais que sua agenda poderia cobrir.

Na lógica pragmática, centrada no rearranjo de forças políticas em busca de maior poder, as estruturas relativas do mercado eleitoral na direita e na esquerda teriam uma atuação mais direta. Isso porque, em grande maioria, essas novas legendas criadas por cisões de partidos apresentam mudanças de agenda bastante sutis em relação aos partidos originários. Em vez de motivar-se por diferenciar-se ideologicamente, essas legendas disputam o mesmo nicho eleitoral em que se originam. Essa opção das lideranças políticas de disputar um mesmo eleitorado por meio de um novo partido, em vez de sua legenda originária, é mais bem explicada pela permissividade que o mercado eleitoral exacerba na direita e reduz na esquerda, dada suas estruturas de competição.

Como tratado no capítulo anterior, e evidenciado na genealogia dos partidos, a maioria dos novos partidos tem origem dentro do jogo político, sendo portanto, essa a principal lógica de criação de novas legendas no sistema. É importante notar que essas duas lógicas, ainda que derivadas da pesquisa empírica, estão calcadas na literatura. Mair e Mudde (1998) destacam famílias de partidos devem ser classificadas simultaneamente a partir de sua origem e sua ideologia<sup>64</sup>. Lucardie (2000) aponta três tipos de novos partidos: os proféticos, que baseiam sua atuação em novas ideologias; os purificadores, que buscam renovar ideologias diluídas por partidos estabelecidos; e os prolocutores, que passam a representar interesses negligenciados em uma estrutura política oportuna. Krouwel e Lucardie (2008), por sua vez, apresentam tipos de novos partidos, suas formas de origem e suas motivações. Aos tipos, adicionam partidos desafiantes – que buscam remodelar as ideologias dos partidos antigos – e legendas idiossincráticas – que refletem as inclinações pessoais dos fundadores – à tipologia proposta por Lucardie (2000). Segundo eles, são quatro as possibilidades de motivação: ideológica, de ambição pessoal, de considerações estratégicas e por altruísmo social. Meu foco, porém, é na questão ideológica, argumentando que independentemente do quão proeminente seja o

---

<sup>64</sup> Os autores apontam que a literatura também utiliza duas outras abordagens para a classificação de famílias partidárias: a que foca nas conexões institucionais, e aquela que analisa a nomenclatura do partido.



posicionamento ideológico, ele acaba por balizar o cálculo político das elites por meio do mercado eleitoral. A ideologia é um aspecto essencial na criação de partidos, mesmo para os partidos de lógica mais pragmática, isso porque são criados num espaço político delimitado, normalmente próximo de suas legendas de origem.

A reconstituição da racionalidade subjacente à criação de partidos por meio dessas duas lógicas típicas ajuda a entender o problema de pesquisa proposto por esta tese sobre os motivos pelos quais mais partidos de direita sejam criados do que de esquerda no Brasil. Para entender os interesses conjunturais dos fundadores dos novos partidos, entrei em contato com 25 presidentes fundadores de partidos políticos com o intuito de entrevistá-los. Meu interesse era o de elucidar como a estrutura do mercado eleitoral – considerando as dinâmicas de oferta e demanda –, da forma exposta até aqui nesta tese, fez parte do cálculo para a criação do partido. Assim, estruturei o questionário de forma a compreender o processo decisório na criação dos partidos, abordando três eixos: o primeiro efetivamente sobre a criação dos partidos, se eram dissidências e como foi a burocracia do registro definitivo; o segundo, sobre ideologia, para validar o posicionamento conforme discutido no capítulo 2; e o terceiro, sobre a competição eleitoral ao longo de suas trajetórias. O questionário base está disponível no apêndice 2. No quadro 7, estão dispostas as informações sobre as entrevistas realizadas e as datas. Realizei as entrevistas por telefone, e-mail, chamada de vídeo e pessoalmente, quando possível.

Quadro 7 - Os entrevistados

<b>SIGLA</b>	<b>Presidente na fundação</b>	<b>Alternativa</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>
<b>PHS</b>	Philippe Guedon		08/mai	e-mail e telefone
<b>PATRI</b>	Adilson Barroso		22/mai	pessoalmente
<b>NOVO</b>	João Amoedo		19/jun	chamada de vídeo
<b>PROS</b>	Eurípedes de Macedo Jr	Anônimo	04/jun	pessoalmente
<b>PPL</b>	Sérgio Rubens Torres		15/ago	pessoalmente
<b>PSD</b>	Gilberto Kassab		15/ago	e-mail
<b>DC</b>	José Maria Eymael		30/ago	pessoalmente
<b>PMB</b>	Suêd Haidar Nogueira		05/set	telefone
<b>PRP</b>	Ademar de Barros Filho	Ovasco Resende	05/set	áudio
<b>PV</b>	Alfredo Sirkis	José França Penna	11/set	pessoalmente
<b>PPS</b>	Roberto Freire		12/set	pessoalmente
<b>PSTU</b>	Ernesto Gradella Neto		12/set	telefone
<b>PRB</b>	Vitor Paulo dos Santos		17/set	pessoalmente
<b>PR</b>	Sérgio Victor Tamer		18/set	e-mail e telefone
<b>PODE</b>	Dorival Masci de Abreu	Renata Abreu	18/set	pessoalmente
<b>REDE</b>	José Gustavo Barbosa		20/set	telefone

<b>SD</b>	Paulo Pereira da Silva		25/set	pessoalmente
<b>PSL</b>	Luciano Bivar		01/out	áudio
<b>PSC</b>	Vitor Nólseis	Marcondes Gadelha	03/out	telefone
<b>PSOL</b>	Heloísa Helena		30/out	telefone
<b>PMN</b>	Celso Brant	Antônio Massarollo	30/out	telefone
<b>PTC</b>	Daniel Tourinho	Fernando Collor de Mello	08/mai	chamada de vídeo
<b>PCO</b>	Rui Costa Pimenta			sem resposta
<b>AVANTE</b>	Caetano Matanó Jr.	Luis Tibé		sem resposta
<b>PRTB</b>	José Levy Fidelix			sem resposta

Fontes: Elaboração própria.

Infelizmente, não consegui entrevistar todos os fundadores dos 25 partidos: alguns já haviam falecido (como Dirceu Ovasco Resende, do PRP, do Dorival de Abreu, do PNT/Podemos, e Celso Brandt, do PMN), outros não houve como contatar (como Victor Nólseis, do PSC, Eurípedes de Macedo, do PROS, e Caetano Matanó, do PTdoB/Avante), ainda outros não responderam às sucessivas tentativas (Daniel Tourinho, do PTC, Rui Costa Pimenta, do PCO, e Levy Fidelix, do PRTB). Desse modo foi necessário realizar entrevistas com lideranças que não foram presidentes fundadores das legendas, conforme o critério original. Conforme detalhado no quadro 7, em seu lugar foram realizadas entrevistas com outros dirigentes partidários que participaram do processo de formação dos partidos, ou que hoje são os seus presidentes, considerando sua disponibilidade no período de trabalho de campo em Brasília (entre abril e outubro de 2019). Ao longo do capítulo, busco justificar essas escolhas e analisar materiais secundários para subsidiar a análise. Apesar de modificar os critérios originais, essa foi uma alternativa importante para tentar mapear o processo de criação do maior número de agremiações possível, o que dou continuidade na seção seguinte.

Assim, a próxima seção busca, por meio das duas lógicas apresentadas aqui reconstruir a racionalidade das lideranças políticas para a criação de novas legendas. Além dessas duas lógicas de criação discutidas até aqui, uma terceira se apresenta, considerando dois partidos que não são propriamente novos, são herdeiros de legendas dos sistemas políticos progressos, mas que obtiveram registro dentro do recorte temporal da análise. A ideia é utilizar essas abstrações como formas de organizar o material empírico de modo a permitir um diálogo mais sistemático. Desse modo, ao passo que a primeira seção busca representar de maneira mais fiel as narrativas das próprias lideranças políticas em suas contingências específicas, a segunda seção oferece a discussão sobre os padrões que surgem desses casos sob a luz do quadro analítico apresentado ao longo desta tese.

## 4.1 LÓGICAS DE CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS: A VISÃO DAS ELITES PARTIDÁRIAS

As trajetórias dos partidos políticos, à luz das entrevistas com dirigentes e presidentes fundadores dos novos partidos no Brasil desde 1990, permitem observar três lógicas predominantes para suas origens. Além da criação por reorganização de forças e por motivações ideológicas, conforme já discutido, há legendas herdeiras de partidos dos regimes anteriores, que não que não tiveram força inicial para entrar no sistema junto com os partidos que chamo de formadores do sistema. Essas legendas têm menor relevância para o problema de pesquisa da tese, já que sua lógica de criação remete a um período anterior ao da análise. De todo modo, para manter a fidelidade do recorte original, analiso essas legendas antes de discutir as outras duas lógicas predominantes. Ao longo das próximas subseções, apresento a trajetória de cada partido, conforme a visão de suas elites e suas motivações.

### 4.1.1 Partidos de Herança

A primeira lógica de criação que pode ser destacada, de herança partidária, se molda ao conjunto de dois dos partidos mais antigos, PPS e PSC. Ambos se apresentam como forças políticas que foram alijadas do poder durante os períodos anteriores, mas que não conseguiram o registro definitivo na “primeira leva” de partidos criados após a Lei Falcão. A herança do PPS vem, de acordo com Roberto Freire, do Partido Comunista criado em 1922 e legalizado pela EC n. 25/1985:

O PPS surge como sucessor do PCB a partir de toda uma avaliação que o partido vinha fazendo, da crítica que já fazia há algum tempo da questão do socialismo real, da ausência da questão democrática. Nós éramos talvez o partido mais gorbacheviano que existia no movimento comunista internacional, que era defensor da reforma do regime, da Perestroika, Glasnost, mudança econômica e transparência na política, uma tentativa de democratização. E nós tínhamos sido, até por definições anteriores, o único partido de esquerda construído no Brasil. Partido comunista que não enveredou para o processo de luta armada, ao contrário, defesa da democracia, fomos fundadores do MDB Brasil afora. Eu era da juventude, entrei e fundei o MDB lá em Pernambuco, pela luta democrática, porque a visão tinha já começado a mudar. Então era um momento de grande debate por conta da nossa iminente derrota, [...] o fim da União Soviética mostrou que aquele projeto não tinha mais futuro. [...] Com o fim da experiência do socialismo real, se impunha se quiséssemos continuar como uma organização, fazer a mudança. E isso foi preparado em um congresso anterior do partido que mudou algumas questões como por exemplo acabar com o centralismo democrático, criar internamente no PCB algumas práticas mais de transparência, de respeito à diversidade, a um certo pluralismo interno. [...] hoje nós estamos muito distantes do que éramos como partido comunista. É apenas a origem, mas

não tem mais nada a ver. Mas ainda traz essa identidade, no mundo político [...] A política mudou, porque o mundo mudou (informação verbal)<sup>65</sup>.

O PSC, por outro lado, é herdeiro de uma tentativa de dissidência da Arena, o Partido Democrático Republicano, idealizado por Pedro Aleixo<sup>66</sup>. O PDR não conseguiu o registro na década de 1970 e só obteve o registro provisório em 1981. Na organização do partido estavam Vitor Nösseis e os filhos de Aleixo, Maurício e Padre José Carlos. Sem sucesso no registro definitivo e com a extinção do PDR, os dirigentes começaram a formação de uma nova sigla em 1983: o PSC. De acordo com Nösseis, presidente do PSC entre a fundação e 2015, em entrevista concedida à Priscilla Cassotta: “o PDR já havia esgotado a sua proposta ideológica, programática e política até, o PSC era uma outra proposta, principalmente colocar o ser humano acima de quaisquer valores por mais importantes que eles sejam: sociais, políticos ou econômicos; sem realçar religiões” (CASSOTTA, 2019, p. 53). O aspecto religioso, ligado à igreja Assembleia de Deus, porém, é comentado por Marcondes Gadelha, atual vice-presidente do PSC e membro do grupo que entrou no partido em 2003, já então liderado pelo Pastor Everaldo:

O que diferenciava o PSC e garantia uma certa autonomia ao partido era a sua base ideológica, que era fundada em princípios cristãos. E é ainda um partido marcado nitidamente por uma fundamentação ideológica baseada em princípios cristãos, quer dizer, baseada na chamada doutrina social da igreja, a participação de evangélicos é muito forte no partido, e de católicos também. Então, eu acho que é isso que distinguia, como aconteceu com o PT por exemplo que tinha alguma base ideológica operacional nos sindicatos. Se dizia que o PT era um partido indireto porque tinha sua militância toda encravada nos sindicatos. No início da sua formação. Portanto, é uma coisa parecida que aconteceu com o PSC: a base operacional, a militância, ela era buscada nas igrejas, entre pastores e crentes e isso distinguia dos outros partidos que eram totalmente laicos e não estavam ligados a essa fundamentação ideológica, que era a doutrina cristã. Eu acho que foi isso que fez com que sobrevivesse no meio desses grandes partidos: ele tinha um perfil bem nítido nesse aspecto. Agora, claro que havia outros valores, não eram só valores cristãos, o partido sempre continuou sempre com o respeito ao trabalho, o esforço produtivo, a criatividade, a livre concorrência, o mercado, esses valores também eram introduzidos, mas isso outros partidos também sustentavam. [...] a gente conversa com todas as outras igrejas, claro que alguns partidos já são marcadamente de outras igrejas, por exemplo a Igreja Universal tem lá o seu partido, mas a nossa relação é com a Assembleia de Deus que é a maior dessas igrejas. E não há dúvida de que ela fornece um cabedal eleitoral muito forte, muito grande

<sup>65</sup> Conforme entrevista concedida por Roberto Freire a Cristiana Maglia, no dia 12 de setembro de 2019, pessoalmente, na sede do PPS, em Brasília.

<sup>66</sup> Pedro Aleixo foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), criada em 1945, e também esteve envolvido na criação da Arena na década de 1960. Foi um dos líderes civis do golpe militar em 1964: foi líder do governo na Câmara em 1965, ministro da Educação no governo Castello Branco e vice-presidente de Costa e Silva, entre 1966 e 1969, mesmo tendo se posicionado contra o AI-5 (CASSOTTA, 2019; CPDOC, *[s. d.]*). Foi impedido de assumir a presidência quando dos problemas de saúde do general. Saiu da Arena em 1970 para tentar fundar o PDR.

em grande parte do nosso contingente. Há muitos evangélicos na Executiva do partido (informação verbal)<sup>67</sup>.

Tanto o PPS quanto o PSC já estavam em funcionamento na década de 1980: receberam a habilitação para participar da eleição de 1985 e o registro provisório em 1987. Porém, entram no recorte aqui proposto ao terem logrado o registro definitivo apenas em 1990. Desse modo, ainda que os dois partidos possam ser identificados com as outras duas lógicas analisadas, optei por separá-los em um terceiro tipo pela especificidade de suas origens. O PPS possui um componente ideológico em sua criação, mais à esquerda, buscando se descolar da marca comunista; e o PSC, à direita, buscava no eleitorado religioso, e principalmente, evangélico, uma base eleitoral e de apoio (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Mesmo assim, ainda que inclua elementos pragmáticos e ideológicos, essa lógica está presente nos outros partidos formadores do sistema, criados no início da década de 1980. Tal qual PMDB, PTB, PDT, PDS/PPR/PPB/PP e outros, PPS e PSC buscam retomar iniciativas e ocupar nichos por eles já apropriados nos períodos políticos anteriores.

#### **4.1.2 Lógica pragmática**

A lógica de criação utilizada pela maior parte dos partidos analisados é a pragmática. Esses partidos foram resultado de movimentos de reorganização de forças internas nas legendas consolidadas, produto de disputa e de interesses mais pragmáticos das lideranças políticas. Isso fica claro na reconstituição que lideranças do processo de formação de 15 dos 25 novos partidos analisados aqui fazem da história de sua criação, sendo eles: PJ/PRN/PTC, PHS, PRP, PSDC/DC, PRTB, PTdoB/Avante, PTN/Podemos, PSL, PR, PRB, PSD, PEN/Patri, PROS, SD e PMB. Essas são legendas resultantes de dissidências capitaneadas por lideranças que queriam melhorar sua posição no jogo político, cindindo com os partidos que nasceram nos primeiros anos da redemocratização.

Tais siglas que serviram a grupos políticos específicos, como máquinas eleitorais, para seus quadros e presidentes; e não parecem dispor de bases sociais ou projetos claramente pré-

---

<sup>67</sup> Conforme entrevista concedida por Marcondes Gadelha a Cristiana Maglia, no dia 03 de outubro de 2019, via chamada de telefone. Não obtive o contato do presidente Vitor Nólseis junto aos diretórios nacional e mineiro, nem junto a assessoria de imprensa do partido. Nólseis foi expulso do partido em 2017 (Congresso em Foco: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/fundador-do-psc-e-acusado-de-pagar-prostitutas-com-dinheiro-de-fundo-partidario/>). Everaldo Dias Pereira, atual presidente, não estava disponível para conceder entrevistas. A alternativa que o assessor me passou foi contatar o atual vice-presidente do PSC, Marcondes Gadelha.

definidos. Boa parte desses partidos foi criado de maneira pragmática, resultado de janelas de oportunidade. Porém, longe de ser partidos genéricos, sem ideologia, essas agremiações se colocam no jogo político de maneira estratégica – estratégia da qual a questão ideológica não pode ser dissociada, como abordado no capítulo 2. Como vimos no capítulo anterior, esses partidos aumentaram tanto seus votos como suas cadeiras na Câmara, e se tornaram atores importantes frente aos partidos consolidados. Ainda, carregam consigo o posicionamento ideológico de suas legendas originárias e disputam o mesmo eleitorado.

O primeiro partido desse conjunto, o PJ/PRN/PTC, foi construído com base na candidatura de Fernando Collor de Melo à presidência da República em 1989, pelo advogado Daniel Sampaio Tourinho, anteriormente filiado ao PDT<sup>68</sup>, e que até hoje preside o partido. Antes disso, o PJ fazia parte do rol de pequenos partidos criados a partir da EC 25, de 1985, possibilitados de participar de eleições sem registro definitivo. De acordo com Collor:

Tudo remonta ao PJ, Partido da Juventude. Eu era governador do estado de Alagoas, filiado ao PMDB. Naquela oportunidade o PMDB se dividiu, porque havia uma parte da agremiação que desejava ficar aliada ao governo federal, e a outra parte que não queria e que defendia mudanças na constituição que eram diferentes daquelas que o outro grupo gostaria de promover. Então houve uma divisão no PMDB, eu pertencia ao grupo que não estava de acordo com alinhamento do partido ao governo federal, juntamente com vários outros que saíram na ocasião, como o Mário Covas. Então eu fiquei procurando um partido, porque eu não queria ir para esse grupo, que depois se constituiu formando o PSDB. Quando aparece, num determinado dia, no palácio do governo, o Daniel Tourinho que era o presidente do Partido da Juventude, que eu não sabia sequer da existência. Nessa ocasião, já se falava da minha eventual possível candidatura à presidência da República. E ele vem e me oferece o partido para que a ele eu me filiasse. Eu aceitei e me filiei ao Partido da Juventude, mas logo depois, verificamos a necessidade de mudar o nome do partido e estabelecer um estatuto, um programa partidário que tivesse consistência e organicidade. E isso foi feito. Nós transformamos o PJ em Partido da Reconstrução Nacional. Porque todo o nosso discurso, já naquela época, era de que o Brasil precisava ser reconstruído, nas suas bases econômicas sociais políticas. Era um trabalho de reconstrução, e por isso, como o nosso de esforço se adaptava perfeitamente a esse mote da reconstrução, é que a denominação passou a ser essa, que foi fundado em 1988/89, por aí, e foi o partido pelo qual eu me lancei candidato (informação verbal)<sup>69</sup>.

Collor implantou o partido em seu estado, auxiliando o processo do registro junto ao TSE, com a nova nomenclatura Partido da Reconstrução Nacional<sup>70</sup>. Desse modo, o partido

---

<sup>68</sup> Globo. “História dos Partidos Brasileiros”. Sem data. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/historia-dos-partidos/>>.

<sup>69</sup> Conforme entrevista concedida por Fernando Collor de Mello a Cristiana Maglia, no dia 08 de junho de 2020, via chamada de vídeo. Considerando que o presidente da sigla, Daniel Tourinho não respondeu às tentativas de marcar entrevista, a alternativa foi entrevistar outra figura proeminente do partido, Fernando Collor de Melo, presidente da República pelo PRN (1989-1992) e senador pelo PTC (2016-2019).

<sup>70</sup> De acordo com o site do partido: “No final de 1988, Marcos Coimbra, primo de Collor e dono do Instituto Vox Populi, convence Tourinho a trocar o nome do PJ para Partido da Reconstrução Nacional (PRN), sob o argumento

toma corpo e se viabiliza enquanto um espaço para que o grupo político de Collor pudesse disputar seu espaço entre as demais legendas de centro-direita. O partido, então, tomou a roupagem ideológica que Collor daria à sua campanha presidencial, mais voltado para as pautas de reconstrução moral e na redução da interferência estatal na economia, mais à direita, como Collor afirma:

O PRN nasceu de uma ideia minha, que foi compartilhada com o Daniel e os outros – que eram poucos os que estavam dentro desse projeto nesse início, lá em 88, por aí. Então o PRN foi construído e foi montado dentro de uma base doutrinária muito sólida, muito clara, ou seja, o nosso programa era um programa liberal, com compromisso social, era um programa que respeitava a iniciativa privada, que prezava pela questão dos direitos humanos, pela questão ambiental, muito fortemente, o compromisso com as crianças e adolescentes, enfim, dentro do plano liberal mas como compromisso social. Foi aí que eu comecei a trabalhar realmente no partido. O PJ eu já me filiei, mas ele não tinha nenhuma particularidade assim maior no seu programa, a não ser essas variedades de coisas triviais que, enfim, qualquer um outro poderia assumir, dizer que aqui aquilo também servia. O PRN, não, o PRN, nasceu com o propósito de ter um candidato à presidência da República e de carregar dentro de si um projeto que estivesse afinado com as propostas do candidato à presidente da República. E assim foi feito (informação verbal)<sup>71</sup>.

No caso das siglas PHS e PRP, a eleição de 1989 também foi um momento fundamental para as cisões que resultaram em sua criação. O primeiro foi uma ruptura dentro do PSC, entre o grupo de Phillip Guedon, que reivindicava uma candidatura própria do partido para a presidência da República, e o presidente da sigla, Vitor Nösseis, que optou pelo apoio à eleição de Collor. Como conta Guedon:

Pensei: me filiei para construir um partido, e não para ficar brigando com quem está no comando. Assim como eu, muita gente, um grupo grande, resolveu sair. Em Petrópolis, a maior parte ficou, dizendo que eu era intransigente, cabeça-dura. Afinal, uma das ajudas de Collor foi resolver os problemas para que o PSC tivesse estrutura e passasse da condição de partido provisório à de definitivo. Isso ele fez, colocando gente, apoiando com o necessário (informação verbal)<sup>72</sup>.

O grupo egresso passou a articular a criação do Partido do Solidarismo Libertador (PSL), mas não obteve o registro, entrando inclusive no PSDB temporariamente para participar das eleições municipais de 1992. Com a nomenclatura de Partido da Solidariedade Nacional (PSN), o grupo de Guedon recebeu o registro provisório em 1995, ainda com as regras

---

de que se daria mais amplitude à candidatura de Fernando Collor”. Mais informações em: <http://www.ptc36nacional.com.br/sobre-o-partido/>.

<sup>71</sup> Conforme entrevista concedida por Fernando Collor de Mello a Cristiana Maglia, no dia 08 de junho de 2020, via chamada de vídeo.

<sup>72</sup> Conforme entrevista concedida por Philippe Guedon a Franciso Luiz Noel, em 2011, gentilmente cedida por Guedon, no documento “Solidaristas, graças a Deus! A caminhada do PHS e de seu militante n. 1”.

anteriores à LOPP. A mudança de nomenclatura para PHS foi realizada em 2000, após a incorporação do Partido Humanista do Brasil (PHDB), ligado ao deputado federal Roberto Argenta (pelo PFL)<sup>73</sup>.

O PRP, por sua vez, surgiu de divergências entre Ademar de Barros Filho<sup>74</sup> e Leonel Brizola com relação à articulação da candidatura à presidência do PDT. Como aponta Ovasco Resende, houve, assim, o interesse de recriar o antigo PRP, fundado por Café Filho e Ademar de Barros em 1946:

o PRP nasceu de uma dissidência do PDT. Leonel Brizola e Ademar de Barros Filho não concordaram em alguns pontos [sobre a candidatura à presidência], provocando uma ruptura. Naquele momento, o único caminho viável para o grupo que acompanhava Ademar foi a refundação do PRP. [...] O objetivo dos fundadores era abrir espaço para arejar a participação política e assegurar a participação dos cidadãos de forma a provocar renovação nos quadros políticos nacionais. Lembrando que, à época da fundação do PRP, havia metade dos partidos que existem hoje (informação verbal)<sup>75</sup>.

Ademar Filho foi presidente do PRP e advogou pela fusão com o PP e o PPR, na criação do PPB/PP, em 1995, e, derrotado, deixou o partido para juntar-se ao sucessor do PDS. No seu lugar, Dirceu Gonçalves Resende ocupou a presidência do partido até 2003, seguido por Ovasco Resende, seu filho, que articulou a incorporação com ao Patriota, em 2019.

Vale notar que as articulações das elites políticas que compuseram o PDS em sua trajetória até o registro do PPB/PP também foram essenciais para a criação de dois partidos: o PSDC/DC e o PRTB. Em 1993, duas fusões importantes ocorreram: PDS e PDC se organizaram para criar o PPR, e PTR e PST para criar o PP. Os políticos remanescentes do PDC e do PTR, nas figuras do deputado constituinte José Maria Eymael e do publicitário Joaquim Levy Fidelix, respectivamente, decidiram criar suas próprias legendas marcadamente personalistas em 1995. Ambos os políticos se candidataram em eleições majoritárias, como para presidência da República – Eymael foi candidato cinco vezes, Fidelix, três –, sem expressividade eleitoral. No caso do PSDC, o intuito seria o de refundar a democracia cristã no Brasil, que contou com nomes como Jânio Quadros, Franco Montoro e Álvaro do Valle, até sua extinção pelo regime

<sup>73</sup> Conforme entrevista concedida por Philippe Guedon a Cristiana Maglia, no dia 08 de maio de 2019, via chamada de telefone.

<sup>74</sup> Com uma carreira política no MDB, na Arena e no PDS, Ademar Filho era deputado constituinte pelo PDT quando começou a organização para a criação do PRP, partido que presidiu até 1995.

<sup>75</sup> Conforme entrevista concedida por Ovasco Resende a Cristiana Maglia, no dia 05 de setembro de 2019, via áudio e mensagem. Considerando que tanto Ademar de Barros Filho quanto Dirceu Resende já faleceram, a alternativa foi o presidente do partido desde 2003, Ovasco Resende, filho de Dirceu Resende.



militar (informação verbal)<sup>76</sup>. O PRTB, por sua vez, teve poucos mandatos representativos, sendo o mais importante deles a eleição de Collor como senador em 2006 – que no mesmo ano migrou para o PTB – e em 2018, com a vice-presidência com Hamilton Mourão.

Ainda na década de 1990, as movimentações de políticos do PTB também deram origem a dois partidos: PTdoB e PTN. O primeiro caso foi resultado da reunião de forças petebistas (como o deputado federal Leonel Júlio, membro da tendência Movimento Unidade Trabalhista) com políticos de pequenos partidos trabalhistas que não conseguiram o registro junto ao TSE: Pasart, PDCdoB e PNTB. O PTdoB conseguiu o registro definitivo em 1994, sob o comando de Caetano Matanó Junior<sup>77</sup>, que foi o pré-candidato do partido à presidência da República, no mesmo ano. A segunda discidência trabalhista foi liderada pela família Abreu, que comanda o partido até hoje. Dorival Masci de Abreu, deputado pelo PTB, tinha o intuito de recriar o PTN da República de 1946 – que elegeu Jânio Quadros governador de São Paulo e presidente – considerando o retorno ao multipartidarismo e às múltiplas agendas políticas (informação verbal)<sup>78</sup>. O partido demorou mais de uma década entre a habilitação para participar de eleições em 1985 e o registro definitivo, em 1997. Nesse processo, houve ainda uma disputa judicial pelo controle do Fundo Partidário do PTN, que durou até 2013, entre o clã paulista – da família Abreu – e o diretório regional do Rio de Janeiro – da família Esch<sup>79</sup>.

Os dois partidos tiveram suas nomenclaturas alteradas em 2017, em um processo de *rebranding*: o PTdoB virou Avante e o PTN, Podemos. Como aponta Renata Abreu, presidente do Podemos:

Na época assumi em exercício o PTN e comecei o movimento de refundação de um movimento. Não foi só uma mudança de nome do PTN para o Podemos. Foram mais de três anos de estudo, a gente teve uma consultoria de fora inclusive, estudamos o que é essa nova sociedade, que é uma sociedade conectada, o que essa nova democracia, que cada vez mais vai ser uma democracia mais direta. Isso é um movimento internacional. E estudando esses movimentos do mundo que no fundo criam uma ruptura desse debate ideológico, direita e esquerda, que para nós terminou com a queda do muro de Berlim. Então hoje, o que move a sociedade não é mais essa ideologia estática, mas são as causas: é o fora Dilma,

<sup>76</sup> Conforme entrevista concedida por José Maria Eymael a Cristiana Maglia, no dia 30 de agosto de 2019, pessoalmente, em Brasília.

<sup>77</sup> Não obtive o contato de Matanó junto aos diretórios do PTdoB. Assim, contatei o atual presidente da sigla, deputado Luis Tibé, que também não respondeu às tentativas de agendar uma entrevista.

<sup>78</sup> Conforme entrevista concedida por Renata Abreu a Cristiana Maglia, no dia 18 de setembro de 2019, pessoalmente, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Considerando que o primeiro presidente da sigla, Dorival Masci de Abreu, já é falecido, e José Masci de Abreu, seu irmão, já está aposentado da política, a alternativa foi entrevistar Renata Abreu, filha de José Masci e presidente do Podemos desde 2011.

<sup>79</sup> Globo. “Duas Famílias disputam há 10 anos o controle do PTN”. 11 de junho de 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/duas-familias-disputam-ha-10-anos-controle-nacional-do-ptn-8647267/>>.

o fora Temer, a Lei da Ficha Limpa, as dez medidas, o fim do foro, isso é muito dinâmico porque a sociedade é muito dinâmica (informação verbal)<sup>80</sup>.

Ambos partidos conseguiram resultados eleitorais importantes em 2018 para a Câmara e Senado. Até então, haviam tido expressividade eleitoral muito restrita, tanto no nível federal quanto no estadual e municipal. Muito controlados diretamente pelos seus presidentes e familiares, não há dúvidas que foram legendas beneficiadas por uma legislação menos rígida para a formação dos partidos, antes da LOPP, de 1995.

A reorganização de forças do PFL foi também a origem de algumas agremiações, que, por sua vez, contaram com um apoio eleitoral mais consistente. O primeiro ramo foi o do PL e o segundo, o do PSD. O PL foi fundado em 1985, comandado por Álvaro Valle, deputado estadual da Guanabara em 1962 pelo PDC, e federal pela Arena em 1974. Com o retorno ao multipartidarismo, Valle ingressou no PDS e participou da dissidência que criou o PFL. Porém, ainda em 1985, rompeu com a cúpula do partido e fundou o PL, junto a figuras políticas como Afif Domingos. O PL, por sua vez, foi palco de três processos adicionais importantes de dissidência e fusão.

O primeiro deles foi o surgimento do PSL, em 1994 (com o registro em 1998), a partir da organização do senador Romeu Tuma, com o apoio do presidente do diretório de Pernambuco, Luciano Bivar, que aponta que:

O senador Romeu Tuma foi o primeiro presidente do partido. Depois que a gente conseguiu o registro [provisório], eu dei todo o apoio a ele para fazer os diretórios que exigiam, nove diretórios, aí ele telefonou pra mim dizendo que ia sair do partido, porque ele precisava ser candidato a governador de São Paulo e precisava de uma legenda que tivesse mais tempo de televisão. E nesse momento que ele veio falar isso pra mim, ele pediu uma outra coisa, que eu era o vice-presidente, então que eu assumisse a presidência do PSL. Desde essa época até hoje eu sou o presidente do PSL, exceto em alguns períodos que eu me licenciei (informação verbal)<sup>81</sup>.

O PSL foi historicamente um partido pequeno, com pouca expressão eleitoral na Câmara, que, de acordo com o presidente, se diferenciava dos demais pelas pautas:

Não era “mais um partido”. Era um partido que não só ele era um partido que ele brigava pela economia de mercado mas não só de forma retórica mas com ações diretas com relação a todas as suas propostas então é um partido essencialmente liberal. [...] Nunca nos afastamos do nosso compromisso ideológico de ser liberal, então por mais que a gente fosse um partido pequeno na frente dos outros partidos, nós tínhamos aquela nossa linha. E o

<sup>80</sup> Conforme entrevista concedida por Renata Abreu a Cristiana Maglia, no dia 18 de setembro de 2019, pessoalmente, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

<sup>81</sup> Conforme entrevista concedida por Luciano Bivar a Ariadne Oliveira, no dia 02 de outubro de 2019. Bivar não aceitou realizar a entrevista pessoalmente, mas aceitou que eu enviasse o questionário à sua assessora, e que ela gravasse suas respostas.

grande o problema é que todos que chegavam no nosso partido – não existia causa de fidelidade – então após a eleição, eles migravam todos para o partido do poder. Isso fez com que a gente tivesse uma lentidão muito grande nesses 20 anos por conta da legislação. No momento que a legislação começou criar cláusula de fidelidade, você pode ver que os partidos pequenos começaram não só a se pulverizar, como a se tornar grandes. Aí agora veio uma causa de barreira, realmente para começar a diminuir estes partidos. Mas a grande verdade era que o PSL nunca fugiu dos objetivos pelo qual ele foi constituído, [...] permaneceram intactos, e como tem o elemento comum, que sou eu como presidente desde a sua origem eu procuro manter sempre isso (informação verbal)<sup>82</sup>.

Vale notar que a trajetória do partido teve uma guinada com a entrada de Jair Bolsonaro na agremiação e o lançamento de sua candidatura à presidência. Em 2018, o partido elegeu 52 deputados federais, com votações históricas, ficando com a segunda maior bancada da Câmara. Em 2019, após conflitos internos no PSL, Bolsonaro rompeu com o partido, e passou a criar um novo, a Aliança pelo Brasil.

O segundo transcurso pelo qual o PL passou foi a fusão com o PRONA de Enéas Carneiro, que resultou no registro do PR junto ao TSE, em 2006. Sérgio Tamer, membro histórico do PL e presidente do PR na fundação, destaca a importância do pragmatismo político na criação do PR e no estímulo ao ingresso de deputados na legenda sem qualquer preocupação doutrinária e identitária:

Havia duas motivações muito fortes naquele período: a ameaça dos partidos menores ficarem sem representação no Congresso e até mesmo serem extintos por conta da cláusula de barreira que estava em tramitação; e, o desgaste na imagem do antigo Partido Liberal com as denúncias envolvendo o deputado Bispo Rodrigues e outros da chamada “bancada evangélica”, ligados à propinagem na liberação de ambulância do Ministério da Saúde para os municípios, naquilo que ficou conhecido como a “máfia dos sanguessugas”. O célebre bate-boca no Congresso com acusações mútuas entre os deputados Valdemar Costa Neto (presidente e líder do PL) e o deputado Roberto Jefferson (presidente e líder do PTB), o que acabou por dar início ao chamado processo do mensalão, também contribuiu para o desgaste da antiga legenda e, via de consequência, para motivar a criação de uma nova agremiação política. Sem dúvida que o principal articulador da fusão foi o próprio presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto que procurou o deputado Enéas Carneiro, presidente do PRONA, e com ele foi entabulada a fusão. A motivação do PRONA se deu mais pela ameaça de extinção decorrente da “cláusula de barreira” do que por desgaste na imagem (informação verbal)<sup>83</sup>.

Vale notar que em 2019, o PR adotou o nome antigo de PL, o que demonstra que, mais que uma fusão, o movimento foi de incorporação do PRONA, tal como do PGT e PST em 2003.

O último processo pelo qual o PL passou foi a saída de parlamentares ligados à Igreja Universal para a criação do PRB, em 2005. O grupo que criou o então Partido Municipalista

<sup>82</sup> Conforme entrevista concedida por Luciano Bivar a Ariadne Oliveira, no dia 02 de outubro de 2019.

<sup>83</sup> Conforme entrevista concedida por Sérgio Tamer a Cristiana Maglia, no dia 18 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

Renovador decidiu formar uma nova legenda como reflexo da perda de influência dos políticos evangélicos dentro do PL (IVES, 2016). De acordo com informações levantadas pela Folha de São Paulo, Valdemar da Costa Neto, então presidente nacional do PL teve conversas com um dos articuladores do PRB, deputado Carlos Rodrigues, sobre a criação do partido: “O bispo Rodrigues começou. Ele me falou: ‘Tenho que fazer um partido’. E eu falei: ‘Tem mesmo, senão o sr. não vai mais conseguir eleger o seu pessoal. Tem que ter um partido de apoio para ter o que oferecer aos outros partidos, senão não vão aceitar vocês mais’”<sup>84</sup>.

O presidente durante a fundação do PRB, Vitor Paulo dos Santos, no entanto, não concorda com a alcunha de “partido da Universal”, nem que o partido foi uma dissidência do PL:

a ligação com a Universal, que eu sou da Universal, eu estou há 32 anos na igreja é como no PT. Quando fundou o PT, todo mundo “ah, o PT é da Igreja Católica” por causa da libertação teológica católica. Então todo mundo achava que era dos padres e que a Igreja Católica estava por trás da fundação do PT, porque eram todos católicos. [...] Mas por eu ser da Igreja, ser pastor da Igreja, Crivella da Igreja; mas os únicos que eram da Igreja eram eu e Crivella, José Alencar não era, nenhum dos outros era. Mas como eu era da Igreja, era não, como eu sou da Igreja, então na época dessa construção as pessoas começaram a dizer que a Universal estava criando um partido político. Isso nasceu lá trás, porque eles associavam como se a Universal [estivesse por trás]. E por mais que tentei no início, eu não consegui provar, desvincular, porque eu sou da Igreja. Como é que vou negar que eu sou da Igreja? Eu não posso negar aquilo que tá no meu sangue. Eu nunca vou fazer isso, nunca neguei e nunca vou negar. E eu não tinha que provar que o partido não era da Universal, o ônus da prova é de quem acusa. Não é e tá acabado. Eles queriam rotular como “do Macedo”, “é o partido do Macedo”. O bispo Macedo nunca, eu nunca sentei com o bispo Macedo pra falar sobre o partido, ele nunca perguntou pra mim, nunca quis saber. [...] Se olhar hoje, o partido tem 31 deputados, eu não sei quantos são da Igreja, de cabeça, mas se tiver um terço tem muita coisa, maioria não é da Igreja. [...] Muitos deles são membros da Igreja, mas a Igreja nunca teve interesse, a atividade fim da Igreja é pregar o evangelho. A Igreja Universal não precisa de partido político para isso, a Universal tá em centenas de países do mundo, mais de 120 países e não tem um parlamentar fora do Brasil (informação verbal)<sup>85</sup>.

Santos aponta que o PRB foi criado para lidar com a questão do municipalismo e o pacto federativo, assuntos que não estavam sendo discutidos pelos partidos no executivo nem no legislativo (informação verbal). Com a entrada de José Alencar, vice-presidente da República, o partido acatou sua sugestão de trocar o nome para Partido Republicano Brasileiro. Em 2019, adotou o Republicanos.

<sup>84</sup> Folha de São Paulo. “Igreja Universal vai criar partido político”. 13 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200515.htm>>.

<sup>85</sup> Conforme entrevista concedida por Vitor Paulo dos Santos a Cristiana Maglia, no dia 17 de setembro de 2019, pessoalmente na Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Distrito Federal, em Brasília, onde Vitor Paulo é secretário.

A partir de 2005, com a criação do PRB e do PSOL, é possível perceber uma movimentação partidária mais ligada diretamente ao parlamento. De fato, ambos partidos foram criados por parlamentares, com um legado político mais claro em termos de cadeiras na Câmara e recursos públicos decorrentes disso. Mesmo assim, há diferenças: o PSOL teve um caráter ideológico mais destacado (como veremos a seguir), enquanto o PRB foi resultado de deslocamento de forças partidárias. Essa possibilidade de dissidência parlamentar, que garante recursos desde a fundação fica ainda mais clara com a criação do PSD, em 2011, o segundo ramo de dissidência do PFL, já refundado como DEM. Com figuras como Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, Affif Domingos, ex-vice-governador do estado, candidato à presidência em 1989, e Jorge Bornhausen, presidente do DEM, o partido conseguiu agregar parlamentares e junto ao TSE, garantir os recursos dessa bancada, tornando-se o mais bem-sucedido exemplo dessa nova forma de criar partidos de dentro do parlamento. Como aponta Kassab:

O Partido foi criado, inicialmente, por um sentimento de diversas lideranças políticas brasileiras que buscavam um novo jeito de pensar a política partidária. Da sua pergunta anterior, o meu caso, por exemplo. Eu buscava novos ares, não estava satisfeito com a atuação do Democratas naquele momento, e havia outras pessoas com o mesmo sentimento. Tenho um ótimo relacionamento com meu antigo partido, excelentes colegas e amigos que ainda estão lá, mas divergia de posicionamentos da legenda naquela época, assim como outras pessoas, e em diferentes legendas (informação verbal)<sup>86</sup>.

De fato, o DEM não foi o único partido que perdeu cadeiras durante a transferência de cargos para o novo partido: apesar da maior parte dos deputados federais pessedistas (19 dos 55 migrados, em 2011) advirem do Democratas, outras 15 siglas<sup>87</sup> também perderam mandatos, de maneira disseminada. Essa pluralidade de partidos que tiveram lideranças migradas também pode ser verificada no contexto municipal, no qual o partido conseguiu a adesão de 272 prefeitos em 2011 (KRAUSE, GERARDI, 2014)<sup>88</sup>. Em menos de seis meses de fundação, o PSD instalou-se em 84% dos municípios, atingindo grande capilaridade por meio de sua presença no executivo municipal.

Em termos ideológicos, o partido se apresenta em seu site como “de centro, moderno, livre de dogmas e ideologias superados, atento ao que realmente traz desenvolvimento

<sup>86</sup> Conforme entrevista concedida por Gilberto Kassab a Cristiana Maglia, por e-mail. Kassab não aceitou realizar a entrevista pessoalmente. A alternativa dada por seu assessor Alexandre Gajardoni, foi de que eu enviasse o questionário e ele respondesse por e-mail. As respostas foram enviadas por Alexandre no dia 15 de agosto de 2019.

<sup>87</sup> PPS (4 cadeiras), PP (4), PR (4), PMN (3), PMDB, (3), PSC (3), PV (3), PDT (3), PSDB (2), PTB (2), PHS (1), PCdoB (1), PSB (1), PT (1) e PSL (1) (KRAUSE, GERARDI, 2014).

<sup>88</sup> Krause e Gerardi (2014), apontam que 22 partidos perderam executivos municipais para o PSD, com destaque para o DEM (26,1%), o PMDB (11,4%), o PP (11%), o PSDB (9,9%) e o PR (8,5%).

econômico e social”<sup>89</sup>. Kassab afirma que “hoje o PSD se consolidou como de centro, sem fisiologismo, toma lá, dá cá, em defesa dos bons projetos, sejam eles propostos por A ou B” (informação verbal)<sup>90</sup>. De acordo com estudos sobre a “nova direita”, o partido ora se apresenta como novidade (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015), ora como parte da antiga direita tradicional (ROEDER, 2016, p. 7). O PSD serviu ainda como uma alternativa para políticos que estavam em partidos de oposição se aproximarem do governo Dilma e acessar os círculos de poder (POWER, SILVEIR, 2018). Pode-se afirmar que o PSD foi um veículo para esses políticos retornarem à sua participação na máquina estatal federal – por mais que a aliança com Dilma não tenha sido longa. Mais do que isso, o PSD foi um mecanismo de reorganização de forças políticas em níveis federativos diferentes (RIBEIRO, SIMONI, 2019), parte de um processo de reordenamento de elites. Com a distribuição do HGPE e do Fundo Partidário por meio de determinação do STF, o PSD conseguiu se firmar como uma das maiores bancadas na Câmara, além de ter resultados eleitorais expressivos em outras esferas.

O SD e o PROS são outros dois casos exemplares de legendas usadas para traslado de grupos entre governo e oposição. O primeiro serviu como um veículo para que parlamentares que estavam especialmente no PDT saíssem da base do governo Dilma e apoiassem Aécio Neves nas eleições de 2014, como foi o caso do presidente, Paulinho da Força. Segundo ele, o Solidariedade foi uma alternativa para políticos que estavam insatisfeitos em suas legendas:

Na época, só tinha um jeito de sair do partido, era você criar um partido e tinha um punhado de gente querendo sair [...] Tinham vários deputados na Câmara que estavam descontentes com seus partidos, especialmente no que eu atuava, no PDT, e no PDT tinha uma insatisfação bastante grande com a condução do partido, e aí acho que descobriram que quem que poderia criar um partido? Só alguém que tivesse uma organização nacional e pudesse coletar as assinaturas, porque não é uma coisa fácil né? As pessoas falavam “são só 500 mil assinaturas”, mas são 500 mil assinaturas certificadas [...] Então ficaram no meu pé porque achavam que era eu que tinha que fazer isso, aí fiquei um tempo e resistindo bastante, mas culminou num período que eu tava na boa [...], e um período pré-eleitoral, final de 2012 começou essa conversa [...] na hora do “vamos fazer um partido” tinha ali uns 20 deputados. Mas quando foi fazer o partido, então era eu, o Áureo [Ribeiro, então deputado pelo PRTB] ajudou bastante, alguns estados ajudaram, mas a maioria não ajudou. Então deu um trabalho razoável, nós coletamos mais ou menos 1 milhão e meio de assinaturas. Conseguimos certificar 504 mil.

A gente tinha aqui no Congresso também aquela turma que queria sair dos partidos, então, também facilitou pra gente poder organizar em 9 dias [entre o registro do partido no TSE e o prazo para registrar candidatos] a filiação em todo o Brasil, para poder disputar eleição em 2014. [pergunta: Porque o Solidariedade já nasceu com uma bancada de 23 deputados e um senador, então já foi uma bancada bastante expressiva. Eu posso dizer que o Solidariedade foi uma dissidência de parlamentares que estavam em partidos que estavam na base do governo, e queriam sair para a oposição?] Era mais ou menos isso, porque na

<sup>89</sup> Site do PSD – Princípios e Valores. Disponível em: < <https://psd.org.br/principios-e-valores/>>.

<sup>90</sup> Conforme entrevista concedida por Gilberto Kassab a Cristiana Maglia, por e-mail.

época o governo era do PT, e o Aécio tinha uma simpatia de muitas dessas pessoas. E como a gente tinha essa relação com o Aécio, então muitos desses deputados tinham o desejo de apoiar uma outra candidatura que não fosse do PT (informação verbal)<sup>91</sup>.

Segundo Paulinho da Força, a Força Sindical foi essencial para conseguir as assinaturas para criar o partido: “os sindicatos ajudaram muito, sem eles eu não faria” (informação verbal)<sup>92</sup>. Pelo caráter sindical, de defesa do trabalhador, o presidente posiciona o SD como parte do centrão, que “decide tudo” na Câmara. Como vimos no capítulo 2, porém, o partido está mais próximo da “nova direita” (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015), sendo considerado um exemplo de partido fisiológico (ROEDER, 2016).

O segundo partido, o PROS, conseguiu o registro em 2013. Como apontou um dirigente do PROS<sup>93</sup>, o partido se beneficiou da Resolução n. 22.610 (BRASIL, 2007) para atrair políticos que não estavam satisfeitos em seus partidos, entre eles 21 deputados federais, em seu primeiro ano de registro. Nas eleições de 2014, o partido foi colocado à disposição de políticos do PSB que queriam apoiar a candidatura de Dilma, preterindo a de Eduardo Campos. O PROS obteve sucesso no recrutamento de políticos especialmente no Ceará, concentrado na figura dos irmãos Cid, então governador do estado, e Ciro Gomes. Utilizado como uma alternativa dos políticos do PSB para permanecer no governo, o PROS obteve inclusive o Ministério da Educação com Cid Gomes, por um curto período de tempo em 2015. No mesmo ano, porém, após divergências internas com o presidente Eurípedes de Macedo Júnior pelo comando da Executiva, Cid saiu do PROS<sup>94</sup>.

Vereador em Planaltina, Goiás, pelo PSL, em 2008 e candidato à Assembleia Legislativa em 2010, pelo PRP<sup>95</sup>, Eurípedes não foi o único político de pouca expressão nacional a iniciar uma tentativa mais pessoal de empreendimento partidário. Essa iniciativa também foi tomada pelo deputado estadual de São Paulo, Adilson Barroso, na criação do PEN/Patriota, após uma ruptura com o PSC, em 2006.

---

<sup>91</sup> Conforme entrevista concedida por Paulo Pereira da Silva a Cristiana Maglia, no dia 27 de setembro de 2019, pessoalmente, no apartamento do SD, em Brasília.

<sup>92</sup> Conforme entrevista concedida por Paulo Pereira da Silva a Cristiana Maglia, no dia 27 de setembro de 2019, pessoalmente, no apartamento do SD, em Brasília.

<sup>93</sup> Conforme entrevista concedida a Cristiana Maglia, no dia 04 de junho de 2019, pessoalmente, na sede do PROS em Brasília. O nome do dirigente foi anonimizado e a entrevista não foi gravada.

<sup>94</sup> Correio Braziliense. “Presidente do Pros, Eurípedes Júnior se entrega, mas deve ser solto”. 23 de outubro de 2018. Disponível em <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/23/interna\\_politica,714439/euripedes-junior-se-entrega-a-pf-mas-deve-ser-solto.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/23/interna_politica,714439/euripedes-junior-se-entrega-a-pf-mas-deve-ser-solto.shtml)>.

<sup>95</sup> O Globo. “Líder do PROS é desconhecido ex-vereador de Planaltina”. 26 de setembro de 2013. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/lider-do-pros-desconhecido-ex-vereador-de-planaltina-10154088>>.

Eu era presidente estadual do PSC de São Paulo – o Patriota não chamava Patriota, ele começou inicialmente chamado Partido Ecológico Nacional, a gente sempre gostou da natureza, do meio ambiente – e no eu não ter sido reeleito deputado estadual – e elegei federais do estado de São Paulo pelo PSC, elegei dois estaduais – eles juntaram e me tomaram a presidência do partido e eu tinha uma suplência que eu tomaria posse. Estando desarmado, sem o partido na mão, eu não consegui dominar mais e eu não consegui tomar posse. Perdeu. Aí, em vez de ficar queixando, lamentando, destruído, arrebatando, eu falei “poxa vida, eu tenho um sonho de ajudar essa nação e o sonho a gente não vai jogar fora, eu vou lutar com todas as forças que tenho”. Eu falei para umas pessoas minhas “vamos formar um partido no país”, e um jornalista que trabalhava comigo diz “não adianta tentar, precisa de meio milhão de assinaturas” e eu falei “mas dá para pegar” e ele falou “não, meio milhão certificadas”. Aí de cada três, uma certifica, duas perde. Lá em Suzano, pegou 3200, só aprovou 16. Aí fomos trabalhando devagarzinho e mesmo assim eles falando que não. Eu tenho muita fé, então, eu joguei a pedra, se nós não podemos, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó, esse sim pode nos ajudar. E fiz, e fui atrás (informação verbal)<sup>96</sup>.

Barroso se filiou ainda ao PSL, partido pelo qual também foi candidato à deputado estadual, em 2010. O processo de criação do PEN culminou no registro junto ao TSE apenas em 2012. Mais ligado a pautas conservadoras, o partido estava distante das bandeiras do ambientalismo e da ecologia, que seu nome sugeria (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). O partido era mais próximo da Igreja Assembleia de Deus, na qual Barroso é vinculado. Contudo, vale salientar o caráter familiar do partido: dos 14 cargos da Executiva do partido, 5 eram ocupados pela família do presidente quando de sua fundação<sup>97</sup>.

Em setembro de 2017, o partido entrou com pedido de alteração de nome e sigla no TSE para Patriota. A mudança foi uma das condições impostas por Jair Bolsonaro para filiar-se ao partido e ser candidato à presidência em 2018. Além do nome, houve importantes alterações no estatuto do partido: as coligações com “partidos de extrema esquerda”<sup>98</sup> foram proibidas; combate à legalização do aborto, das drogas e da ideologia de gênero, redução da maioria penal e utilização de armas de fogo foram temas incluídos no documento, que deixou de contar com pautas ecológicas. Por questões envolvendo uma Ação Declaratória de Constitucionalidade movida pelo PEN contra a prisão em segunda instância no STF, Bolsonaro

<sup>96</sup> Conforme entrevista concedida por Adilson Barroso da Silva a Cristiana Maglia, no dia 22 de maio de 2019, pessoalmente, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

<sup>97</sup> Globo. “Família de presidente ocupa 5 dos 14 cargos da Executiva do PEN”. 17 de maio de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/familia-de-presidente-ocupa-5-dos-14-cargos-da-executiva-do-pen-16183511>>.

<sup>98</sup> “Art. 3º, Parágrafo Único – O PATRIOTA não poderá fazer parcerias, alianças, conjugações ou coligações com partidos de extrema esquerda, hoje representados, por exemplo, por PT, PSOL, PCdoB, PSTU, PPL, PCO, PCB, e quaisquer outros que apoiem regimes autoritários” (PATRIOTAS, 2017).



desistiu de filiar-se ao PEN/Patriota (OYAMA, 2020)<sup>99</sup>. Dessa forma, o PEN não foi tão bem-sucedido quanto o PROS no empreendimento e no recrutamento de políticos.

Outro partido que adotou essa estratégia de atrair parlamentares foi o PMB. Suêd Haidar, descontente com sua pré-candidatura não formalizada ao senado pelo PCdoB, em 2010, passou a articular um partido que fosse ligado à pauta das mulheres. A presidente, no entanto, destaca que o partido não é uma dissidência:

levamos sete anos e meio, isso daí já mostra nossa grande diferença entre os outros partidos, porque nós não viemos de nenhum grupo já existente, de mandato com assento no poder, não viemos com grandes nomes de referência, de tradição e trajetória da política do nosso país. [...] O PMB foi constituído pela necessidade que nós, um grupo de mulheres, em 2008, chegamos no entendimento que nós tínhamos que construir uma instituição própria para trabalharmos uma identidade própria, e pela necessidade que nós já estávamos enxergando que as instituições naquela época – é que agora é que começaram a dar espaço – mas na época que nós discutimos afirmação no partido, lá em 2008, realmente os partidos não davam espaço para que a mulher realmente estivesse lá dentro, sobre o cargo de direção, para as decisões, enfim, para o crescimento e o afirmamento da mulher, a inserção da mulher, o empoderamento da mulher na política partidária. Nosso objetivo era fundar uma instituição onde nos tivéssemos a certeza de que aqui a mulher estava conduzindo um processo afirmativo para nosso crescimento, e identificarmos mais mulheres para continuar na nossa luta (informação verbal)<sup>100</sup>.

O partido atraiu um senador e 22 deputados no primeiro mês – dos quais duas mulheres<sup>101</sup> –, tornando-se a décima maior sigla representada na Câmara. (na frente de partidos consolidados, como o DEM e PDT). A intensa migração para o partido<sup>102</sup> deveu-se à proposta, por parte da presidente da sigla Suêd Haidar, o repasse de 50% da verba do fundo partidário para os diretórios regionais, que seriam comandados pelos parlamentares<sup>103</sup>. No entanto, o arranjo não se manteve e o partido perdeu expressão parlamentar na janela partidária do início de 2016, restando apenas um deputado.

<sup>99</sup> Poder360. “PEN prepara festa, mas Bolsonaro não se filia e causa saia justa”. 10 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/pen-prepara-festa-mas-bolsonaro-nao-se-filia-e-causa-saia-justa/>>.

<sup>100</sup> Conforme entrevista concedida por Suêd Haidar Nogueira a Cristiana Maglia, no dia 05 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>101</sup> Considerando a escolha do nome, o partido foi duramente criticado pela falta de parlamentares mulheres entre seus quadros, bem como por posturas contrárias às principais bandeiras feministas, como a descriminalização do aborto. Huffington Post Brasil. 11 de fevereiro de 2016. “Ex-diretora da Anac, Denise Abreu apresenta propostas para SP e garante: ‘O PMB é antifeminista’”. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2016/02/11/ex-diretora-da-anac-denise-abreu-apresenta-propostas-para-sp-e\\_n\\_9161166.html](https://www.huffpostbrasil.com/2016/02/11/ex-diretora-da-anac-denise-abreu-apresenta-propostas-para-sp-e_n_9161166.html)>

<sup>102</sup> O partido movimentou os pequenos partidos, que contavam com parlamentares insatisfeitos em suas legendas, extinguindo as bancadas do PRP, PSL e PSDC e fazendo com que PMN, PTdoB e PTC diminuíssem suas representações a apenas um deputado. O Globo. “Partido da Mulher Brasileira atrai 20 deputados em 2 semanas”. 28 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/partido-da-mulher-brasileira-atrai-20-deputados-em-2-semanas-18166555>>.

<sup>103</sup> Folha de São Paulo. “Partido da Mulher Brasileira oferece fundo para atrair deputados”. 29 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712492-recem-criado-partido-da-mulher-brasileira-oferece-pedaco-do-fundo-partidario-para-atrair-deputados.shtml>>.

### 4.1.3 Lógica ideológica

Esse terceiro conjunto conta com legendas que entraram no sistema partidário por motivos majoritariamente ideológicos, seja por meio da criação de uma nova legenda desde fora do sistema, seja por divergências programáticas dentro de uma agremiação já existente. Essa é a origem que identifiquei em 8 partidos: PMN, PV, PSTU, PCO, PSOL, PPL, REDE e NOVO. Seis dessas agremiações também foram resultado de cisões de partidos anteriores, como ficou evidente na genealogia disposta na Figura 1, do capítulo 2. Porém, ao considerar sua gênese, tanto por meio da descrição histórica, como ao longo das entrevistas, foi possível destacar a oferta de posições ideológicas específica foi a motivação central pela qual as lideranças racionalizaram sua saída do partido antigo.

Esse é, por exemplo, o caso de dissidências como as que formaram o PMN e o PPL. Ambos os grupos políticos estavam abrigados em legendas posicionadas à direita do centro, PTB e PMDB, respectivamente. O PMN, capitaneado por políticos que estavam no PTB, como Celso Brant, Oscar Noronha Filho e Aarão Steinbruch<sup>104</sup>, no entanto, se aproximava mais do PDT. A cisão foi ainda na década de 1980 – o partido demorou 7 anos para conseguir o registro –, no contexto da disputa dos legados trabalhista e nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek. Isso é discutido pelo presidente da sigla, Carlos Massarollo:

Não foi uma dissidência. Nossa ligação na verdade não seria com o PTB se nos tivéssemos uma origem. Eu lembro bem que aqueles que foram os primeiros articuladores, pensadores do partido, tinham uma relação na verdade com o Brizola. [...] Então nós tínhamos essa vertente, o nosso trabalhismo era o do Brizola. A nossa origem é realmente o nacional desenvolvimentismo do Juscelino Kubitschek. Inclusive a nossa Fundação chama Fundação Juscelino Kubitschek. [...] Alguns partidos herdaram grandes estruturas do bipartidarismo, né? O MDB era um desses partidos que herdou essas grandes estruturas, herdou poder político. O PMN nunca teve, nem poder econômico, nem poder político e foi sempre um partido que buscou se manter a margem das grandes negociatas que envolviam o poder (informação verbal)<sup>105</sup>.

O PPL, por sua vez, foi fundado a partir do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), grupo organizado na década de 1960 para resistência armada contra a ditadura, e aderiu ao PMDB nos anos 1970. Permaneceu no partido como força política minoritária por mais de 35 anos, até 2008, quando foi iniciado seu processo de registro. Como aponta Sérgio Torres, presidente do partido:

<sup>104</sup> Steinbruch esteve também ligado à fundação do Partido Agrário Socialista Renovador Trabalhista (Pasart) em 1985, dissidência do PTB, sendo candidato a prefeitura do Rio de Janeiro no mesmo ano.

<sup>105</sup> Conforme entrevista concedida por Carlos Massarollo a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone. Considerando que os antigos presidentes, Celso Brant, Oscar Noronha Filho e Telma Ribeiro dos Santos já faleceram, a alternativa foi Carlos Massarollo, presidente do partido desde 2016, filiado ao PMN desde 1987, participando inclusive do processo do registro definitivo.

quando houve a possibilidade de organização, quando se conseguiu um grau maior de liberdade de organização partidária, nós decidimos permanecer no MDB, pensamos “já estamos no MDB, desenvolvemos muitas relações”, [...] vamos ficar [...]. Lá por 2008, pensamos que no PMDB estava esgotado nosso papel, está caminhando para direita e nós não temos força para reverter esse processo. Então é fruto da história. Pensamos em montar um partido, não nos integrar em outro partido (informação verbal)<sup>106</sup>.

Mesmo tendo sido fundado por lideranças que já participavam do jogo político – porém não em cargos eletivos –, o PPL não logrou recrutar deputados e também não elegeu congressistas nas duas eleições nas quais participou, 2014 e 2018. Sem força eleitoral para passar a cláusula de barreiras, o partido se incorporou ao PCdoB em 2019.

As cisões ideológicas ficam ainda mais evidentes no caso dos partidos de esquerda que saíram do PT: PSTU, PCO e PSOL. O primeiro partido foi criado a partir do grupo Convergência Socialista, que atuou no MDB na década de 1970, e depois ajudou a fundar o PT. Como uma tendência no PT, a CS foi afetada pela regulação que proibia a dupla militância e a indisciplina na Câmara. Nesse contexto, em 1992, os deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella, da CS, foram expulsos por indisciplina na campanha Fora Collor e por não aceitar o acordo para manutenção do governo Itamar Franco. Em 1993, esses deputados deram início à formação de um novo partido que também aglutinasse correntes trotskistas de extrema-esquerda, como a Liga (próxima da CUT), o Movimento Socialista Revolucionário e o Partido da Frente Socialista. Com a nomenclatura de PSTU, o partido conseguiu o registro em 1995. Como aponta seu presidente fundador, Ernesto Gradella:

o PT deu uma guinada na sua posição política a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim [...] a campanha do Lula de 1989 era uma campanha classista, uma campanha de não pagamento da dívida externa, de reforma agrária, essa posição vem a mudar totalmente [...]. Essa guinada que o PT deu, de ir mais à direita, abandonando a pauta socialista, deixando de lado as principais bandeiras, que antes o partido defendia. A Convergência Socialista tinha uma posição dura de crítica, então houve essa ruptura. [...] O PT tinha todos os nomes. A ideia foi criar uma alternativa pros socialistas no momento em que o PT abandonava as bandeiras do socialismo. Mas o PT era o partido referência da classe trabalhadora durante toda a década de 80, e 90 também. Nós sabíamos que era enfrentar uma luta, que ia ser um período desigual, porque o espaço que nós iríamos disputar era o mesmo que o PT já tinha conquistado (informação verbal)<sup>107</sup>.

Sem espaço no PT, que, houve grupos que preferiam promover a mensagem revolucionária em novas legendas, mesmo cientes de que haveria pouco espaço para disputar

<sup>106</sup> Conforme entrevista concedida por Sérgio Torres a Cristiana Maglia, no dia 15 de agosto de 2019, pessoalmente, na sede do PPL, em São Paulo.

<sup>107</sup> Conforme entrevista concedida por Ernesto Gradella a Cristiana Maglia, no dia 12 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

votos e cargos, o que se manifesta em seu desempenho eleitoral pouco expressivo. Como Gradella explica:

Vários grupos naquele momento, inclusive da esquerda, discordavam também da linha que o PT estava tomando, não era só a Convergência, só que por um raciocínio eleitoral, preferiram ficar dentro do PT, era muito mais fácil eleger dentro do PT do que fora dele. [...]

O PT tinha todos os nomes. A ideia foi criar uma alternativa pros socialistas no momento em que o PT abandonava as bandeiras do socialismo. Mas o PT era o partido referência da classe trabalhadora durante toda a década de 80, e 90 também. Nos sabíamos que era enfrentar uma luta, que ia ser um período desigual, porque o espaço que nós iríamos disputar era o mesmo que o PT já tinha conquistado. [...] Enquanto a gente se apresentava de fora [...], a grande parte da classe trabalhadora votava no PT. Então é claro, qualquer deputado do PT tinha uma campanha muito maior que a nossa, pra deputados principalmente, os nossos recursos eram bem menores, então a nossa campanha era muito mais simples, uma campanha que acabava sendo mais de propaganda das posições políticas socialistas do que realmente uma campanha que tivesse a possibilidade concreta de eleger, né? Vários dos nossos candidatos eram lançados apenas pra defender a posição do partido, ser um tribuno do partido (informação verbal)<sup>108</sup>.

Desse modo, o PSTU foi criado apesar das dificuldades de competição eleitoral e não pela percepção de oportunidades nesse sentido. Isso também ocorreu com o PCO, criado por um grupo de militantes trotskistas que publicava o jornal Causa Operária<sup>109</sup> desde a década de 1980, e que participou da construção da Central Única dos Trabalhadores (RODRIGUES, 1990) e do PT. Da mesma forma que a CS, a tendência Causa Operária também passou a ser afetada pela regulamentação sobre as tendências internas petistas:

Em 1989, Causa Operária participou da campanha eleitoral denunciando a formação de uma frente entre o PT e a burguesia e pedindo a ruptura com a burguesia e chamando a formar comitês eleitorais exclusivamente formados pelos militantes classistas do PT, independentes da frente popular. Esta denúncia provocou a intervenção da direção do PT e a destituição dos diretórios municipais dirigidos pelo partido que se opunham à aliança com a burguesia, como Bauru (SP) e Volta Redonda (RJ). [...] Consciente do completo fracasso do PT e da sua liquidação definitiva como uma perspectiva de construção de um Partido da classe operária, os militantes de Causa Operária lançaram-se à tarefa de construir um novo partido operário o qual, embora muito minoritário em relação ao PT constituía-se em uma necessidade impostergável (informação do Jornal da Causa Operária, 2015).

Em 1990, a CO teve seu pedido de reconhecimento negado no 7º Encontro Nacional petista, por ter um discurso radical. Nesse ano, 20 candidatos petistas ligados à corrente foram

<sup>108</sup> Conforme entrevista concedida por Ernesto Gradella a Cristiana Maglia, no dia 12 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>109</sup> Mais informações em: <https://www.causaoperaria.org.br/textos/?p=2614>.

cassados pela direção do PT, entre eles Rui Costa Pimenta<sup>110</sup>, expulso do PT no ano seguinte. Em 1995, o PCO conseguiu o registro provisório, e, em 1997, o definitivo.

Em suma, as tendências que criaram o PSTU e o PCO tiveram como objetivo criar partidos antisistêmicos que advogassem pela transformação da sociedade capitalista em socialista, mesmo que esta mensagem revolucionária resultasse em baixa expressividade eleitoral. Mais bem-sucedido foi o PSOL, que conseguiu competir de maneira mais consistente na arena eleitoral. Isso se deveu, em grande medida, à criação do partido já com parlamentares. Expulsos do PT, na ocasião do voto da reforma da previdência em dezembro de 2003, Heloísa Helena, João Batista Babá, João Fontes e Luciana Genro, deram início ao processo de registro do PSOL. De acordo com o site do partido<sup>111</sup>: “Sem alternativa política à esquerda que pudesse abrigar os lutadores pelo socialismo, estes parlamentares iniciaram um movimento nacional pela fundação de um novo partido, de esquerda, socialista e democrático”. Heloísa Helena destaca a importância do caráter ideológico na cisão:

O rompimento nosso com o governo é um rompimento de característica programática, ideológica, e embora nós tenhamos sido expulsos baseado no que não existia no estatuto, até porque o estatuto do PT possibilitava que o parlamentar votasse diferente da orientação partidária, desde que apresentasse as motivações – tudo aquilo que supõe-se adequado numa nessa questão [...]. Muitos de muitos de nós já tínhamos divergências com a condução da cúpula partidária, mas a motivação realmente foram as medidas tomadas pelo governo Lula. Então nós passamos de fato no primeiro ano de governo, nós fizemos um movimento em torno da reforma da previdência, e no final do ano em dezembro eles nos expulsaram, usaram o argumento da infidelidade partidária, mas eu digo sempre que é um caso de expulsão por fidelidade programática ao partido (informação verbal)<sup>112</sup>.

Com o registro, em 2005, o PSOL ainda recrutou outros deputados federais, como Ivan Valente, Chico Alencar e Maninha, formando uma bancada de 6 deputados e uma senadora, o que propiciou o funcionamento parlamentar, mesmo antes de participar de eleição. O PSOL se colocou como desafiante à esquerda do PT, participando das eleições com o intuito de angariar votos e conquistar cargos ao se aproximar de novas pautas pós-materialistas (o que não ocorreu no PSTU e PCO). Contudo, o PSOL teve dificuldade ao enfrentar a hegemonia do PT na esquerda, durante o governo Lula. Como aponta Heloísa Helena, em relação à fundação do partido e sua primeira eleição, em 2006:

foi um trabalho extremamente exaustivo fisicamente, porque significava andar pelo Brasil todo, buscar espaços onde a gente pudesse dialogar com a sociedade, fosse numa rádio

---

<sup>110</sup> Mesmo após reiteradas tentativas, Pimenta não aceitou conceder entrevista.

<sup>111</sup> Mais informações em <https://psol50.org.br/partido/historia/>.

<sup>112</sup> Conforme entrevista concedida por Heloísa Helena de Carvalho a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

comunitária que abrisse, [ou] no meio da rua. Foi muito difícil porque a gigantesca maioria dos movimentos sociais, e das chamadas forças vivas da sociedade no campo e na cidade se articulavam com o governo Lula. Eu digo assim: é muito mais fácil você construir uma alternativa quando o governo que está colocado apresenta mudanças gigantescas em relação ao que você disputa no imaginário popular. Naquele momento foi difícil, primeiro porque muita gente não compreendia; e a estrutura do PT, tanto nos movimentos sociais como na institucionalidade, trabalhou duramente para nos esmagar. Foi difícil porque a gente não tinha uma estrutura poderosa de sindicatos, prefeituras, igrejas o que quer que seja. Tínhamos um governo com muita legitimidade, consolidado tanto pelo processo eleitoral, como em relação a movimento social, como em relação ao capital, ao grande empresariado (informação verbal)<sup>113</sup>.

Outro partido que surgiu de dentro do sistema foi a REDE. O partido, capitaneado por Marina Silva, atraiu políticos que estavam no PV, PSDB, PT, PSB (como a própria candidata) e PSOL. Como aponta José Gustavo Barbosa, porta-voz e presidente durante o registro junto ao TSE, a REDE não pode ser considerada uma dissidência de um só partido, já que o partido foi formado por “uma composição de pessoas que estavam insatisfeitas com a formatação de partido político no Brasil, em que se tem pouca democracia interna, anos em que um mesmo presidente tá na direção do partido, lideranças quase que plenas e únicas” (informação verbal)<sup>114</sup>. A crítica aos partidos consolidados fica evidente na sua fala:

A REDE nasce de um movimento de compreensão de que os partidos nas suas dinâmicas cotidianas não estavam dando conta de responder as mudanças de processo que estão acontecendo no mundo. Nasce muito fruto de uma reflexão profunda de academia, movimentos da sociedade civil, e principalmente ambientalistas, de que era importante ter espaços na política nacional mais oxigenados. Nós tínhamos um movimento chamado Movimento Nova Política, basicamente fundado por pessoas que tinham estado na campanha da Marina em 2010, no PV. Esse movimento no PV, que era um movimento de renovação dentro do PV, infelizmente que não teve saída né? [...] Já em 2012, a gente tinha a para recepção de que esse modelo partidário está saturado, as pessoas não confiavam nos partidos políticos, eles representavam apenas quase que uma classe própria. Então em 2013, parte desse movimento entende que era necessário formar um novo partido político, que fosse mais oxigenado, e aí nós trouxemos no nome do partido a sua principal identidade, que era rede, que é uma forma mais horizontal, mais dinâmica, e a sustentabilidade, que é uma visão de mundo, não só uma questão ambiental – mas pra nós é uma questão econômica social, ambiental, cultural, política, ética e estética. [...] então, passamos ali 2013, coletando assinaturas – foram oito meses, eu coordenei nessa época, o processo de registro do partido no estado de São Paulo –, e em outubro de 2013, a gente apresentou ao TSE as assinaturas, mas infelizmente o TSE não nos deu o registro, no olhar deles, a gente não tinha as assinaturas necessárias para a disputa eleitoral. Então, a gente não para um pouco o processo de registro do partido, e como um partido entre aspas clandestino, faz uma coligação com o PSB, vários candidatos da REDE fizeram uma filiação democrática

---

<sup>113</sup> Conforme entrevista concedida por Heloísa Helena de Carvalho a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>114</sup> Conforme entrevista concedida por José Gustavo Barbosa a Cristiana Maglia, no dia 20 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

no PSB, disputaram a eleição. Depois, em 2015, a gente volta o processo de registro e registra (informação verbal)<sup>115</sup>.

A REDE pode ser vista como um caso mais tênue de classificação, com um componente ideológico forte, ligado ao ambientalismo, mas fortemente ligada com a movimentação pragmática de políticos insatisfeitos em suas legendas – seja pelo foco na candidatura de Marina, seja pela dificuldade de fazer frente aos dirigentes consolidados em suas legendas.

Dos sete partidos criados por questões ideológicas desde 1990, apenas o PV e o NOVO se apresentam como genuinamente novos, advindos de fora do sistema. O primeiro surgiu em consonância com o movimento verde europeu que articulou novas demandas pós-materiais ligadas à ecologia no final da década de 1980. O partido começou a ser criado em 1986 (mas teve seu registro provisório revogado e só veio a receber o definitivo em 1993) por um grupo de ativistas contra a ditadura e intelectuais<sup>116</sup> que se colocou contra o desmatamento da Amazônia e contra as usinas nucleares em Angra dos Reis. Conforme destaca José Luiz Penna:

Na verdade, jovens intelectuais na época mais irrequietos estavam sintonizados como um movimento mundial, principalmente na Europa do ecologismo, e do Partido Verde, portanto. E nós aqui no Brasil tivemos uma dificuldade grande porque achavam, os dirigentes da época da política, que essas mensagens ecológicas deviam estar no programa de todos os partidos, não tinha necessidade [de um novo partido], porque eles não entendiam que essa pauta não é apenas a ecologia, é uma nova visão de mundo. Então a gente tinha críticas à forma de produzir, tínhamos críticas quanto às relações com a natureza, de uma maneira geral, predatórias. O que é importante é que a gente veio ao mundo com a primeira consciência planetária. Claro, influenciados pela política espacial, a primeira foto do planeta Terra. Então nasceu essa coisa, por exemplo, para discutir os mares não pode ser uma coisa apenas de uma nação ou de parte do continente, é uma discussão maior. [...] E era muito próprio que o mundo na época era bipolar, uma refrega entre a esquerda e a direita, né? Então tivemos sinais de pessoas fora da discussão política e nem sempre com uma adesão qualificada do ponto de vista Verde. Mas, direita e esquerda trabalharam muito para que não desse certo projeto [...] a gente faz política na sociedade, como a sociedade estava maniqueísta, não tinha vaga para a gente (informação verbal)<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> Conforme entrevista concedida por José Gustavo Barbosa a Cristiana Maglia, no dia 20 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>116</sup> Alguns dos nomes envolvidos na criação do PV foram: Fernando Gabeira (jornalista), Lucélia Santos (atriz), Alfredo Sirkis (escritor), John Neschling (maestro), Luiz Alberto Py (psicanalista), Carlos Minc (professor), Herbert Daniel (escritor), Gilberto Gil (músico), e Belchior (músico).

<sup>117</sup> Conforme entrevista concedida por José Luiz Penna a Cristiana Maglia, no dia 11 de setembro de 2019, pessoalmente, na sede do PV em Brasília. O primeiro presidente da sigla foi Sidney de Miguel, deputado pelo PDT, em 1990, já falecido. O segundo presidente foi Alfredo Sirkis, mas considerando que o senhor Penna estava em Brasília na época da minha pesquisa de campo, foi sugerido pelos assessores que eu o entrevistasse, haja vista que ele atuou no PV desde a fundação e também foi seu presidente.

Já o NOVO se apresenta como uma novidade por não ser oriundo de organizações pré-estabelecidas, mesmo com a proximidade com membros do mercado financeiro. Surge com uma pauta liberal nos temas econômicos, como uma alternativa na direita brasileira, com foco em um discurso abertamente empresarial e pró-mercado. O partido foi criado fora do parlamento, por iniciativa, especialmente de seu então presidente, João Amoedo:

A gente notou isso quando foi fazer a fundação do NOVO: quando você vai ver o histórico dos 35 partidos existentes, eles têm três características, acho que 100% deles: ou é uma dissidência política de algum partido já existente, então o PSOL era uma dissidência do PT, a Marina com a REDE, e por aí vai; ou eles são oriundos de alguma agremiação religiosa, então você tem lá Igreja Universal que tem o PRB; ou eles são na verdade, derivados de algum grupo sindical que resolveu [entrar na política], Solidariedade, o próprio PT. Então, normalmente estão nesses três aspectos, e o NOVO era o único diferente, porque ele não tá nem ligada a instituição, como sindicato como você falou, nem a uma igreja, nem é uma dissidência de um grupo político. [...]

Na verdade, a gente nem pensava em criar um partido, no início da conversa. Éramos um pequeno grupo, de três, quatro amigos, um não estudado comigo no colégio, o outro, a gente trabalhava junto, e o outro tinha trabalhado junto. A gente tinha uma proximidade grande e a ideia, na verdade, em 2008, foi quando a gente começou a pensar no assunto, eu tava naquele momento querendo fazer algum tipo de ajuda à área pública. Pensei “a área pública tem tanta ineficiência, será que a gente não consegue levar práticas da iniciativa privada para o mundo público?”. De repente eu tava até disposto a ir para alguma área administrativa do estado, do município e tentar dar uma ajuda como voluntário mesmo. Em 2009, a gente teve esse contato com políticos aqui do Rio – como eu sou carioca – e a conclusão minha depois desses contatos foi: olha, não adianta só a gente levar novos quadros para a política, a gente precisa levar a novas lideranças. Porque é a liderança que dá o tom, que dá o exemplo e pelo que eu tô vendo a gente só vai mudar as coisas – impactar a vida das pessoas, essa que era a preocupação, como é que a gente pode melhorar a vida das pessoas dando maior escala? – e a conclusão foi: mexendo no estado brasileiro. Você tem muitos recursos lá dentro, o Estado acaba tendo uma atuação em diversas áreas, então lá dentro a gente teria mais escala. E aí foi um raciocínio meio óbvio: novas lideranças pro municipal, estadual ou federal, é um partido político, é um processo seletivo. Então em 2010, a gente falou assim “vamos tentar mudar um partido”, era uma coisa que a gente não imaginava mas o caminho meio que natural para o problema que a gente se colocou. Começamos em 2010 então a estruturar, montar estatuto, um grupo pequeno ainda que desembocou na fundação, em início de 2011, com 181 pessoas. Porque a gente foi agregando conhecidos amigos, pedindo pra chamarem amigos (informação verbal)<sup>118</sup>.

De acordo com suas pautas opostas à política tradicional, o NOVO aposta na não utilização do fundo partidário<sup>119</sup>, buscando também diminuir os privilégios da classe política. Fundado por administradores, empresários, profissionais liberais e estudantes, o partido busca seguir uma lógica empresarial já em seu processo seletivo: todos os pré-candidatos têm que

<sup>118</sup> Conforme entrevista concedida por João Dionísio Amoedo a Cristiana Maglia, no dia 19 de junho de 2019, via vídeo chamada.

<sup>119</sup> Veja. “Vamos usar o fundo partidário para fazer campanha contra o fundo”, diz presidente do Partido Novo”. 16 de setembro de 2016. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/tveja/arquivo/vamos-usar-o-fundo-partidario-para-fazer-campanha-contra-o-fundo-diz-presidente-do-partido-novo/>>.



pagar uma taxa de inscrição (de R\$ 600 para deputado federal, por exemplo), passar por uma análise curricular, realizar um teste sobre os valores da sigla e, por fim, ser avaliado por um conjunto de membros do partido por meio de entrevistas. O partido ainda concebe a contribuição de militantes e filiados de maneira orgânica como um elo de ligação do partido: “o filiado pagar e contribuir para isso ajuda a torná-lo sócio do projeto, ele sabe que a gente depende dele, não usa dinheiro público” (informação verbal)<sup>120</sup>. Vale notar que Amoedo sozinho doou R\$ 4,5 milhões dos R\$ 5 milhões utilizados para a criação do partido. As revistas *Época*<sup>121</sup> e *Valor Econômico*<sup>122</sup> apontaram ainda que banqueiros como Pedro Moreira Salles, Fernão Bracher, Armínio Fraga e outros nomes ligados ao Itaú Unibanco também fizeram doações.

#### 4.2 O MERCADO ELEITORAL E O CÁLCULO DAS ELITES

Essas duas últimas lógicas de criação partidos políticos, a pragmática e a ideológica, de certo modo, refletem distintas maneiras nas quais a assimetria ideológica do mercado eleitoral estrutura a criação de novos partidos. O gráfico 30 abaixo plota todos os partidos analisados em cada categoria, separadas pelo eixo vertical e por cor, e organizados pelo posicionamento ideológico entre esquerda e direita no eixo horizontal. A maioria dos partidos criados são oriundos da lógica pragmática de reorganização de forças, originárias de partidos posicionados na direita. Esses partidos se mantêm agrupados na centro-direita não se diferenciado substancialmente do posicionamento de suas legendas antigas. Eles passam a disputar o espaço eleitoral por elas também disputado. Desse modo, a diferenciação da oferta por si e as transformações da demanda não parecem ser explicações propícias para sua criação. Essa parece ser motivada por grupos políticos que veem elevados prospectos para manter sua viabilidade eleitoral em uma nova legenda sobre a qual possuiriam maior controle. A baixa concentração e menor rigidez da identificação eleitoral na direita, como discutido no capítulo anterior, de fato, parece criar maiores incentivos para que forças políticas insatisfeitas busquem suas próprias agremiações. Essa estrutura assimétrica do mercado eleitoral exacerba a

<sup>120</sup> Conforme entrevista concedida por João Dionísio Amoedo a Cristiana Maglia, no dia 19 de junho de 2019, via vídeo chamada.

<sup>121</sup> *Época*. “João Amoêdo: ‘a gente quer acabar com os privilégios’”. 25 de setembro de 2014. Disponível em <<https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/09/bjoao-dionisio-amoedob-gente-quer-acabar-com-os-privilegios.html>>. *Época*. “João Amoêdo: ‘Nossos candidatos terão metas de gestão’”. 09 de junho de 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI240537-15223,00-JOAO+DIONISIO+AMOEDO+NOSSOS+CANDIDATOS+TERAO+METAS+DE+GESTAO.html>>.

<sup>122</sup> *Valor Econômico*. “Maiores financiadores têm origem no Itaú Unibanco”. 25 de setembro de 2014. Disponível em <<https://valor.globo.com/politica/coluna/maiores-financiadores-tem-origem-no-itaunibanco.ghtml>>.

permissividade do sistema político para criação de novas legendas na direita e a atenuação na esquerda.

Partidos ideológicos por definição parecem colocar sua agenda como principal componente de seu cálculo, sendo, portanto, menos sensíveis ao nível relativo de competitividade na esquerda e na direita. Não à toa, o maior número de partidos à esquerda do espectro tem origem ideológica, e o partido mais marcadamente à esquerda dentre os oriundos de reorganização de forças (REDE) é um caso claramente híbrido. A força inibidora da concentração política da oferta partidária na esquerda, em torno do PT, se manifesta também em seus dissidentes. Todos os partidos enfrentaram dificuldades, manifestadas por seus fundadores, em disputar o campo da esquerda com o PT. O PSOL e a REDE, um dissidente indireto do PT (pela figura de Marina Silva), tiveram forte animosidade com sua agremiação originária nas suas primeiras disputas eleitorais.

As dificuldades de competição desses partidos à esquerda do centro, impostas pela hegemonia do PT, de certo modo, funcionam com um *contra factum*, expondo a dificuldade de criar novas legendas nesse segmento para fins mais pragmáticos e eleitorais. Mesmo os momentos de maior sucesso relativo do PSOL, por exemplo, foram ocasionados por momentos de desgaste pontual do PT como nos casos do mensalão (2006) e da Lava Jato (2014 e, principalmente, 2018). Esse sucesso, porém, é bastante pequeno se comparado com o obtido por diversas legendas da direita.

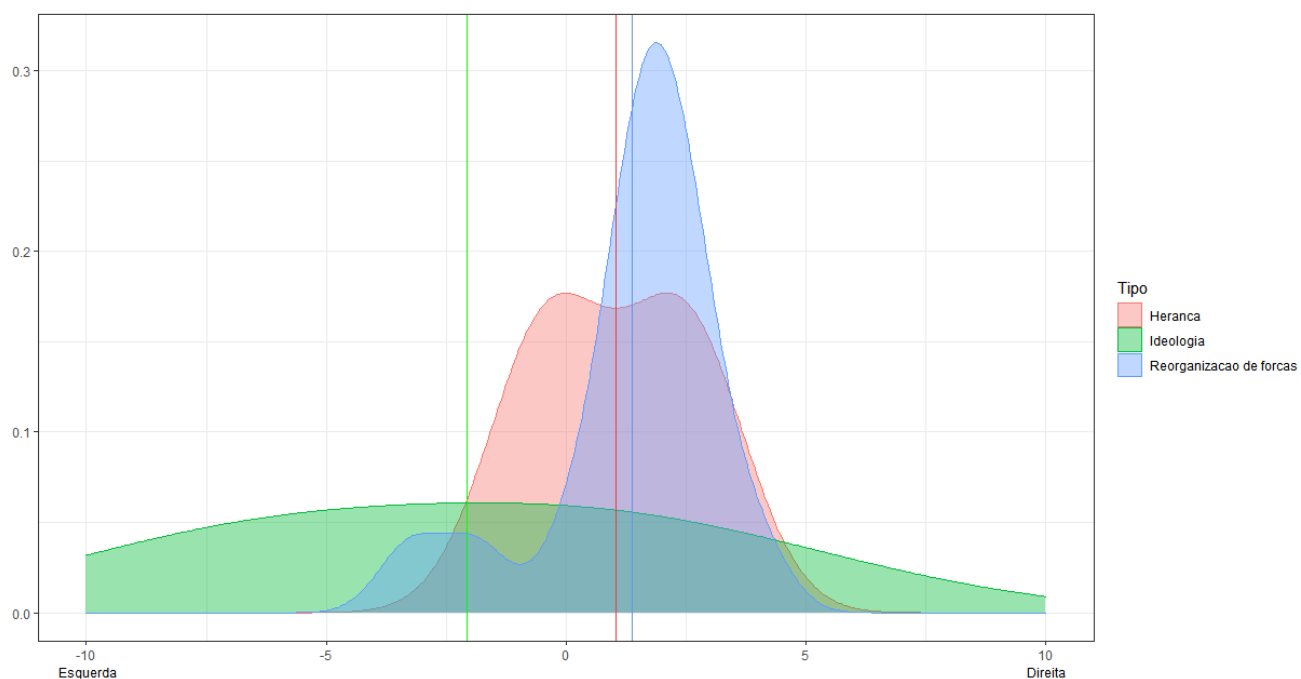
Os partidos herdeiros, dada sua origem mais remota, escapam a possibilidade de análise dos efeitos da estrutura do mercado eleitoral para sua criação, pois remontam a estruturas anteriores às analisadas aqui. Criados como reminiscências de um sistema político anterior, seu cálculo reflete mais àquela estrutura do que a que se inserem na redemocratização. Ainda assim, vale notar que PPS migrou marcadamente para a direita do espectro político ao longo de sua trajetória, paralelo ao ambiente competitivo mais difícil à esquerda.

O gráfico 31 apresenta os mesmos resultados do gráfico 30 de maneira mais sistemática. No eixo horizontal, encontra-se o espectro direita-esquerda conforme medido no capítulo 2. No eixo vertical, estão as curvas de densidade de frequência de cada posição ideológica para cada um dos três grupos de partidos observados. É possível ver nele a maior concentração de novas agremiações à direita entre os partidos originários de reorganização de forças. Em contraste, entre os partidos de origem ideológica, a curva é mais espalhada, ainda que inclinada à esquerda. Entre os partidos de herança, a curva é mais centrada, inclusive porque são apenas dois exemplares.

Gráfico 30 - Partidos por posicionamento e tipo de origem



Gráfico 31 - Densidade de frequência: partidos por posicionamento e tipo de origem



Fonte: Elaborados pela autora, com os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (BLS17), da análise dos manifestos partidários conforme Índice RILE, com a metodologia MRG/CMP/MARPOR, e classificação dos partidos conforme origem. No gráfico 30, utilizo a função jitter para facilitar a leitura das siglas.

É possível, portanto, identificar, a partir da racionalidade manifestada por seus fundadores nas entrevistas qualitativas e pelo estudo de suas trajetórias originárias, a forma como o cálculo das elites está estruturada pelas dinâmicas do mercado eleitoral. Essas lógicas ilustram o peso de um mercado eleitoral assimétrico entre esquerda e direita para a criação e reprodução de um sistema partidário mais fragmentado à direita em comparação com a esquerda. A baixa concentração do mercado e a ampla flexibilidade da demanda na direita permitem que dissidências políticas busquem espaço eleitoral com maior chance de sucesso. À esquerda, a criação de novas agremiações parece ser limitada por uma disputa muito mais acirrada com a hegemonia petista, reduzindo o surgimento de novas siglas por motivações ideológicas com menor capacidade de obter recursos e expressividade eleitoral.

Busco ainda analisar essas lógicas na forma como os fundadores de cada partido racionalizaram seus empreendimentos, para identificar o papel do mercado eleitoral na estruturação de suas decisões. Assim, avalio como os aspectos institucionais e a dinâmica competitiva do mercado eleitoral se manifestam nas narrativas que esses atores fazem da criação de seus partidos, analisando como a agência e a estrutura se encontram. As entrevistas com os fundadores das siglas permitiram observar que a estrutura do mercado eleitoral, em especial quanto à concentração na esquerda devido à hegemonia do PT e a maior competitividade do lado direito, explica a proliferação de legendas na direita. Os dirigentes manifestam que a legislação constrange a criação e a sobrevivência de partidos não consolidados no sistema, e que os grandes partidos buscam barrar essa multiplicação de siglas. Porém, ainda assim, partidos à direita do centro parecem encontrar maior espaço e potencial, dada a possibilidade de disputar com maiores chances de sucesso os votos de um eleitorado menos identificado com agremiações específicas. Com isso, o potencial de acesso a recursos associados ao controle dos partidos parlamentares e os demais incentivos sistêmicos tornam-se mais salientes na direita. Na esquerda, a maior competitividade atenua esses incentivos.

Grande parte dos dirigentes destacaram a dificuldade de se criar um partido no Brasil a partir da Lei Orgânica de 1995 e da exigência das assinaturas de apoio validadas em cartório. Como abordado no capítulo 1, a legislação molda incentivos e constrangimentos para a criação de novos partidos, mesmo que seja uma constante quando avaliado o posicionamento ideológico dessas legendas. Isso quer dizer que as leis partidárias e as instituições eleitorais afetam igualmente partidos na direita e na esquerda.

Sobre o processo burocrático para o registro, os presidentes apontam inúmeros empecilhos. Para o presidente do PRB, Vitor Paulo dos Santos, a LOPP aumentou as barreiras para as novas legendas:

A dificuldade desse processo foi porque até a construção do PMR [futuro PRB], nenhum partido político até então tinha passado por esse crivo [da LOPP]. Todos os partidos brasileiros até esse momento tiveram o seu registro provisório, porque a lei permitia isso: tirava um registro provisório, a partir desse registro já podia disputar a eleição, desde que você tivesse uma diretiva, com 101 membros, em um terço dos estados brasileiros, você registrava em cartório um processo de personalidade jurídica, através do CNPJ. A partir daí você já poderia disputar eleição. Você tinha dois anos para você construir o partido em todo o Brasil. A lei 9.504 diz que não. Ela cria a cláusula de barreira e diz que o partido tem que ter registro definitivo. Então tinha que ter 0.5 de manifestos no Brasil, em um terço dos estados (informação verbal)<sup>123</sup>.

As dificuldades práticas do processo também são apontadas pelo fundador do PPL, Sérgio Torres:

É o seguinte, você precisa ter 500 mil assinaturas certificadas. Não é problema conseguir assinatura, isso nós arrumamos 1,5 de assinaturas. O problema é certificar. Aí dá problema na assinatura, compara a assinatura atual com a do título. [...] Nós certificamos um terço das assinaturas que a gente recolheu. Já tinham falado “não adianta, não é que é assinatura recolhida, é que tem que ser certificada”. A não ser o cara que tem um monte de grana, aí o cara contrata um monte de cara pra fazer assinatura, mas nós não tínhamos, nossa matriz não era essa (informação verbal)<sup>124</sup>.

Paulo Pereira da Silva, do SD, enfatiza a mesma dificuldade:

Porque não é uma coisa fácil né? As pessoas falavam “são só 500 mil assinaturas”, mas são 500 mil assinaturas certificadas. Aí tem um punhado de problema. Porque tem cartório que exige assinatura do título de eleitor. O cara tirou o título de eleitor há quarenta anos, não sabe mais nem fazer a assinatura que ele fazia. Não bate a assinatura. Aí outro exige do dia da eleição, que a pessoa normalmente nem assina, espacinho pequeno, faz um risco ali. Então acaba muitas fichas sendo destruídas, sendo não aceitas (informação verbal)<sup>125</sup>.

José Gustavo Barbosa, porta-voz e presidente fundador da REDE, adiciona que a burocracia tende a privilegiar partidos criados de dentro do sistema:

[Pergunta: A REDE teve bastante dificuldade com essa questão burocrática, certo? Em relação às assinaturas] Não foi a REDE que teve dificuldades burocráticas, o Estado brasileiro tem dificuldades burocráticas. Os cartórios eleitorais não tinham um padrão de verificação das assinaturas [...]. A REDE, muito parecido com o processo que foi o PSOL,

<sup>123</sup> Conforme entrevista concedida por Vitor Paulo dos Santos (presidente fundador do PRB) a Cristiana Maglia, no dia 17 de setembro de 2019, pessoalmente, em Brasília.

<sup>124</sup> Conforme entrevista concedida por Sérgio Torres (presidente fundador do PPL) a Cristiana Maglia, no dia 15 de agosto de 2019, pessoalmente, em São Paulo.

<sup>125</sup> Conforme entrevista concedida por Paulo Pereira da Silva (presidente fundador do SD) a Cristiana Maglia, no dia 27 de setembro de 2019, pessoalmente, em Brasília.

foi com a sua própria militância para rua, com recursos próprios para realmente buscar assinaturas para a criação de um partido novo. [...] cerca de 90 mil fichas de apoio foram negadas, sendo que estas pessoas poderiam apoiar. Então, não foi a dificuldade REDE nesse processo. É muito importante que foi uma dificuldade do próprio Tribunal Superior Eleitoral. E nessa constituição de partido, fazendo de baixo para cima, com a base, com a militância e tudo mais, infelizmente foram poucos partidos que se formaram dessa maneira nesses últimos anos. [...] A burocracia também é usada para disputa política (informação verbal)<sup>126</sup>.

Essa percepção é compartilhada por Gilberto Kassab, do PSD, que reconhece as dificuldades burocráticas para criar novos partidos, mas destaca as vantagens que partidos que já estão no parlamento têm:

Criar, formar um partido no Brasil não é, e não era, um processo fácil, simples. Corretamente, afinal já temos muitos partidos aqui, algo que já começou a mudar, a se depurar, com a cláusula de barreira em vigor. Mas pela minha experiência, posso dizer que o PSD nasceu como um partido diferente [...]. Tivemos na reunião de fundação 168 apoiadores, de 21 Estados, e no registro do TSE foram validadas mais de 500 mil assinaturas, quando o necessário à época eram 491 mil, o equivalente a 0,5% dos votos válidos para a Câmara Federal, distribuídos em ao menos nove Estados (informação verbal)<sup>127</sup>.

Os dirigentes destacam que a dificuldade para se criar um partido, de fato, aumentou conforme o tempo. A comparação entre o período antes da LOPP e a legislação atual, que demanda assinaturas de eleitores não filiados a outros partidos em um período de dois anos, foi destacada pelas lideranças. Heloísa Helena, que foi presidente durante a fundação do PSOL e participou da criação da REDE:

Antes não era [difícil de criar um partido]. Agora é que é. Não só pro PSOL, mas os outros que vieram. No nosso caso e da REDE a dificuldade foi porque nós não tínhamos estruturas nem governamentais, nem aparelhamento institucional, de governos, nem de movimentos; nós não tínhamos isso, por isso que foi muito difícil pra gente. Claro que pode ser considerado fácil pra quem tem uma prefeitura e usou a prefeitura, pra quem tinha uma estrutura de igreja e usou, pode ser considerado fácil pra isso, mas a legislação a partir do PSOL é uma legislação dura, e depois mais ainda. Agora não pode assinar nem quem já tem uma filiação. Então era fácil antes. O PSOL já se submeteu a uma legislação duríssima, tinha os percentuais nacionais, os percentuais nos estados. Um país de dimensões continentais como o Brasil, com profundas diferenças regionais, com forças políticas regionais poderosíssimas; é fácil fazer partido pra quem é do *status quo*. Eu quero ver fazer pra quem tá remando contra a correnteza, como foi o caso do PSOL e da REDE (informação verbal)<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> Conforme entrevista concedida por José Gustavo Barbosa (porta-voz/presidente fundador da REDE) a Cristiana Maglia, no dia 20 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>127</sup> Conforme entrevista concedida por Gilberto Kassab (presidente fundador do PSD) a Cristiana Maglia, por e-mail.

<sup>128</sup> Conforme entrevista concedida por Heloísa Helena (presidente fundadora do PSOL e dirigente da REDE) de Carvalho a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

Para Adilson Barroso, presidente do PEN/Patri, a legislação atual, editada a partir da Lei n. 13.165 (BRASIL, 2015)<sup>129</sup>, tornou a criação de partidos impeditiva:

Se fosse com a mesma lei de hoje, eu não formaria. Porque hoje você abre um CNPJ para formar um partido, ele vence em dois anos, a ata vence em dois anos, e zera. Toda a assinatura zera, tudo zera. Então, aquele tempo podia ficar 20 anos montando a partido, aliás, tinha gente já com 17 anos de partido sendo montado, e não montou até hoje, e zerou (informação verbal)<sup>130</sup>.

Apesar de reconhecer a dificuldade crescente de criar novos partidos, Sérgio Tamer (PR) acha as medidas restritivas necessárias:

Depois que houve a mudança na legislação, as coisas foram ficando mais exigentes, mas mesmo assim, pelo número de partidos que tem no Brasil, nós não podemos dizer que há dificuldade na criação de partidos. porque os partidos têm obtido facilmente o número de assinaturas válidas e necessárias para isso. Nós estamos já com mais de 30 partidos no Brasil, 35, e o que nós precisamos hoje são partidos com consistência doutrinária e ideológica (informação verbal)<sup>131</sup>.

Essa mesma visão é compartilhada por Marcondes Gadelha (PSC):

Olha, tem que considerar [legislação é permissiva para criar partidos] sim, porque hoje nós temos 37 partidos, acho que é um dos países que tem mais partido no mundo e nós estamos aos poucos criando algumas dificuldades. Menos para a criação do que para a sobrevivência dos partidos, que foi introduzida agora a cláusula de barreiras (informação verbal)<sup>132</sup>.

Como apontou Amoedo (NOVO), “foi tudo muito demorado, mostrando que a burocracia é muito alta e qual o subproduto disso? É que você diminui a concorrência, então você acaba privilegiando os partidos já existentes”. Essa visão de que os partidos consolidados têm controle sobre o sistema partidário também foi levantada por Ovasco Resende (PRP):

---

<sup>129</sup> A Lei n. 13.165/2015 foi uma minirreforma política que instituiu diversas novas regras. Em primeiro lugar, diminuiu o período de campanha eleitoral de 90 para 45 dias (Art. 8º). Em segundo, diminuiu o prazo mínimo de filiação, de um ano para seis meses (Art. 9º), o que garantiu que um partido possa ser criado em até seis meses antes da eleição para poder participar. Ainda, passou a exigir que as assinaturas de apoio para a criação do partido fossem de eleitores não filiados a partido político (alteração do Art. 7, §1º, da LOPP). Também determinou que o prazo para a comprovação dos cerca de 500 mil apoiantes se dê no período de dois anos. Por fim, alterou a regra de conversão de votos em cadeiras: de acordo com o Art. 108, só serão eleitos os candidatos que tenham obtido no mínimo 10% do quociente eleitoral, de acordo com o respectivo quociente partidário, na ordem da votação nominal. Pode-se dizer que esses dispositivos tinham como objetivo constringer a criação de novos partidos ao dificultar a coleta de assinaturas, especialmente em casos de dissidências, e também ao encurtar o tempo de formação. Desde 2015, nenhum partido conseguiu registro junto ao TSE.

<sup>130</sup> Conforme entrevista concedida por Adilson Barroso da Silva (presidente fundador do PEN/Patriota) a Cristiana Maglia, no dia 22 de maio de 2019, pessoalmente, em Brasília.

<sup>131</sup> Conforme entrevista concedida por Sérgio Tamer (membro do PL e presidente fundador do PR) a Cristiana Maglia, no dia 18 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>132</sup> Conforme entrevista concedida por Marcondes Gadelha (atual vice-presidente do PSC) a Cristiana Maglia, no dia 03 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

Em 2008, já com os primeiros recursos que vieram do fundo partidário, então a gente iria, com certeza, com alguns anos, a gente iria alcançar o objetivo de ser um grande partido. Mas, infelizmente, no país, as coisas acontecem da noite para o dia, criam-se instrumentos – quem cria isso são os partidos tradicionais, os maiores – para poder fazer leis famigeradas para poder eles ficarem mais fortes. Então para não morrer essa essência, houve a questão da incorporação [com o Patriota] (informação verbal)<sup>133</sup>.

Nesse mesmo contexto, Carlos Massarollo (PMN) discute a pressão da legislação para as pequenas legendas:

Eles [grandes partidos] usam os outros partidos nas eleições gerais comprando a consciência de lideranças. Grandes partidos. Então, é uma luta desigual. Todos os partidos que estavam envolvidos agora nos últimos escândalos, petrolão, mensalão, foram beneficiados pelo financiamento público. Eu vivo perguntando: qual é o mal que os pequenos partidos fazem ao Brasil? Só que são esses partidos que são atacados permanentemente pela legislação, pela imprensa, pelos tribunais. Então é um jogo desigual o tempo todo. Alguns momentos foram feitas essas alianças em função de uma pressão da legislação para superar essas cláusulas [...] por isso nós tivemos desvios ideológicos diversas vezes, por causa do sistema (informação verbal)<sup>134</sup>.

Abreu (PTN/Podemos) também destaca que o problema da fragmentação partidária brasileira não é dos partidos pequenos, posicionados no centro ideológico, e sim da falta de representatividade das grandes legendas:

Na verdade o problema não é a fragmentação partidária, porque o pluralismo partidário é bom para uma democracia. Você vê nos Estados Unidos, você tem mais de 100 partidos políticos, mas só dois com representação. No Brasil, se tem 30 e 28 com representação. Então onde que está o problema? É o excesso de partidos? Quem coloca os representantes é a população. A grande verdade é que a população não se sente representada por nenhum. Virou um negócio pessoal. Hoje, mais de 90% da população fala que não acredita em partido político nenhum, então o problema é mais embaixo, não é diminuindo o número de partidos. Quando alguém me questiona “tem que três partidos no Brasil”, eu falo “ok, vamos manter os três maiores: PT, PSDB e PMDB. Você se sente representado?”. Imagina se não tivesse aqui os partidos de centro ideológico como o Podemos, que estão base praticamente segurando pautas como a dessa semana lá no plenário do Senado. Imagina se não houvesse esses partidos. Então, é um negócio que parece que o excesso de partidos é ruim para a democracia. O que é ruim para a democracia é as pessoas não se sentirem representadas pelos partidos e aí que os partidos têm que olhar pra dentro, têm que se reestruturar, tem que se reorganizar, e para voltar a falar com a sociedade (informação verbal)<sup>135</sup>.

<sup>133</sup> Conforme entrevista concedida por Ovasco Resende (presidente do PRP até a incorporação) a Cristiana Maglia, no dia 05 de setembro de 2019, via áudio e mensagem.

<sup>134</sup> Conforme entrevista concedida por Carlos Massarollo (atual presidente do PMN) a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>135</sup> Conforme entrevista concedida por Renata Abreu (atual presidente do PTN/Podemos) a Cristiana Maglia, no dia 18 de setembro de 2019, pessoalmente, em Brasília.



Para Guedon (PHS), os pequenos partidos têm, ainda, dificuldade para lidar com as grandes legendas:

Foi em junho de 1994 e de lá saiu a decisão consciente de criarmos o Partido Solidarista Nacional, mesmo após ouvido o alerta de nosso amigo, o deputado federal Osmânio Pereira/MG, que informou sobre o projeto do PSDB de propor a “cláusula de barreira”, buscando afastar os pequenos partidos de qualquer atuação no Congresso, concentrando a representação política em não mais do que cinco siglas, uma das quais concentraria todas as oposições: o PT. Passados 25 anos, temos que agradecer a advertência de Osmânio; verificou-se acertada, mas o PHS não escolheu um caminho sombreado e plano (informação verbal)<sup>136</sup>.

Guedon já destaca a concentração do PT como partido da oposição na década de 1990, durante o governo FHC. É precisamente esse ponto que destaco nesta tese. Enquanto o PT serve como uma âncora na esquerda, aglutinando votos nesse mercado, bem como identificação partidária, além de ser referência na área de políticas públicas de diminuição de pobreza, não há um partido único na direita que faça o mesmo papel. A competição na direita está mais fragmentada, possibilitando que lideranças políticas analisem o mercado eleitoral e empreendam em novas legendas para entrar no jogo político com mais controle de financiamento em comparação com o partido consolidado em que estavam atuando.

A pressão competitiva dada a hegemonia do PT na esquerda é apontada por diversos fundadores. O porta-voz da REDE, Barbosa, destaca que:

O PT faz um processo de hegemonização da esquerda. Ele sempre se vendeu como “a esquerda viável”, e isso destruiu a esquerda brasileira. A direção do PT no seu cotidiano levou a um avassalamento da esquerda brasileira e a uma diminuição da esquerda brasileira. Num processo hegemônico, que depois que fizeram isso com a esquerda, tentaram fazer com o Estado brasileiro (informação verbal)<sup>137</sup>.

A mesma leitura é compartilhada por Roberto Freire, que vê a hegemonia do PT, inclusive, empurrando o PPS para fora do espectro de esquerda:

Aí vem toda uma dificuldade, nós porque não estamos juntos dessa esquerda, não somos esquerda. Porque pra eles, e como eles têm muita força por conta da presença do grande partido que o PT foi e que ainda tem uma base importante junto com seus aliados, então fora dele não tem esquerda. E eles interditam o debate e ficam pensando que eles são “a

<sup>136</sup> Conforme entrevista concedida por Philippe Guedon (presidente fundador do PHS) a Cristiana Maglia, no dia 08 de maio de 2019, via chamada de telefone.

<sup>137</sup> Conforme entrevista concedida por José Gustavo Barbosa (porta-voz/presidente fundador da REDE) a Cristiana Maglia, no dia 20 de setembro de 2019, via chamada de telefone.

esquerda”. [...] a partir de 2006, o PT cresceu muito, e como fazíamos oposição a isso (informação verbal)<sup>138</sup>.

Heloísa Helena (PSOL/REDE), aponta que a direita consegue se organizar de maneira mais fácil eleitoralmente:

Eu até acho que é mais fácil para eles [da direita]. No caso das construções que eu participei, tinham eixos programáticos que não me identificávamos em outros partidos e daí a necessidade de fazer nascer uma estrutura partidária para representar isso. No caso desses outros setores, eu não consigo ver diferenças programáticas – talvez você que analisa mais os programas partidários –, eu não consigo ver essas diferenças programáticas ou onde deles estão. E como existe uma facilidade entre eles da natureza da tática eleitoral, eles conseguem se articular eleitoralmente de uma forma infinitamente maior. Entende? Às vezes, muitos desses outros partidos, eles foram construídos também com o número de parlamentares. Eles juntaram alguns parlamentares e construíram um partido. Tem uma diferença grande, então eu não consigo ver tanta disputa entre eles, a flexibilidade da tática eleitoral deles é gigantesca: eles fazem acordo com qualquer setor, até algum da esquerda que queria. Então é como se o princípio não fosse de natureza, mas de natureza eleitoral, não tem essa coisa mais principista de ponto de vista programático ou ideológico, que eu acho que a gente tem. A tática eleitoral está acima da concepção programática ou ideológica (informação verbal)<sup>139</sup>.

Na mesma direção de flexibilização eleitoral na direita, Freire (PPS) afirma que, na verdade, a fragmentação partidária à direita do centro também respondeu à conjuntura dos governos petistas:

A direita nunca precisou ter muito partido, porque mesmo a esquerda quando no governo, faz a política da direita, o PT é um exemplo. Não significa nada, porque esses 17 partidos de direita, quantos deles foram sustentados por um governo que se disse de esquerda, o PT? Até Bolsonaro apoiava o governo Lula. [...] A direita nacional nunca se preocupou muito em ter o partido da direita. Até porque ela poderia ver um partido que se dizia de esquerda, mas os seus interesses estavam preservados. Quando o sistema financeiro no Brasil sofreu algum impacto por conta de um governo de esquerda? Ao contrário. O governo do PT aumentou os lucros do sistema financeiro brasileiro. Qual o problema para eles? (informação verbal)<sup>140</sup>.

Essa perspectiva também foi levantada por Penna (PV), que enfatiza o papel governo petista na multiplicação dos partidos:

O fisiologismo o que é o pragmatismo sem princípio qualhou na política brasileira e ficava bem em partidos como esse, tinha na minha convivência diária, os caras diziam: que merda que eu fiz que eu não tenho um partido para mim? Eu quero um partido pra chamar de meu.

<sup>138</sup> Conforme entrevista concedida por Roberto Freire (presidente fundador do PPS) a Cristiana Maglia, no dia 12 de setembro de 2019, pessoalmente, na sede do PPS, em Brasília.

<sup>139</sup> Conforme entrevista concedida por Heloísa Helena (presidente fundadora do PSOL e dirigente da REDE) de Carvalho a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>140</sup> Conforme entrevista concedida por Roberto Freire (presidente fundador do PPS) a Cristiana Maglia, no dia 12 de setembro de 2019, pessoalmente, na sede do PPS, em Brasília.

Então isso só podia ser do lado de lá. É porque os partidos de esquerda têm que ter pelo menos uma base ideológica, senão não tem sentido. E outra coisa importante: esse tal presidencialismo de coalizão é um negócio tão absurdo, inclusive nisso, que a Dilma fez cinco partidos para picotar as hegemonias do Congresso. E eles falaram “muito partido, não dá para administrar”. Quem cria são eles! [...] É uma loucura isso aí. O caixa é grande né? E o principal desejo dela [Dilma], de quebrar partidos conservadores com força. Democratas por exemplo, PSD, [...] tinha interesse em enfraquecer o PMDB e o DEM. Mas aí também criou o PROS, criou o Solidariedade e coisas mais doidas ainda. Um espetáculo dantesco. [...] Então proliferaram os partidos na direita, e uma das razões é essa, por interesse do Executivo, pra espicaçar o equilíbrio de força da Câmara e do Senado. [...] mas é difícil mesmo ser centro, centro-esquerda com o PT, olha o Ciro, o Lula Livre (informação verbal)<sup>141</sup>.

Considerando que as entrevistas foram realizadas em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, depois da disputada eleição de 2018, na qual a bipolaridade PT versus PSDB para a presidente foi derrubada, vários dos dirigentes comentaram a conjuntura atual. Em primeiro lugar, a hegemonia petista na esquerda é vista como sendo colocada em xeque, como destaca Massarollo (PMN):

Eu concordo com você, eu acho que a direita sabe exatamente o que ela busca, que são lutas pelo mercado, que defende o sistema financeiro, a competição por interesses até pessoais no mercado, se você for olhar muita gente na direita é dono de diversas concessões, são donos de empreiteiras que prestam serviços. Existe um foco muito claro da direita nesse sentido. Não vou dizer que é toda, né? Eu acho que só que na esquerda esse protagonismo que o PT continua sendo um grande partido, mas ele perde esse espaço por causa das alianças que fizeram. [...] Perde esse espaço, a meu ver, para o PSOL. O PSOL está hoje muito mais perto da base do que está o PT. O PT se elitizou, como o PCdoB se elitizou. O poder acabou distanciando da base. A partir do momento que você deixou de escutar a base, de conhecer, de vivenciar o que vivencia a base, deu espaço para outros partidos, como o PSOL (informação verbal)<sup>142</sup>.

Em segundo lugar, alguns desses dirigentes comentam que o futuro da direita pode se aproximar do que aconteceu com o PT, se o PSL continuar concentrando votos à direita, como ocorreu em 2018. Vale notar que, no entanto, o presidente Jair Bolsonaro já se desligou do partido, para fundar uma nova sigla, a Aliança pelo Brasil, que, por sua vez, pode servir como esse grande partido à direita. Bivar destaca o efeito de Bolsonaro no crescimento do PSL:

[Pergunta: O PSL teve um salto de 1 para 52 deputados em 2018. Gostaria de perguntar sobre a questão da competição eleitoral: o senhor avalia que a candidatura para a presidência foi importante para esse reflexo nas eleições proporcionais?] Sem dúvida. A gente estava com o partido pronto para abrigar um movimento de pessoas que comungasse com os nossos ideais, com a nossa ideologia. Só que, como o nosso partido, a gente não

<sup>141</sup> Conforme entrevista concedida por José Luiz Penna (dirigente do PV) a Cristiana Maglia, no dia 11 de setembro de 2019, pessoalmente, em Brasília.

<sup>142</sup> Conforme entrevista concedida por Carlos Massarollo (atual presidente do PMN) a Cristiana Maglia, no dia 30 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

tinha a mídia que hoje tem, então, dificilmente isso era falado. Mas no momento que nos bastidores, nos escritórios, nas salas, nos gabinetes, entenderam que o PSL tinha o arcabouço completo para gente desenvolver esse projeto, então, o instrumento PSL serviu como base para essa grande mudança que foi feita na sociedade brasileira (informação verbal)<sup>143</sup>.

Gadelha vê o efeito conservador que o PSL, em associação com o bolsonarismo, teve sobre as legendas de direita, como o PSC, partido em que ocupa a vice-presidência:

Acho que o PSL conseguiu abocanhar uma parcela muito grande do eleitorado do PSC. Principalmente aquele eleitorado que se identificava com propostas de direita ou de extrema-direita, que eram exatamente as bandeiras do PSL. Eu acho que também a própria figura do Presidente Bolsonaro funcionou como carreador de votos, para a legenda dele, para o PSL, claro, retirando dos partidos que estavam mais próximos, no caso o PSC, e outros partidos, vistos como de centro ou de direita. Houve uma drenagem muito forte de votos para o PSL (informação verbal)<sup>144</sup>.

Amoedo, do mesmo modo, observa que o PSL passou a compor o jogo de forças da direita, que também estava sendo disputado pelo NOVO:

Eu acho que a gente acaba disputando muito com os partidos de centro e mais à direita. Então, assim, eu no nível presidencial certamente disputei muito com o Bolsonaro. Eu senti muito isso, eu tinha uma curva de crescimento que depois diminuiu, e até retrocedeu porque teve aquela grande corrida por voto útil, já no primeiro turno. Então muita gente “ah, ia votar em você mas agora com a facada e tudo, não quero mais o PT”. Teve muito voto útil no primeiro turno, então, no caso presencial foi muito com o PSL, na figura do Bolsonaro. Nos outros, eu acho que a gente briga por votos com a turma do PSDB – tem pessoas que se desencantaram muito com o PSDB –, com o DEM também que eu acho que tem algumas pautas econômicas parecidas com o NOVO, e também candidaturas novas que vieram pelo PSL, que foram alavancadas muito pela candidatura do Bolsonaro. Então acho que esse é o espectro, em relação à esquerda, o PT claramente a gente é muito antagonista, então tem não tem disputa de voto, e nem com esses outros partidos menores da esquerda, PSOL e esses outros, que claramente o NOVO tem uma postura muito antagônica. Então acho que nosso campo é esse: PSL, PSDB, DEM (informação verbal)<sup>145</sup>.

Freire (PPS) observa ainda a transformação em curso no segmento de mercado da direita iniciada com a eleição de 2018:

Uma extrema-direita que começa a ter presença no Brasil, e uma direita que vai fazer um efetivo partido, que não teve, que não tinha. Por que o que caracterizava essa direita e vários desses partidos? Um certo fisiologismo, uma direita religiosa, partidos religiosos, particularmente evangélicos, e uma direita liberal – o DEM, alguns outros –, uma direita

<sup>143</sup> Conforme entrevista concedida por Luciano Bivar (presidente fundador do PSL) a Ariadne Oliveira, no dia 02 de outubro de 2019.

<sup>144</sup> Conforme entrevista concedida por Marcondes Gadelha (atual vice-presidente do PSC) a Cristiana Maglia, no dia 03 de outubro de 2019, via chamada de telefone.

<sup>145</sup> Conforme entrevista concedida por João Dionísio Amoedo (presidente fundador do NOVO) a Cristiana Maglia, no dia 19 de junho de 2019, via vídeo chamada.

mais da bala, uma direita do agronegócio. Mas nada muito orgânico entre eles. O bolsonarismo vai fazer algo orgânico de extrema direita. Pode começar a surgir no Brasil uma direita democrática, liberal, pode surgir, sei lá se do DEM com outros, isso vai decantar, eu acho. Você vai ter uma centro-esquerda, e ainda vai continuar tendo esquerda, cada vez com um menor protagonismo, isso vai (informação verbal)<sup>146</sup>.

Contudo, Freire também destaca as alternativas da chamada “dicotomia lulo-petista versus bolsonarista”, pelo lado progressista. Da mesma forma, Paulinho da Força, do SD, destaca que o centro ideológico ainda consegue alcançar boa parte do eleitorado, especialmente àquele à direita.

Aqui na Câmara, se você dividir em blocos você tem a esquerda, que tá comandada basicamente pelo PT, e tem a direita, que é a extrema-direita, PSL e NOVO – o NOVO tá mais a direita ainda que o PSL – e tem um bloco de centro. E quem decide tudo é esse bloco de centro. Por que isso? Lá trás esses partidos de esquerda eram governo, nós não estávamos no governo da Dilma, então nosso partido não tá muito alinhado com esses partidos por causa dessa história lá trás, e pelo passado, nós nos alinhamos com esse bloco de centro. [...] Primeiro que eu acho que o PT vai continuar mantendo esses 20%-25% dos votos que ele tem. Acho que o Bolsonaro vai cair, mas vai ficar com 15%-18% dos votos e acho que tem um meio muito grande. Então acho que o PT não volta para o poder nos próximos 20 anos – toda vez que o PT chegar no segundo turno, vai perder a eleição [por causa de um antipetismo muito forte?]. É, e acho então que nós deveríamos trabalhar esse meio. Se a gente conseguir construir alguma candidatura, algum movimento nesse meio – e eu venho defendendo que a gente crie um movimento que envolva os partidos e a sociedade civil. Acho que o povo brasileiro tá ficando de saco cheio do PT por um lado, uma ampla maioria, e com Bolsonaro nem se fala. Vai ficar uns gritando daqui uns dali. Mas o meio que é o que constrói o Brasil vai ficar sem pai e sem mãe. [...] Eu acho que tem já uma possibilidade de se criar uma coisa nova no meio. [E mais para a centro-direita, o senhor acha?] Eu acho que é mais de centro-direita, não é direita. Agora, tem que ser um centro-direita que fala da questão social, do emprego, do crescimento do Brasil, que parou (informação verbal)<sup>147</sup>.

Desse modo, a reconstituição das narrativas de criação de novos partidos no sistema político brasileiro, em suas duas lógicas dominantes, ajuda a evidenciar o efeito estruturante do mercado eleitoral sobre o cálculo que leva à decisão das elites. A grande maioria dos partidos é criado de maneira pragmática, para obter acesso aos recursos provenientes do controle de legendas parlamentares. Dados os incentivos institucionais comuns, esse cálculo se torna mais promissor na direita dada a perspectiva mais auspiciosa de obter sucesso eleitoral que sua estrutura fragmentada, mais volátil e de baixa identificação partidária indica. Na esquerda, a concentração eleitoral, a menor volatilidade e a identificação partidária centrada no PT inibem tais prospectos e atenua a permissividade da legislação eleitoral.

<sup>146</sup> Conforme entrevista concedida por Roberto Freire (presidente fundador do PPS) a Cristiana Maglia, no dia 12 de setembro de 2019, pessoalmente, na sede do PPS, em Brasília.

<sup>147</sup> Conforme entrevista concedida por Paulo Pereira da Silva (presidente fundador do SD) a Cristiana Maglia, no dia 27 de setembro de 2019, pessoalmente, em Brasília.

Essa dinâmica é corroborada pelo fato de que a grande maioria de novos partidos de esquerda foram criados por uma motivação explicitamente ideológica, por vezes mesmo em detrimento de ambições eleitorais. Esses partidos manifestam a pressão competitiva exercida pela hegemonia petista, que serve como uma espécie de contra factual da direita indicando a dificuldade de criar partidos pela lógica pragmática que conduz a criação da maioria de novas legendas do sistema. Desse modo, a segmentação ideológica mercado eleitoral parece estruturar de maneira geral a criação das novas legendas e explicar a proliferação desproporcional de legendas de direita nesse processo.

## CONCLUSÃO

Esta tese buscou contribuir para o entendimento do fenômeno da criação de novos partidos no Brasil, desde 1990. Em particular, a pesquisa desenvolvida teve como objetivo explicar por que foram criadas mais legendas de direita do que de esquerda neste período. Esse problema de pesquisa foi trabalhado em três eixos. Um primeiro eixo, com foco descritivo, mapeou o contexto de criação dos novos partidos e seu perfil ideológico assimétrico. O segundo eixo teve como objetivo explicar os padrões de assimetria ideológica observados na evolução do sistema multipartidário brasileiro por meio de uma analogia com as dinâmicas competitivas de mercado. Por fim, um terceiro eixo recuperou a racionalidade das lideranças políticas que criaram esses novos partidos em diálogo com a explicação do mercado.

No capítulo 2, como parte do eixo descritivo desta tese, pude esmiuçar o fenômeno que procurei explicar. Para tanto, examinei a evolução da criação dos novos partidos no Brasil entre 1990 e 2018. Esse esforço teve dois componentes principais. Em primeiro lugar, com base em análise documental, apresentei uma genealogia do sistema partidário brasileiro. Esse quadro permitiu entender as múltiplas origens de novas agremiações por meio de cisões de agremiações antigas e da entrada de novos grupos, como detalhado no capítulo 4. Em segundo lugar, busquei diferenciar esses partidos quanto ao seu perfil ideológico. Para isso, situei os partidos no eixo direita-esquerda, utilizando duas metodologias para o posicionamento dos partidos políticos no Brasil – uma delas baseada na técnica utilizada pelo *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR), e, a outra, nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira. Esse esforço possibilitou ampliar o posicionamento ideológico dos partidos ao incluir os novos, que haviam recebido pouca atenção da literatura. O resultado mostrou que, dos 25 partidos criados, dezoito são de direita e sete são de esquerda. Isso significa que a proliferação de novos partidos não foi uniforme em relação à ideologia.

A explicação do problema de pesquisa, por sua vez, foi desenvolvida a partir da proposta e da discussão de uma teoria integrada que articulou as principais abordagens teóricas sobre a criação de novos partidos. Baseada em abordagens teóricas clássicas que avaliam, especialmente, o papel das mudanças socioestruturais, das instituições e da racionalidade das elites como elementos explicativos distintos para explicar a entrada de atores no sistema partidário (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013), propus uma análise em que esses distintos elementos se integram no mercado eleitoral. Por meio de uma analogia com as teorias de competição em mercados econômicos, articulo particularmente a primeira e a última abordagens, considerando que as instituições, ainda que essenciais para explicar a fragmentação

do sistema partidário, atuam de maneira igual nos dois segmentos ideológicos. Minha proposta foi a de que a entrada de novos partidos no sistema depende, em última medida, do cálculo feito pelas elites políticas; esse cálculo, por sua vez, considera os constrangimentos e oportunidades do um mercado eleitoral, formado por estruturas de oferta e de demanda, dadas as instituições que as regem. Mudanças socioestruturais expressam transformações da demanda no mercado eleitoral, enquanto as posições político-ideológicas dos diferentes partidos compõem a oferta de políticas públicas no sistema.

Desse modo, a teoria integrada permitiu a abordagem do caso brasileiro, pois o problema de pesquisa partiu da constatação da assimetria de resultados da esquerda e da direita no que se refere à emergência de novos partidos. Fez-se necessária, assim, uma perspectiva analítica capaz de desagregar esses dois segmentos para fins de comparação. Viu-se que literatura institucional não consegue explicar por que foram criados mais partidos de direita que de esquerda, pois o sistema eleitoral e a legislação partidária garantem incentivos institucionais uniformes para os novos partidos, independentemente de sua ideologia. Portanto, as instituições funcionam como uma constante, e não uma variável independente.

A solução desse problema residiria, portanto, nas outras duas abordagens teóricas: mudanças sócio-estruturais e cálculo racional. Minha proposta foi a de integrar essas perspectivas em uma análise da *estrutura do mercado eleitoral* – a perspectiva sociológica permitiu entender como as mudanças sociais podem estruturar a demanda dos eleitores e a perspectiva econômica possibilitou a compreensão de como as posições relativas dos partidos já consolidados no sistema afetam a criação dos novos. O mercado eleitoral, em sua interface com o voto, é o produto do encontro desses dois fatores.

Dessa forma, na abordagem integrada, tanto a oferta como a demanda são essenciais para explicar o mercado eleitoral, mas é a confluência desses dois processos que impacta o cálculo das elites quanto à viabilidade de se criar uma legenda. Por meio dos padrões de concentração, fragmentação e volatilidade eleitoral, direita e esquerda emergem como segmentos distintos do mercado, com incentivos distintos para as elites criarem ou não novos partidos. Mais especificamente, esses padrões do mercado eleitoral apresentam estruturas competitivas que modulam as perspectivas de sucesso eleitoral das novas agremiações. Mercados eleitorais mais concentrados inibem a criação de novas legendas – como é o caso do segmento de esquerda, no Brasil –, já mercados eleitorais fragmentados oferece maior potencial para novos empreendimentos partidários – como no caso do segmento da direita no país.



Seguindo esses parâmetros, a análise da oferta, de um lado, mostrou que a criação de novas legendas não correspondeu a uma busca por diferenciação ideológica em relação a partidos já existentes. Isso porque, em contraste com a teoria espacial, vemos que os partidos não respondem às lacunas no espaço de competição do sistema partidário brasileiro. Pelo contrário, as agremiações tendem a se acumular na centro-direita no país, ofertando propostas programáticas e ideológicas similares. O posicionamento prévio dos partidos parece possuir uma inércia, já que os novos partidos estão sendo criados em espaços ideológicos já ocupados por agremiações pré-existentes. Se a oferta não responde sozinha a pergunta de pesquisa, tampouco a demanda. Sua análise mostra que os partidos brasileiros não respondem às clivagens sociais tradicionais no país. Evidência disso é que, apesar da maior parte dos cidadãos brasileiros estar mais à direita no período de análise, as preferências em temáticas como manutenção da ordem, tamanho do Estado de bem-estar social, interferência do Estado na economia e conservadorismo se mantiveram relativamente estáveis ao longo do período – inclusive em queda em alguns casos, enquanto o número de partidos crescia.

Conforme argumentei ao longo da tese, essas duas partes do mercado só conseguem responder à pergunta de pesquisa quando analisadas em conjunto, por meio do voto. Fundamentalmente, esse padrão de relação entre a oferta e a demanda é o que estrutura a decisão das elites partidárias para entrar ou não no sistema partidário, o que confirma a hipótese de pesquisa. Isso é evidenciado pelos dados apresentados, sendo o primeiro deles a identificação partidária. Utilizei a IP como um indicador da flexibilidade do eleitorado quanto às suas preferências partidárias que permite comparar o quanto eleitores associam suas preferências ideológicas a uma agremiação específica. O resultado mostrou que enquanto na esquerda, o mercado parece menos flexível, concentrado no PT, na direita, a taxa de partidarismo é baixa. Além de não ter partidos que se sobressaem com relação à IP, os eleitores da direita parecem menos presos a marcas partidárias em geral.

Isso fica ainda mais claro na questão do voto. Ao analisar os distintos níveis de concentração e fragmentação eleitoral entre os partidos, foi possível comparar as estruturas competitivas dos dois segmentos. Na direita, o Número Efetivo de Partidos é constantemente mais alto que na esquerda. Isso aponta para uma fragmentação que reflete e sinaliza um maior potencial eleitoral para novos partidos. Na esquerda, ao contrário, há uma maior concentração em torno do PT, o que inibe os prospectos de sucesso eleitoral e desincentiva as elites políticas a formar novos partidos. Essa concentração do PT fica evidente quando analisei o perfil da fragmentação à direita e à esquerda por meio das curvas de concentração, se aproximando da

discussão sobre mercados e oligopólios. Essa observação mostrou um mercado marcadamente mais pulverizado à direita, e um mercado mais monopolizado à esquerda, o que gera oportunidades e constrangimentos diferentes para novos partidos, dependendo do segmento em que eles entram. Isso vai ao encontro da hipótese, na medida em que as decisões das elites partidárias levam em consideração o mercado eleitoral em cada um desses segmentos, já que dinâmicas diferentes emergem na direita e na esquerda, mesmo em um quadro institucional que incentiva a fragmentação partidária de maneira homogênea.

As dinâmicas de volatilidade eleitoral entre esses dois segmentos – e dentro de cada um deles – ainda oferecem uma perspectiva adicional em relação à segmentação e permitem comparar suas diferenças competitivas. A análise mostrou que há uma baixa volatilidade entre os blocos ideológicos, o que indica uma dinâmica de competição mais endógena em cada segmento ideológico. A comparação entre esses segmentos, por sua vez, revelou maior volatilidade na direita em comparação com a esquerda na maior parte do período analisado. Ou seja, há uma maior tendência desse eleitorado migrar seu voto entre os diferentes partidos de direita, permitindo ganhos eleitorais para os novos partidos – em consonância à identificação partidária mais baixa à direita. Na esquerda, por outro lado, vemos que mesmo quando a volatilidade cresce, esse crescimento tende a ser impulsionado pelos ganhos eleitorais do PT.

Os resultados apresentados no capítulo 3 apontam para a estrutura do mercado eleitoral como uma variável essencial para a criação de partidos, ao impactar a decisão das lideranças partidárias. Isso porque a estrutura de mercado à direita é mais propícia que a da esquerda, ao oferecer mais oportunidades para os novos empreendimentos partidários. Na direita, há menor identificação partidária entre seus eleitores, maior volatilidade, em geral, e maior fragmentação nos votos, o que me permite concluir que há um ambiente mais propício para novas legendas entrar na disputa eleitoral com sucesso. Já na esquerda, há uma predominância do PT, que concentra boa parte dos seus votos, sua identificação partidária e os ganhos eleitorais quando a volatilidade aumenta. Isso permite inferir que esse segmento do mercado se mostra mais fechado à entrada de novos partidos.

Esses ambientes distintamente propícios se associam à assimetria no número de partidos criados em cada segmento, sustentando a inferência de seu papel explicativo. Ainda assim, o papel dessas estruturas na decisão específica das elites políticas para criar novos partidos foi objeto do terceiro e último eixo dessa tese. Essa última análise se propôs a entender a racionalidade das elites partidárias ao empreender com um novo partido. Isso porque são as condições subjetivas das lideranças partidárias que também tornam possível rastrear a lógica

de criação. Ao passo que o mercado eleitoral estrutura uma racionalidade para a criação de legendas – por meio de uma combinação de incentivos institucionais e das oportunidades e constrangimentos assimétricos de cada segmento –, a decisão de criação para cada liderança é subjetiva e contingente. Agência e estrutura precisam convergir para que a decisão dos dirigentes seja na direção da formação de um novo partido.

Essa estruturação do processo decisório das lideranças políticas foi tratada no último capítulo da tese, no qual analiso 22 entrevistas realizadas com lideranças partidárias formadoras desses novos partidos. Por meio de entrevistas com os presidentes fundadores e outros dirigentes dos partidos políticos, examinei porque a decisão de criar legendas se efetiva mais na direita que na esquerda. Nas entrevistas, tive como objetivo mapear os interesses que levaram essas lideranças a criar partidos, para aferir a hipótese de que partidos reagem frente à estrutura do mercado partidário. Dois padrões de reação foram observados por meio de duas lógicas de criação de legendas. Na primeira lógica estão agrupadas legendas criadas por questões predominantemente ideológicas, ou seja, a oferta de uma agenda específica se mostra como lógica pela qual os atores racionalizam a fundação de um novo partido. A segunda lógica agrupa partidos criados motivados de maneira mais pragmática por rearranjo de forças dentro de partidos já consolidados no sistema.

Cada uma dessas lógicas oferece um modo diferente de racionalização dos incentivos e constrangimentos do mercado eleitoral, refletindo maneiras distintas nas quais a assimetria do mercado eleitoral estrutura a criação de novos partidos. A lógica ideológica responderia à identificação de nichos específicos carentes de representação. Tal identificação poderia responder à demanda pelo surgimento de grupos específicos ou à oferta pela identificação de lacunas espaciais no espectro político-ideológico. Portanto, o mercado eleitoral consolidado no voto atuaria de maneira secundária, como um sinalizador de um eventual descompasso entre partidos e nichos eleitorais que sua agenda poderia cobrir.

Na lógica pragmática, centrada no rearranjo de forças políticas em busca de maior poder, as estruturas relativas do mercado eleitoral na direita e na esquerda teriam uma atuação mais direta. Isso porque, em grande maioria, essas novas legendas criadas por cisões de partidos apresentam mudanças de agenda bastante sutis em relação aos partidos originários. Em vez de motivar-se por diferenciar-se ideologicamente, essas legendas disputam o mesmo nicho eleitoral em que se originam. Essa opção das lideranças políticas de disputar um mesmo eleitorado por meio de um novo partido, em vez de sua legenda originária, é mais bem explicada

pela permissividade que o mercado eleitoral exacerba na direita e reduz na esquerda, dada suas estruturas de competição.

É possível, portanto, identificar, a partir da racionalidade dos atores e pelas trajetórias desses partidos, como o cálculo das elites está estruturado pelas dinâmicas do mercado eleitoral. Essas lógicas ilustram o peso de um mercado eleitoral assimétrico entre esquerda e direita para a criação e reprodução de um sistema partidário mais fragmentado à direita em comparação com a esquerda. A baixa concentração do mercado e a ampla flexibilidade da demanda na direita permitem que dissidências políticas busquem espaço eleitoral com maior chance de sucesso. À esquerda, a criação de novas agremiações parece ser limitada por uma disputa muito mais acirrada com a hegemonia petista, reduzindo o surgimento de novas siglas a motivações ideológicas com menor capacidade de obter recursos e expressividade eleitoral. Assim, a estrutura do mercado molda os interesses subjetivos de lideranças políticas e seus embates na busca por espaços políticos.

Desse modo, a explicação oferecida para o perfil ideologicamente assimétrico do sistema partidário no Brasil pode ser vir como lente para o estudo do desenrolar de sua fragmentação frente às transformações sociais que vivemos. Conforme buscou-se argumentar e demonstrar, o mercado eleitoral não apenas reflete tais transformações, mas as canaliza como estrutura do sistema político. Por exemplo, a mesma lógica que incentivou a fragmentação partidária da direita, poderia, diante da aparente erosão da hegemonia petista, produzir efeitos similares sobre os padrões de competição e fragmentação na esquerda. Da mesma forma, o potencial surgimento de alguma força partidária hegemônica na direita pode ainda atenuar os incentivos fragmentários do sistema na direita. Ambas as dinâmicas, isoladas ou combinadas, oferecem não apenas um contrafactual para a análise desenvolvida mas uma lente para entender a interação entre ideologia, padrões de competição eleitoral e fragmentação partidária no Brasil em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5–38, 1988.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.
- AMARAL, Oswaldo. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. - (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, [s. l.], 2010.
- AMARAL, Oswaldo. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 1, p. 1–22, 2020.
- AMARAL, Oswaldo; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 107–123, 2015.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, p. 479–519, 2000.
- AMORIM NETO, Octavio; COX, Gary W. Electoral institutions, cleavage structures, and the number of parties. **American Journal of Political Science**, p. 149–174, 1997.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BABIRESKI, Flávia Roberta. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 3, n. 1, 2014.
- BAKER, Andy *et al.* The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 78, n. 1, p. 197–213, 2016.
- BAKER, Andy; AMES, Barry; RENNÓ, Lucio. Social context and campaign volatility in new democracies: Networks and neighborhoods in Brazil’s 2002 elections. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 382–399, 2006.
- BARNDT, William. The Organizational Foundations of Corporation-Based Parties. *In*: LEVITSKY, Steven *et al.* (org.). **Challenges of party-building in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. ‘Out with the old, in with the “new”’: What constitutes a new party? **Party Politics**, v. 17, n. 3, p. 303–320, 2011.
- BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. **Identity, competition and electoral availability: the stabilisation of European electorates 1885-1985**. Colchester: ECPR Press, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1981.

- BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael. **Party Policy in Modern Democracies**. Londres: Routledge, 2006.
- BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael. Estimating party policy positions: Comparing expert surveys and hand-coded content analysis. **Electoral studies**, v. 26, n. 1, p. 90–107, 2007.
- BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael. The dimensionality of political space: Epistemological and methodological considerations. **European Union Politics**, v. 13, n. 2, p. 194–218, 2012.
- BENOIT, Kenneth; LAVER, Michael; MIKHAYLOV, Slava. Treating words as data with error: Uncertainty in text statements of policy positions. **American Journal of Political Science**, v. 53, n. 2, p. 495–513, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **Esquerda e direita**. São Paulo: Unesp, 1995.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, p. 288–338, 2004.
- BOHN, Simone. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opinião pública**, v. 13, n. 2, p. 366–387, 2007.
- BOLLEYER, Nicole; BYTZEK, Evelyn. Origins of Party Formation and New Party Success in Advanced Democracies. **European Journal of Political Research**, v. 52, n. 6, p. 773–796, 2013.
- BOLOGNESI, Bruno; BABIRESKI, Flávia Roberta; MACIEL, Ana Paula Brito. Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 42, p. 86–116, 2019.
- BORGES, André. Razões da Fragmentação: Coligações e Estratégias Partidárias na Presença de Eleições Majoritárias e Proporcionais Simultâneas. **Dados**, v. 62, n. 3, p. 1–37, 2019.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 271–303, 2011.
- BRASIL. **Lei Nº 4.740, de 15 de julho de 1965**[S. l.: s. n.] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4740.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4740.htm)
- BRASIL. **Lei Nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982**[S. l.: s. n.] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L6978.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6978.htm)
- BRASIL. **Lei Nº 8.713, de 30 de setembro de 1993**[S. l.: s. n.] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8713.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8713.htm)
- BRASIL. **Resolução Nº 22.610, de 26 de outubro de 2007**[S. l.: s. n.] Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2007/RES226102007.htm>

- BRASIL. **Lei Nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**[S. l.: s. n.] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm)
- BUDGE, Ian *et al.* **Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments, 1945-1998**. Oxford: Oxford University Press on Demand, 2001.
- BUDGE, Ian; MEYER, Thomas. Understanding and Validating the Left-Right Scale (RILE). *In: VOLKENS, Andrea et al. (org.). Mapping Policy Preferences From Texts: Statistical Solutions for Manifesto Analysts*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.
- CALVO, Ernesto; GUARNIERI, Fernando; LIMONGI, Fernando. Why coalitions? Party system fragmentation, small party bias, and preferential vote in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 219–229, 2015.
- CAMPBELL, Angus *et al.* **The American Voter**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance. *In: CHALMERS, Douglas; CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo; BORÓN, Atilio (org.). The Right and Democracy in Latin America*. New York: Praeger, 1992. p. 99–127.
- CARAMANI, Daniele; HUG, Simon. The literature on European parties and party systems since 1945: A quantitative analysis. **European Journal of Political Research**, v. 33, n. 4, p. 497–524, 1998.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 307–339, 2007.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D’Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, v. 47, n. 1, p. 131–167, 2004.
- CARTY, R. Kenneth. Parties as franchise systems: The stratarchical organizational imperative. **Party Politics**, v. 10, n. 1, p. 5–24, 2004.
- CASSOTTA, Priscilla. **Partido Social Cristão: organização e distribuição do poder**. 2019. - (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, [s. l.], 2019.
- CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018.
- CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, n. 229, p. 870–897, 2018.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSE, André; CODAS, Gustavo (org.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu

- Abramo, 2015.
- CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics (1964). **Critical Review**, v. 18, n. 1–3, p. 1–74, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08913810608443650>
- COPPEDGE, Michael. **A classification of Latin American political parties**. [S. l.]: Helen Kellogg Institute for International Studies, 1997.
- COPPEDGE, Michael. The Dynamic Diversity of Latin American Party Systems. **Party Politics**, v. 4, n. 4, p. 547–568, 1998.
- CORBELLINI, Juliano. **O Poder como Vocação: o PDL na Política Brasileira (1984-2002)**. 2005. - (Doutorado em Ciência Política) – Insituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2005.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. **PPB: Partido Progressista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.
- COX, Gary W. **Making votes count: Strategic Coordination in the World’s Electoral Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew D. **Setting the agenda: Responsible party government in the US House of Representatives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. [S. l.: s. n.]
- D’ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério Augusto (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2005.
- DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. **Parties Without Partisans**. Oxford: Oxford University Press, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/0199253099.001.0001>
- DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, Unesp, 2010.
- DESPOSATO, Scott W. Parties for rent? Ambition, ideology, and party switching in Brazil’s Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 62–80, 2006.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Luis. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados**, v. 38, n. 1, p. 107–144, 1995.



- FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 432–453, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- FLEISCHER, David. Os Partidos Políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro, São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, Unesp, 2004.
- FRASER, Nancy. Feminism, capitalism and the cunning of history. **New Left Review**, v. 56, 2009.
- FREEDEN, Michael. **Ideology: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- FREIDENBERG, Flavia; LEVITSKY, Steven. Organización informal de los partidos en América Latina. **Desarrollo Económico**, v. 46, n. 18, p. 539–568, 2007.
- FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 951–986, 2012.
- GALLAGHER, Michael. **Election Indices**. [s. l.], [s. d.].
- GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul. **The politics of electoral systems**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- GIMENES, Éder Rodrigo *et al.* Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, v. 10, n. 2, p. 121–148, 2016.
- GOMES, Ana Lúcia Henrique. **Rebeldes com causa? Investigando o multipartidarismo e a fragmentação partidária na Câmara dos Deputados sob a Nova Lei Orgânica dos Partidos**. 2016. - (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, [s. l.], 2016.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- GREGORIO, Paulo Cesar; CONTRERA, Flávio. A direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: prioridades temáticas e variações ideológicas. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 10–49, 2020.
- GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional, Arena (1965-1979)**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.
- GROFMAN, Bernard. Downs and two-party convergence. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 7, p. 25–46, 2004.

- GUARNIERI, Fernando. Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982-2018). **Política & Sociedade**, v. 18, n. 42, p. 224–249, 2019.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 58, p. 193–223, 2003.
- HARMEL, Robert. On the Study of New Parties. **International Political Science Review**, v. 6, n. 4, p. 403–418, 1985.
- HARMEL, Robert. Party organizational change: competing explanations? In: LUTHER, K. R.; MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand (org.). **Political parties in the new Europe: Political and analytical challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D. Formation and success of new parties: A Cross-National Analysis. **International Political Science Review**, v. 6, n. 4, p. 501–523, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/019251218500600408>
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do Liberalismo ao Fascismo**. São Paulo: Ática, 2010 a.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do Feminismo ao Multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010 b.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. **Greening Brazil: Environmental activism in state and society**. [S. l.]: Duke University Press, 2007.
- HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 283–306, 2007.
- HOPKIN, Jonathan; PAOLUCCI, Caterina. The business firm model of party organisation: Cases from Spain and Italy. **European Journal of Political Research**, v. 35, n. 3, p. 307–339, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.00451>
- HUG, Simon. Studying the Electoral Success of New Political Parties. **Party Politics**, v. 6, n. 2, p. 187–197, 2000.
- HUNTER, Wendy. **The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989–2009**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 1–30, 2007.
- IGNAZI, Piero. The Crisis of Parties and the Rise of New Political Parties. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 549–566, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068896002004007>
- INGLEHART, Robert. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

- IVES, Diogo. A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB). **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 2, n. 1, 2017.
- JORGE, Vladimyr Lombardo *et al.* Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 67, p. 1–20, 2018.
- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.
- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 525–534, 1996.
- KECK, Margaret. **PT - A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- KELLAM, Marisa. Parties for hire: How particularistic parties influence presidents' governing strategies. **Party Politics**, v. 21, n. 4, p. 515–526, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068813487109>
- KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan Bautista. Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 159–171, 2013.
- KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23–40, 2004.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB: 1966-1979**. São Paulo: Vértice, 1988.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65–81, 2005.
- KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 349–385, 2012.
- KITSCHOLT, Herbert. **The Transformation of European Social Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KITSCHOLT, Herbert. **The radical right in Western Europe: A comparative analysis**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.
- KITSCHOLT, Herbert *et al.* **Latin American party systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter *et al.* **Mapping policy preferences II: estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union, and OECD 1990-2003**. Oxford: Oxford University Press on Demand, 2006. v. 2
- KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2010.
- KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno Marques; BARBOSA, Tiago Leme. Dinâmicas de surgimento de novos partidos na América do Sul (1979-2015). **Revista Brasileira de**

- Ciência Política**, n. 27, p. 73–104, 2018.
- KROUWEL, André; LUCARDIE, Paul. Waiting in the wings: New parties in the Netherlands. **Acta Política**, v. 43, n. 2–3, p. 278–307, 2008.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. “Effective” number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative political studies**, v. 12, n. 1, p. 3–27, 1979.
- LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, v. 45, n. 1, p. 39–76, 2002.
- LAGO, Ignacio; MARTÍNEZ, Ferran. Why new parties? **Party Politics**, v. 17, n. 1, p. 3–20, 2011.
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. *In*: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (org.). **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972.
- LAWSON, Kay; MERKL, Peter. **When parties fail: emerging alternative organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The People’s Choice**. New York: Columbia University Press, 1944.
- LEVITSKY, Steven *et al.* **Challenges of party-building in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- LIJPHART, Arend. The political consequences of electoral laws, 1945–85. **American Political Science Review**, v. 84, n. 2, p. 481–496, 1990.
- LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracias: Desempenho e padrão de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LIMA JR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 88, p. 21–37, 2010.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 44, p. 81–106, 1998.
- LIMONGI, Fernando; VASSELAI, Fabricio. Entries and Withdrawals: Electoral Coordination across Different Offices and the Brazilian Party Systems. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 3, p. 1–27, 2018.
- LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An introduction. *In*: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (org.). **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. Nova York/London: The Free Press, 1967.

- LUCARDIE, Paul. Towards a Theory on the Emergence of New Parties. v. 6, n. 2, p. 175–185, 2000.
- LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal. **The Resilience of the Latin American Right**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- LUPU, Noam. **Party brands in crisis: partisanship, brand dilution, and the breakdown of political parties in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- MACHADO, Aline. A lógica das coligações no Brasil. *In*: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério Augusto (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2005.
- MACIEL, Natalia. **Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira**. 2014. - (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [s. l.], 2014.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- MAINWARING, Scott; LIÑÁN, Aníbal Pérez. Party discipline in the Brazilian constitutional congress. **Legislative studies quarterly**, v. 22, n. 4, p. 453–483, 1997.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy J. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAINWARING, Scott; POWER, Timothy J.; BIZZARRO, Fernando. The Uneven Institutionalization of a Party System: Brazil. *In*: MAINWARING, Scott (org.). **Party Systems in Latin America: Institutionalization, Decay, and Collapse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. Party systems in Latin America. *In*: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (org.). **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 249–286, 2005.
- MAIR, Peter. Myths of electoral change and the survival of traditional parties: The 1992 Stein Rokkan Lecture. **European Journal of Political Research**, v. 24, n. 2, p. 121–133, 1993.
- MAIR, Peter. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- MAIR, Peter. Cleavages. *In*: **2Handbook of Party Politics**. Londres: Sage London, 2006.
- MAIR, Peter; MUDDE, Cas. The party family and its study. **Annual review of political science**, v. 1, n. 1, p. 211–229, 1998.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121–142, 2008.

- MAZZOLENI, Oscar; VOERMAN, Gerrit. Memberless parties: Beyond the business-firm party model? **Party Politics**, v. 23, n. 6, p. 783–792, 2017.
- MEGUID, Bonnie M. Competition between unequals: The role of mainstream party strategy in niche party success. **American Political Science Review**, v. 99, n. 3, p. 347–359, 2005.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 43, n. 2, p. 0, 2000.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 13–41, 2010.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71–117, 2012.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621–648, 2017.
- MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Editora Senzala, 1978.
- MIGUEL, Luis Felipe. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2010.
- MONTERO, Alfred. Brazil: Explaining the Rise and Decline of the Conservatives. In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal (org.). **The Resilience of Latin American Right**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- MÜLLER-ROMMEL, Ferdinand. Social movements and the Greens: New internal politics in Germany. **European Journal of Political Research**, v. 13, n. 1, p. 53–67, 1985.
- NEUMANN, Sigmund. **Modern Political Parties: Approaches to Comparative Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- NICOLAU, Jairo. **Dados eleitorais do Brasil**. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://jaironicolau.github.io/deb/>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**, v. 43, n. 4, 2000.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 129–147, 1995.
- NORRIS, Pippa. **Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market**. Cambridge:

- Cambridge University Press, 2005 a.
- NORRIS, Pippa. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 1–32, 2005 b.
- OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 574–600, 2015.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.
- OSTROGORSKI, Moisei. **La democracia y los partidos políticos**. Madrid: Trotta, 2008.
- PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 638–674, 2016.
- PAIVA, Denise; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 426–451, 2011.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEDERSEN, Mogens N. The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility. **European journal of political research**, v. 7, n. 1, p. 1–26, 1979.
- PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 304–332, 2011.
- PEREIRA, Frederico Batista. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 149–174, 2014.
- PERES, Paulo. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. 2005. - (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, [s. l.], 2005.
- PERES, Paulo. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 53–71, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>
- PERES, Paulo. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição?: uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. **Opinião pública**, v. 19, n. 1, p. 21–48, 2013.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, v. 19, p. 26–45, 1987.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DE FREIXO, Adriano. **Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- POGUNTKE, Thomas. New politics and party systems: The emergence of a new type of party? **West European Politics**, v. 10, n. 1, p. 76–88, 1987.
- POWER, Timothy J. **Political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and**

- democratization**. University Park: Penn State Press, 2010.
- POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 64–93, 2005.
- POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. The Political Right and Party Politics. In: AMES, Barry (org.). **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. [S. l.]: Routledge, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315543871-15>
- POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, n. 1, p. 1–27, 2019.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218–246, 2009.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. Elite preferences in a consolidating democracy: the Brazilian legislative surveys, 1990–2009. **Latin American Politics and Society**, v. 54, n. 4, p. 1–27, 2012.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. **Progressistas, mas conservadores: a ideologia do Partido Progressista (PP) no Rio Grande do Sul**. 2012. - (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2012.
- RAE, Douglas. **The political consequences of electoral laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.
- REBELLO, Maurício Michel. **Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil**. 2013. - (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2013.
- REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, p. 26–38, 1988.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 5–37, 2014.
- RIKER, William. Duverger’s Law Revisited. In: GROFMAN, Bernard; LIJPHART, Arendt (org.). **Electoral Laws and their Political Consequences**. New York: Agathon Press, 1986.
- ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, p. 1–42, 2019.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados**. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.



- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 31–47, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ROEDER, Karolina Mattos. **Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social**. Belo Horizonte: [s. n.], 2016.
- ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 71–92, 2002.
- SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Letras, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Vozes, 1976. v. 4
- SAMUELS, David. A evolução do petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 302–318, 2008.
- SAMUELS, David; JR, ZUCCO, Cesar. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 237–264, 2002.
- SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colômbia Internacional**, n. 99, p. 151–186, 2019.
- SARTORI, Giovanni. **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- SARTORI, Giovanni. The Influence of Electoral Systems: Faulty Laws or Faulty Methods? *In*: GROFMAN, Bernard; LIJPHART, Arendt (org.). **Electoral Laws and their Political Consequences**. New York: Agathon Press, 1986.
- SCARROW, Susan. **Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SCARROW, Susan E.; WEBB, Paul D.; POGUNTKE, Thomas. **Organizing political parties: Representation, participation, and power**. [S. l.]: Oxford University Press, 2017.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. Political parties. **New York: Holt, Riehart, and Winston**, 1942.
- SCHEEFER, Fernando. **Ideologia e Comportamento Parlamentar na Câmara dos Deputados: Faz sentido ainda falar em Esquerda e Direita?** 2016. - Universidade Federal de Santa Catarina, [s. l.], 2016.

- SCHUMPETER, Joseph. **Revista Brasileira de Ciência Política**. São Paulo: Unesp, 2016.
- SILVA, Thiago Moreira. Direita, volver?! O declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo. **Revista Debates**, v. 11, n. 2, p. 9, 2017.
- SINGER, André. **Direita e esquerda no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, n. 85, p. 83–102, 2009.
- SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos Cebrap**, n. 88, p. 89–111, 2010.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. *In*: BARROS, Alexandre de Souza Costa. (org.). **Da distensão à abertura. As eleições de 1982**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. p. 91–118.
- SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur. Legados Culturais do Autoritarismo no Cone Sul. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 75–89, 2015.
- SPECK, Bruno Wilhelm; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 569–602, 2016.
- STRØM, Kaare. A behavioral theory of competitive political parties. **American journal of political science**, v. 34, n. 2, p. 565–598, 1990.
- STRØM, Kaare; MÜLLER, Wolfgang C. Political parties and hard choices. *In*: **Policy, office, or votes: How Political Parties in Western Europe Make Hard Decision**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 1–35.
- TAFNER, Paulo. **Proporcionalidades e exclusão no sistema político-eleitoral brasileiro**[*S. l.*]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1996.
- TAROUCO, Gabriela. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, v. 5, n. 1, 2011.
- TAROUCO, Gabriela da Silva. **O Partido da Frente Liberal: Trajetória e Papel no Sistema Político**. 1999. - (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, [*s. l.*], 1999.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. 24–39, 2015.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149–165, 2013 a.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista**

- Debates**, v. 7, n. 2, p. 93–114, 2013 b.
- TAVITS, Margit. Party system change: Testing a model of new party entry. **Party Politics**, v. 12, n. 1, p. 99–119, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068806059346>
- TAVITS, Margit. Party systems in the making: The emergence and success of new parties in new democracies. **British Journal of Political Science**, v. 38, n. 1, p. 113–133, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007123408000069>
- TELLES, Helcimara. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional. **GV EXECUTIVO**, v. 14, n. 2, p. 36–39, 2015.
- TSEBELIS, George. Veto players and law production in parliamentary democracies: An empirical analysis. **American Political Science Review**, v. 93, n. 3, p. 591–608, 1999.
- VAN BIEZEN, Ingrid; RASHKOVA, Ekaterina R. Deterring new party entry? The impact of state regulation on the permeability of party systems. **Party Politics**, v. 20, n. 6, p. 890–903, 2014.
- VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 400–425, 2011.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- VIEIRA, Soraia Marcelino. **O Partido da Social Democracia Brasileira: Trajetória e ideologia**. 2012. - (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [s. l.], 2012.
- VOLKENS, Andrea *et al.* **Mapping policy preferences from texts: statistical solutions for manifesto analysts**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VON MISES, Ludwig. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- WEBER, Max. **Economía y sociedad**. [S. l.]: Fondo de cultura económica, 2014.
- WIESEHOMEIER, Nina. **Political Representation, Executives, and Political Parties Survey Database**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <http://wiesehomeier.net/prepps/ppla/>.
- WIESEHOMEIER, Nina; BENOIT, Kenneth. Presidents, parties, and policy competition. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 4, p. 1435–1447, 2009.
- WIESEHOMEIER, Nina; DOYLE, David. Profiling the Electorate: Ideology and Attitudes of Rightwing Voters. *In*: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal (org.). **The Resilience of Latin American Right**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- WILLEY, Joseph. Institutional arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, v. 46, n. 3, p. 651–668, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00159>
- WOLINEZ, Steven. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. *In*: GUNTHER, Richard; MONTERO, José

Ramón; LINZ, Juan (org.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ZUCCO JR, Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System. **Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System (August 27, 2019)**. Forthcoming in **Comparative Politics (ISSN 0010-4159)**, 2019.

## APÊNDICE 1 – Biografia dos entrevistados e dos presidentes de partidos

### Entrevistados

**Adilson Barroso Oliveira** é empresário do ramo de isolamento térmico industrial, com formação técnica em administração de empresas e teologia. Foi cortador de cana e colhedor de amendoim e algodão. Foi vereador de Barrinha (SP) por três mandatos: entre 1988 e 1996 (pelo PTB e PFL), e entre 2016 e 2020. Na mesma cidade, foi vice-prefeito entre 1996 e 2000 (pelo PFL). É membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Ribeirão Preto. Em 2002, foi eleito deputado estadual de São Paulo pelo PRONA. Foi candidato para a Assembleia Legislativa do estado em outras três eleições, sem, contudo, assumido o cargo. Foi presidente do PSC no estado de São Paulo até 2006. Em 2016, foi eleito vereador de Barrinha, já pelo PEN/Patriota, partido que criou e é presidente. Em 2018, foi candidato a deputado federal, mas não se elegeu. Com informações da [Assembleia Legislativa de São Paulo](#).

**Antônio Carlos Bosco Massarollo** é presidente do PMN desde 2016. No cargo, sucedeu nomes como os de Telma Ribeiro (presidente da sigla entre 2014 e 2016), Oscar Noronha Filho (2000-2014) e Celso Brant (1991-2000). Entrou no partido em 1987, participando do processo de fundação. Com informações da página do PMN.

**Ernesto Gradella Neto** é professor, formado em engenharia de matérias pela Universidade Federal de São Carlos. Ingressou na Convergência Socialista, organização de esquerda que participou da fundação do PT. Foi eleito vereador de São José dos Campos em 1982 e obteve a segunda suplência da vaga de deputado federal em 1986. Em 1988, foi reeleito vereador, mas pediu licença para assumir a cadeira na Câmara dos Deputados, em 1989. No ano seguinte, foi eleito deputado federal. Dentro do PT, foi presidente do diretório municipal de SJC até 1991. Com a expulsão da CS do PT, Gradella atuou na fundação do PSTU como primeiro presidente. Foi candidato à prefeitura de SJC (1996, 2000 e 2012), vereador (2004, 2008 e 2016), deputado estadual (1998 e 2006). Com informações de [CPDOC](#).

**Fernando Collor de Mello** é formado em Ciências Econômicas pela União Pioneira de Integração Social (UPIS). É filho de Arnon de Melo, governador (1951-56) e senador (1963-81) por Alagoas; e neto de Lindolfo Collor, deputado federal do Rio Grande do Sul na década de 1930 e Ministro do Trabalho no governo Getúlio Vargas. Em sua trajetória política, Collor foi prefeito de Maceió entre 1979 e 1982 (pela Arena), deputado federal entre 1982 e 1986 (pelo PDS), governador de Alagoas entre 1987 e 1989 (pelo PMDB), quando foi eleito presidente da República (pelo PRN). Foi afastado por um processo de impeachment e renunciou ao cargo em

1992. Teve seus direitos políticos suspensos por 8 anos. Mudou-se para Miami, onde permaneceu até 1998. Assumiu os negócios da família, como o Rádio Clube de Alagoas, as Rádios Gazeta AM/FM e a TV Gazeta. Em 2000, retornou à vida pública ao tentar concorrer à prefeitura de São Paulo pelo PRTB, tendo sua candidatura considerada inapta. Candidatou-se ao governo de Alagoas em 2002, ainda pelo PRTB, e ficou em segundo lugar. Em 2006, foi eleito senador pelo PTB, reeleito em 2014. Voltou ao PTC em 2016 e afirmou que voltaria a concorrer a presidência. Em 2019, ingressou no PROS. Com informações de [CPDOC](#).

**Gilberto Kassab** é engenheiro civil e economista, formado pela Universidade de São Paulo (USP), e corretor de imóveis. Em 1984 participou do Fórum de Jovens Empreendedores, promovido pela Associação Comercial de São Paulo, criada pelo empresário Guilherme Afif Domingos. Em 1989, participou da campanha de Afif Domingos para a presidência da República, iniciando sua carreira política. Em 1992, foi eleito vereador em São Paulo pelo PL. Em 1994, foi eleito deputado estadual. Em 1996, ingressou no PFL, assumindo a presidência do partido em São Paulo. Em 1997, licenciou-se da Alesp para ocupar o cargo de secretário municipal de Planejamento na gestão do prefeito Celso Pita, do PPB. Foi eleito deputado federal nas eleições de 1998 e 2002. Em 2004, foi eleito vice-prefeito de São Paulo, na chapa de José Serra, do PSDB. Assumiu a prefeitura em 2006, quando Serra renunciou para candidatar-se ao governo do estado. Foi eleito prefeito em 2008. Em 2011, deixou o DEM e fundou o PSD. Foi ministro das Cidades entre 2015 e 2016, no governo Dilma, e ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações entre 2016 e 2019, no governo Temer. É Secretário da Casa Civil de São Paulo, sob a administração de João Dória. Se licenciou para se defender das investigações de denúncias de corrupção feitas pela Polícia Federal. Com informações de [CPDOC](#) e [Folha de São Paulo](#).

**Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho** é enfermeira formada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professora da mesma universidade. Foi líder estudantil, e, posteriormente, como docente, membro do movimento sindical. Em 1985, filiou-se ao PT. Em 1992, foi eleita vice-prefeita de Maceió, na chapa de Ronaldo Lessa, do PSB. Em 1994, foi eleita deputada estadual. Em 1996, concorreu à prefeitura de Maceió e foi derrotada no segundo turno. Em 1998, foi eleita senadora, sendo líder da oposição no Senado, a partir de 2000. Em julho de 2002, discordou da orientação da executiva nacional do PT de coligar com o PL e renunciou à disputa pelo governo de Alagoas, seguindo no Senado. Em 2003, recusou-se a seguir diretrizes da cúpula do PT, o que resultou na sua expulsão – junto aos deputados Babá, João Fontes e Luciana Genro. Foi presidente do PSOL, resultado dessa cisão. Em 2006, concorreu à presidência da República. Ficou em terceiro lugar, com 6,85% dos votos. Em 2010, se

candidatou ao Senado, mas não se elegeu. Em 2012, foi reeleita vereadora de Maceió. A partir de 2013, passou a participar da criação Rede Sustentabilidade. Em 2014, concorreu novamente ao Senado. Em 2018, concorre ao cargo de deputada federal pela REDE, mas não foi eleita. Com informações de [CPDOC](#).

**João Dionísio Filgueira Barreto Amoedo** é engenheiro civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e administrador de empresas pela PUC-Rio. Em 1985, participou do programa de Trainee do Citibank, onde chegou ao cargo de gerente. Em 1988, foi convidado para trabalhar no BBA. Fez carreira no banco, começando como gerente comercial, chegando ao cargo de Diretor Executivo. Em 1999, assumiu a gestão da financeira do banco, a Fináustria. Em 2004, assumiu a vice-presidência do Unibanco, onde foi eleito membro do Conselho de Administração em 2005. Em 2009, passou a fazer parte do conselho de administração do Itaú-BBA, cargo que ocupou até 2015. De 2011 a 2017 foi membro do Conselho de Administração da João Fortes. Em 2018, foi candidato à presidência da República pelo NOVO. Com informações da [página de João Amoedo](#).

**José Luiz de França Penna** é artista e ativista. Ingressou no Seminário Livre de Música da Universidade Federal da Bahia, foi compositor, ator de teatro e assistente de direção. Paralelo à carreira artística, atuou em projetos socioculturais e ambientais como o Centro Cultural de Vila Madalena e a criação do Parque Villa Lobos. Foi ativista do Movimento de Apoio ao Índio e da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Em 1987, juntou-se a ecologistas e membros da sociedade civil para formar o PV. Foi eleito presidente do partido em 1999. Em 2008, elegeu-se vereador de São Paulo. Em 2010, foi eleito deputado federal. Em 2014, ficou na suplência da Câmara, assumindo a vaga por quatro meses. Foi secretário da Cultura de São Paulo, na gestão Alckmin, entre 2017 e 2018. Com informações da [Câmara dos Deputados](#) e [Secretaria da Cultura](#).

**José Gustavo Fávaro Barbosa Silva** é administrador público, formado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Coordenou a coleta de assinaturas para a criação da REDE em São Paulo, em 2013. Concorreu ao cargo de deputado federal em 2014, pelo PSB, sem sucesso. Em 2016, foi escolhido, junto a Marina Silva, como porta-voz do partido. Em 2018, tentou novamente a vaga na Câmara, pela REDE, sem ter sido eleito. Com informações de [Congresso em Foco](#).

**José Levy Fidelix da Cruz** é empresário e publicitário, com formação iniciada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi apresentador de televisão na TV Bandeirantes e no SBT, na década de 1980. Foi diretor de criação nas agências Voga e Staff, e professor da

Faculdade de Marketing (FACMAR) do Espírito Santo. Na vida política, Fidelix foi filiado ao PL, partido pelo qual concorreu à vaga de deputado federal em 1986. Em 1989, foi candidato ao mesmo cargo pelo PTR e participou como assessor de comunicação da campanha de Collor. Com a fusão do partido ao PST, Fidelix optou por criar o PRTB, do qual é presidente até hoje. Em 1994, foi pré-candidato à presidência da República. Em 1996, concorreu à prefeitura de São Paulo e lançou a campanha do Aerotrem. Em 1998 e 2002, disputou o governo do estado. No nível municipal, foi ainda pré-candidato a vice-prefeito de Collor em 2000, a vereador em 2004, e a prefeito em 2008 e 2012. Em 2006, candidatou-se a deputado federal. Foi candidato à presidência em 2010 e 2014. Em 2018, concorreu ao cargo de deputado federal, abdicando da candidatura à presidência para compor a chapa de Jair Bolsonaro, com a vice-presidência de Hamilton Mourão. Não teve sucesso em nenhuma eleição. Com informações da [página do PRTB](#).

**José Maria Eymael** é advogado e empresário. Formou-se em Filosofia e Direito pela PUCRS. Tem especialização em Direito Tributário e atua como empresário nas áreas de marketing, comunicação e relações públicas. Foi líder de movimento estudantil e ingressou no PDC em 1962. Durante o período bipartidário, esteve na Arena, seguindo para o PDS. Passou pelo PTB, onde foi candidato a deputado em 1982, e voltou ao PDC em 1985 para ser candidato à prefeitura de São Paulo. Em 1986, foi eleito deputado federal para a Assembleia Constituinte. Em 1990, foi reeleito. Liderou a resistência da fusão do PDC com o PDS em 1993. A partir daí, passou a criar o PSDC, partido pelo qual permanece como presidente da sigla. Concorreu à presidência da República em 1998, 2006, 2010, 2014 e 2018. Em 2012, foi candidato à prefeitura de São Paulo. Com informações da página do [PSDC/DC](#).

**Luciano Bivar** é empresário e bacharel em direito. Realizou o curso na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Matriculou-se ainda na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro em 1967, mas não completou o curso. Em 1970, estudou administração na Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), onde também não completou. Fez pós-graduação em Direito Comparado na Unicap em 1970, e em 1976, fez estudos de pós-graduação em educação financeira na Northwestern University, em Illinois (EUA). Em sua carreira profissional, foi diretor do departamento de veiculação da Warlupo Publicidade na década de 1960. Foi diretor da Delphos Previdência Privada, entre 1980 e 1990, assumindo a vice-presidência da Delphos Serviços Técnicos S.A em 1986. Em 1989, assumiu a presidência do Sport Clube do Recife, bem como em 1997 e 2005. Foi também diretor da empresa Sol de Seguros e diretor-presidente da Companhia Excelsior de Seguros S. A. Na carreira política, foi presidente do diretório



regional do PL entre 1992 e 1997. Em 1994, foi candidato ao senado pelo partido. Em 1997, ajudou Romeu Tuma a fundar o PSL, tornando-se presidente da sigla durante o processo do registro definitivo. Em 1998, foi eleito deputado federal. Em 2006, foi candidato do PSL à presidência da República. Saiu da presidência do partido em 2018, dando lugar a Gustavo Bebianno, que coordenou a campanha de Jair Bolsonaro. Na eleição, Bivar foi um dos 52 deputados federais eleitos pelo PSL, que ficou com a segundo maior bancada na casa. Bivar voltou à presidência do PSL ainda em 2018. Com informações de [CPDOC](#).

**Marcondes Iran Benevides Gadelha** é médico, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi eleito deputado federal da Paraíba em 1970, pelo MDB, se reelegendo em 1974 e 1978. Entre 1973 e 1975, foi vice-líder da oposição na Câmara. Filiou-se ao PMDB quando do fim do bipartidarismo. Nas eleições de 1982, foi eleito senador pelo PDS, sendo líder do partido na casa. Em 1989, foi pré-candidato à vice-presidente na chapa de Silvio Santos. No final da década de 1990, voltou à Câmara dos Deputados, atuando pelo PFL, entre 1999 e 2007, e pelo PSB, entre 2007 e 2009. Ingressou no PSC, como vice-líder do partido na Câmara, e desde 2015, é vice-presidente da sigla. Com informações de [CPDOC](#).

**Ovasco Roma Altimari Resende** é engenheiro civil. Foi coordenador de obras públicas da Secretaria de Obras da Prefeitura de São José do Rio Preto. Em 2003, assumiu a presidência do PRP, quando do falecimento de Dirceu Gonçalves Resende, presidente do partido e pai de Ovasco. É autor dos livros “Um Olhar Republicano Para o Brasil” (2017) e “Seja um vereador ético e inesquecível”, com coautoria de Lelé Arantes (2018). Com a incorporação do PRP ao Patriota em 2019, assumiu a vice-presidência partido, o diretório de São Paulo, e a presidência da Fundação Ecológica Nacional. Com informações da [página da FEN](#).

**Paulo Pereira da Silva** possui curso técnico de inspetor de qualidade do Senai, é metalúrgico e sindicalista e político. Começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, onde foi diretor. Em 1991, passou a ocupar o cargo de secretário-geral, e assumiu a presidência em 1994. Ajudou a fundar a Força Sindical, entidade que presidiu a partir de 1999. Atualmente, a Força reúne cerca de dois mil sindicatos associados e 16 milhões de trabalhadores. No início de sua trajetória política, Paulinho foi filiado ao PCdoB e ao PT. Filiou-se ao PTB, em 1996. Em 2002, foi candidato à vice-presidência, na chapa encabeçada por Ciro Gomes, do PPS. Em 2004, foi candidato a prefeito de São Paulo pelo PDT. Foi presidente municipal e estadual do partido, tendo sido eleito deputado federal em 2006. Foi reeleito em 2010, e em 2014, já pelo SD, partido que preside. Com informações da [página de Paulinho da Força](#).

**Philippe Guedon** é empresário aposentado do ramo de materiais de construção. Foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do distrito de Itaipava, em Petrópolis, Rio de Janeiro, onde criou a primeira associação de moradores na região. Foi eleito vereador de Petrópolis em 1988, pelo PSC. Com a saída do partido, passou a construir o PHS, que recebeu o registro definitivo em 1997. Em 2011, se desligou do partido por discordâncias ideológicas. Coordena a Frente Pró-Petrópolis, iniciativa que discute questões sobre planejamento e mobilidade urbana da cidade. Com informações de [Tribuna de Petrópolis](#).

**Renata Hellmeister de Abreu** é empresária, graduada em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, e advogada, formada na Universidade Mackenzie. Em 2009, se tornou diretora social do Centro de Tradições Nordestinas de São Paulo, instituição ligada à sua família. Assumiu a presidência do PTN em 2011, quando da aposentadoria de seu pai José de Abreu, presidente da sigla e deputado federal entre 1994 e 2002. Foi eleita deputada federal em 2014, pelo PTN. Foi a liderança da reestruturação do partido, com a adoção da nomenclatura Podemos. Em 2018, foi reeleita. Com informações da [página de Renata Abreu](#).

**Roberto João Pereira Freire** é advogado, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na década de 1960, atuou no movimento sindical, defendendo trabalhadores rurais, junto a Gregório Bezerra, do PCB. Entrou no partido em 1962. Em 1967, foi aprovado em concurso para Cooperativa Integral de Reforma Agrária realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA. Em 1972, foi candidato à prefeitura de Olinda pelo MDB. Foi eleito deputado estadual de Pernambuco em 1974. Na eleição seguinte, elegeu-se deputado federal. Integrou a comissão que elaborou a Lei da Anistia, em 1979. Com o retorno do multipartidarismo, ingressou no PMDB, partido pelo qual foi eleito deputado em 1982. Com a legalização das agremiações comunistas em 1985, Freire migra para o PCB, onde é candidato à prefeitura do Recife. Em 1986, foi eleito deputado constituinte. Foi vice-presidente nacional do partido entre 1987 e 1989. Foi candidato à presidência, e, em 1990, reeleito deputado. No ano seguinte, foi eleito presidente nacional do partido. Liderou a refundação do partido como PPS, após o X Congresso. Na Câmara, foi líder do governo Itamar Franco. Em 1994, foi eleito senador pelo PPS. Concorreu à prefeitura do Recife em 1996. Teve outros três mandatos como deputado federal. Em 2016, foi anunciado como ministro da Cultura, no governo Temer, cargo que ocupou por 6 meses. Com informações de [CPDOC](#).

**Sérgio Rubens Torres** está na vida partidária desde a década de 1970. Membro da luta armada e do MR-8, entrou no MDB, permanecendo no partido até 2008, quando deu início à criação

do PPL. Com a incorporação ao PCdoB, é o atual vice-presidente do partido comunista. Com informações de [CPDOC](#).

**Sérgio Victor Tamer** é advogado e professor. Formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com mestrado em Direito Público pela UFPE e doutorado em Direito Constitucional pela Universidade de Salamanca, Tamer é presidente e fundador do Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública, vinculado à SVT Faculdade de Ensino Superior. Membro histórico do PL, ajudou a fundar o partidário no Maranhão e foi escolhido como presidente na criação do PR, resultado da fusão entre PL e PRONA. Entre 2009 e 2010, foi secretário dos Direitos Humanos do governo do Maranhão. De 2011 a 2013, foi secretário de Justiça e de Administração Penitenciária. Durante o período, foi ainda membro efetivo do Conselho de Gestão Estratégica das Políticas Públicas do estado. Deixou o PR em 2012, por divergências ideológicas com a cúpula do partido. Com informações de [CECGP](#).

**Suêd Haidar Nogueira** é ativista e militante. Participou do movimento das “crecheiras”, no Rio de Janeiro, quando se aproximou do PDT, partido ao que esteve filiada na década de 1980. Foi filiada ainda ao PCdoB, partido pelo qual se lançou pré-candidata ao Senado, em 2010, mas não teve a candidatura formalizada. De 2008 a 2015, atuou na construção do PMB. Com informações de [CPDOC](#).

**Vitor Paulo Araújo dos Santos** é jornalista, formado pela Universidade Gama Filho (UGG), com pós-graduação em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na vida pública em março de 1995, como presidente da Agência Pública de Emprego do Rio de Janeiro (SINE). Foi diretor-executivo da TV Record. Em 2002, foi eleito deputado distrital pelo PSDB. Presidiu o Fórum de Segurança Alimentar do DF, em 2003, e integrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Tradicional, até 2004. Entre 2005 e 2008, foi presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações (ABRATEL). Em 2007, atuou no Conselho Político da Presidência da República. Em 2010, foi eleito deputado federal pelo PRB, partido que presidiu até 2011. Em 2014, ficou na suplência na Câmara, assumindo o mandato em maio de 2018. Em 2019, tomou posse como secretário de Relações Institucionais do Distrito Federal, sob a administração Ibaneis Rocha, do MDB. É bispo licenciado da Igreja Universal. Com informações de [Serins/GDF](#).

#### **Presidentes não entrevistados**

**Ademar de Barros Filho** foi empresário e político. Foi deputado federal por São Paulo por entre 1967 e 1982, eleito novamente, em 1986 e 1994. Foi parlamentar pelo MDB e pela Arena

durante o período militar. Em 1982, concorreu ao Senado, já no PDS. Em 1986, foi eleito deputado constituinte pelo PDT. Fundou o PRP em 1995, como herança do antigo PSP, mas deixou o cargo para participar da fusão que deu origem ao PPB/PP. Era filho de Ademar de Barros, político interventor e governador de São Paulo (de 1938 a 1941, 1947 a 1951 e 1963 a 1966), e candidato à presidência em 1955 e 1960. Faleceu em 2014. Com informações de [CPDOC](#).

**Alfredo Hélio Sirkis** é jornalista, autor, roteirista e ambientalista. Foi líder estudantil secundarista, participou da resistência armada, foi exilado, atuou como repórter para jornais franceses, portugueses, além das revistas Veja e Istoé. Começou sua carreira política na fundação do PV, partido pelo qual foi eleito vereador do Rio de Janeiro entre 1989 e 1992, e reeleito para dois outros mandatos. Foi secretário municipal de meio ambiente no Rio de Janeiro (1993 a 1996), e secretário municipal de urbanismo e o Instituto Pereira Passos (2001 a 2006), durante os governos de César Maia. Foi candidato à presidência da República em 1998. Disputou ainda a prefeitura do Rio de Janeiro em 2000. Em 2006, concorreu ao Senado. Em 2008, foi reeleito vereador, e em 2010, deputado federal. Apoiou a fundação da REDE, encabeçada por Marina Silva, deixando o PV e ingressando no PSB em 2013. Foi coordenador executivo de o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima entre 2016 e 2019, articulando a campanha Ratifica Já!. Atualmente, é diretor executivo do think tank Centro Brasil no Clima. Com informações de [CPDOC](#).

**Caetano Matanó Jr.** foi pré-candidato à presidência da República em 1994. Teve a candidatura indeferida pelo TSE, que apontou que o PTdoB não preenchia os critérios estabelecidos na lei. Com informações de [CPDOC](#) e [Folha de São Paulo](#).

**Celso Teixeira Brant** foi jurista, escritor e professor, formado pela Universidade de Minas Gerais (UMG). Membro do PR, foi candidato a deputado estadual em 1954. Tornou-se secretário particular do governador mineiro Clóvis Salgado e, depois, seu chefe de gabinete no ministério da Educação, até 1958. Foi ministro interino da Educação durante o governo de Juscelino Kubitschek. Foi eleito deputado federal em 1956 e em 1962. Em 1964, perdeu seus direitos políticos graças ao AI-1. Regressou à política em 1982, como candidato a senador pelo PTB. Em 1984, criou o Movimento de Mobilização Nacional, que deu origem ao PMN no ano seguinte. Em 1989, foi candidato à presidência. Em 1990 e em 1994, foi candidato à Câmara e ficou na suplência nas duas ocasiões. Em 1992, foi eleito vereador de Belo Horizonte. Em 1999, assumiu a secretaria do Trabalho de Minas Gerais, no governo Itamar Franco. No mesmo ano, desligou-se do PMN e ingressou no PTdoB. Faleceu em 2004. Com informações de [CPDOC](#).

**Daniel Sampaio Tourinho** é advogado. Trabalhou na Esso Brasileira de Petróleo, que pagou seus estudos na Faculdade de direito da Universidade Estácio de Sá. Foi executivo da Bloch Editores, atuando na área de recursos humanos, entre 1974 e 1985. Fundou o Partido da Juventude e foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 1985. Foi ainda candidato a deputado federal (em 1990, 2010 e 2018, quando sua candidatura foi considerada inapta) e senador (em 1998). Até hoje, é presidente do PTC. Com informações da [página do PTC](#).

**Dorival Masci de Abreu** foi radialista, jornalista e bacharel em administração de empresas. Foi eleito deputado federal por São Paulo pelo MDB em 1966. Foi cassado pelo AI-5 e retomou a atividade de radialista. Também trabalhou na siderúrgica Sidelpa e na empresa de fundição de aço Eletroação Marconi, ambas de sua propriedade. Na redemocratização, foi candidato a deputado pelo PMDB, obtendo uma suplência. Esteve ainda no PTB e foi fundador do PTN, legenda pela qual candidatou-se à prefeitura de São Paulo em 1996. Em 1998 chegou a ser indicado pelo PTN candidato à presidência da República, porém acabou sendo substituído por Teresa Ruiz. Com informações de [CPDOC](#).

**Eurípedes de Macedo Jr** é vendedor e político. Foi eleito vereador de Planaltina (GO) em 2008, pelo PSL. Foi candidato a deputado estadual em 2010 pelo PRP. Fundador do PROS, Macedo assumiu a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal em 2013. Em 2014, foi candidato a deputado federal pelo PROS e alcançou a segunda suplência. É investigado por esquema de desvios de recursos públicos no Pará. Com informações da [página do PROS](#), [Globo](#) e [Estadão](#).

**Luis Henrique de Oliveira Resende**, Luis Tibé, é ex-empresário do ramo de telefonia móvel. Iniciou sua carreira política como assessor na secretaria municipal de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte, entre 1991 e 1992. Foi presidente dos diretórios municipal (2000 a 2002) e estadual do PTdoB (2003). Atuou ainda como assessor na secretaria de Estado de Governo do de Minas Gerais, em 2007. Presidiu o diretório municipal (2000-2002) e estadual do PTdoB (2003). Em 2006, assumiu a presidência nacional do partido. Em 2008, foi eleito vereador da capital mineira. Na eleição de 2010, elegeu-se deputado federal, reeleito, em 2014 e 2018. Foi central na troca de nomenclatura do partido para Avante, em 2017. Com informações da [página de Luis Tibé](#).

**Rui Costa Pimenta** é jornalista e redator, formado pela Faculdade Cásper Líbero. Atuou no movimento estudantil (na UNE) e sindical (eleito diretor da CUT na grande São Paulo em 1985), e foi um dos fundadores do PT na década de 1980. Após a expulsão da tendência Causa Operária do PT, foi um dos fundadores do PCO, registrado em 1995. Foi candidato à

presidência em 2002, 2006 (quando teve a candidatura impugnada), 2010 e 2014. Pimenta permanece como presidente do partido, e é editor da revista Causa Operária e do Diário da CO. Com informações da [página do PCO](#).

**Vitor Jorge Abdala Nósseis** é advogado. Foi presidente do PSC por 30 anos, entre 1985 (antes do registro junto ao TSE) e 2015. Candidato a deputado federal de Minas Gerais em 1998, não se elegeu. Em 2015, foi destituído da presidência, passando a ocupar o cargo de presidente de honra do PSC, atuando ainda como vice-presidente da Fundação Pedro Aleixo. Foi expulso do partido em 2017, por alegações de desvio de dinheiro da Fundação do partido. A disputa pelo comando do partido está na justiça. Com informações de [Estadão](#).

## APÊNDICE 2 – Questionário base

1. O(A) senhor(a) foi o primeiro(a) presidente do partido. Como foi o processo de fundação? Por que o partido foi criado?
2. Além do(a) senhor(a), quem eram os principais articuladores? Qual era o objetivo dos fundadores? Essas lideranças já participavam do jogo político em cargos eletivos? O partido pode ser considerado uma dissidência de outra sigla?
3. Como foi o processo burocrático para conseguir o registro oficial junto ao TSE? Foi um processo longo para conseguir as assinaturas certificadas e a lista de 101 fundadores em nove estados brasileiros? Ou foi um processo comparativamente curto? Criar um partido no Brasil é difícil?
4. Como foi o processo interno para a criação do partido? Havia interesses conflitantes entre os fundadores e grupos partidários advindos de outras agremiações? Por que não migrar para uma sigla já existente?
5. O partido foi criado no ano X, quando já existiam outros X partidos no sistema partidário. Na primeira década de pós-redemocratização foram criados mais de 10 partidos no sistema partidário brasileiro, que concentravam boa parte da representação no Congresso, pela quantidade de votos. Na década de 1990, mais de vinte partidos foram criados, entre grandes e pequenos. Como o partido se diferenciava/se diferencia desses partidos (entre os grandes, PMDB, PTB, PDT, PT, PFL, PSDB, PSB, e mesmo os pequenos) em um sistema altamente fragmentado?
6. Eu fiz uma análise do manifesto/programa do partido, e os principais pontos tratados de acordo com a codificação da metodologia que eu utilizo eram: [3 temas mais recorrentes em cada manifesto]. Esses pontos permanecem como principais durante a atuação do partido?
7. Como o partido se posiciona ideologicamente em termos de direita e esquerda? Eu utilizei duas metodologias para posicionar o partido conforme essa dimensão. Segundo a metodologia de análise de manifesto, o posicionamento do partido estaria [esquerda, centro-esquerda, centro-direita, direita]. Ainda, de acordo com a percepção de congressistas e experts, o partido se encontraria na [esquerda, centro-esquerda, centro-direita, direita]. Como o(a) senhor(a) avalia esses resultados?
8. Além da questão econômica que delimita a ideologia partidária, em relação ao tema de intervenção do Estado na economia, gostaria de perguntar sobre a pauta de questões morais.

Em temas como drogas, aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, armas: qual é a posição do partido? Esses posicionamentos são homogêneos ou o partido precisou lidar com diferenças ideológicas internas ao longo dos últimos anos?

9. O partido [cresceu/perdeu espaço] na disputa eleitoral nas últimas eleições. Gostaria de perguntar como foi esse processo. Com quais outras siglas o partido mais disputa votos? Partidos mais à esquerda ou mais à direita? Houve algum deslocamento ao longo do tempo?

10. Como se dá a relação do partido com organizações externas [sindicatos, igrejas, bancos]? Até que ponto essas instituições auxiliaram na criação do partido (com assinaturas ou doações) e na sua votação ao longo do tempo?



## ANEXO 1

Quadro 2.A – MRG/MARPOR completo, em porcentagem

	Códigos e Categorias	DC	NOV	PCO	PEN	PHS	PMB	PMN	PPL	PPS	PRB	PROS	PRP	PRTB	PSC	PSD	PSL	PSOL	PSTU	PTC	PTN	PTdo B	PV	RED E	SD	PR	
Domínio 1 Relações exteriores	101 Relações especiais: positivo																						0,17			2,59	
	102 Relações especiais: negativo							2,02							0,39			1,13									
	103 Anti-Imperialismo			14,82		1,57		16,81							1,25		2,56	7,49	7,40				0,19		0,60		
	104 Forças Armadas: positivo	1,00			1,80				4,30		5,02				0,83		2,03							1,74			
	105 Forças Armadas: negativo			2,60		2,77									0,44			0,93						1,69			
	106 Paz	0,22		0,75		4,30					0,06	3,25		0,85	1,77			0,15					0,61	1,10			
	107 Internacjonalismo: positivo	1,83				12,53	2,00	3,83			1,26			1,59	1,57			1,42	1,56				0,81	2,21	2,40	1,90	3,79
	109 Internacjonalismo: negativo										0,34												1,12				
	Domínio 2 Liberdade e Democracia	201 Liberdades e Direitos Humanos	3,27	7,10	0,18	2,60	11,61	2,00	1,28		3,41	9,12		5,30	2,17	5,85	6,20	5	1,30	0,46	15,96	2,27	1,69	0,31	1,50	4,10	10,29
202 Democracia		1,57	6,10	1,73	5,20	2,16	1,90	2,92		6,85	1,12		10,60	8,96	6,05	20,10	4,43	0,67	2,25	15,29		0,24	1,34	5,40	4,90		
203 Constitucionalismo: positivo		0,37		0,99	8,40	0,99					2,27		0,76		1,02		0,35			2,67		1,51			1,30		
204 Constitucionalismo: negativo															1,04			0,66									
Domínio 3 Sistema Político	301 Descentralização	1,79		0,98		0,21		3,48		0,47	4,00		0,27	2,39	2,73		0,43				1,25		1,83	0,50			
	302 Centralização												0,80			1,90							0,15				
	303 Eficiência Governamental e Administrativa	0,91	24,60				1,60						2,94		1,16		3,98			16,47		5,43	1,72	2,20	9,80	4,22	

	304 Corrupção	1,65	0,50	0,77	9,70					5,91			4,08		2,25			2,55	1,16	7,05	2,75	4,98	0,91	11,60			
	305 Autoridade Política	0,91	15,80	2,76		2,40	1,20	15,00		9,86	1,75		10,01	3,23	3,83	10,50	1,48	9,80	5,20	10,87	1,41	3,15	1,71	4,60			
	306 Instituições do sistema político	1,64		2,83				3,04		2,62	4,20		12,25	8,17	2,19		0,95	2,93	0,62	4,59		0,24	0,96	22,10			
Domínio 4 Economia	401 Livre Iniciativa	9,67	2,00		3,00						3,81		4,06	22,27	0,54	1,50	8				1,13	1,05	0,25		8,40		
	402 Incentivos	0,49				1,72	0,80		9,10				2,47		3,15	0,40	1,51				1,41		1,89		1,20		
	403 Regulação do Mercado				2,30		1,90			1,15	1,44						0,53				1,44		0,35	1,70			
	404 Planejamento Econômico	0,47	2,10						18,30	1,10					0,44								0,13				
	405 Corporativism o						0,50																		4,40		
	406 Protecionismo : positivo					3,88				1,42					3,05			0,33	5,20							6,19	
	407 Protecionismo : negativo	0,49																									
	408 Metas Econômicas																										
	409 Ger.Keynesia no da demanda																										
	410 Produtividade	6,17		0,53				5,87		3,25	7,93		4,71	4,24	1,66		5,06	0,61				14,63	2,19	0,10		4,99	
	411 Tecnologia e Infraestrutura								17,10	0,21	1,75			6,31	1,76			0,59				0,26	3,99	4,92	0,80	2,60	
	412 Economia controlada	2,06		5,79		4,98		8,19	11,30		14,89	4,50	1,35				3	4,91	12,14		7,03		0,89		6,35		
	413 Nacionalizaçã o			8				6,71									1,79	13,01	19,43		1,97				4,66		
	414 Ortodoxia econômica		1,00		5,30		0,90										8,28				8,64		0,32				
	415 Análise marxista			34,18		2,37		2,23		3,43	0,96		2,77					11,92	17,19		0,78		0,18		0,10		

	416 Controle do crescimento												5,90					1,65				3,85	16,03	1,80		2,70	
Domínio 5 Bem-estar e Qualidade de vida	501 Proteção ambiental	2,17	0,30		25,20		19,10	0,65		0,69	2,23	9,60	0,07		2,40	1,20		0,43		0,34	6,30	5,27	17,41	13,50			
	502 Cultura	2,06						0,65	7,60	0,10			1,21		1,03			1,24					0,49			3,96	
	503 Justiça social	10,30	4,10	0,93	13,40	13,16	12,40	10,31		16,18	8,51	4,50	10,48	13,68	4,64	31,90	9,88	5,63	0,94	7,79	7,80	13,96	3,07	2,80	15,30	14,73	
	504 Expansão do Welfare State	6,10		2,65		0,35	11,50	0,60	5,20	4,19	12,20	13,50	4,77		5,56		9,52	3,88	6,62		5,44	3,13	9,52	5,00	0,90	7,43	
	505 Limitação do Welfare State	1,97			1,80						3,95							2,32				0,29	4,79				
	506 Expansão da Educação	9,73		1,03	0,50	0,75		0,74	3,00	4,03		6,00	0,39		5,34		7,38	0,57	0,38		3,71	1,63	2,85	2,50	12,50	5,29	
	507 Limitação da Educação																										
Domínio 6 Estrutura da sociedade	601 Estilo nacional de vida: positivo						4,60					0,60		2,55	0,73		1,44				2,88	0,19					
	602 Estilo nacional de vida: negat.			0,57																							
	603 Moralidade trad.: positivo	2,01				0,31	1,00			0,85	2,50	1,00	0,61		2,71	1,80	0,56	0,26		2,06		0,27					
	604 Moralidade trad.: negativo			0,98		0,40	1,60			0,06								0,62					3,19				
	605 Lei e Ordem	3,80		1,18		0,71						8,80			5,00		6,75	0,93		2,11	2,19	2,77	10,70			4,76	
	606 Harmonia Social	4	1,60		3,80	6,06				10,34		24,70	0,52	4,88			0,45		4,34	4,64			0,85		4,10	2,74	
	607 Multiculturalismo: positivo	2,31				1,50				1,02	0,85		2,81	4,83	0,84			0,98	0,73	0,63		2,42	0,83	0,60			
	608 Multiculturalismo: negativo																										
Domínio 7 Grupos sociais	701 Classes trabalhadoras: positivo	11,07		9,02		1,50	4,80			1,98		10,40		4,67	6,52	1,60	3,92	10	9,68	0,63	7,31	4,93	1,07	0,70	15,70	4,08	
	702 Classes trabalhadoras: negativ												0,98								2,19					2,94	
	703 Agricultura, agricultores	3,07		2,94	8,60		3,00	1,42	0,90						4,88		1,66	2,71	0,21				2,39	1,40			

	704 Classe média e grupos prof.	4,52	11,70											10,71				0,27							0,10	
	705 Minorias desprivilegiadas					6,27	20,60					0,60			3,74	7,70		2,35	2,03			1,71	2,01	2,80	0,40	
	706 Grupos demográficos não-econômicos			2,66	2,30	2,12	3,10			0,66	2,87	10,70			4,37		0,14	6,36			7,53	2,94	2,92		7,30	2,70
Não Cod.	000 Nenhuma das Categorias	2,37	23,10	1,12	6,00	15,37	5,37	14,25	23,16	18,52	2,19	4,90	7,46	4,19	9,26	15,10	6,43	1,30	6,82	9,19	4,74	25,75	2,12	15,10	6,90	2,99

Fonte: Elaboração própria com base na análise dos manifestos partidários conforme a metodologia MRG/CMP/MARPOR, com manifestos retirados da Coletânea do Senado.

## ANEXO 2

Quadro 5.A – Partidos com registro do Tribunal Superior Eleitoral entre 1980 e 2018

<b>Partidos</b>	<b>Sigla</b>	<b>Registro Provisório</b>	<b>Registro Definitivo</b>	<b>Informações</b>
Partido Democrático Social	PDS	1980	1981	
Partido Democrático Trabalhista	PDT	1980	1981	
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	1980	1981	Incorporação do PP (1982)
Partido dos Trabalhadores	PT	1980	1981	
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	1980	1981	Incorporação do PSD (2003) e do PAN (2007)
Partido Popular	PP	1980	1981	Incorporado ao PMDB (1982)
Partido Democrático Republicano	PDR	1981		Extinto (1981)
Partido da Frente Liberal/Democratas	PFL/DEM	1985	1986	Mudança Nome DEM (2007)
Partido Comunista Brasileiro/Partido Popular Socialista	PCB/PPS	1985*	1990	Mudança Nome PPS (1992)
Partido Trabalhista Renovador	PTR	1985*	1990	Fusão com PST para formar o PP (1993)
Partido Comunista do Brasil	PCdoB	1985*	1988	
Partido Socialista Brasileiro	PSB	1985*	1988	
Partido Democrata Cristão	PDC	1985*	1988	Fusão com PDS para formar o PPR (1993)
Partido Liberal/Partido da República	PL/PR	1985*	1988	Incorporação do PGT e do PST (2003); Fusão com PRONA para formar o PR (2006)
Partido da Juventude/Partido da Reconstrução Nacional/Partido Trabalhista Cristão	PJ/PRN/PTC	1985*	1990	Mudança Nome PRN (1989), Mudança Nome PTC (2001)
Partido da Mobilização Nacional	PMN	1985*	1990	
Partido Social Cristão	PSC	1985*	1990	
Partido Social Trabalhista	PST	1985*	1990	Incorporado ao PTR (1993) para formar o PP
Partido Social Democrático	PSD	1985*	1990	Incorporado ao PTB (2003)

Partido Trabalhista Nacional/Podemos	PTN/Podemos	1985*	1997	Mudança Nome Podemos (2017)
Partido Democrático Independente	PDI	1985*		Registro provisório indeferido (1990)
Partido Liberal Brasileiro	PLB	1985*		Extinto (1986)
Partido da Nova República	PNR	1985*		Extinto (1986)
Partido Renovador Progressista	PRP	1985*		Extinto (1986)
Partido Trabalhista Reformador/Partido Reformador Trabalhista	PTR/PRT	1985*		Mudança Nome PRT (1985), Extinto (1986)
Partido Nacionalista Democrático	PND	1985*		Extinto (1988)
Partido Socialista Agrário Renovador Trabalhista	PASART	1985*		Extinto (1990)
Partido Comunitário Nacional	PCN	1985*		Extinto (1990)
Partido Municipalista Brasileiro	PMB	1985*		Extinto (1990)
Partido Municipalista Comunitário	PMC	1985*		Extinto (1990)
Partido Humanista	PH	1985*		Extinto (1990)
Partido Social Progressista	PSP	1987		Extinto (1990)
Partido do Povo Brasileiro	PPB	1987		Extinto (1990)
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	1988	1989	
Partido Republicano Progressista	PRP	1988	1991	Incorporado ao Patriota (2018)
Partido Verde	PV	1988	1993	Registro prov. previamente indeferido (1990/1)
Partido Nacional dos Aposentados	PNA	1988		Extinto (1988)
Partido Nacional dos Aposentados do Brasil	PNAB	1988		Extinto (1988)
Partido Humanista Nacional	PHN	1988		Extinto (1990)
Partido Socialista	PS	1988		Extinto (1990)
Partido de Reedificação da Ordem Nacional	PRONA	1989	1990	Fusão com PL para formar o PR (2006)
Partido Trabalhista do Brasil/Avante	PTdoB/Avante	1989	1994	Fusão com PPB e PDCB indeferida (1990); Mudança Nome Avante (2017)
Partido do Movimento de Unificação dos Trabalhadores	PMUT	1989		Extinto (1989)
Partido do Trabalhador Sertanejo	PST	1989		Extinto (1989)

Partido União Democrática Nacional	UDN	1989		Extinto (1989)
Partido da Democracia Cristã do Brasil	PDCdoB	1989		Fusão indeferida com o PPB e o PTdoB (1990); Extinto (1990)
Partido do Democrático Nacional	PDN	1989		Extinto (1990)
Partido Liberal Progressista	PLP	1989		Extinto (1990)
Partido do Povo	PP	1989		Extinto (1990)
Partido da Ação Social	PAS	1989		Extinto (1991)
Partido do Solidarismo Libertador	PdoSL	1989		Extinto (1992)
Partido Comunitário Solidariedade	PCS	1989		Extinto (1995)
Partido de Ação Progressista	PAP	1990		Extinto (1990)
Partido Estudantil Brasileiro	PEB	1990		Extinto (1990)
Partido Liberal Humanista	PLH	1990		Extinto (1990)
Partido Socialista Unido	PSU	1990		Extinto (1990)
Partido Brasileiro de Mulheres	PBM	1990		Extinto (1991)
Partido Democrata	PD	1990		Extinto (1991)
Partido das Reformas Sociais	PRS	1990		Extinto (1992)
Partido Nacionalista dos Trabalhadores	PNTB	1990		Extinto (1993)
Partido do Cooperativismo Popular	PCP	1991		Extinto (1991)
Partido do Esporte Nacional	PEN	1991		Extinto (1991)
Partido Municipalista Republicano	PMR	1991		Extinto (1991)
Partido do Cívico de Desenvolvimento Nacional	PCDN	1991		Extinto (1992)
Partido do Movimento de Justiça Popular	PMJP	1991		Extinto (1992)
Partido Liberal Trabalhista	PLT	1991		Extinto (1993)
Partido Revolucionário dos Trabalhadores/Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	PSTU	1992	1995	Mudança Nome PSTU (1993)
Partido Ecológico Social	PES	1992		Extinto (1992)
Partido da Frente Socialista	PFS	1992		Extinto (1992)
Partido Parlamentarista Nacional	PPN	1992		Extinto (1992)

Partido Socialista do Brasil	PSdoB	1992		Extinto (1992)
Partido do Municipalista Social Democrático	PMSD	1992		Extinto (1993)
Partido Liberal Cristão	PLC	1992		Extinto (1993)
Partido Trabalhista Comunitário	PTC	1992		Extinto (1993)
Partido Progressista Reformador, Partido Progressista Brasileiro, Partido Progressista	PPR/PPB/PP	1993	1993	Resultado da fusão do PDS com o PDC (1993); Fundiu-se com o PP (antigo), originando o PPB (1995); Mudança Nome PP (2003)
Partido Trabalhista Renovador	PTR	1993		Extinto (1993)
Partido Progressista (antigo)	PP	1993	1993	Resultado da incorporação do PST ao PTR; Incorporado ao PPB (1995)
Partido Comunista Brasileiro	PCB	1993	1996	
Partido Social Trabalhista	PST	1993	1996	Incorporado ao PL, junto ao PGT (2003)
Partido Geral dos Trabalhadores	PGT	1993	1999	Incorporado ao PL, junto ao PST (2003)
Partido Comunista	PC	1993		Extinto (1993)
Partido da Democracia Cristã	PDC	1993		Extinto (1993)
Partido Peregrino Defensor Brasileiro	PPDB	1993		Extinto (1993)
Partido Brasileiro de Defesa dos Direitos da Mulher	PBDDM	1993		Extinto (1994)
Partido de Justiça Popular	PJP	1993		Extinto (1997)
Partido Trabalhista Renovador Brasileiro	PTRB	1993		Extinto (1998)
Partido Social Liberal	PSL	1994	1998	
Partido da Causa Operária	PCO	1995	1997	
Partido Solidarista Nacional/Partido Humanista da Solidariedade	PHS	1995	1997	Incorporado ao Podemos (2019)
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	PRTB	1995	1997	
Partido Democrata Cristão/ Partido Social Democrata Cristão/ Democracia Cristão	PSDC/DC	1995	1997	Mudança Nome DC (2017)
Partido de Aposentados da Nação	PAN	1995	1998	Incorporado ao PTB (2007)



Partido Municipalista Renovador/Partido Republicano Brasileiro	PMR/PRB	2005	Mudança Nome PRB (2005)
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL	2005	
Partido da República/Partido Liberal	PR/PL	2006	Resultado da fusão PL e PRONA originando o PR (2006); Mudança Nome PL (2019)
Partido Ecológico Nacional/Patriota	PEN/Patri	2011	Mudança Nome Patriota (2017)
Partido Pátria Livre	PPL	2011	
Partido Social Democrático	PSD	2011	
Partido Republicano da Ordem Social	PROS	2013	
Solidariedade	SD	2013	
Partido Novo	NOVO	2015	
Partido da Mulher Brasileira	PMB	2015	Registro indeferido (2009)
Rede Sustentabilidade	REDE	2015	Registro indeferido (2013)

\*Esses partidos conseguiram Habilitação para participar de eleições, antes de seu registro provisório.

Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponíveis em <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/partido-politico> (consultado em outubro de 2019); do TSE de Minas Gerais, disponíveis em <http://www.tre-mg.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos> (consultado em outubro de 2019); e do CPDOC, em site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> (consultado em outubro de 2019).

Quadro 5B – Partidos com registros indeferidos pelo TSE (1985-2018)

<b>Partidos</b>	<b>Registros indeferidos</b>
Partido Democrata Republicano – PDR	Habilitação para concorrer às eleições indeferida (1985)
Partido da Reforma Nacional – PRN	Habilitação para concorrer às eleições indeferida (1985)
Partido Popular Social (dos escritores e poetas do samba) – PPSEPS	Habilitação para concorrer às eleições indeferida (1985); Registro prov. arquivado (1988)
Partido Republicano Brasileiro – PRB	Registro provisório arquivado (1985); Indeferido (1990)
Partido Verde da Defesa Ambiental – PVDA	Registro provisório arquivado (1986)
Partido Humanitário Brasileiro – PHB	Registro provisório arquivado (1987); Registro provisório indeferido (1989)
Partido da Federação Social e Parlamentarista	Registro provisório arquivado (1989)
Partido Esportista Brasileiro – PEB	Registro provisório indeferido (1985)
Partido Nacional Socialista Cristão – PNSC	Registro provisório indeferido (1985)
Partido Trabalhista Cristão – PTC	Registro provisório indeferido (1988)
Partido Democrata do Brasil – PDB	Registro provisório indeferido (1988)
Partido da Renovação Moral – PRM	Registro provisório indeferido (1989)
Partido da Libertação Proletária – PLP	Registro provisório indeferido (1989)
Partido Real Trabalhista Comunitário – PRTC	Registro provisório indeferido (1989)
Partido Espiritualista do Brasil – PEdoB	Registro provisório indeferido (1989)
Partido Monárquico Imperial Brasileiro – PMIB	Registro provisório indeferido (1989)
Partido Unitário Brasileiro – PUB	Registro provisório indeferido (1989)
Partido da Juventude Brasileira – PJB	Registro provisório indeferido (1989)
Partido da Nova Era – PNE	Registro provisório indeferido (1989)
Partido de Ação Nacional – PAN	Registro provisório indeferido (1989)
Partido para Valorização de Todos – PVT	Registro provisório indeferido (1989)
Partido da Fraternidade Nacional – PFN	Registro provisório indeferido (1989)
Partido dos Estudantes – PdosE	Registro provisório indeferido (1990)
Partido Republicano – PR	Registro provisório indeferido (1990)
Partido Universitário Nacional Estudantil do Brasil – PUNE do Brasil	Registro provisório indeferido (1992)
Partido da Reconstrução Nacional do Brasil – PRNB	Registro provisório indeferido (1992)
Partido Democrático Espiritualista – PDE	Registro provisório indeferido (1993)
Partido Republicano Municipalista – PRM	Registro provisório indeferido (1995)
Partido da Agricultura do Brasil – PAB	Registro provisório indeferido (1995)
Partido Universitário Nacional Estudantil do Brasil – PUNE do Brasil	Registro provisório indeferido (1996)
Partido Nacional do Consumidor – PNC	Registro provisório indeferido (1996)
Partido da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana – PRTEH	Registro provisório prejudicado (1996)

Partido Democrata Trabalhista do Brasil – PDTdoB	Registro provisório indeferido (1997)
Partido Ruralista Brasileiro – PRB	Registro provisório indeferido (1997)
Partido da Frente Nacionalista Cristã – PFNC	Registro provisório indeferido (1997)
Partido Nacional Evangélico – PNE	Registro provisório indeferido (1998)
Partido Socialista de Integração – PSI	Registro provisório indeferido (1999)
Partido do Movimento Democrático para Cidadania – PMDC	Registro provisório indeferido (2000)
Partido Comunitário Nacional – PCN	Registro indeferido (2000)
Partido do Povo Brasileiro – PPB	Registro indeferido (2003)
Partido Nacional Trabalhista Brasileiro – PNTB	Registro indeferido (2004)
Partido do Esporte - PdoE	Registro indeferido (2004)
Partido da União Democrática Brasileira – PUDB	Registro indeferido (2006)
Mobilização Democrática – MD	Proveniente da fusão do Partido Humanista da Solidariedade, Partido da Mobilização Nacional, Partido Popular Socialista; Desistência (2007)
Partido Federalista – PF	Registro indeferido (2008)
Partido Democrata Nacional – PDN	Registro indeferido (2008)
Partido dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores da Iniciativa Privada do Brasil – PSBP	Registro indeferido (2011)
Partido Democrático Vida Social – PDVS	Registro indeferido (2011)
Partido Cristão – PC	Registro indeferido (2011)
Partido da Cidadania – PdaC	Registro indeferido (2013)
Partido Liberal Brasileiro – PLB	Registro indeferido (2014)
Aliança Renovadora Nacional – ARENA	Registro indeferido (2014)
Partido Democrata Progressista – PDP	Registro indeferido (2014)
Frente Socialista do Brasil – FSB	Registro indeferido (2014)
Partido Liberal – PL	Registro indeferido (2015)
Partido pela Acessibilidade e Inclusão Social – PAIS	Registro indeferido (2015)
Partido Nacional Corinthiano – PNC	Registro indeferido (2015)
Partido do Servidor Público e Privado – PSPP S	Registro indeferido (2016)

Fonte: Dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponíveis em <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/partido-politico> (consultado em outubro de 2019); do TSE de Minas Gerais, disponíveis em <http://www.tre-mg.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos> (consultado em outubro de 2019); e do CPDOC, em site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> (consultado em outubro de 2019).